

Editorial

Prof^a. Dra. Elisabeth Mary de Carvalho Baptista

Universidade Estadual do Piauí

A produção científica em periódicos visa estabelecer uma ponte para divulgação e socialização dos estudos e pesquisas que se desenvolvem nas mais diversas áreas do conhecimento. A qualidade dos artigos que normalmente se apresentam nas diversas opções de revistas em todos os níveis, internacional, nacional, regional e local, bem como impressas e eletrônicas, suscita cada vez mais o aprimoramento nos trabalhos enviados e certamente aprovados para comporem o corpo destas publicações. É o que ocorre neste número da Revista Equador, que ora empreendemos o editorial.

Transcorrendo, assim, por distintos aspectos da percepção humana sobre o mundo que nos cerca, os artigos que estão aqui disponíveis para os leitores discutem questões pertinentes e necessárias na construção do pensamento geográfico científico atual, sempre considerando o viés da interdisciplinaridade inerente às pesquisas em ciências humanas e sociais.

Podemos então, destacar a relevância desta edição que se caracteriza por reunir 9 (nove) trabalhos, que demonstram a diversidade no desenvolvimento de pesquisas em diferentes segmentos da ciência geográfica, apresentando temáticas desde o planejamento ambiental a aspectos relativos à violência de gênero.

Destarte, o primeiro artigo *“Indicadores morfométricos como subsidio ao planejamento ambiental em um setor do médio curso da bacia hidrográfica do rio Pacoti – CE”* traz a discussão sobre a dinâmica hídrica da bacia hidrográfica cearense em questão, visando indicar elementos para utilização sustentável dos recursos naturais desta bacia, através do planejamento ambiental, processo essencial na atuação sobre os espaços naturais.

“As Mudanças na Licenciatura em Geografia da UVA”, preocupa-se em trazer as análises sobre como a reforma estabelecida através das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a formação do professor de Geografia se refletiram especificadamente na universidade na qual se realizou a investigação. Tem como perspectiva apontar as mudanças na relação teoria-prática no processo de ensino-aprendizagem na ciência geográfica e as possibilidades de diversificação dos temas escolhidos pelos alunos para a elaboração de seus TCCs.

Importa evidenciar a afinidade entre Toponímia e Cartografia, objeto do artigo *“Cartografia de África: toponímia, africanidade e imaginário”* que se ateve a refletir sobre as designações com significativa influência dos europeus na cartografia da África, e sobre como a saída da ordem colonial europeia pode possibilitar uma revisão toponímica nesta.

O município paulista de Presidente Prudente, é foco do artigo *“Lógicas de localização dos shopping centers de Presidente Prudente – SP”* que explicita resultados relativos ao processo de

estruturação e reestruturação do espaço urbano do município em questão, em função da disseminação destes espaços de consumo.

Também na perspectiva da produção do espaço, o artigo *“Os brownfields resultantes do primeiro período de industrialização jundiaense”* contextualiza dentro do processo de industrialização de Jundiaí (SP), formas espaciais que não funcionam mais para o que foram inicialmente designadas, correspondendo às edificações de antigas indústrias, resultantes da mudança decorrente da reestruturação produtiva no município.

O artigo *“Percepção da Cidade: o olhar de professores e alunos de Geografia”* chama a atenção para pesquisa realizada no âmbito do ensino fundamental em Teresina (PI) com a finalidade de analisar de que forma a cidade é percebida pelos alunos, empregando a Geografia como mediadora deste olhar.

As condições de uso do rio Poti em Teresina são apreciadas no artigo *“Qualidade da água do rio Poti e suas implicações para atividade de lazer em Teresina-PI”*, que apresenta a relevância do monitoramento da qualidade da água deste curso fluvial, se preocupando em indicar as possibilidades para o desenvolvimento de atividades de lazer relacionadas ao mesmo.

A proposta do artigo seguinte sob o título: *“Trabalho, educação e capital: é possível uma educação mais humanizadora?”*, é estabelecer uma compreensão no que se refere à lógica do Capital como ferramenta de transformação do processo educativo em um instrumento da ideologia dominante e de reprodução do sistema econômico vigente, embasada numa investigação de cunho teórico, mas contundente sobre a questão.

Por fim, o artigo *“Uma análise pragmática da desigualdade sócio-espacial entre as mulheres vítimas de violência de gênero em Porto Velho – Rondônia”* remete a uma reflexão sobre os problemas enfrentados pelas mulheres vítimas de violência doméstica na cidade referenciada no título, principalmente no que concerne às políticas públicas de proteção e amparo à população feminina rondoniense neste aspecto.

Considerando assim, a pertinência dos temas discutidos nos artigos aqui apresentados, que colaboram com a divulgação do conhecimento científico, por meio da Geografia, desejamos a todos uma boa leitura e que os trabalhos possibilitem novas reflexões e investigações.

INDICADORES MORFOMÉTRICOS COMO SUBSIDIO AO PLANEJAMENTO AMBIENTAL EM UM SETOR DO MÉDIO CURSO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PACOTI - CE.

Pedro Henrique Balduino de **QUEIROZ**

Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará-UECE

e-mail: pedrobalduino@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/8813058558297009>

Marta Celina Linhares **SALES**

Profª Adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará-UFC

e-mail: mclsales@uol.com.br

<http://lattes.cnpq.br/1660245887620894>

Juliana Maria Oliveira **SILVA**

Profª Assistente do Departamento de Geografia da Universidade Regional do Cariri-URCA

e-mail: ju_geoufc@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/7480253484885651>

Resumo: O rio Pacoti tem um curso longitudinal de cerca de 112,5 Km com uma área aproximada de 1.257 km² estando suas nascentes localizadas, na vertente setentrional do Maciço de Baturité, em nível altimétrico entre 700m e 900m, abrangendo os municípios de Pacoti e Guaramiranga, na Latitude de S 4° 12' e Longitude de W 38° 54' e sua foz localiza-se no município de Aquiraz na faixa costeira delimitada pelas coordenadas geográficas S 3° 49' 05'' e W 38° 23' 28''. O rio banha os municípios de Pacoti, Redenção, Acarape, Pacajus, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Fortaleza, Eusébio e Aquiraz. O recorte espacial de análise trata-se de um trecho do médio curso da bacia hidrográfica do rio Pacoti, inserido entre as coordenadas geográficas UTM 513283/9547103 e 543283/9523103, abrangendo aproximadamente 247,6km² e inserida maior parte nos municípios de Redenção e Acarape, sendo o acesso realizado através das rodovias CE- 060, BR-116 e CE-354. Visando compreender melhor a dinâmica hidrológica local, foi realizada a análise morfométrica, que fornece importantes indicadores para a compreensão dos recursos hídricos que serão utilizados para a viabilização de um desenvolvimento sustentável a partir das potencialidades dos recursos naturais existentes na bacia hidrográfica do rio Pacoti. Foram determinados os seguintes parâmetros: Hierarquia Fluvial, Coeficiente de Manutenção (Cm), Extensão do Percurso Superficial (Eps), Densidade de Drenagem (Dd), Densidade de rios (Dh), Índice de Circularidade (Ic), Coeficiente de Compacidade (Kc) e o Índice de Sinuosidade (Is). A partir da análise do uso da terra referente a 1988 e 2009, foi possível perceber as transformações pelo qual esse setor da bacia passou nos últimos 20 anos, bem como os agentes causadores de impactos ambientais na área.

Palavras- chave: Morfometria. Planejamento Ambiental. Uso da terra.

INDICATORS MORPHOMETRIC HOW TO GRANT PLANNING ENVIRONMENTAL SECTOR IN A MIDDLE COURSE OF RIVER BASIN PACOTI/CEARÁ.

Abstract: The river has a Pacoti longitudinal course of about 112.5 km with an approximate area of 1,257 km² being its sources located on the northern slope of the Massif Baturite in altimetric level between 700m and 900m, covering the municipalities of Pacoti and Guaramiranga Latitude in S 4 ° 12 ' and Longitude W 38 ° 54' and its estuary is located in the municipality of Aquiraz the coastal strip bounded by the geographical coordinates S 3 ° 49 ' 05" W and 38 ° 23 ' 28" . The river bathes the municipalities of Pacoti, Redenção, Acarape, Pacajús, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Fortaleza, Eusebio and Aquiraz. O spatial area of analysis it is a stretch of the middle course of the river basin of Pacoti, inserted between geographic coordinates UTM 513283/9547103 and 543283/9523103, covering approximately 247.6 km² and inserted mostly in the municipalities of Redenção and Acarape, with access provided through CE-060, BR - 116 and CE -354 highways. To better understand the local hydrological dynamics, morphometric analysis, which provides important indicators for the understanding of water resources that will be used for achieving a sustainable development from the potential of natural resources in the basin of river Pacoti was performed, Hierarchy river, Maintenance coefficient (Cm), Extension of Route Superficial (Eps), drainage density (Dd), rivers density (Dh), circularity index (Ic), Compactness coefficient (Kc) : The following parameters were determined and Sinuosity index (Is). From the analysis of land use related to 1988 and 2009, it was revealed the transformations by which this sector of the basin spent the last 20 years as well as the causative agents of environmental impacts in the area

Keywords: Morphometrics. Environmental Planning. Land Use.

INDICADORES MORFOMETRICOS COM CONCEDER PLANIFICAÇÃO AMBIENTAL DEL SECTOR EN UN CURSO MEDIO DE CUENCA PACOTI-CEARÁ

Resumen: El río Pacoti tiene un curso longitudinal de alrededor de 112,5 kilómetros con una superficie aproximada de 1.257 kilómetros de siendo sus fuentes situadas en la ladera norte del macizo Baturite en nivel altimétrica entre 700m y 900m , que abarca los municipios de Pacoti y Guaramiranga , la latitud S 4 ° 12 ' y Longitud W 38 ° 54' y su estuario se encuentra en el municipio de Aquiraz la franja costera delimitada por las coordenadas geográficas S 3 ° 49 '05 " W y 38 ° 23 '28" . El río baña los municipios de Pacoti, Redenção, Acarape, Pacajus, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Fortaleza, Eusebio y Aquiraz. O área espacial de análisis, es un extracto de la parte media de la cuenca del río Pacoti , insertado entre las coordenadas geográficas UTM 513283/9547103 y 543283/9523103 , cubriendo aproximadamente 247,6 kilómetros² y se inserta en su mayoría en los municipios de la Redenção y Acarape , con acceso proporcionada a través de CE -060 , BR -116 y CE- 354 autopistas. Para entender mejor la dinámica hidrológica, análisis morfométricos, que proporciona indicadores importantes para la comprensión de los recursos de agua que se utilizará para el logro de un desarrollo sostenible a partir del potencial de los recursos naturales en la cuenca del río Pacoti se realizó . Río Jerarquía, coeficiente de mantenimiento (Cm), extensión de la Ruta Superficial (EPs), densidad de drenaje (Dd), ríos densidad (Dh), índice de circularidad (Ic), coeficiente de compacidad (Kc): Se determinaron los siguientes parámetros) e índice Sinuosidad (Is). A partir del análisis de uso de la

tierra en relación con 1988 y 2009, se reveló las transformaciones por las que este sector de la cuenca pasó los últimos 20 años, así como los agentes causantes de los impactos ambientales de la zona.

Palavras Chaves: Morfometría. Planificación Ambiental. Uso de la Tierra.

INTRODUÇÃO

Os níveis de degradação ambiental experimentados pelos diferentes setores da sociedade após a segunda metade do século XIX têm merecido a atenção de diversos grupos sociais. Nessa direção, tornou-se mais corriqueira a tentativa de se compreender a relação sociedade-natureza, sobretudo no que tange a tomada de decisões acerca da problemática ambiental.

No Brasil as discussões sobre a questão ambiental, principalmente no que diz respeito aos recursos hídricos, enfatizam a importância da implementação de políticas de conservação e/ou de apropriação nacional desses recursos. Os diversos usos empreendidos aos recursos hídricos - agricultura e pecuária, indústria, abastecimento público, geração de energia, turismo e lazer exigem soluções específicas, conforme as peculiaridades de cada região. Dentro desta perspectiva notou-se o aumento dos estudos e pesquisas sobre diagnóstico e o monitoramento ambiental das diversas bacias hidrográficas do Brasil.

O trabalho intitulado “Indicadores Morfométricos como subsidio ao Planejamento Ambiental em um setor do médio curso da bacia hidrográfica do rio Pacoti”, é resultado das atividades do Programa de Pós-graduação em Geografia - Mestrado, da Universidade Federal do Ceará- UFC.

O rio Pacoti tem um curso longitudinal de cerca de 112,5 Km com uma área aproximada de 1.257 km² estando suas nascentes localizadas, na vertente setentrional do Maciço de Baturité, em nível altimétrico entre 700m e 900m, abrangendo os municípios de Pacoti e Guaramiranga, na Latitude de S 4° 12' e Longitude de W 38° 54' e sua foz localiza-se no município de Aquiraz na faixa costeira delimitada pelas coordenadas geográficas S 3° 49' 05'' e W 38° 23' 28''. O rio banha os municípios de Pacoti, Redenção, Acarape, Pacajus, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Fortaleza, Eusébio e Aquiraz.

Segundo dados da COGERH (2002), sua bacia é composta por vários rios e seus tributários, comportam 12 açudes públicos com capacidade de armazenamento de 1,0 bilhão de m³/ ano. O recorte espacial de análise desta pesquisa trata-se de um trecho do médio curso da bacia hidrográfica do rio Pacoti, inserido entre as coordenadas geográficas UTM

512000/9540000 e 542000/9528000, abrangendo aproximadamente 247,6km² e inserida maior parte nos municípios de Redenção e Acarape, sendo o acesso realizado através das rodovias CE- 060, BR-116 e CE-354, conforme a Figura 01.



Figura 01: Localização da área de estudo.
Elaboração: Queiroz, 2010

Este trabalho tem como finalidade efetuar a caracterização morfométrica de um setor do médio curso da bacia hidrográfica do rio Pacoti, visando o planejamento ambiental na área a partir da correlação entre as variáveis morfométricas e o uso da terra, uma vez que, alterações estruturais do relevo pelas práticas antrópicas podem afetar a densidade de drenagem, densidade hidrográfica e as taxas de escoamento superficial.

Optou-se por estudar apenas um trecho do médio curso, pela necessidade de investigar de forma mais específica a dinâmica geoambiental da área, identificando ações e processos de degradação no trecho; no entanto, sem perder a visão da bacia hidrográfica enquanto unidade, todo. Entende-se que a bacia hidrográfica quando subdividida em hierarquias menores, se constitui em unidade fundamental de trabalho na conservação do meio ambiente, justamente por apresentar uma área menor, mais fácil de ser monitorada.

Nos últimos anos, a bacia hidrográfica do rio Pacoti vem passando por uma série de transformações ambientais, resultantes da ação dos diversos agentes locais; de um lado a falta de informação da população com práticas de uso e ocupação desordenada, manejo inadequado dos recursos naturais associados à própria suscetibilidade da área a ação de processos naturais, de outro a ausência de planejamento e políticas públicas adequadas que venham inserir a população no processo de tomada de decisões locais. A Figura 02 apresenta o mapa planialtimétrico do setor de estudo.

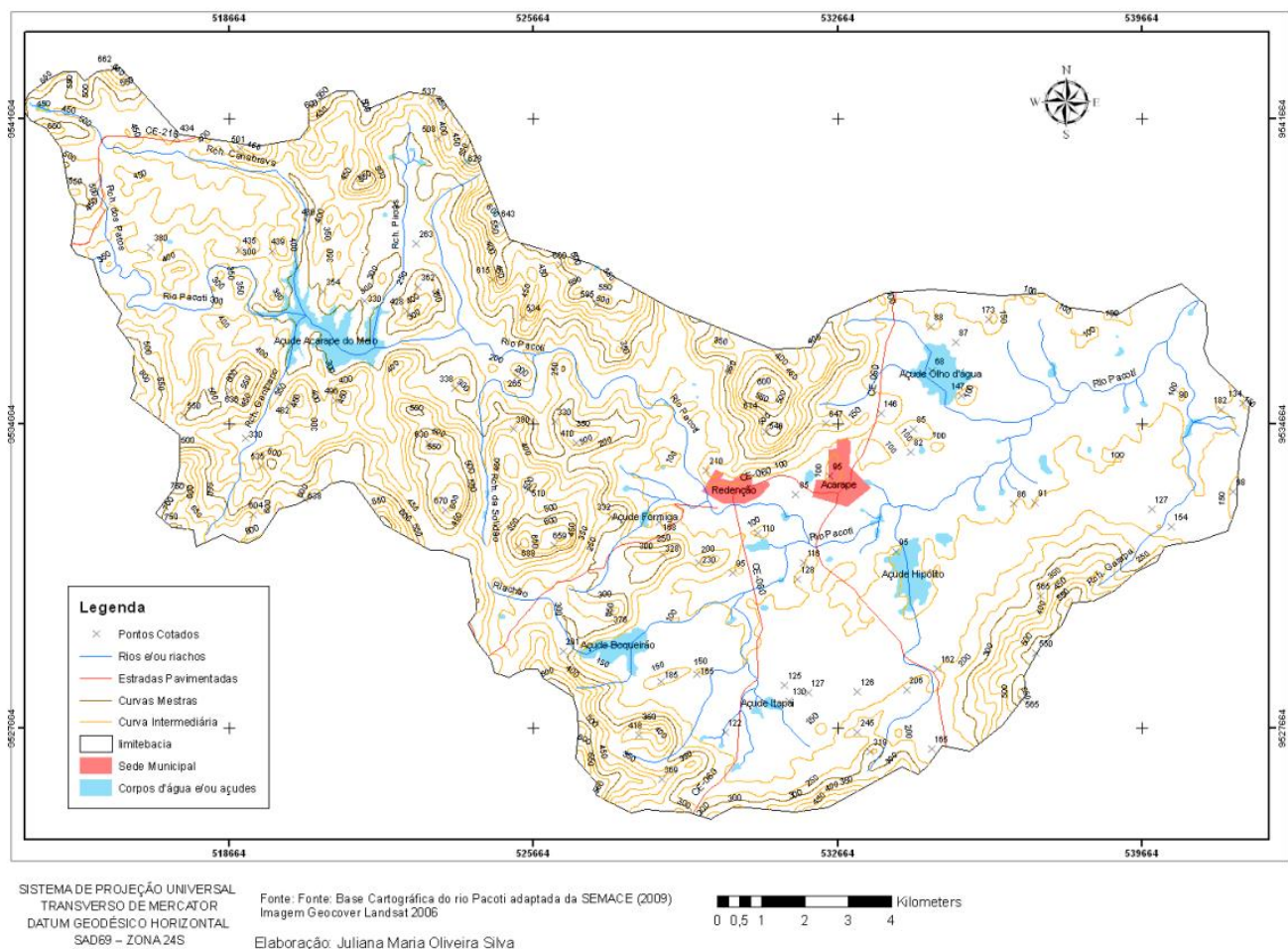


Figura 02: Mapa Planialtimétrico da área de estudo
Elaboração: Silva, 2010

REFERENCIAL TEÓRICO

Planejamento Ambiental em Bacias Hidrográficas: apontamentos para a conservação dos recursos naturais.

A degradação ambiental dos recursos naturais de uma bacia hidrográfica está diretamente associada ao uso das terras. É nessa discussão que o Planejamento Ambiental surge como um importante instrumento de ordenação do uso e ocupação de terras, sobretudo em bacias hidrográficas.

Na leitura de Almeida (1993) o planejamento ambiental, ganhou impulso, nas últimas três décadas, em função do aumento dramático da competição de terras, água, recursos energéticos e biológicos, que gerou a necessidade de organizar o uso da terra, de compatibilizar esse uso com a proteção de ambientes ameaçados e de melhorar a qualidade de vida das populações. Surgiu também como uma resposta adversa ao desenvolvimento tecnológico materialista, que busca o desenvolvimento como um estado de bem-estar humano, ao invés de um estado de economia local.

Atualmente uma importante concepção vem sendo desenvolvida por uma série de estudiosos, aquela que adota a bacia hidrográfica como unidade para o planejamento ambiental de uma determinada região. Essa perspectiva de estudo envolve a análise da bacia hidrográfica a partir de algumas etapas básicas: delimitação da escala de análise (bacias e/ou sub-bacias); o reconhecimento dos componentes ambientais através da delimitação das unidades geoecológicas (fase de inventário); o inter-relacionamento dos componentes ambientais (fase de análise); a identificação da problemática ambiental da área (fase de diagnóstico); estabelecimento de instrumentos administrativos, jurídicos, legais, sociais (fase propositiva); e a elaboração de estratégias para a gestão e monitoramento das ações propostas (fase executiva).

Por fim, Pires e Santos (1995) reafirmam que a bacia hidrográfica é a unidade ambiental mais adequada para o tratamento dos componentes e da dinâmica das inter-relações concernentes ao planejamento e a gestão do desenvolvimento, principalmente no âmbito local e/ou regional. O insucesso no gerenciamento dos recursos naturais de uma bacia hidrográfica é identificado através da degradação e perda da produtividade do solo, assoreamento dos canais fluviais, redução da vazão, enchentes, baixa qualidade da água e processo de erosão nas encostas.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Para o desenvolvimento da pesquisa, recorreu-se à utilização de informações cartográficas e dados cadastrais referentes à área de estudo, a saber:

- Base Cartográfica da bacia hidrográfica do rio Pacoti, adaptada da SEMACE, referente ao ano de 2009;
- Imagens de satélite LANDSAT TM referente aos anos de 1988 e 2010 cedidas pelo INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.
- Imagem SRTM (Shuttle Radar Topography Mission) referente ano de 2010, cedidas pela EMBRAPA.
- Imagens do Programa Google Earth, referentes ao ano de 2008.
- Software Arcview 3.3; ArcGIS 9.1, GvSig 1.9.

Inicialmente, como em qualquer análise geográfica, o primeiro dado a ser coletado é aquele referente à delimitação da área de estudo, que foi realizada a partir da análise da base cartográfica do rio Pacoti, cedida pela SEMACE, referente ao ano de 2009. Na delimitação da área, foram considerados os critérios hidrográficos, como os divisores d'água e as cotas altimétricas. Em seguida será realizada a caracterização geoambiental da área, destacando os aspectos geológico-geomorfológicos, climáticos e pedológicos.

A caracterização hipsométrica e o mapa de declividade foram derivados dos dados da SRTM (Shuttle Radar Topography Mission) cedidos pela EMBRAPA (2010), de onde foram extraídas as curvas de nível de 100m. A compilação e a manipulação desses dados se deu no ArcGIS 9.1. As imagens de satélite LANDSAT TM foram utilizadas para a elaboração dos mapas de uso da terra referente aos anos de 1988 e 2010. Essas imagens inicialmente foram vetorizadas no Programa GvSig 1.9. A vetorização consiste no processo e conversão de arquivos raster em arquivos vetoriais, ou seja, em linhas, polígonos, e pontos. Em seguida foram editadas e recortadas no Programa ArcGIS 9.1. As imagens do programa Google *Earth*, referentes ao ano de 2008, foram utilizadas principalmente a identificação das classes de uso da terra e dos impactos ambientais.

Para uma caracterização mais detalhada do ponto de vista quantitativo e objetivando uma maior compreensão dos fatores e processos que ocorrem neste trecho da bacia hidrográfica do rio Pacoti, optou-se por realizar a análise morfométrica através de alguns parâmetros, estudados inicialmente por autores como: Horton (1945), Stralher (1952), Miller

(1953), Wisler & Brater (1964), citados mais tarde por autores brasileiros como Christofolletti (1969) e Rocha (1997).

Os índices adotados neste trabalho são abordados em quatro itens: a hierarquia fluvial, que abrange basicamente a classificação dos cursos d'água dentro da bacia, a análise linear, envolvendo as medições efetuadas ao longo das linhas de escoamento (comprimento do rio principal), análise areal, que corresponde às medições planialtimétricas e lineares (área da bacia no trecho, forma, densidade de rios e densidade de drenagem), e a análise das formas da bacia, (índice de circularidade, coeficiente de compacidade). Para a determinação de todos os parâmetros morfométricos foram utilizadas as ferramentas do software Arcview 3.3.

No que se refere à hierarquização dos canais fluviais foi utilizada a proposta de Stralher (1952), onde os segmentos de canais formadores, sem tributários, são denominados de primeira ordem; da confluência de dois canais de primeira ordem surgem os segmentos de canais de segunda ordem que só recebem afluentes de ordem inferior. Da confluência de dois segmentos de canais de segunda ordem surgem os segmentos de terceira ordem que recebem afluentes de ordens inferiores.

Para determinar o comprimento médio dos segmentos hídricos em cada uma das ordens foi utilizada a proposta de Horton (1945). Na equação, L_m representa o comprimento médio dos canais, L_u o comprimento dos canais em cada ordem, N_u o número de canais de cada ordem.

$$L_m = L_u / N_u \quad (1)$$

- Relação de Bifurcação – representa a relação entre o número total de segmentos de determinada ordem e o número total de segmentos da ordem imediatamente superior. Estes valores indicam o grau de dissecação da bacia hidrográfica, quanto maior for o índice de bifurcação maior será o grau de dissecação, valores geralmente abaixo de dois, indica relevo colinoso. Para determinar a relação de bifurcação foi utilizada a equação abaixo, onde R_b é a relação de bifurcação, N_u o número de segmentos de determinada ordem e $N_u + 1$ é o número de segmentos da ordem imediatamente superior.

$$R_b = N_u / N_u + 1 \quad (2)$$

- Densidade Hidrográfica - Esse parâmetro relaciona o número de rios ou canais com a área da bacia hidrográfica. Em outras palavras, expressa a magnitude da rede

hidrográfica, indicando sua capacidade de gerar novos cursos d'água em função das características pedológicas, geológicas e climáticas da área. Vale ressaltar que a densidade hidrográfica e a densidade de drenagem referem-se a aspectos diferentes da textura topográfica. Na equação abaixo, n é o número de canais e A é a área total da bacia.

$$D = N / A \quad (3)$$

- Densidade de Drenagem - Essa variável se relaciona diretamente com os processos climáticos atuantes na área estudada, os quais influenciam o fornecimento e o transporte de material detrítico ou indicam o grau de manipulação antrópica. Em outras palavras, para um mesmo tipo de clima, a densidade de drenagem depende do comportamento hidrológico das rochas. Assim, nas rochas mais impermeáveis, as condições para o escoamento superficial são melhores, possibilitando a formação de canais e, conseqüentemente, aumentando a densidade de drenagem. Na equação, C é o comprimento total dos canais e A é a área total da bacia.

$$D = C / A \quad (4)$$

- A Extensão do Percurso Superficial (Eps) - representa a distância média percorrida pelas enxurradas antes de encontrar um canal permanente. O resultado obtido também serve para caracterizar a textura topográfica, sendo calculada através da equação abaixo, onde Eps é a extensão do percurso superficial e Dd é a densidade de drenagem.

$$Eps = 1 / 2 \times Dd \quad (5)$$

- Coeficiente de manutenção- Esse parâmetro fornece a área mínima necessária para a manutenção de um metro de canal de escoamento. É considerado como um dos índices mais importantes do sistema de drenagem. Na equação Dd é a densidade de drenagem.

$$Cm = 1 / Dd \times 1000 \quad (6)$$

- Índice de Circularidade - Esse índice representa a relação entre a área total da bacia e a área de um círculo de perímetro igual ao da área total da bacia, que, na expansão areal, melhor se relaciona com o escoamento fluvial. Na equação, A é a área total da bacia e P é a área do círculo de perímetro igual ao da área total da bacia.

$$I_c = 12,57 \cdot A / P^2 \quad (7)$$

- Coeficiente de Compacidade - O coeficiente de compacidade (K_c) relaciona a forma da bacia com um círculo. Constitui a relação entre o perímetro da bacia e a circunferência de um círculo de área igual à da bacia. Conforme Silva & Mello (2008), podem-se classificar bacias hidrográficas em função do valor de K_c da seguinte forma: $1,00 \leq K_c < 1,25$ - bacia com alta propensão a grandes enchentes; $1,25 \leq K_c < 1,50$ - bacia com tendência mediana a grandes enchentes; $K_c \geq 1,50$ - bacia não sujeita a grandes enchentes. Na equação abaixo K_c é o coeficiente de compacidade, P é o perímetro (m) e A refere-se área de drenagem (m^2).

$$K_c = P / \sqrt{A} \times 0,28 \quad (8)$$

- Índice de Sinuosidade - Relaciona o comprimento verdadeiro do canal (projeção ortogonal) com a distância vetorial (comprimento em linha reta) entre os dois pontos extremos do canal principal. Na equação abaixo, L é o comprimento do canal principal e dv é a distância vetorial entre os pontos extremos do canal principal.

$$I_s = L / dv \quad (9)$$

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Geologicamente esse setor da bacia é formado, pelas seguintes unidades litoestratigráficas: Complexo Ceará, Granitóides Diversos, e Depósitos Aluviais. Do ponto de vista geomorfológico, esse setor da bacia abrange os Sertões Periféricos do Maciço de Baturité, marcado pela alternância de relevo plano e suave em alguns setores (200 m) a trechos onde o relevo é ondulado, com altitude em torno de 600m. Nesses locais a topografia

A classe A: 0 até 5%- (relevo plano e suave)- é formada por áreas planas ou quase planas, onde o escoamento superficial é bastante lento. A declividade do terreno não oferece restrição ao uso, não havendo erosão hídrica significativa, exceto naquelas áreas onde as vertentes apresentem rampas muito longas e com solos susceptíveis a processos erosivos. As declividades de 5% são consideradas limite para o desenvolvimento de processos erosivos. Neste setor da bacia, essa classe ocupa uma área de aproximadamente 114,4km² e abrange

boa parte da depressão sertaneja e da planície fluvial. A classe B:5 a 10%- (relevo suave ondulado)- abrange áreas com declives suaves, nos quais, na maior parte dos solos o escoamento superficial é lento ou médio. Em alguns tipos de solos com esses declives, a erosão hídrica não oferece nenhum problema; em muitos deles, são necessárias apenas práticas de conservação. Abrange uma área de aproximadamente 31,5 km².

A classe C:10 a 15% (relevo ondulado)- são áreas onde o relevo é ligeiramente inclinado, nos quais, o escoamento superficial, para a maior parte dos solos é médio ou rápido. Em alguns casos a erosão hídrica oferece poucos problemas ou então pode ser controlada com práticas simples; na maioria das vezes, práticas complexas de conservação dos solos são necessárias para que terrenos como esses possam ser utilizados para atividades agrícolas. Ocupa uma área em torno de 36,1km², correspondendo a área dos pés-de-serras.

A classe D: 15 a 25% (relevo forte ondulado) abrange áreas bastante inclinadas, onde o escoamento superficial é muito rápido em boa parte dos solos. Os solos dessa classe são facilmente erodíveis. Abrange aproximadamente 51,8 km². A classe E: 25 a 45%,(relevo montanhoso) representa as áreas com severa suscetibilidade a erosão, não sendo recomendadas para o uso agrícola, sob pena de serem erodidas em poucos anos. Nessas áreas deve ser estabelecida uma cobertura vegetal de preservação ambiental. Ocupa uma área de 13,4 km², correspondendo aos topos de morros.

A Figura 04 espacializa essas classes de declividades neste setor da bacia hidrográfica do rio Pacoti.

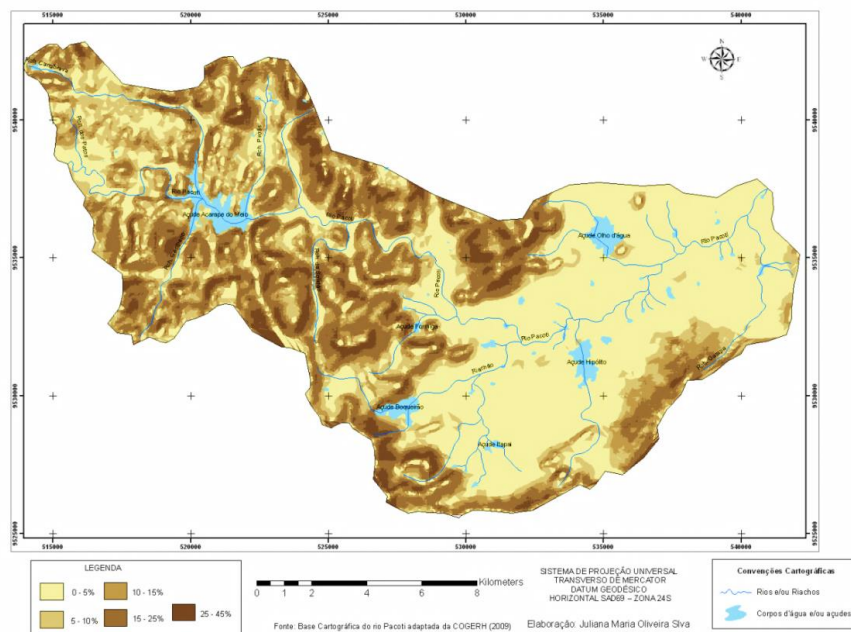


Figura 04-Mapa de Declividade
Elaboração: Silva, 2010.

As condições climáticas subúmidas favorecem a intensificação das condições de dissecação do relevo. Nas formas aguçadas, com relevo de topo contínuo e aguçado separados geralmente por vales em “V”, a dissecação varia de muito fraca (< 250 m) a muito forte (> 750 a < 1750 m). Já nas formas convexas, onde o relevo de topo é convexo, com diferentes ordens de grandeza e de aprofundamento da drenagem, separado por vales em “V” e eventualmente por vales de fundo plano, a dissecação é fraca (< 250 m).

A caracterização climática para este setor da bacia refere-se aos dados de temperatura e precipitação dos municípios de Redenção e Acarape, que se encontram inseridos neste setor da bacia. Os valores anuais de pluviosidade para Redenção oscilam entre 344,5 mm/ano (1993) e 1902,1 mm/ano (2001), já para Acarape oscilam entre 365,6 mm/ano (1993) e 1767,2 mm/ano (1994), resultando numa média total de 1164 mm para Redenção e 1039,4 mm para Acarape. No que se refere às temperaturas médias mensais, o município de Redenção registrou mínima de 24,7° C em julho e a máxima de 26,4°C em dezembro e janeiro, resultando numa média anual de 25,6°C. Já no município de Acarape, a mínima foi de 26,1°C em julho e a máxima de 27,7°C em dezembro e janeiro, resultando numa média anual de 27,0°C (FUNCEME, 2008).

De acordo com o levantamento realizado pela EMPBRAPA(1999), a pedologia da área é formada pelas seguintes classes de solos: Argissolos Vermelho Amarelo Eutrófico (193,4 km²) e Distrófico (12,4 km²), Luvisolos (25,6 km²) e Neossolos Flúvicos (12,82 km²).

A bacia, no trecho de estudo, apresenta uma área em torno de 247,6 km², e um perímetro de 84,13 km. O comprimento verdadeiro (projeção ortogonal) do rio principal é da ordem de 38,21 km, e a distância vetorial que representa o comprimento em linha reta entre os dois pontos extremos do canal é da ordem de 25,55 km. Foram contabilizados um total de 54 canais com um comprimento total de 140 km de extensão. Desses 54 canais, 42 segmentos são de primeira ordem, 9 de segunda, 2 de terceira e 1 de quarta ordem. Esses valores indicam um elevado controle estrutural nas nascentes do rio, comandando a formação de cursos fluviais

Os segmentos de primeira ordem possuem um comprimento total de 81,7 km, os de segunda 26,5 km, os de terceira 19,5 km, e o de quarta ordem 12,3 km. Obteve-se que os canais de primeira ordem têm comprimento médio em torno de 1,94 km, os de segunda ordem 2,94 km, os de terceira 9,75 km e o de quarta ordem 12,3 km. No que se refere aos índices de bifurcação foram encontrados os seguintes valores: 4,66 para os canais de segunda ordem, 4,50 para os canais de terceira ordem e 2,0 para os canais de quarta ordem. Esses valores de bifurcação indicam que nas áreas de nascentes o relevo é bastante dissecado. A Tabela 01 destaca a síntese dos parâmetros lineares para este trecho da bacia hidrográfica.

Tabela 01: Síntese dos parâmetros lineares

Ordem	Nº de segmentos	Compr. Total (km)	Compr. Médio dos Canais -Lm	Índice de Bifurcação
1ª	42	81,7	1,94	_____
2ª	9	26,5	2,94	4,66
3ª	2	19,5	9,75	4,50
4ª	1	12,3	12,3	2,0
Total	54	140	_____	_____

Fonte: Queiroz, 2010.

Em seguida foi calculado o Coeficiente de Manutenção, que indica a área mínima necessária para existir um metro de canal de escoamento, ou seja, indica a capacidade de manter cursos perenes. Para a área o valor do coeficiente de manutenção encontrado é de 1.785 m²/m. Cabe ressaltar que este valor é elevado indicando que a bacia, no trecho, não é rica em cursos d'água. O coeficiente de manutenção encontrado predomina nas áreas onde o relevo é mais plano, diminuindo gradativamente na medida em que o relevo se torna mais ondulado. Este comportamento pode ser explicado quando da ocorrência de chuvas de grandes intensidades nas áreas planas, quando o escoamento superficial tende a se concentrar, formando fluxos preferenciais e gerando, desta forma, os canais que compõem a rede de drenagem. No relevo mais acidentado o escoamento superficial tende a seguir a declividade natural do terreno escavando o solo nos pontos de menor resistência ao cisalhamento, proporcionando uma concentração maior de canais naturais e, por sua vez, a maior densidade de drenagem.

Um terceiro índice analisado refere-se à Extensão do Percurso Superficial, (Eps) que para a área é de 892,8 indicando o comprimento do caminho percorrido pelas águas pluviais antes de se estabilizarem ao longo de um canal. Segundo Rocha (1997), em termos ambientais, a determinação deste parâmetro é de fundamental importância, podendo ser relacionado ao indicativo de erosão. O valor encontrado é elevado e indica uma predisposição à erosão.

A partir dos valores do coeficiente de manutenção e extensão do percurso superficial, é possível enfatizar que a vegetação formada por matas úmidas e matas secas ajuda a proteger as vertentes contra os processos erosivos. Entretanto a remoção desta cobertura vegetal sem técnicas adequadas expõe os solos e os materiais inconsolidados, naturalmente susceptíveis a erosão, diretamente à ação das chuvas. Tal efeito provoca um aumento no escoamento

superficial e sub-superficial favorecendo uma dinâmica intensa nas vertentes, principalmente em áreas de alta declividade, que pode conduzir a processos de erosão laminar e concentrada.

Outro aspecto avaliado diz respeito à densidade de drenagem, que na área é de $0,56\text{km/km}^2$. De acordo com Villela e Matos (1975) esse índice pode variar entre $0,5\text{km/km}^2$ em bacias com drenagem pobre a $3,5\text{km/km}^2$ ou mais em bacias bem drenadas. Para a área o valor da densidade de drenagem (Dd) encontrado foi da ordem de $0,56\text{km/km}^2$, considerado regular dentro da classificação de Villela e Mattos (1975). No entanto, deve-se considerar como uma baixa drenagem se comparados a outras áreas. Valores baixos de densidade de drenagem estão geralmente associados a regiões de rochas permeáveis, o que não justifica, portanto, o valor encontrado para a área ($Dd = 0,56\text{ km/km}^2$), tendo em vista a geologia local está representado por rochas do complexo cristalino, altamente impermeáveis. Na área em estudo essa baixa densidade de drenagem está associada, sobretudo, aos depósitos de sedimentos colúvio-eluviais de idade quaternária, com granulometria variada, originados pela alteração do material das partes altas e transportados predominantemente pela gravidade, ou originados pelas alterações da rocha “in situ”.

Ainda foi analisada a densidade de rios (Dr) que, assim como a densidade de drenagem tende a refletir os processos de controle no desenvolvimento da rede hidrográfica, sejam eles naturais ou artificiais. A relação entre o número total de rios e a área de uma bacia hidrográfica revela densidade de rios que expressa, em seu resultado a frequência (ou quantidade) com que os cursos d'água aparecem em uma área padrão. Para a área foi constatado uma baixa densidade hidrográfica em torno de $0,21\text{ rios/km}^2$, indicando uma baixa tendência à formação de canais. Quando o valor de (Dd) é superior ao (Dr), reflete um acentuado controle estrutural, o que reflete num menor número de canais, no entanto, com comprimentos mais elevados.

Cabe destacar que o avanço da urbanização, o crescimento das atividades industriais, atividades de mineração, a degradação ambiental dos solos e da cobertura vegetal comprometem diretamente os parâmetros morfométricos até aqui analisados. O soterramento dos cursos d'água, a canalização, o represamento, alteram significativamente o balanço sedimentológico do rio e, por conseguinte a dinâmica morfométrica.

Foram avaliados ainda, o Índice de Circularidade (Ic) e o Coeficiente de Compacidade (Kc) da área de estudo. De acordo com os resultados obtidos $Kc = 1,50$ e $Ic = 0,43$, pode-se afirmar que esse trecho da bacia hidrográfica do rio Pacoti mostra-se pouco suscetível a enchentes em condições normais de precipitação (ou seja, excluindo-se eventos de intensidades anormais) pelo fato de o coeficiente de compacidade apresentar o valor acima da

unidade e o índice de circularidade ser menor que 0,51. Assim, há uma indicação de que a bacia não possui forma circular, possuindo, portanto, uma tendência de forma alongada.

Quanto mais irregular for a bacia, maior será o coeficiente de compacidade. Um coeficiente mínimo igual à unidade corresponderia a uma bacia circular e, para uma bacia alongada, seu valor é significativamente superior a 1. Uma bacia será mais suscetível a enchentes acentuadas quando seu K_c for mais próximo da unidade. Já um índice de circularidade igual a 0,51 representa um nível moderado de escoamento; maior que 0,51 indica que essa bacia tende a circular; menor que 0,51 a bacia tende a ser mais alongada, o que favorece um maior escoamento.

Por fim, o índice de sinuosidade encontrado para a área foi de 1,18 (adimensional). Este valor informa que o canal principal da bacia tende a ser transicional, ora sinuoso, ora retilíneo. De acordo com Schumm (1963), valores próximos a 1,0 indicam que o canal tende a ser retilíneo, já valores superiores a 2,0, indicam que o canal tende a ser tortuoso e os valores intermediários indicam formas transicionais, regulares em alguns trechos e irregulares em outros. Para Guerra e Cunha(1996), as diferentes sinuosidades dos canais são determinadas muito mais pelo tipo de carga detrítica do que pela descarga fluvial.

Todos esses valores foram associados aos Mapas de Uso da Terra elaborado para os anos de 1988 e 2010. Foram consideradas cinco classes de uso da terra, adaptadas do Manual Técnico de Uso da Terra do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE/2006. Foram definidas as seguintes classes: área urbanizada, agricultura, área industrial, solo exposto e mineração.

A classe área urbanizada compreende áreas de uso intensivo, estruturadas por edificações e sistema viário, onde predominam as superfícies não-agrícolas. Na classe agricultura foram consideradas as terras utilizadas para a produção de alimentos e outras commodities do agronegócio. A classe área industrial compreende o uso da terra por atividades industriais. A classe solo exposto que não apresentam nenhuma cobertura vegetal; a classe mineração referente àquelas áreas de extração de calcários, a classe vegetação referente aquelas áreas onde a vegetação encontra-se conservada e a classe corpos d'água, onde foram considerados os corpo d'água naturais (rios, lagoas) e artificiais (açudes). As Figuras 05 e 06 destacam os mapas de uso da terra para os anos de 1988 e 2010, respectivamente.

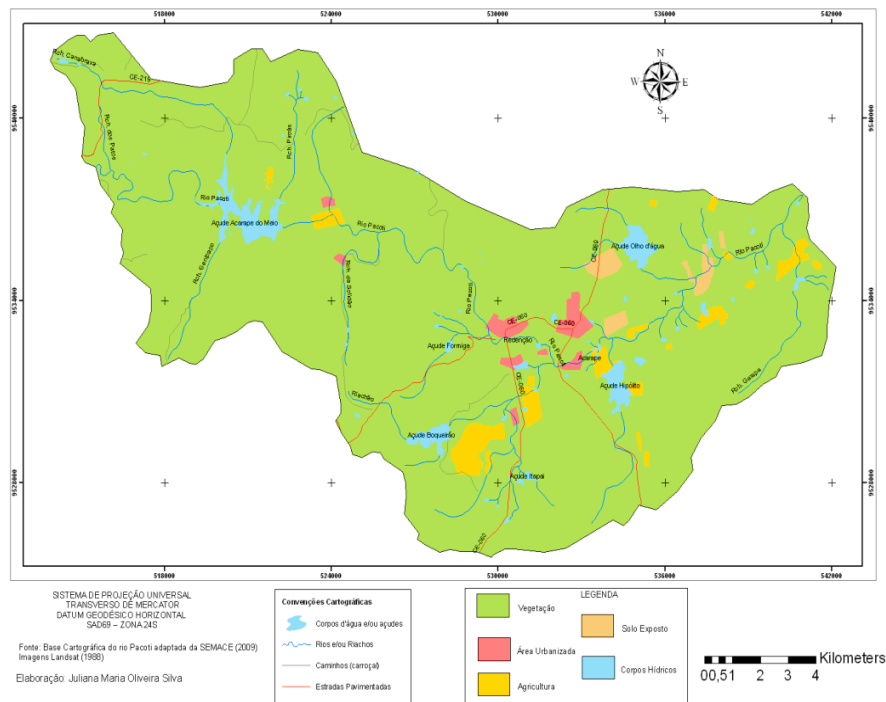


Figura 06: Mapa de Uso da terra referente ao ano de 1988

Elaboração: Queiroz, 2010.

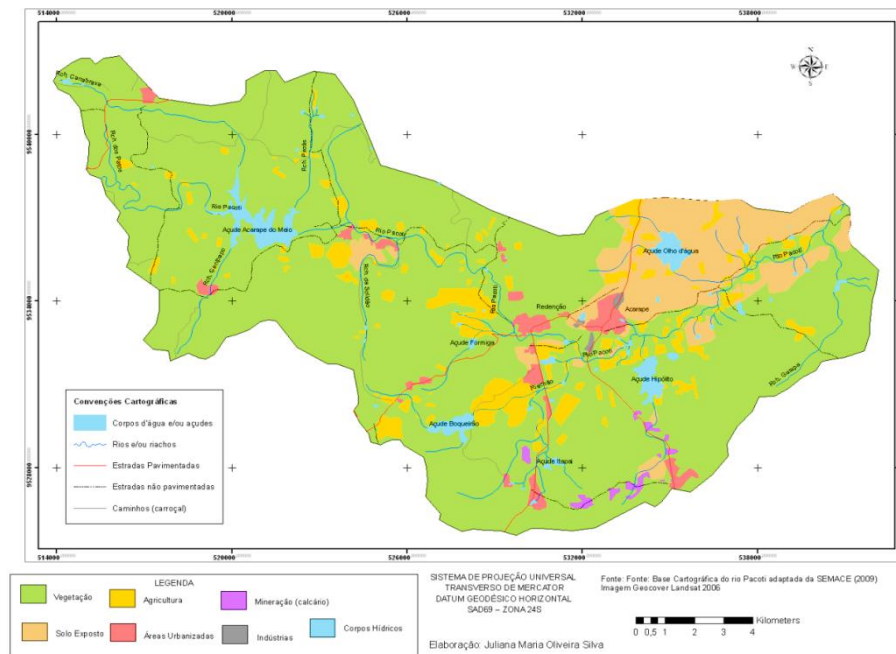


Figura 06: Mapa de uso da terra referente ao ano de 2010.

Elaboração: Silva, 2010.

Foram elaborados dois cenários temporais de uso da terra, para os anos de 1988 e 2010, onde foram identificados no primeiro cenário cinco classes de uso da terra e sete classes no

cenário de 2010. Entre os anos de 1980 e 2010 três classes tiveram expansão (áreas urbanizadas, agricultura e solo exposto) e surgiram duas novas classes: indústria e mineração. Os dados de uso da terra estão resumidos na Tabela 02.

Tabela 02- Síntese do uso da terra na área de estudo- 1988-2010.

Classes	Uso da terra 1988		Uso da terra 2010	
	Área em ha	Área em Km ²	Área em ha	Área em Km ²
Agricultura	626,02	6,2	1670,60	16,7
Indústria	-----	-----	38,05	0,38
Mineração	-----	-----	91,1	0,9
Áreas urbanizadas	280,49	2,8	514,31	5,14
Solo exposto	211,44	2,1	2411,54	24,1
Vegetação	22691,2	226,9	18872,2	188,7
Corpos d'água	1158,2	11,5	1158,2	11,5

Elaboração: Queiroz, 2010.

Em 1988 a classe agricultura ocupava uma área em torno de 626,02 ha (6,2km²), passando a ocupar em 2010 uma área de 1670,60 ha (16,7 km²). O aumento desta classe nos últimos 21 anos está ligado ao avanço das plantações de milho, feijão, banana e cana-de-açúcar para comercialização. Constatou-se que tais práticas agrícolas ocupam as áreas dos Neossolos Flúvicos, próximas aos cursos d'água e nas vertentes, fato que favorece a perda da camada orgânica do solo, pelas queimadas, escavações de valas e retirada da cobertura vegetal morta. Nesse caso é notório e inadequado o tratamento dado aos restos dos vegetais queimados, bem como da cobertura morta, pois ambos são jogados dentro do rio.

As classes indústria e mineração não foram identificadas na análise de 1988, no entanto em 2010 ocupam uma área de 38,05 ha (0,38 km²) e 91,1, ha (0,9km²), respectivamente. Importante destacar a presença da indústria de tintas Ytapá Cor, que faz uso dos metacalcários presentes na estrutura geológica conhecida como Unidade Independência para fabricação de tinturas. Tal prática tem contribuído para a exposição dos solos aos efeitos climáticos ocasionando processos de erosão, uma vez que se constituem em áreas degradadas. Já a classe corpos d'água apresentou-se semelhante para ambos os anos, ocupando uma área de 1158,2 ha (11,5 km²).

A classe urbanização registrou em 1988 uma área de aproximadamente 280,49 ha (2,8 km²), passando em 2010 a ocupar uma área em torno de 514,31 ha (5,14 km²). Cabe destacar

que pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU)-Redenção (2000), o crescimento da área urbana deveria se dar em função da melhoria da qualidade de vida, do conforto das populações e das potencialidades de cada área.

Em relação ao solo exposto, percebeu-se uma significativa expansão dessa classe que em 1988 ocupava uma área de 211,44 ha (2,1 km²), passando em 2010 a ocupar 2411,54 ha (24,1 km²). Este fato pode ser justificado pelo aumento dos desmatamentos e queimadas especialmente nas áreas dos Luvisolos, onde a declividade varia entre 5% a 10%. É bastante comum na área da bacia a utilização do fogo na preparação do terreno para agricultura, o que ao longo dos anos leva o solo a perder a fertilidade natural, bem como ao aumento dos processos erosivos. Esse fato pode ser explicado também pela pecuária extensiva, onde bovinos e caprinos, ficam livres para pastar, principalmente na área da Depressão sertaneja. Tais práticas podem comprometer as taxas de escoamento superficial e infiltração, em função da acelerada erodibilidade dos solos da bacia.

Por outro lado um aumento do solo exposto significa uma redução da cobertura vegetal. Em 1988 essa classe ocupava uma área de 22691,2 ha (226,9 km²), enquanto que em 2010 reduziu-se para 18872,2 ha (188,7 km²), resultando numa diferença de 37km² de área sem cobertura vegetal. Essa redução da cobertura vegetal contribui para a erosividade da chuva na área. Apesar da redução da cobertura vegetal, é importante destacar que ela ainda encontra-se bastante conservada, em vários topos das vertentes e trechos da planície fluvial.

De modo geral, essas alterações ambientais ao longo dos anos, podem comprometer os valores morfométricos encontrados para este setor da bacia, nesta pesquisa. Parâmetros como a extensão do percurso superficial, a densidade de drenagem, o coeficiente de manutenção, podem sofrer variações em seus valores, pois algumas propriedades do terreno, como infiltração e deflúvio das águas das chuvas, expressam estreita correlação com a litologia, estrutura geológica e formação superficial dos elementos que compõem a superfície terrestre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A caracterização morfométrica das bacias hidrográficas é de fundamental importância nos estudos ambientais, isso porque descreve as características sobre o sistema fluvial e a modelagem do relevo identificando as possíveis alterações antrópicas provocadas dentro desse ecossistema, bem como na tentativa de compreensão da dinâmica fluvial. O uso da morfometria no estudo das bacias hidrográficas constitui-se num meio complementar para

explicar as interações que ocorrem entre todos os elementos da paisagem, dentre eles a pedologia, relevo e a rede hidrográfica e seus processos ambientais.

A aplicação da morfometria em um trecho do rio Pacoti, resultou em um conjunto de dados consistentes que permitiram avaliar o comportamento hidrogeomorfológico da bacia para fins de planejamento ambiental. A associação das propriedades morfométricas com a dinâmica de uso da terra permitiu a identificação dos principais vetores que atuam na transformação das paisagens local, gerando a degradação ambiental do relevo, dos solos, da vegetação e dos recursos hídricos.

A bacia no setor apresenta uma baixa densidade de drenagem e hidrográfica, elevado coeficiente de manutenção e extensão do percurso superficial, o que requer um manejo adequado da área em termos de cobertura vegetal e relevo para não comprometer as nascentes dos cursos fluviais. O índice de circularidade e o coeficiente de compacidade indicam que em condições normais de precipitação esse setor da bacia não é propício a enchentes.

Nessa direção cabe ao poder público tomar decisões vinculadas a um planejamento integrado, que deve contar com pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, de modo a se levantar todas as possibilidades e atingir um resultado satisfatório a ser alcançado a médio e longo prazo. É importante salientar ainda que este estudo não buscou solucionar os problemas gerados pelos atores sociais envolvidos na problemática, mas analisar e procurar as causas, estimulando uma maneira diferente de analisar a bacia hidrográfica e seus problemas; e perceber que de uma forma ou de outra, absolutamente tudo está interligado dentro da dinâmica de sistemas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. R. **Planejamento Ambiental: caminho para a participação popular e gestão ambiental para o nosso futuro comum. Uma necessidade, um desafio.** Biblioteca Universidade Estácio de Sá. Ed: Thax, Rio de Janeiro, 1993.

CHRISTOFOLETTI, A. Análise morfométrica das Bacias Hidrográficas. **Notícia Geomorfológica**, v.9, n18, p. 35-64, 1969.

DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO DE IMAGENS / INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Catálogo de Imagens.** Disponível em <<http://www.dpi.inpe.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Base de Dados**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/>>. Acesso em: 18 nov. 2008.

GOOGLE EARTH- MAPAS. <http://mapas.google.com>. Consulta realizada em 20/10/2008.

GUERRA, A. J. T; CUNHA, S. B. C. **Geomorfologia e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HORTON, R.E. Erosional development of streams and their drainage basins: hydrophysical approach to quantitative morphology. **Geol. Soc. America Bulletin**. [s.l.: s.n.], 1945.

MILLER, V.C. A quantitative geomorphic study of drainage basins characteristic in the Clinch Mountain area. **Technical Report**. [s.l.: s.n.], 1953.

PIRES J.S.R.; SANTOS, J. E. Bacias Hidrográficas: integração entre o meio ambiente e desenvolvimento. **Revista Ciência Hoje: Águas do Brasil**, má utilização e falta de planejamento. 19 (110): 40-50, 1995.

ROCHA, J.S.M. **Manual de Projetos Ambientais**. Santa Maria: Imprensa Universitária, 1997. 423p.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. Geomorfologia Aplicada aos EIA's-RIMA's. In: GUERRA, Antonio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da (org.). **Geomorfologia e Meio Ambiente**. 3ª ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2000.

SCHUMM, S. A. Sinuosity of alluvial rivers on the great plains. **Bulletin of Geological Society of America**. v. 74 , n. 9, 1963.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. **Base Cartográfica**. <<http://www.semace.ce.gov.br/?s=cartografia>>. Acesso em 20 ago. 2008.

STRAHLER, A.N. **Physical Geography**. New York, Wiley, 1952.

VILLELA, S.M.; MATTOS, A. **Hidrologia Aplicada**. São Paulo, ed. Mcgraw- Hill do Brasil,1975.

WISLER, C. O. BRATER, E. F. **Hidrologia**. Rio de Janeiro, 1964

CARTOGRAFIA DE ÁFRICA: TOPONÍMIA, AFRICANIDADE E IMAGINÁRIO

Maurício **WALDMAN**

Doutor em Geografia (USP, 2006), Pós Doutor em Geociências
(UNICAMP, 2011), Pós-Doutor em Relações Internacionais (USP) e
Pós Doutorando em Meio Ambiente na Universidade do Oeste
Paulista (UNOESTE).

Pesquisador-Bolsista da FAPESP. Colaborador do Centro de Estudos
Africanos da USP (CEA-USP).

E-mail: mw@mw.pro.br

<http://lattes.cnpq.br/3749636915642474>

Resumo: a Toponímia é de fundamental importância na avaliação dos mapas enquanto peças culturais, históricas, políticas e ideológicas. O regime de nominação que governa a titularidade dos lugares reporta a modelos de percepção que ultrapassam a mera funcionalidade em identificar povos, países, cidades, rios ou lagos. Nessa perspectiva, a compreensão de que a imagem da África foi ao longo de séculos de história de contatos com o Ocidente modelada por padrões cognitivos eurocêntricos – recidivamente incluindo um regime prévio de estereótipos cartográficos – sugere que a compreensão cartográfica não pode ficar restrita às acepções meramente técnicas relacionadas à confecção dos mapas. O *paper* que segue procura a partir do foco na toponímia explicitar como a cartografia européia incorporou a África Negra à agenda geográfica. Consequentemente a discussão versa sobre o território que se estende das franjas do deserto do Saara ao Cabo da Boa Esperança, espaço delimitado por uma vasta orla litorânea, compreendida entre o Cabo Bojador e o Cabo Guardafui. Considerando-se os preconceitos que gravam a compreensão do continente africano enquanto um *temário*, a toponímia engendrada pela cartografia européia frequentemente repudia a identidade do continente, direta ou indiretamente legitimando a imposição da ordem colonial. Neste sentido, a retirada dos antigos poderes coloniais da África abriu caminho para uma revisão toponímica tendo por eixo a noção de *África Sujeito*. Trata-se de um processo que se reforça dia a dia, assumido uma perspectiva toponímica que prognostica novos mapas, dinâmica essencial para a consolidação da soberania africana.

Palavras-Chave: Cartografia, Eurocentrismo, Africanidade, Imaginário, Identidade, Percepção, Toponímia.

CARTOGRAPHY OF AFRICA: TOPONYMICS, AFRICANITY AND IMAGINARY

Abstract: Toponymics is of fundamental importance on evaluating maps as cultural, historical, political and ideological objects. The nomination regime that rules the place's titles reports to models of perception beyond the mere functionality of identification of people, countries, cities, rivers or lakes. In this sense, comprehending that Africa was through a secular history of contacts with Occident, modeled by Eurocentric patterns of recognition which includes a previous stereotyped cartographic regimen, considering this agenda, a comprehensive cartographic reading must go beyond the merely technical elaboration of maps. This paper seeks therefore focus on the toponymic references that have been presented at European cartography on what is known as Black Africa. In that

sense, the focus of this text will be centered at the territory that extends from the fringe of the Sahara desert to the Cape of Good Hope, a space that in coastal counties covers from Bojador to Cape Guardafui. Considering the bias that attended the comprehension of the continent of Africa as an object, the toponymy of the European cartography frequently lacked substance, direct or indirectly legitimate the imposition of the colonial order. Thus, through the withdrawal of older colonial powers of the continent, the toponymy present at continent cartography has been reviewed by renomination politics, in whose core lies the idea of *Africa Subject*. It is a process that reinforces itself day by day, a toponymic that generates new maps, an essential dynamism for consolidating African sovereignty.

Keywords: Cartography, Eurocentrism, Africanity, Imaginary, Identity, Perception, Toponymics

CARTOGRAPHIE DE L'AFRIQUE: TOPONYMIE, AFRICANITE ET L'IMAGINAIRE

Résumé: La Toponymie est important dans l'évaluation des cartes géographiques en tant que parties culturelles, historiques, politiques et idéologiques. Le schéma de nommage qui régit la propriété des sites signalant les modèles de perception qui dépassent la simple fonctionnalité d'identifier les peuples, les pays, les villes, les rivières ou les lacs. Dans cette perspective, comprendre ce que l'image de l'Afrique a été marquée par des modèles cognitifs eurocentriques depuis des siècles de l'histoire de contacts avec l'Occident - cette permanence compris un régime antérieur de stéréotypes cartographiques - indique que la compréhension cartographique ne peut pas être limitée à de simples significations liées à la techniques de fabrications de cartes. Ce texte recherche dans toponymes vise à expliquer comment les cartes européennes intégrées Afrique noire dans l'agenda géographique. Par conséquent, la discussion a pour sujet le territoire qui s'étend des confins du désert du Sahara au Cap de Bonne-Espérance zone délimitée par un bord de mer côtière vaste, entre le Cap Boyador et le Cap Guardafui. Compte tenu des préjugés qui enregistrent la compréhension du continent africain comme un programme, la toponymie engendrée par cartes européennes rejette souvent l'identité du continent, légitimant directement ou indirectement l'imposition de l'ordre colonial. En ce sens, le retrait des anciennes puissances coloniales en Afrique a lancé un revue de toponymie à l'axe de notion de *l'Afrique Sujet*. C'est un processus qui renforce de jour en jour, à prendre un point de vue toponymique que laisse présager de nouvelles cartes, dynamique essentiels pour la consolidation de la souveraineté africaine.

Mots-clés: cartographie, eurocentrisme, africanité, imaginaire, Identité, Perception, Toponymie.

INTRODUÇÃO

Fato raramente lembrado, a toponímia reveste-se de importância fundamental na avaliação dos mapas enquanto peças de fundo cultural, histórico, político e ideológico. Isto porque o regime de nomeação que governa a titularidade dos lugares reporta a contextos nos quais a percepção do território e dos grupos humanos nele assentados é recidivamente conotada por inferências que ultrapassam finalidades meramente funcionais em identificar a fisionomia do espaço geográfico, suas rugosidades naturais e comunidades humanas.

Neste texto, iremos ponderar sobre as referenciais toponímicos que se fizeram presentes na cartografia ocidental quanto ao vasto espaço continental conhecido como *África Negra*.

Nessa linha de abordagem, o saber decantado nos mapas europeus e islâmicos revela um espaço que se estende desde as franjas do Deserto do Saara - isto é, do *Sahel*¹ - ao Cabo da Boa Esperança, na *finisterra* africana. Em termos da maritimidade, distinguem-se nessa porção do globo terrestre duas orlas oceânicas: a *Costa*, ou seja, o litoral Atlântico entre o Cabo Bojador (Saara Ocidental) e o Cabo da Boa Esperança e *Contra-Costa*, formada pelo litoral do Índico situado entre a *finisterra* e o Cabo Guardafui (Somália).

Historicamente, as extensões sul-saarianas foram agraciadas por quatro topônimos de abrangência continental, que em comum legitimaram a anexação lingüística da África Negra à cartografia ocidental. São eles: *Guiné, Nigritia, Etiópia e Sudão* ².

A denominação *Guiné* surge nos primeiros relatos das navegações portuguesas no Atlântico. A onomástica esclarece que etimologicamente, o geônimo provém de *aguinaoui*, termo de raiz berbere significando preto ou negro. Com filiação similar distinguem-se as expressões *Nigritia* e *Negroland*, amplamente presentes nos mapas dos séculos XVII e XVIII para delimitar sítios da África D'Oeste ocupados por populações negras. Quanto à *Etiópia*, o topônimo decorre do grego *Aiθίῶψ*, *Aithiops*, literalmente “pessoas de rosto queimado”, ou em bom português, negras.

Estes três topônimos - *pari passu* à própria difusão da terminologia *África Negra*³ - foram de presença costumeira nos mapas europeus. Geograficamente circunscrevem ponderáveis lustros do continente africano, extensivos a ponto de confinarem territorialmente entre si (Figura 1).

¹O Sahel - do árabe ساحل :*Sahil*, cuja tradução é costa ou fronteira - intercala-se entre o Saara ao norte e as paisagens mais úmidas ao sul. Do ponto de vista orográfico e biogeográfico, o Sahel constitui a *praia do Saara*. Forma um corredor contínuo oscilando entre 500 e 700 km no sentido Norte-Sul e no plano Leste-Oeste, se estendendo entre o Atlântico e o Mar Vermelho. Configura domínio estepário fitogeograficamente colonizado por acervo florístico alimentado por escassas precipitações pluviométricas (150-500 mm/ano).

² Seria pertinente anotar que para a cartografia colonial alemã o topônimo *Congo* tornou-se praticamente sinônimo de África. Daí que a Conferência de Berlim (1885-1885) é conhecida em alemão como *Kongokonferenz*: Conferência do Congo.

³A título de exemplo, o navegador veneziano Alvise Cadamosto (1432-1488), que percorreu ampla seção do litoral da Senegâmbia no biênio 1455-1456 a soldo de Portugal, foi autor do célebre *Voyages en Afrique Noire*: Viagens à África Negra.

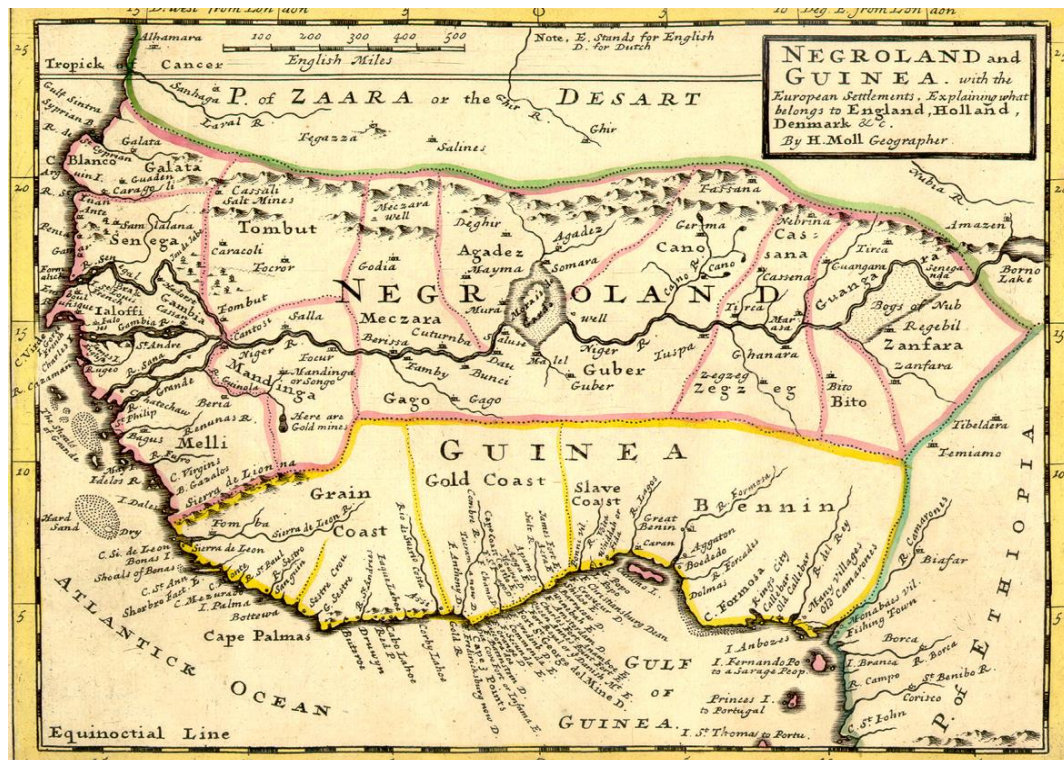


Figura 1: Negroland and Guinea, mapa de 1729 de autoria do cartógrafo alemão Herman Moll. Notar que no mapa coabitam as terminologias *Negroland* (*Nigritia*), *Etiópia* (*Ethiopia*) e *Guiné* (*Guinea*). *Negroland* repete a antiga concepção árabe de faixa sudanesa. Na *Guiné*, mercadorias procuradas pelos europeus tornam-se topônimos: *Costa dos Grãos* (*Grain Coast*), *Costa do Ouro* (*Gold Coast*) e *Costa dos Escravos* (*Slave Coast*). Visivelmente o interior ainda é pouco conhecido. As nascentes do rio Níger, que atravessa a *Nigritia*, está erradamente plotada no que seria o Lago Tchad. Na *Guiné*, os entrepostos costeiros constituem a totalidade das menções cartográficas.

Neste particular, é importante assinalar que a consciência da individualidade da África ao sul do Saara frente às terras localizadas ao norte do grande deserto não é de modo algum nova e tampouco seria - conforme equivocado senso comum - apanágio da incultura geográfica europeia. Desde tempos imemoriais os povos da África setentrional, do Levante e do mundo greco-latino fizeram uso de uma coleção de topônimos para identificar espaços e populações postados além do deserto.

Devemos reter que paralelamente à especificidade civilizatória da África Sul-Saariana (MUNANGA, 1984), se impõe um quadro físico que reforça o entendimento de uma individualidade geo-espacial. Neste plano é notável a unidade física explicitada por essa parte do continente, espaço no qual encontramos domínios geográficos diferentes dos que tipificam o setentrião africano. Sob influência das faixas latitudinais, os biomas formam paisagens que

se sucedem a partir das florestas equatoriais do Congo e da Guiné, auréolas nas quais nidificam savanas, bosques de espinhosas, estepes subdesérticas e as paragens áridas (BRETON, 1990: 110-111).

Nesta senda, a antiguidade clássica diferenciava o norte da África, a *Lybia* - topônimo inspirado num grupo nativo local - das terras situadas no *hinterland*, a *Lybia interior*. Além de *Lybia*, despontavam outras denominações para identificar territórios continente adentro: *País dos Garamantes* (referindo-se com mais propriedade aos habitantes do antigo Fezzan), *Núbia* (terras a montante da segunda catarata do Nilo, eventualmente designando outras plagas), *Mauritânia* (país do povo Mauri, Mouro ou Maurício) e *Numídia* (país dos Númidas). Complementando, a partir da Baixa Idade Média a denominação *Berberia*, *Barbaria* ou *Costa Berberisca* - desdobramento de *Berberes*, tal como os povos da África Setentrional eram definidos pelos romanos ⁴ - passou a transitar nos mapas muçulmanos e da cristandade.

Seria necessário ajuizar que tais topônimos, a despeito de terem auferido notoriedade a partir de acepções modeladas por inculturações extra-africanas, reportam a marcos étnicos autóctones, a povos e culturas fixados de longa data nessa parte do continente. Ademais, em parceria com essa toponímia com enraizamento local, os conquistadores árabes disseminaram duas expressões enormemente prestigiadas: *Magreb* e *Machrek*.

O *Magreb* - termo procedente de *Al-Maghrib*: المغرب: Ocidente - se estenderia, com ressalvas de um autor para outro, pelos hodiernos Marrocos, Argélia, Tunísia, Saara Ocidental, Mauritânia e Tripolitânia⁵. O espaço magrebino perfila consistente histórico de conexões com o Mediterrâneo e de igual modo, longa interlocução histórica, cultural e geográfica com os países ao Sul do Saara. *Magreb* tem por contrapartida *Al-Machrek*: مشرق: Oriente - reunindo os países levantinos, península arábica, Mesopotâmia, Egito, Iran, Anatólia, Turquestão e as adjacências da Grande Diagonal Árida. Grosso modo, designa regiões que para a geografia ocidental integram o chamado Oriente Médio ⁶.

Faria sentido ressaltar que no imaginário espacial árabe, tanto *Magreb* quanto *Machrek*, uma vez delimitando áreas integrantes do ecúmeno cercadas por amplos desertos,

⁴Essa palavra incorporava forte estigma de exclusão. O mundo greco-romano definia como bárbaro todos os povos que não se expressavam em grego ou em latim, sendo considerados carentes de civilização e por extensão, social e culturalmente inferiores (WALDMAN, 2003).

⁵ Porção norte-ocidental da Líbia, a Tripolitânia desfruta desde a colonização fenícia da região, de reconhecida identidade geo-histórica. Ao lado da Cirenaica (ou Barca) e do Fezzan, é um dos três grandes domínios geo-históricos da Líbia.

⁶Saliente-se a tendência atual da geopolítica em optar pelo topônimo *Machrek*, considerado preferível a *Oriente Médio*, termo que somente se justificaria se pensarmos uma região situada na “metade” ou a “meio caminho” entre a Europa e a Índia, o que denuncia visão assumidamente eurocêntrica (WALDMAN et SERRANO, 2007:103).

configurariam “ilhas”. É o que explica os derivativos “Ilha de Ocidente” para *Magreb* e “Ilha de Oriente” para *Machrek*.

No que tange à África Negra, a personalidade histórico-cultural-geográfica dessa porção do continente é chancelada pela expressão árabe *Bilad-as-Sudan*: بلاد السودان, qual seja, *País dos Negros*. Tal espaço, conhecido na forma sintética de *Sudão*, materializa um *continuum* que se prolonga do Mar Vermelho ao Atlântico, através das estepes e savanas sul-saarianas. Por sinal, Saara procede igualmente da língua árabe, significando deserto ou mais exatamente, *aṣ-Ṣaḥrāʾ al-Kubrā*, الصحراء الكبرى: O Grande Deserto. Paulatinamente, o termo *Sudão* terminou adotado por centenas de línguas, dentro e fora da África, tornando-se de uso universal, inclusive por parte dos historiadores, geógrafos e antropólogos ocidentais ⁷.

Um dado matricial para compreender a instrumentalização desses topônimos pela cartografia ocidental nos remete à forma de como a África foi cooptada pelos esquemas da nascente economia mundial modelada pelo mercantilismo e mais tarde, pelo capitalismo industrial e financeiro. Nesta averbação, impõe-se a constatação de que o mundo extra-europeu foi primeiramente apreendido a partir de informes precários, galvanizados por relatos fantásticos, assim como por poderosas injunções excludentes “do outro”, posturas que de pronto, transparecem nas representações iniciais do ecúmeno terrestre (Figura 2).

⁷ Nessa última declinação temos a designação *povos sudaneses*, ainda em voga em muitos segmentos da antropologia.



Figura 2: Mapa do Ecúmeno de Johannes Schnitzer (1482). Nessa carta, cópia do Planisfério de Ptolomeu (circa 150 DC), é visível que tanto a África quanto a Ásia apresentam contornos mal definidos, singularidade acompanhada por definições pouco precisas dos povos que ocupavam estes continentes. Dado inescapável, na visão ptolomaica a Europa ocupa a sugestiva posição norte ou superior da representação cartográfica, indicação que seria fortemente realçada a partir da hegemonia mundial do ocidente.

Entretanto, seria forçoso admitir que no caso africano os traços pejorativos adereçados ao continente foram radicalizados pelo papel imposto à África pela nascente economia de mercado. Vale dizer, de espaço ao qual foi imposto o papel de prover a força de trabalho solicitada pelo voraz sistema de *plantation*. Este pressuposto foi central na legitimação ideológica da África enquanto espaço preñado de negatividade, consideração acoplada a noções que desqualificavam os africanos, privando-os de Humanidade. Tais estereótipos se prestaram a sancionar a escravidão e o tráfico negreiro, atividades articuladas pelos poderes coloniais contando com apoio declarado do Papado ⁸.

Precisando melhor as colocações do parágrafo anterior, a Bula *Dum Diversas*(1452), que vem a luz com o timbre do Papa Nicolau V, autorizava Afonso V de Portugal a escravizar os “infieis” da África Ocidental. Aprimorando a diretiva, a Bula *Romanus Pontifex*(1455),

⁸Note-se que durante décadas a existência de alma nos negros e/ou a possibilidade dos africanos ingressarem no paraíso era fonte de acirrados debates no seio da Igreja.

também emitida no pontificado de Nicolau V, concedia o direito de escravizar todas as populações ao sul do Cabo Bojador. É importante ter em conta que o Cabo Bojador, ao lado de constituir referência náutica, tradicionalmente evocava o fim dos domínios árabe-mouros e início do povoamento negro-africano. *Thatistosay*: ratificava a África Negra como espaço preferencial de apresamento do comércio escravista.

Com este paradigma em vista, o regime de anexação cartográfica imposto ao continente foi construído com base numa toponímia que negava as particularidades, a soberania e a cultura das populações negro-africanas. Arenominação encetada pelos europeus consubstanciou uma violência simbólica empenhada em apagar a totalidade das formulações espaciais anteriormente existentes, fruto de especulações milenares de uma concertação múltipla e heterogênea reunindo centenas de povos africanos.

Exemplificando, para os portugueses o termo *Guiné* correspondia a um enorme naco de território que incluía desde o Cabo Bojador até as proximidades do Congo, ocasionalmente também absorvido no conjunto guineense. Conforme anteriormente destacado, esse topônimo referia-se a uma *Terra dos Negros*, distinto dos rincões saarianos ocupados por berberes e árabes. Vez por outra os mapas diferenciavam *Alta Guiné*, compreendendo a faixa litorânea entre o rio Senegal e o delta do Niger, de *Baixa Guiné*, das bocas do Niger até Angola⁹. Tal enquadramento subscrita a amplitude do *Golfo da Guiné*, abarcando toda orla litorânea central da África, mas atualmente sob tutela de nações granjeadas por outras denominações.

Do mesmo modo, *Etiópia* em muitos mapas intitula largo trecho da África, transbordando em muito a Abissínia¹⁰, *core-area* do Estado Etíope contemporâneo. Por isso mesmo, populações com pouca ou nenhuma conexão com os abexins¹¹ passaram a ser indistintamente classificadas como “etíopes”. A mesma sina foi reservada às águas oceânicas e seus apêndices. Com efeito, o mapa de Guilherme Blaeu¹² (1644) honorabiliza o essencial

⁹A disseminação desse topônimo explica a distância que separa a Guiné-Bissau (ex-colônia portuguesa) e Guiné-Conacry (ex-colônia francesa), ambas vizinhas entre si, da Guiné-Equatorial (ex-colônia espanhola), situada a mais de 2.500 km das duas primeiras.

¹⁰ Para muitos cartógrafos europeus a Abissínia seria o legendário Reino de Prestes João, Estado cristão cuja plotagem nem sempre era compatível com a localização real desse país. Relatos sobre um império cristão na África espalharam-se pela Europa ao longo do Século XII, e desde então, inundaram os mapas. Em 1565 a denominação ainda insistia em aparecer no Atlas de Diogo Homem, uma peça clássica da cartografia portuguesa (WALDMAN, 1997:110).

¹¹ Assinale-se que o termo *abexim* (decorrente do amáricohabesha) não constitui uma etnia, mas um patronímico. Dito de outro modo refere-se aos naturais da *Abissínia* (*Habašāt*) Embora nesse antigo país africano os Amhara configurassem a etnia dominante, ponderáveis contingentes de outros povos completavam um quadro demográfico pluriétnico e multicultural.

¹² Filho de negociante, Guilherme Blaeu (1571-1638) cresceu em ambiente cercado de relatos sobre países longínquos. Estudou matemática e foi aluno do famoso astrônomo TychoBrahe. Em 1633 tornou-se cartógrafo

da massa líquida do Atlântico como *OceanusAethiopicus*, ao passo que no Atlas de Samuel A. Mitchell ¹³ (1877), as ilhas do Índico são referidas como *Arquipélago Etíope*. Mesmo os topônimos Abissínia e Etiópia irrompem erraticamente nos dois mapas. Extensões praticamente idênticas, consideradas como Abissínia no mapa de Blaeu, são rubricadas como Etiópia no Atlas de Mitchell ¹⁴, nessa última carta convivendo sem qualquer estranhamento com o Reino Abissínio (Figuras 3 e 4).

Cabe ressaltar que no plano do imaginário a utilização desses geônimos respaldava uma fagocitose cartográfica da África, esvaziando-a dos seus traços identitários e sufragando uma semantização das diferenças com base em critérios que a linguagem coloquial classifica como “raciais”. Com efeito, as terminologias *Sudão*, *Etiópia*, *Guiné* e *Nigritia* se vinculam inequivocamente às populações negro-africanas, cuja integração desigual à ordem mundial engendrada pelo Ocidente teve na discriminação por tipologias raciológicas uma engrenagem matricial de dominação.

Todavia, se desde o século XV a atuação do colonialismo ocidental na África havia dado mostras de incontido pendor hegemônico, certo é que o industrialismo novicentista irá repaginar essa propensão de modo ainda mais contundente. Tem início a ocupação *manu militari* do interior africano, até então livre da presença européia. No passado, a intrusão ocidental tinha enfrentado óbices de toda ordem, a começar pela ausência de efetiva superioridade bélica da Europa em enfrentar populações mais numerosas, conhecedoras do terreno, motivadas em resistir e cujo preparo militar, impediu por quatro séculos a penetração européia para além das feitorias de comércio do litoral.

Porém, o surgimento de armamento moderno como pistolas de tambor, fuzis de repetição, metralhadoras, artilharia, cobertura aérea e naval e os próprios avanços dos levantamentos cartográficos ¹⁵, irrompe como uma resposta habilitada a zerar o *handicap* da altivez dos naturais da terra em toda a África. Em conformidade com a argumentação do poeta imperialista inglês HillaireBelloc (1870-1953), não haveria mais nenhum embaraço possível a ser colocado pelos africanos ao avanço europeu: “*Aconteça o que acontecer, nós*

da Companhia das Índias Ocidentais, cargo de influente *status* social. Sua perícia na cartografia não era menor do que seu pendor artístico, revelado em mapas finamente trabalhados.

¹³ O *Mitchell'sSchollAtlas* constitui afamado Atlas escolar publicado em 1845 pela família Mitchell, dos EUA. Deve-se à publicação desse material a popularização nos sistemas de ensino de todo o mundo a utilização dos mapas na sala de aula.

¹⁴ Na prática, apenas no Século XX é que a expressão Etiópia deixou de ser aplicada ao continente africano, tornando-se exclusiva para designar o Estado Etíope.

¹⁵ Existem consideráveis evidências da influência da cartografia tradicional africana no mapeamento realizado pelos exploradores e cartógrafos europeus nos séculos XIX e XX. Ironicamente, estas informações contribuíram para o aprimoramento de um desenho do continente que em última análise, foi arregimentado para dominar e dividir a África entre os colonialistas (WOODWARD et LEWIS, 1998: 38-48).

temos metralhadoras. Eles não”. O resultado desse processo foi o surgimento de um “continente colonial”, engendrado na chamada Partilha da África, cabendo à Conferência de Berlim (1884/1885), a função de evento icônico e emblemático ¹⁶.

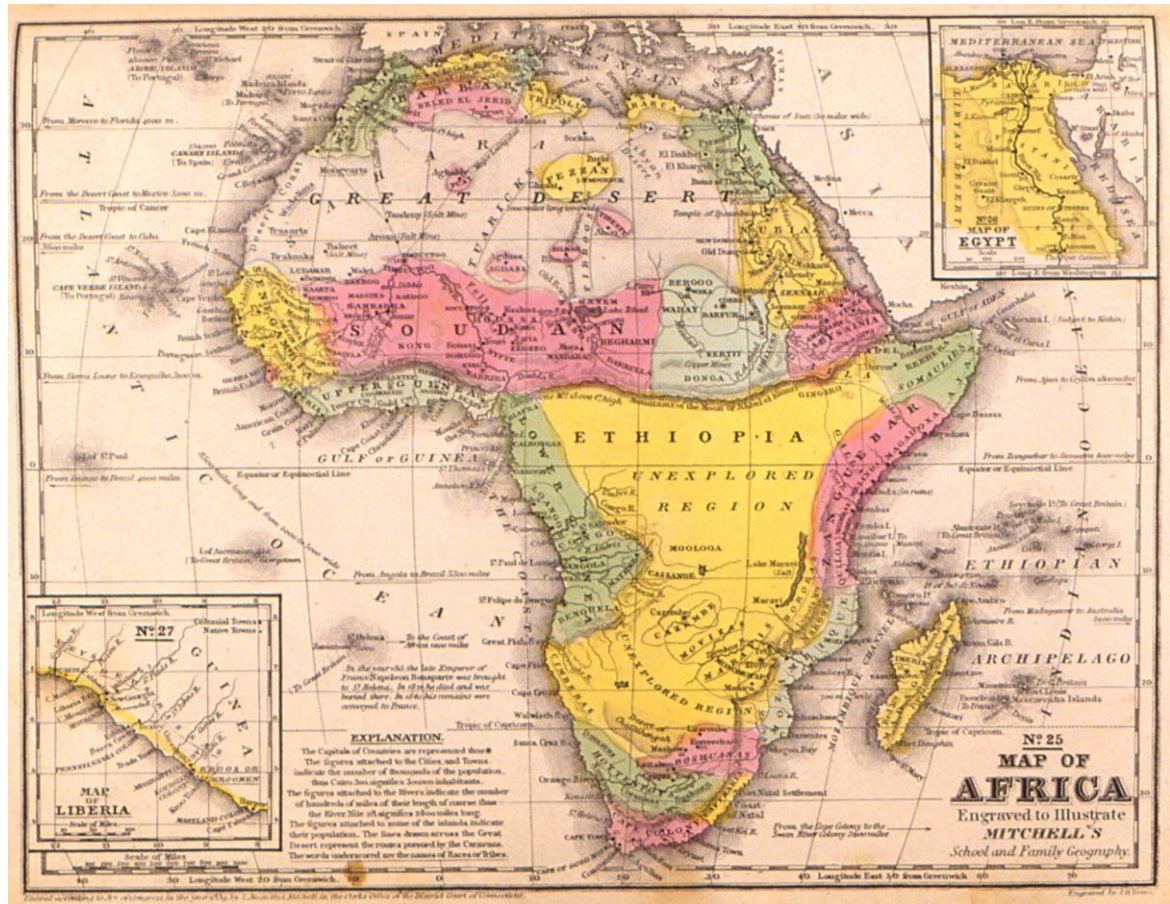


Figura 3: Mapa da África de Guilherme Blaeu (1644). Essa peça cartográfica é uma das muitas que consagram a noção de uma África imersa numa natureza selvagem. Note-se o fato verdadeiramente pitoresco da ausência de vida humana no hinterland. O único homem representado - um camaleão - transita pelos sertões da Mauritânia. Mas, trata-se quase certamente de um mercador árabe, alusão direta ao Magreb. Povos africanos da Costa e Contra-Costa são exibidos em duas faixas dispostas a Leste e a Oeste do mapa. Atente-se que imagetivamente a ilustração endossa a exterioridade da África: o continente só é reconhecido por um olhar externo, excluindo sua auto-representação enquanto escopo identitário.

¹⁶Contudo, cabe concertar que a visão consagrando a Conferência de Berlim como centro decisório de um “retalhamento da África” solicitaria reparos. Contrariando difuso senso comum, a partilha do continente ocorre num lapso de tempo prolongado, confirmada por corolário de acordos bilaterais e certames adentrando na segunda década do século XX. O evento não definiu regras fixas e tampouco consensuais. O grande trunfo da cimeira foi a popularização da idéia colonial junto à opinião pública, vitaminando a *Corrida para a África* (WALDMAN, 2013a, DÖPCKE, 1999: 81-85).



Figura 4: Mapa da África do geógrafo norte-americano Samuel A. Mitchell (1877). Confirma-se a Etiópia (Ethiopia) plotada no centro do continente coexistindo com a Abissínia; as ilhas do Índico grafadas como “arquipélago etiópico”; a identificação de uma “Alta” e “Baixa” Guiné, assim como o destaque dado para o Sudão (Soudan). Outro detalhe importante é a representação de entidades estatais no Norte-Africano, preocupação não muito clara para as extensões ao Sul do Saara.

É interessante notar que no frigor do avanço imperialista a cartografia europeia adequou a seu gosto vários marcadores toponímicos pré-existent, aos quais imputou suas veleidades. Um exemplo notório é o termo Sudão, que designava conforme comentado, vasto território estirado de costa a costa por toda a África. A partir dessa terminologia a geografia colonial delimitou, por exemplo, um Sudão Oriental ou Sudão Anglo-Egípcio (correspondendo às atuais repúblicas do Sudão e do Sudão do Sul) e o Sudão Francês (hoje República do Mali); o

topônimo Congo foi por sua vez compartilhado pela Bélgica e pela França ¹⁷; a Somalilândia, pela Itália, Reino Unido e França ¹⁸; Marrocos, por Espanha e França.

Ao mesmo tempo, entidades novas e solenemente desconhecidas na toponímia tradicional africana eram instaladas exaltando os novos conquistadores. Dentre os domínios que exibiam denominações inéditas, estava a Rodésia, uma homenagem ao *condottiere* britânico Cecil Rodhes (1853-1902), algoz dos povos da África Austral. Empossada de intencionalidade análoga, o chefe *bôer* Andries Pretorius (1798-1853), entusiasta do grande *trek* africâner e das expedições punitivas armadas de rifles e canhões que culminaram em massacres da etnia Zulu, obteve seu avatar locacional em Pretória, centro nervoso do regime de minoria branca da África do Sul.

Acatando a mesma cadência, o avanço ocidental rumo às entranhas da África revelaria uma disposição marcante, ainda mais irrefreável, em nomear e/ou renomear os lugares submetidos ao seu tacão. Não apenas os territórios das colônias, mas igualmente os acidentes naturais, regiões administrativas, barragens, centros urbanos, portos, bases militares, vias de comunicação, logradouros e equipamentos das cidades foram batizados com exônimos originários de línguas e de percepções alheias ao continente, impostos via eliminação dos nomes tradicionais para que assim a supremacia do novo regime toponímico colonial se tornasse incontestável.

A rapidez desse processo foi flagrante. Juntamente com dezenas de outras localizações, cidades como Pretória, Salisbury, Lourenço Marques, Leopoldville e Fort Lamy passaram a compor a cartografia da África. Noutros contextos, obras naturais foram brindadas com nomes de líderes alienígenas, como o nefando Rei Leopoldo II da Bélgica (1835-1909), em cuja honra a grande bacia lacustre do May Ndombe foi sumariamente renominada. No conjunto, essas práticas advogavam uma política de *tabula rasa* cartográfica associada à invectivas que na sua plenitude, pretendiam extirpar a presença dos indígenas para em seu lugar instalar uma espacialidade de feições totalmente europeias.

Sobremaneira, políticas levadas a cabo pelo *Apartheid* e pelos poderes coloniais, instituindo áreas exclusivas para circulação e usufruto da população branca tendo por contraponto bairros nativos, reservas tribais, *homelands* e *bantustans*, constituíram preâmbulos consagrados à meta do que o poeta inglês Rudyard Kipling proclamou como

¹⁷Recorde-se que Angola, entre 1894-1915, formava o Congo Português.

¹⁸ Caberiam duas pontuações: a existência de uma Somalilândia Etíope (a região do Ogaden, majoritariamente habitada por Somalis) e a alteração em 1967 do nome oficial da Somália Francesa para Território Francês dos Afars e Issas.

“missão do homem branco”. Na realidade, a anexação lingüística da África pela cartografia ocidental acompanhou passo a passo a implantação de um sistema cruel e implacável, obcecado em dissolver todo e qualquer sinal julgado incompatível com as diretrizes de uma civilização cujo espelho planetário reproduziria exclusivamente sua própria imagem.

Contudo, os novos ventos da descolonização, livrando a África do domínio colonial direto, ensejariam câmbios substanciais no prontuário toponímico do continente. Urgia retomar uma identidade que agrilhoadada e ofendida, jamais fora efetivamente submetida. Repudiando o fardo representado por uma toponímia que não lhes dizia respeito, os africanos, no caminho de reconciliarem-se consigo mesmos, passam quase que instintivamente a renominar o espaço habitado escorados na individualidade das proposições agremiadas pelos seus acervos culturais.

Nesse prisma, certamente a memória espacial tradicional africana substantivou plataforma basilar no resgate da territorialidade. Contudo não unicamente. Mais correto seria consignar a adoção de estratégias inspiradas em múltiplas vertentes, materializadas tanto na ressurreição dos locativos ancestrais quanto por iniciativas que contextualizavam novos regimes de nominação, esboçados por uma África que olhando para o futuro, assume a tradição como alento que fortalece continuamente seu desejo de posicionar-se positivamente diante do mundo.

Estão aí para provar tal determinação uma coletânea de novos nomes oficiais de países como *Burkina Faso* (antigo Alto Volta), *Malawi* (anteriormente Niassalândia), *Botswana* (ex-Bechuanalândia), *Zimbabwe* (ex-Rodésia) e *Gana* (dantes Costa do Ouro). As cidades são libertas das suas alcunhas ocidentais, passando a exibir designativos orgulhosamente africanos: *Tshwane* (ex-Pretória), *Harare* (ex-Salisbury), *Maputo* (ex-Lourenço Marques), *Kinshasa* (ex-Leopoldville) e *D'jamena* (ex-Fort Lamy). Empreendimentos originais como as capitais planejadas de *Abuja* (Nigéria) e *Dodoma* (Tanzania), ponteiavam pelos mapas a demonstrar um espírito de iniciativa que a olhos vistos, tem se assenhoreado do continente inteiro.

Processo ainda em curso, não há dia em que montanhas, lagos, aeroportos, barragens, escolas, pontes, localidades e projetos não sejam objeto de revisão toponímica, evidenciando que o espaço africano está novamente sob comando dos seus legítimos senhorios.

A passos de gigante se afirma um novo mapa do continente, dado vital para assegurar e consolidar a soberania da África.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, Rafael Sanzio. *A Utilização dos Recursos da Cartografia Conduzida para Uma África Desmistificada*. São Paulo: Humanidades, nº 22. 1989;

Atlas Jeune Afrique. Paris (França) : Editions Jeune Afrique. 1973;

BOAHEN, Albert Ada. *A África sob Dominação - O Desafio Colonial*. Revista Correio da UNESCO, nº. 7, Julho de 1984, pp. 14-16. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Getúlio Vargas. 1984;

BRETON, Roland J. L. *Geografia das Civilizações*. Série Fundamentos, nº. 60. São Paulo (SP): Editora Ática. 1990;

CADAMOSTO, Alvisé. *Voyages en Afrique Noire*. Paris (França): ÉditionsChandeigne, 2003.

COSGROVE, Denis. *Geography and Vision Seeing, Imagining and Representing the World*. Londres e Nova York: I. B. Tauris, 2008;

DÖPCKE, Wolfgang. *A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra*. Brasília (DF): Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 42, nº. 1, pp. 77-109. 1999;

ECA: ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA/UNECA: UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA. *United Nations Regional Cartographic Conference for Africa*, 1-12 July 1963, Nairobi, Kenya. Vol. 1. Report of the Conference. New York: United Nations. 1963;

Earth Portfolio Maps. Hunters Hill (Austrália): Millennium House Publisher. 2012;

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: História e Civilizações*. Dois Volumes: Tomo I (Até o século XVIII) e Tomo II (Do século XIX aos nossos dias). Tradução de Alfredo Margarido. Salvador (BA): Editora da Universidade Federal da Bahia; São Paulo (SP): Casa das Áfricas. 2012;

Mitchell's Scholl Atlas: comprising the maps and tables designed to accompany Mitchell's School and family geography. Philadelphia: H. Cowperthwait&Company, 1857;

MUNANGA, Kabengele. *Povos e Civilizações Africanos*. In: Introdução aos Estudos da África Contemporânea. Brasília (DF) e São Paulo (SP): coedição Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP) e Ministério das Relações Exteriores (MRE). 1984;

OLIVA, Anderson Ribeiro. *A História da África nos bancos escolares: Representações e imprecisões na literatura didática*. Rio de Janeiro (RJ): Estudos Afro-asiáticos, vol. 25, nº. 3. Texto disponível online:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2003000300003>.

Acesso em: 28-10-2012. 2003;

OLIVEIRA, Cêurio de. *Dicionário Cartográfico*. Rio de Janeiro (RJ): Fundação IBGE. 1983;

OLIVEIRA, Livia de. *Estudo Metodológico e Cognitivo do Mapa*. IGEOG/USP (São Paulo): Série Teses e Monografias, nº. 32. 1978;

OUA: CM/Resolution 464 (XXVI): *Resolution on the Division of Africa into Five Regions*. Organization of African Unity, Council of Ministers. Twenty-Sixth Ordinary Session, Addis Ababa, Ethiopia, 23 February - 1 March 1976;

STEWART, George Rippey. *Names on the Globe*. Reino Unido: Oxford University Press. 1975;

UNEP. *Sahel: Atlas of Changing Landscapes*. Nairobi (Quênia): United Nations Environment Programme. Texto disponível online:

<http://www.unep.org/dewa/Portals/67/pdf/Sahel_Atlas_lowres.pdf>. 2010;

UNESCO. *História Geral da África*. Brasília (DF): UNESCO, com apoio da Secretaria de Educação, Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação (MEC) e da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). 2010;

WALDMAN, Maurício. *O Mapa de África em Sala de Aula: A persistência do imaginário da desqualificação na representação cartográfica escolar de África*. Texto de subsídio elaborado para a Conferência Geografia e Geopolítica da África, proferida para o XVIII Curso de Difusão Cultural Introdução aos Estudos de África. Universidade de São Paulo (SP): Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP). Março de 2013. Texto disponível online: <http://www.mw.pro.br/mw/geog_CEA-mapa_africa_saladeaula.pdf>. Acesso em: 22-04-2013. 2013a;

_____. *Unidade Africana: Um caminho pleno de esperanças*. Paper disponibilizado no site da Cortez Editora a partir de 20-11-2013. São Paulo (SP): Cortez Editora. Texto disponível online:

<http://www.mw.pro.br/mw_mw/index.php/papers-e-ensaios-02/147-unidade-africana-um-caminho-pleno-de-esperancas>. Acesso em: 20-11-2013. 2013b;

_____. *Mapa Regional de África: Subsídio indispensável para a compreensão do continente*. Site Cortez Editora. Texto disponível online: <www.mw.pro.br/mw/geog_mapa_reg_africa_Cortez2013.pdf>. Acesso em: 14-09-2013. 2013c;

_____. *Cartografia de África: Mapas, Toponímia e Modelos de Dominação*. Texto disponibilizado pela home-page do Geocarto - Website de Geografia e Cartografia. São Paulo (SP): Departamento de Geografia da FFLCH da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). 2010;

_____. *O Imaginário de África na Cartografia de Guilherme Blaeu*. Paper apresentado no IIIº Seminário das Relações Interétnicas e Igualdade Racial e Cultural na Educação de Poços de Caldas (MG). Texto disponibilizado a partir de Novembro de 2010 no site Geocarto.org - Website de Geografia e Cartografia. São Paulo (SP): Geocarto. Texto disponível online:

<http://www.mw.pro.br/mw/geog_imaginario_de_africa_na_cartografia_de_guilherme_blaeu.pdf>. Acesso em: 27-10-2012. 2009;

_____. *Arquétipos, Fantasmas e Espelhos*. Departamento de Pós-Graduação do Depto. de Geografia da FFLCH-USP: Revista Geousp nº. 23, Volume 1, páginas 44-63. Universidade de São Paulo (SP). Texto disponível online:

<http://www.mw.pro.br/mw/antrop_arquetipos_fantasmas_e_espelhos.pdf>. Acesso em: 27-10-2012. 2008;

_____. *Imaginário, Espaço e Discriminação Racial*. Departamento de Pós-Graduação do Depto. de Geografia da FFLCH-USP: Revista Geousp nº. 14, Volume um, páginas 45-64. Universidade de São Paulo (SP). Texto disponível online:

<http://www.mw.pro.br/mw/antrop_imaginario_espaco_e_discriminacao_racial.pdf>. Acesso em: 27-10-2012. 2003;

_____, Maurício. *Metamorfoses do Espaço Imaginário*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Depto. de Antropologia, FFLCH-USP. 1997;

WALDMAN, Maurício et SERRANO, Carlos. *Memória D'África - A Temática Africana em Sala de Aula*. São Paulo (SP): Cortez Editora. Mais informação: <<http://www.cortezeditora.com.br/DetalheProduto.aspx?ProdutoId={D4235AB0-D7B3-E011-955F-842B2B1656E4}>>. Acesso: 11-09-2013. 2007.

WOODWARD, Davis et LEWIS, G. Malcom. *The History of Cartography*, Volume Two, Book Three - Cartography in the Traditional African, American, Arctic, Australian and Pacific Societies. Chicago e Londres: University of Chicago Press. 1998.

LÓGICAS DE LOCALIZAÇÃO DOS *SHOPPING CENTERS* DE PRESIDENTE PRUDENTE – SP.

Priscila Estevam ENGEL

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, campus de Presidente Prudente-SP.

pri-engel@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/5024787438871345>

Resumo: O presente trabalho pretende explicar algumas reflexões acerca do atual processo de estruturação e reestruturação do espaço urbano, a partir da disseminação dos *shopping centers*. Para tanto, tomamos como objeto de estudo a cidade de Presidente Prudente – SP e propomos, como objetivo geral, analisar as lógicas de localização desses empreendimentos na cidade e assim, avaliar a reestruturação urbana a partir deste equipamento de consumo e sua possível relação com a diferenciação socioespacial. Para atingir tal objetivo realizamos trabalhos de campo a fim de contabilizá-las as placas dos automóveis encontrados nos estacionamento de cada *shopping center*, buscamos o conhecimento do *mix* de lojas desses centros de compras, além de termos contato direto com os dados do IBGE, mais especificamente sobre a Região de Influência das Cidades (REGIC). Como resultado principal, confirmamos a importância regional de Presidente Prudente como uma cidade média, que também através de seus espaços de consumo, como os *shopping centers*, tem seu papel de polo atrativo dinamizado.

Palavras-chaves: *Shopping Centers*. Cidades Médias. Aspectos locacionais e rede urbana.

LOGICAL LOCATION OF SHOPPING MALLS IN PRESIDENTE PRUDENTE

Abstract: This paper intends to show some reflections on the current process of structuring and restructuring in urban space, from the spread of shopping malls. For this, we take as the object of study the city of Presidente Prudente and propose, as a general objective, to analyze the logical location of these ventures in the city and thus, assess urban restructuring from this consumer equipment and its possible relationship with the socio differentiation. To achieve this goal, we realized field work in order to measure the car plates found in every shopping malls parking, seek the knowledge of the stores mix of these shopping centers, in addition to having direct contact with the IBGE data, more specifically on Region of Influence of Cities (REGIC). As main result, we establish the regional importance of Presidente Prudente as an medium-sized city, also through their consumption spaces such as shopping malls, has a role of attractive streamlined polo.

Keywords: *Shopping Centers*. Medium-sized Cities. Urban network and locational aspects

UBICACIÓN LÓGICA DE LOS CENTROS COMERCIALES EN PRESIDENTE PRUDENTE.

Resumen: Este artículo pretende explicar algunas reflexiones sobre el actual proceso de estructuración y reestructuración del espacio urbano, a partir de la difusión de los centros comerciales. Para ello se toma como objeto de estudio la ciudad de Presidente Prudente y propone, como objetivo general analizar la ubicación lógicas tales empresas en la ciudad y por lo tanto evaluar la reestructuración urbana de este equipo de consumo y su posible relación con la diferenciación socio . Para lograr este objetivo se realizó el trabajo de campo con el fin de medir las placas del motor se encuentran en cada estacionamiento del centro comercial, buscar el conocimiento de la mezcla de tiendas de estos centros comerciales, además de tener contacto directo con los datos del IBGE, más específicamente en Región de Influencia de las Ciudades (Regic). Como resultado principal, sino que confirmamos la importancia regional de Presidente Prudente como una ciudad media, también a través de sus espacios de consumo, tales como centros comerciales, tiene un papel de atractivo polo aerodinámico.

Palabras clave: Centros Comerciales. Ciudades de tamaño medio. La red urbana y los aspectos de localización.

INTRODUÇÃO

Com o intuito de analisar o processo de reestruturação urbana e das cidades a partir da disseminação dos *shopping centers* em cidades médias, propomos, como objetivo geral deste estudo, analisar as lógicas de localização desses empreendimentos em Presidente Prudente - SP e assim, avaliar a reestruturação urbana a partir deste equipamento de consumo e sua possível relação com a diferenciação socioespacial.

Afim de responder esta questão, elencamos como objetivos específicos: 1) avaliar o processo de reestruturação urbana a partir da disseminação dos *shopping centers*, 2) entender a constituição de uma cidade diferenciada a partir dos equipamentos de consumo, e 3) analisar a conformação destas novas áreas centrais na cidade estudada e seu alcance espacial.

Optamos por analisar as relações entre *shopping centers* e espaço urbano, pois, esse tipo de empreendimento é de considerável importância para o entendimento de novas lógicas urbanas dentro do contexto das cidades médias brasileiras, em especial, das cidades médias paulistas, nas dimensões inter e intraurbana, analisando-se um processo de reestruturação espacial por meio das modernas formas comerciais e das práticas de consumo por elas engendradas.

Entendendo a crescente relevância das cidades médias na atual estrutura da rede urbana brasileira, estas merecem destaque. Compreendemos estas como sendo um polo regional que deve atender a um determinado número de cidades e pessoas com oferta de bens e serviços, fortalecendo assim, seu papel de intermediação entre si, os centros urbanos menores de sua *hinterlândia* ou ainda com os grandes centros, notadamente as metrópoles. Ou

seja, as especializações funcionais dessas cidades, além do tamanho demográfico, denotaram também importante critério para sua definição (CORRÊA, 2007).

Sendo assim, analisamos e confirmamos a importância regional de Presidente Prudente - SP como uma cidade média, que também através de seus espaços de consumo, como os *shopping centers*, tem seu papel de polo atrativo dinamizado, uma vez que os *shopping centers* são relativamente novos centros de compra, e sua força motriz está pautada no consumo, buscando os lugares que se apresentam como nós de circulação, gerando e dinamizando o tráfego de pessoas, alterando as escolhas locais de novos empreendimentos, influenciando e sendo influenciado pela nova ordem urbana derivada da atual reestruturação.

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E REESTRUTURAÇÃO URBANA E DAS CIDADES.

A produção do espaço urbano e a urbanização são processos imbricados; podemos observar que a produção do espaço urbano fica mais complexa conforme o processo de urbanização se intensifica, como ressalta Brenner (2013), ao citar o momento em que “Lefebvre lançou sua famosa proposição de que uma dinâmica simultânea de “implosão-explosão” estava transformando as geografias urbanas estabelecidas em meio a uma crescente generalização dos processos de urbanização nos espaços local, regional, nacional e por fim, mundial” (BRENNER, 2013.p. 198).

Em meio a essa gama de transformações podemos observar o aumento das contradições e dos conflitos entre os diferentes agentes produtores do espaço Corrêa (2005). Os agentes produtores do espaço urbano, nesse contexto, são os sujeitos responsáveis pelo contínuo processo de estruturação e reestruturação da cidade, gerando diferenças, desigualdades e conflitos, convergindo ao que propomos analisar neste artigo.

Diante disso, consideramos a filiação do conceito de produção do espaço urbano desenvolvido por Lefebvre. Este autor salienta a “Produção do Espaço” como condição da reprodução da vida social, indicando a imanência da produção do espaço no processo de constituição da sociedade, ressaltando que o processo de produção do espaço, nesta visão, não se reduz a uma produção material do mundo (CARLOS, 2011).

Esta estruturação do espaço urbano é concretizada a partir dos movimentos de estruturação/reestruturação urbana e das cidades. De acordo com Soja (1993), a reestruturação, de forma ampla e resumida, pode ser entendida como uma “fratura” nas tendências em vigor em direção a uma mudança na ordem e na configuração de todos os

vieses da vida. Ou seja, a ordem anteriormente estabelecida não mais responde às novas necessidades e também não possibilita “remendos adaptativos”, exigindo assim, expressivas mudanças estruturais.

Esses processos de reestruturação social continua a serem enterrados sob esquemas evolucionistas idealizados, em que a mudança simplesmente parece acontecer, ou surge para pontuar alguma marcha inelutável para o “progresso”. Esse idealismo evolucionista (outra forma de historicismo) disfarça o arraigamento de reestruturação na crise e no conflito competitivo entre o velho e novo, entre a ordem herdada e uma ordem projetada. A reestruturação não é um processo mecânico ou automático, tampouco seus resultados e possibilidades potenciais são predeterminados. [...] Assim, ela implica fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança. Como tal, a reestruturação se enquadra entre a reforma parcial e a transformação revolucionária, entre a situação de perfeita normalidade e algo completamente diferente (SOJA, 1993, p.193-194).

Notamos assim, que a expressão “reestruturação” está diretamente relacionada com quebras de sequência, ou ainda, como expõe Sposito (2004, p.312), faz “referência aos períodos em que é amplo e profundo o conjunto das mudanças que orientam os processos de estruturação urbana e das cidades”.

Esta autora faz uma relevante distinção entre reestruturação urbana e reestruturação da cidade. A primeira adjetivação é utilizada a partir da escala regional, ou seja, no âmbito das redes urbanas, ao passo que a segunda, faz referência à escala intraurbana.

Ao se tratar deste conjunto de mudanças admitimos, assim como Soja (1993, p. 212), que a espacialização urbana é cumulativa; em cada reestruturação há a permanência das antigas formas, das anteriores divisões sociais do trabalho, ou ainda, das antigas geografias ali encontradas, que são seletivamente rearranjadas. A cada “camada” reestruturada são somados novos elementos aos que já estavam presentes e também, adicionados princípios que repercutirão nos contextos das próximas “rodadas de reestruturação”.

Neste sentido, as reestruturações urbanas são organizadas e sobrepostas por poderes econômicos e políticos locais e não locais, resultando assim, em lógicas espaciais cada vez mais complexas e formuladas em função de interesses comerciais e imobiliários. Podemos observar a concretização desta realidade a partir da implantação dos *shopping centers*, que “expandem redes de comércio de múltiplas filiais ou de franquias que associam atores econômicos locais a atores econômicos nacionais” (SPOSITO, 2007, p.242).

Desse modo, queremos analisar como a produção do espaço e as lógicas de localização dos *shopping centers* podem estruturar e reestruturar o espaço urbano de Presidente Prudente – SP e, concomitantemente, influenciar no ato de produzir a vida cotidiana, visto que o espaço é condição de realização do processo produtivo, unindo atos de distribuição, troca e consumo

de mercadorias, ao mesmo tempo condição e meio de realização das atividades humanas em sua totalidade (CARLOS, 2011, p. 56- 62).

PANORAMA GERAL DA SITUAÇÃO DOS *SHOPPING CENTERS* NO BRASIL E DISCUSSÃO SOBRE A SOCIEDADE DE CONSUMO

A fim de compreender o processo de reestruturação discutido anteriormente, cabe expor algumas questões relacionadas a atual situação dos *shopping centers* e relacioná-las à discussão sobre a sociedade de consumo, visto que essas mudanças são incabíveis de serem analisadas separadamente dos indivíduos, ou seja, a produção do espaço está intimamente relacionada a reprodução da vida social.

Levando em conta as novas funcionalidades das cidades médias, centros urbanos menores que recebem a influência dessas cidades são áreas de grande emigração e origem de deslocamentos pendulares. Isso se dá tanto em função da maior acessibilidade, quanto da maior mobilidade, conquistadas pelo incremento dos transportes coletivos ou individuais, aumentando a centralidade de algumas delas.

A presença dos *shopping centers* pode servir de elemento para afirmar a centralidade, principalmente às cidades médias. Pintaudi (1992) reforça a ideia de escolha locacional dentro da rede urbana brasileira.

Os lugares escolhidos para a troca de produtos sempre implicaram situações estratégicas do ponto de vista espacial (geográfico). Os *shopping centers* não fogem a esta regra, e o êxito deste empreendimento é sempre atribuído a sua localização. Quem tem capacidade de consumo sente-se num lugar confortável, o que estimula o consumo. (PINTAUDI, 1992, p.29)

Os *shopping centers* têm como sua força motriz o consumo, e isso serve de diretriz às escolhas locais dos empreendimentos, buscando os lugares que se apresentam como nós de circulação, aumentando o movimento de pessoas com destino a essas cidades e ampliando cada vez mais o raio de deslocamento das pessoas para o lazer e a busca de mercadorias.

A autora ainda ressalta a realidade do Estado de São Paulo, onde “os SC do interior do Estado estão implantados de duas maneiras, a saber: junto às rodovias (próximos aoanel viário de acesso a uma cidade), na malha urbana da cidade (com fácil acesso tanto a rodovia quanto à cidade)” (PINTAUDI, 1992, p.40).

Sarlo (2009, p. 22) concorda com a ideia supracitada: “el *shopping* debe estar tan perfectamente señalizado como una autopista de alta velocidad”, ressaltando a importância da localização desses novos empreendimentos.

Autores como George (1971 e 1976) e Beaujeu-Garnier e Delobez (1977) são considerados clássicos dentro da Geografia do Comércio, apresentando estudos sobre as

formas do comércio e as práticas de consumo como instrumento de análise do espaço geográfico.

No entanto, vale destacar que, dentro do viés da Geografia do Comércio, a teoria dos lugares centrais (Walter Christaller, 1966) foi primária para explicar a localização do comércio dentro da rede urbana. Ainda que a visão de Christaller tenha sido muito revisada, autores como Brian Berry (1971) e Michel Rochefort (1960) realizaram pesquisas em diferentes lugares da França e dos Estados Unidos aplicando a teoria desenvolvida pelo citado geógrafo alemão.

Berry (1971) expõe que a teoria de Christaller, assim como a de Lösch, são de grande importância para o entendimento da disposição dos comércios varejistas e das empresas de serviços em meio a malha urbana. De acordo com este autor, o “alcance” da distribuição de bens e serviços é um importante elemento na teoria do lugar central (centro urbano), uma vez que marca a zona ou área tributária ao redor deste, onde pessoas se deslocam em busca de bens e serviços.

Atualmente, muitos autores trabalham com o comércio sob um viés social, a conhecida cultura de consumo, “quando o consumo passa a significar não apenas a compra de bens materiais para a satisfação das necessidades, mas também o consumo de imagens e de valores para uma grande parte da população” (PADILHA, 2006, p. 43).

Nessa linha, Jean Baudrillard (1995), em seu livro *A sociedade de consumo*, entende o consumo como uma acumulação de signos, de forma que a ordem social do consumo se manifesta como ordem da manipulação dos signos. Dessa forma, tudo o que consumimos – a imagem, o signo, a mensagem – distancia-se do mundo real e se aproxima da ideia de felicidade, “a felicidade ostente, à primeira vista, semelhante significado e função, induz consequências importantes quanto ao respectivo conteúdo: para ser o veículo do mito igualitário, é preciso que a felicidade seja *mensurável*”, pois “a felicidade é aquela que recolhe e encarna, nas sociedades modernas, o mito da igualdade” (BAUDRILLARD 1995, p.49).

Essa felicidade é alcançada pela sociedade de consumo, através do lazer e do consumismo, assim, o *shopping center* torna-se uma considerável opção para buscar tal felicidade no mundo hodierno. Padilha (2006) expõe a importância que o *shopping center* adquiriu na sociedade de consumo:

Com base nessa lógica, o lazer incorporou-se aos *shopping centers* de forma tão significativa que hoje confundimos centro de compras com centro de lazer. Os consumidores foram, nesse processo, sendo levados (de diversas formas e por diversas razões) a procurar lugares de compras que ofereçam opções de

divertimento. Assim, os bens materiais de consumo, para uma circulação mais rápida e garantindo mercado, passam a ser quase dependentes das atividades de lazer e dos serviços, que de apêndices tornaram-se atrações principais (PADILHA, 2006, pg. 26).

Os novos empreendimentos de consumo apresentam-nos uma concepção de mundo na qual devemos consumir e morar nos chamados enclaves fortificados, “espaços privatizados, fechados e monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo. Podem ser *shopping centers*, conjuntos comerciais e empresariais, condomínios fechados, ou condomínios residenciais” (CALDEIRA, 2000, p.11). Tais enclaves são novas opções, fora da cidade aberta, diante do novo momento econômico de apropriação do espaço urbano e novos hábitos, como explicita Padilha (2006).

Nos *shopping centers*, a dupla consumo e lazer configura uma nova forma de apropriação do espaço urbano e novos hábitos. Quem vai ao shopping sabe que vai a um centro de comércio não só de bens materiais, mas também de alimentação (normalmente fast-food) e lazer. Ali, o consumidor de mercadorias se mistura com o de serviços e de diversão, sentindo-se protegido e moderno. Buscando fugir dos aspectos negativos dos centros das cidades, os *shopping centers* aparecem como locais próprios para uma melhor “qualidade de vida”, por possuírem ruas cobertas, iluminadas, limpas e seguras; praças, fontes, bulevares recriados; cinemas e atrações prontas e relativamente fáceis de serem adquiridas – ao menos para os que podem pagar (PADILHA, 2006 p. 188).

Sarlo (2009) concorda que o *shopping center* é uma opção de fuga dos problemas das cidades, “en un momento en que la ciudad es vista como fuente de males y donde se pide una ciudad disciplinada que responda a ese imaginario del miedo y a condiciones reales de incertidumbre, el shopping ofrece lo que se busca y, además, gratis” (SARLO, 2009, p.22).

Entende-se, assim, que os *shopping centers* possibilitam, falsamente, relações com o espaço que não estão asseguradas nas cidades, principalmente de países pobres, como o Brasil e a Argentina (onde foram desenvolvidos os estudos da autora).

El *shopping center* asegura algunos de los requisitos que se exigen de una ciudad: orden, claridad, limpieza, seguridad, y que no están garantizados en las ciudades de los países pobres o sólo se obtienen parcialmente fuera de los enclaves del capitalismo globalizado (SARLO, 2009, p.18).

Buscando sempre articular as formas espaciais de consumo com as escolhas locacionais interferindo no funcionamento da cidade moderna, entende-se que o comércio produz e comporta centralidade intra e interurbana, atuando na constante valorização e revalorização do espaço urbano, incorporando novas áreas para a expansão imobiliária e, conseqüentemente, aumentando o fluxo de pessoas e estimulando a construção de infraestruturas viárias.

DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL E FRAGMENTAÇÃO

Para Corrêa (2007), a diversificação e maior articulação entre centros urbanos durante o século XX, com o advento da industrialização, permitiram a formação de redes urbanas mais integradas e complexas. Concomitantemente, ao adentrarmos as cidades, observamos também um espaço cada vez mais especializado e, portanto, multifacetado.

Atualmente, como fruto dos processos de reestruturação, as cidades médias adquirem características cada vez mais aproximadas das metrópoles, modificando assim a suas estruturas, formas de assentamentos e consequentemente, diversificando suas práticas socioespaciais. Neste contexto, notamos que estas novas ações modificam a produção do espaço urbano e criam cidades cada vez mais dispersas, complexas e fragmentadas.

Como resultado desta nova dimensão urbana, tem-se a intensificação do processo de diferenciação espacial, tornando este cada vez mais concentrador e hierárquico. Vale destacar que, assim como expõe Sposito (2011), a diferenciação espacial é um tema decorrente da geografia desde o princípio dos estudos desta ciência, no entanto, a adjetivação socioespacial indica a introdução de uma perspectiva social integrada a análise de espaço.

De acordo com Arroyo (2006), o cerne explicativo das diferenciações socioespaciais está na capacidade da fase contemporânea do capitalismo em criar e recriar processos de seletividade espacial que reforçam a tendência histórica de desenvolvimento desigual e combinado.

O entendimento desta diferenciação socioespacial esbarra diretamente na compreensão da sociedade a partir de sua produção espacial, impossibilitando assim a dissociação de novos conteúdos urbanos, como desigualdade, funcionalidade e centralidade.

A conceituação de diferenciação socioespacial é tão complexa quanto o próprio processo, uma vez que cada estudioso analisa essa realidade de acordo com seu viés teórico-metodológico. Para Corrêa (2007), a diferenciação socioespacial é um processo intrínseco ao capitalismo, podendo ter diferentes manifestações de acordo com a escala de análise, por exemplo; na escala da rede urbana, ela pode se apresentar como uma diferenciação funcional, enquanto que na escala intraurbana, traduz-se pela divisão econômica e social do espaço. Já para Carlos (2007, p. 48), que traz em sua essência uma abordagem focada na dialética,

A hipótese da diferenciação como imanente à produção espacial obriga-nos a desvendar os conteúdos dos processos constitutivos da “produção social do espaço” fundada na contradição entre a produção social do espaço e sua apropriação privada – posto que se trata de uma sociedade de classes.

Decorrente da ampliação do processo de diferenciação socioespacial algumas áreas da cidade são fragmentadas do tecido urbano. Conjuntos residenciais fechados e novos espaços de consumo como os *shopping centers* podem ser considerados como “enclaves fortificados”. Segundo Caldeira (1997, p. 156), esses enclaves “geram cidades fragmentadas em que é difícil manter os princípios básicos de livre circulação e abertura dos espaços públicos que serviram de fundamento para a estruturação das cidades modernas”. Além disso, podemos entender que a fragmentação socioespacial é a forma mais avançada e complexa da segregação socioespacial.

Prévôt Schapira (2001) uma autora dedicada aos estudos sobre fragmentação urbana, destaca que essa noção apareceu na literatura no final dos anos 80 e que está associada a componentes espaciais, dimensões sociais e também políticas. Apesar de a autora dar enfoque as metrópoles, como já dito anteriormente, as cidades médias, como Presidente Prudente - SP, também possuem tais características.

La materialización cada día más visible de los procesos de separación, de aislamiento exclusión y archipelización—, mediante muros, rejas, barreras, “aduanas privadas”, ha contribuido ampliamente a la banalización del término. En nuestro análisis privilegiamos este último aspecto, pero todos los enfoques tienen en común establecer un vínculo entre las dinámicas espaciales ligadas a la metropolización (extensión, movilidad, surgimiento de nuevas centralidades) y los procesos de fragmentación de la unidad, como resultado de la agravación de las desigualdades sociales, de formas no solidarias y reagrupamientos por afinidad (PREVOT-SCHAPIRA, 2001, p.39).

Deste modo apreendemos que, na realidade da cidade moderna, os espaços de vida econômica e social não são os mesmos para todos, posto que, se tomado como exemplo o meio de transporte urbano, os indivíduos que se utilizam de automóveis particulares e os que se locomovem com transporte público podem vivenciar diferentes cidades dentro de uma mesma.

Logo, a urbanização que está sendo construída apesar de aparentemente apresentar uma ordenação e homogeneidade entre as cidades, no aspecto intraurbano apresenta-se cada vez mais fragmentada, visto que os espaços de lazer, consumo, deslocamento e moradia se diferenciam de acordo com os extratos sociais.

Mesmo podendo existir espaços que não sejam fragmentados, muitas vezes a sua apropriação pode sê-lo, atingindo altos graus de segregação, como nos exemplos dos grandes *shopping centers* cuja entrada e circulação é liberada, mas nos quais se distinguem os indivíduos que consomem o espaço somente como lazer dos que o utilizam como espaço de compras.

MORFOLOGIA URBANA E OS PRIMÓRDIOS DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP.

A morfologia urbana é criada a partir da constante produção do espaço urbano e das atividades que nele são desenvolvidas e diferentemente localizadas.

O termo morfologia está diretamente relacionado ao estudo das *formas*, no entanto, a morfologia urbana não se restringe somente ao estudo da forma urbana em si. De acordo com Sposito (2004, p.65), “o termo morfologia é designativo daquilo que se refere à forma, mas o conceito de morfologia urbana vai muito além da análise das formas urbanas em si, embora as contenha”. Isto porque, nos estudos geográficos, devemos apreender a morfologia urbana inserida dentro dos processos, posto que as “formas podem inferir processos, ou, ainda, que dos processos se torna possível identificar formas” (WHITACKER E MIYAZAKI, 2012, p. 313).

Segundo ainda a mesma autora, ao complementar a ideia de que morfologia vai muito além da forma, a morfologia urbana não se restringe somente a uma dada forma urbana, no sentido de entender apenas a extensão e o volume de cada cidade (por exemplo), mas também refere-se ao processo de sua gênese e desenvolvimento, a fim de não somente descrevê-la ou representá-la, ou seja, essa análise deve apreender quais dinâmicas resultaram em determinada feição ou como certa forma urbana pode ser um registro de um processo.

Na prática existe uma gama de elementos considerados relevantes para entender a morfologia urbana, entretanto, neste estudo daremos enfoque a dois aspectos que no momento nos proporcionam maiores informações visando atingir o objetivo.

Primeiramente analisaremos o plano urbano e a evolução do plano de Presidente Prudente - SP, entendendo que as cidades habitualmente não assumem uma única planificação, mas sim, contam com uma sobreposição ou justaposição de planos urbanos, apontando aí a necessidade conhecermos historicamente como se deu essa evolução.

Num segundo momento serão analisadas as relações entre o plano e o sítio urbano. Esta apreciação parte dos pressupostos de aglutinação da análise entre o plano urbano e a topografia, os limites físicos do município e os acidentes geográficos que eventualmente vieram a determinar a evolução ou implantação do plano.

Presidente Prudente, peculiarmente, teve o início de sua urbanização baseada em dois núcleos urbanos instalados nas proximidades da ferrovia Alta-Sorocabana. Esses núcleos eram separados pelos trilhos da ferrovia, ou seja, a Vila Goulart (propriedade do Coronel Manoel Goulart) estava a oeste da linha, enquanto a Vila Marcondes (propriedade do Coronel

José Soares Marcondes) localizava-se a leste. Observamos com maiores detalhes estes núcleos iniciais a partir da Figura 1.

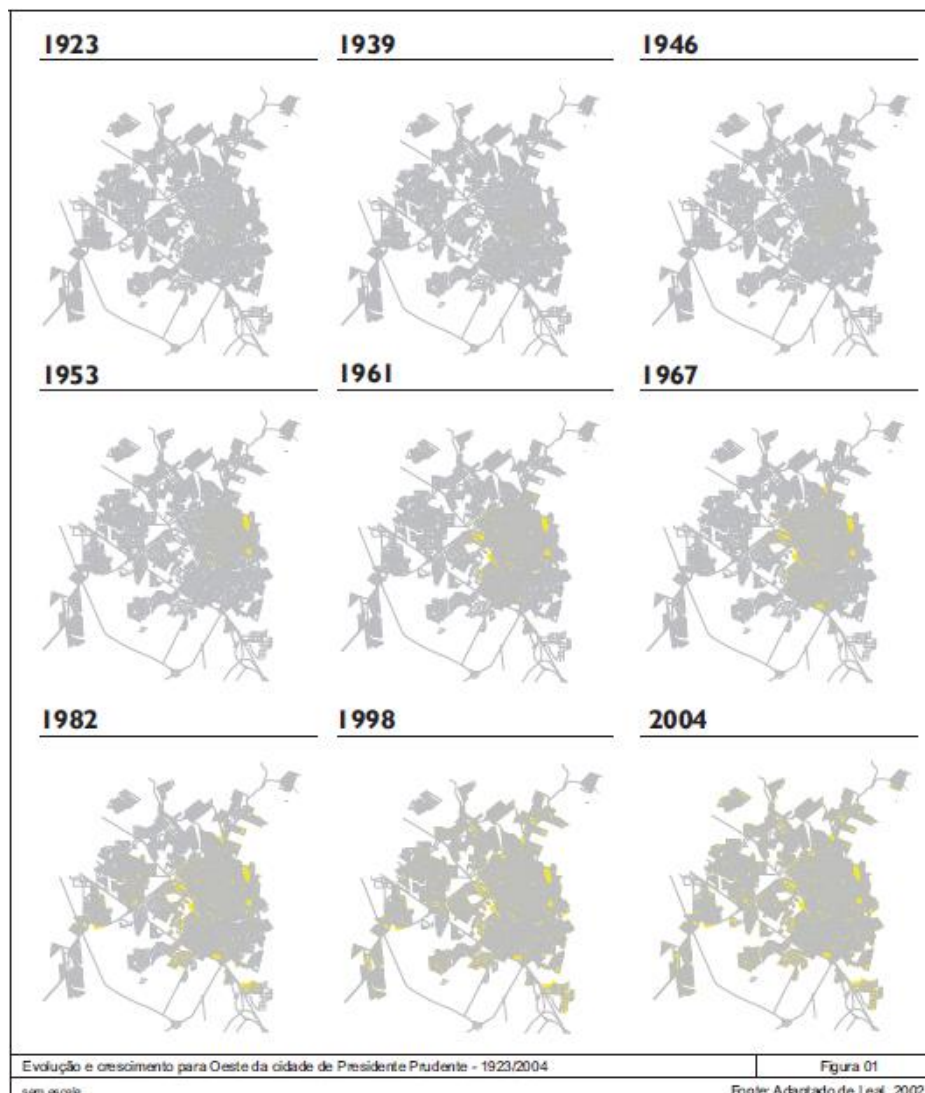


Figura 1: Evolução urbana de Presidente Prudente/SP
Fonte: Carlos Eduardo Secchi Camargo (2007)

Com o passar do tempo fica evidente a diferenciação de evolução urbana destes dois núcleos. Como observamos na Figura 1, entre os anos de 1923 e 1961 ocorreu uma maior expansão no eixo Oeste (Vila Goulart), pois sua implantação não ocorreu de forma aleatória, uma vez que o Coronel Goulart buscou serviços e estudos a fim de organizar a divisão dos lotes urbanos.

Sendo assim, notamos que na área “core” de Presidente Prudente, compreendida entre as principais avenidas da cidade, existe um plano ortogonal, o qual, após consolidado, foi reproduzido, ordenando assim o próximo loteamento.

Entretanto, o eixo Leste (Vila Marcondes) não contou com esse planejamento e nem com a preocupação por parte do Coronel Marcondes em organizar o seu loteamento, por isso, até a década de 1960, este rincão do município era ainda pouco desenvolvido.

Após a consolidação da replicação do plano inicial, Presidente Prudente não mais contou com a implantação de um plano urbano ortogonal rígido, mas sim, foi se expandindo de acordo com o planejamento e interesse de agentes produtores do espaço.

Desse modo, a partir de 1980 houve uma expansão para novas áreas da cidade até que, a partir de 2000, consolidaram-se as áreas Sul; com condomínios fechados de alto padrão e Norte/Noroeste; com grandes conjuntos habitacionais populares.

Uma outra possibilidade de abordar a morfologia urbana é relacionar o plano urbano com o sítio. Ainda considerando a expansão urbana conforme supracitado, traremos agora para a discussão uma questão relacionada ao espaço físico de Presidente Prudente, fazendo a correlação entre crescimento urbano e geomorfologia (Figura 2).

De acordo com Pedro (2008), Presidente Prudente teve seu primeiro momento de apropriação do relevo baseada nos compartimentos geomorfológicos mais altos, passando depois a ocupar as partes mais baixas, ou seja, inicialmente ocupou-se o espigão divisor de águas onde estava a ferrovia, e seguiu-se esta dinâmica ocupando-se os espigões secundários

No que se refere a expansão a partir destes dois núcleos, a autora sintetiza que um fator que condicionou a expansão territorial de Presidente Prudente foi a topografia, haja vista que o relevo da zona oeste apresenta compartimentos mais suaves, facilitando a ocupação deste, e a edificação não necessitava grandes obras de engenharia (como terraplenagem, corte em vertentes, construção de muros de arrimo, etc.), enquanto que a configuração do relevo da zona leste era marcada por declives acentuados.

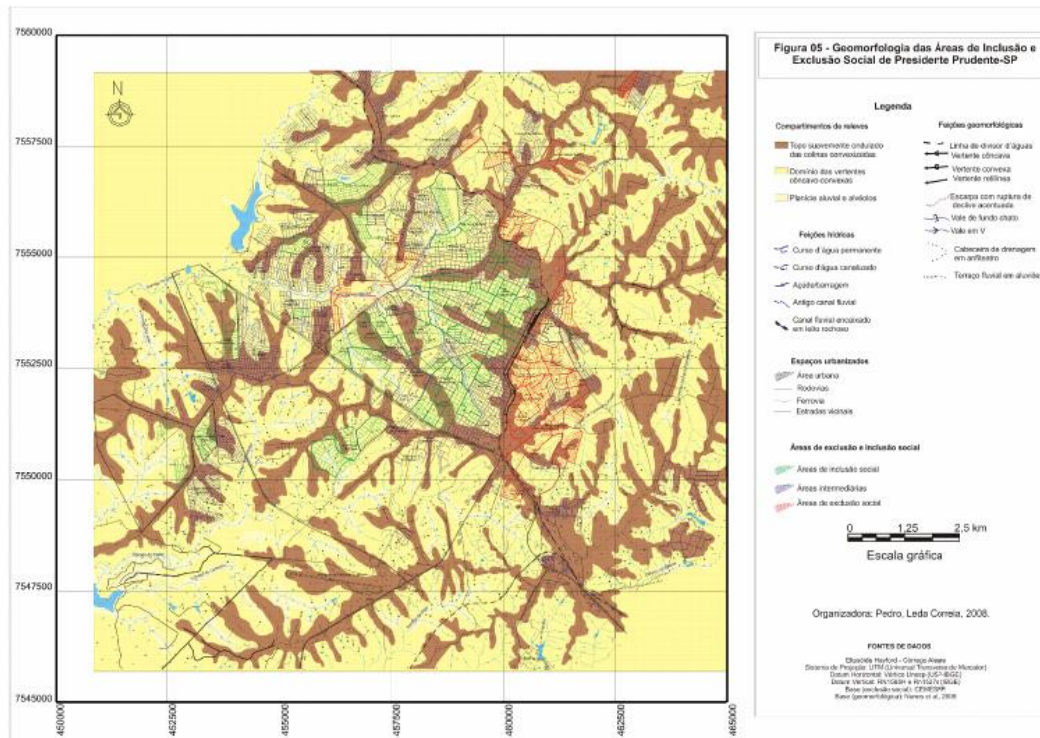


Figura 2: Expansão territorial urbana e carta geomorfológica de Presidente Prudente/SP
 Fonte: Leda Correia Pedro (2008)

Também está apontado na Figura 2 a relação entre a compartimentação geomorfológica e o padrão de ocupação da cidade, diferenciando áreas de exclusão e inclusão. De acordo com Pedro (2008, p. 61), “nas áreas onde estão os declives mais acentuados encontram-se os locais classificados como áreas de exclusão social e áreas intermediárias de exclusão (predominantemente nas zonas leste e norte). Contrapondo--se a esta classificação, as zonas oeste e sul apresentam-se como áreas de inclusão social”.

Nesse contexto, notamos que existe uma relação intrínseca entre a morfologia urbana, o processo histórico de ocupação e o sítio onde se instala a cidade, uma vez que a apropriação dos compartimentos do relevo sustenta as relações de produção.

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP E OS NOVOS EMPREENDIMENTOS

Como discutido até o momento, a partir do plano inicial envolvido pelas principais avenidas, a malha urbana de Presidente Prudente se expandiu e se adaptou as novas lógicas locais, visto que novos empreendimentos surgiram em determinadas áreas, configurando uma faceta da reestruturação que a cidade está passando.

Os *shopping centers* e os condomínios fechados de alto padrão seguiram a tendência de expansão da cidade e se instalaram em áreas estrategicamente localizadas, no entanto também percebemos que estes empreendimentos reafirmaram e dinamizaram a importância de tais áreas, entendendo assim, que a produção do espaço urbano é uma relação dialética, considerando-se que os empreendimentos citados são produto e condição da reestruturação urbana e da cidade.

Em Presidente Prudente, como observamos na Figura 3, essas estratégias condicionaram para que os *shopping centers* se instalassem na região oeste, um próximo a área central (Parque Shopping Prudente), outro na confluência de uma grande avenida (Prudenshopping) com ligação direta a rodovia e, recentemente, a configuração de uma nova área comercial em um bairro distante (Shopping Meridional).

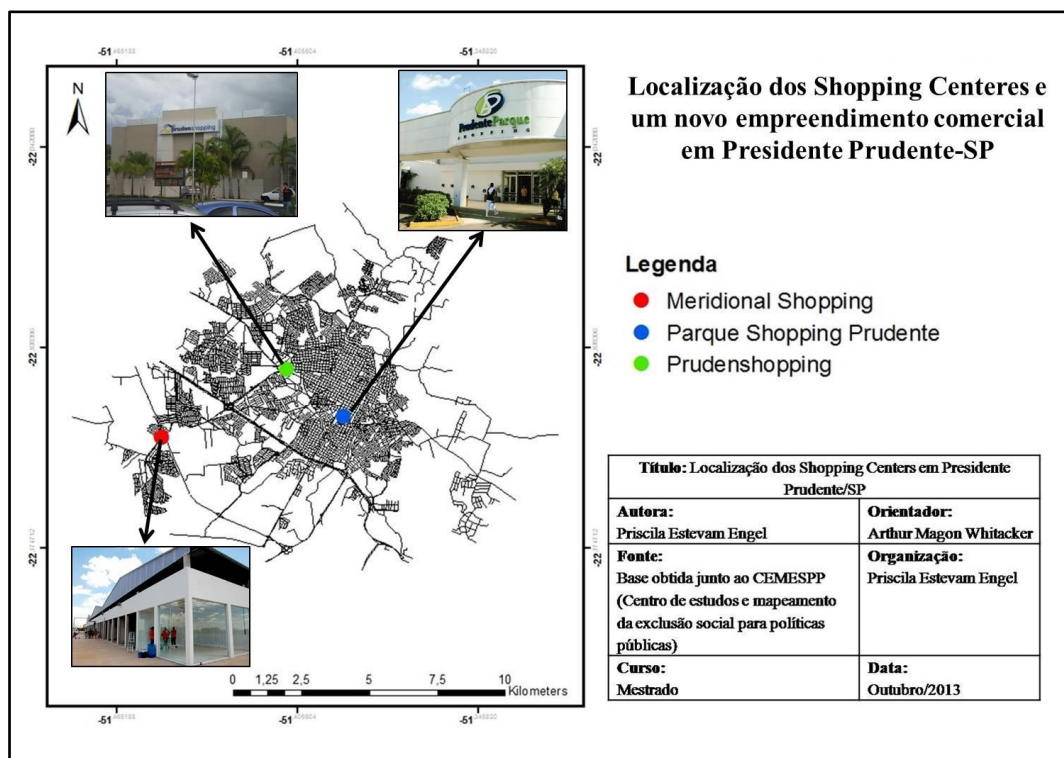


Figura 3: Localização dos *Shopping Centers* e um novo empreendimento comercial em Presidente Prudente/SP.

O Parque *Shopping Prudente* foi o primeiro empreendimento fechado de compra instalado em Presidente Prudente. Sua inauguração ocorreu no ano de 1986 quando carregava o nome de “*Shopping Center Americanas*”. Este empreendimento está localizado próximo ao terminal urbano, a rodoviária e nas proximidades do centro principal, numa área que antes era majoritariamente ocupada por residências. Após a instalação do shopping, empreendimentos comerciais e de serviços foram atraídos para seu entorno, modificando assim o uso e ocupação da área.

O Mix de Lojas deste *shopping* é variado, contando com um hipermercado (Muffato) e com franquias do ramo alimentício (McDonald's, Bob's e Cacau Show). No ramo de vestuário popular encontramos somente a Hering, não contando com grandes lojas como C&A, Marisa entre outras lojas âncoras, e não foram encontradas lojas para segmentos de alto padrão. Disso, podemos inferir que tal *shopping* não é voltado para população de alto padrão, conferindo uma característica mais popular de seu público alvo.

O segundo centro de compras de Presidente Prudente foi inaugurado na década de 1990 e se localiza entre duas avenidas principais da cidade, a Avenida Manoel Goulart e a Avenida Washington Luiz, consequentemente, mais afastado do centro principal. Devido a esta localização e o poder atrativo que o *shopping center* exerce, outros grandes empreendimentos comerciais (hipermercados) foram ali instalados, como Walmart, Max Muffato, estabelecendo concorrência com o Carrefour, instalado dentro do *shopping center*. Este último é o hipermercado âncora deste *shopping center*, contando com franquias do ramo alimentício (McDonald's, Habib's, Burger King, Subway, Cacau Show e Copenhagen) visto que, a Copenhagen não é tão popular quanto a Cacau Show. Encontramos grandes lojas ditas populares (que também exercem a característica de âncora), como RENNERT, C&A, Riachuelo e Marisa. Neste centro de compras, deparamo-nos com lojas de alto padrão como Brookfield, Mr. Kitsch, Colcci, TVZ, Forum entre outras, que denotam um caráter mais requintado para o *shopping*, sugerindo um público de alto e médio padrão.

Em consequência da expansão da malha urbana de Presidente Prudente, passou a existir uma demanda por consumo em bairros mais afastados e de difícil acesso ao centro ou aos *shoppings* já consolidados e por isso, formulou-se uma nova área comercial instalada em um desses bairros distantes. O Meridional *Shopping* está localizado na Avenida Comendador Alberto Bonfigliolli, zona sul de Presidente Prudente, conta com 288 boxes, com nenhuma “marca” de expressão, com lojas simples, podendo ser nomeado como galeria, e busca atender a bairros populares como o Conjunto Habitacional Ana Jacinta.

Observando as características diferenciadas do espaço urbano de Presidente Prudente relacionando seu público alvo, notamos que os condomínios fechados de alto padrão e os *shopping centers* são empreendimentos propiciadores de diferenciação e fragmentação socioespacial, o que pode ser observado na Figura 4.

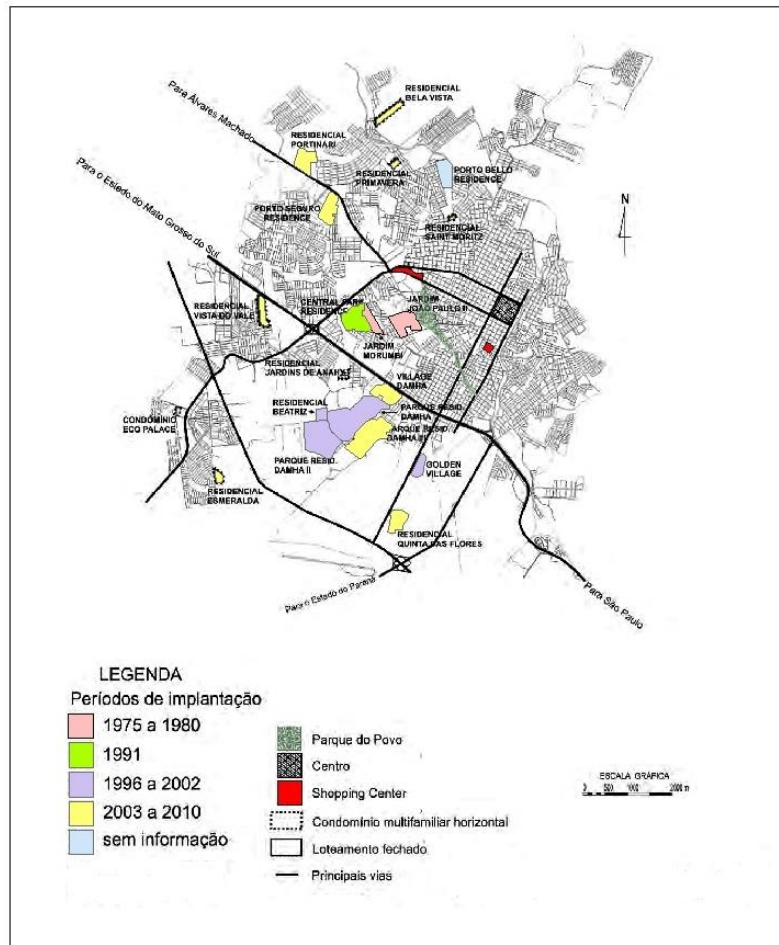


Figura 4: Elementos da Estrutura Urbana e os períodos de implantação dos condomínios fechados em Presidente Prudente/SP

Fonte: Clayton Ferreira Dal Pozzo

Org.: Priscila Estevam Engel

Podemos observar que a localização dos *shopping centers* foi estratégica em relação às áreas residenciais de padrão ocupacional alto e médio, grande parte delas próximas à Avenida Washington Luiz e àquelas localizadas ao sul do Parque do Povo (incluídos os condomínios fechados), que se articula (no caso do Prudentshopping) à Avenida Manoel Goulart em rotatória a menos de cem metros da entrada do *shopping* e com a Avenida Brasil (no caso do Parque *Shopping* Prudente). A esse respeito, Sobarzo Miño (2001) resume muito bem a realidade de Presidente Prudente.

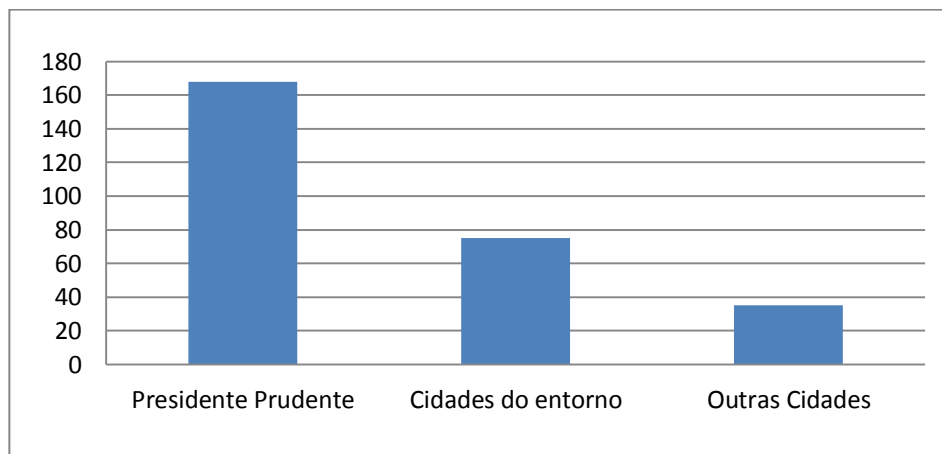
Considerando as características diferenciadas do espaço urbano de Presidente Prudente e a segregação que propiciam os condomínios horizontais, e em função da possível implantação de novos condomínios e bairros de alto padrão na zona sul da cidade, é importante destacar o provável surgimento de “uma cidade dentro da cidade”, que contribuiria para a ampliação da diferenciação e da segregação socioespacial no espaço urbano Prudentino (SOBARZO MIÑO, 2001,p.212).

Podemos ressaltar ainda a importância regional que os *shopping centers* adquirem e como sua localização pode acentuar tal centralidade. Como salientamos, o Prudentshopping está no encontro de duas avenidas e nessa rotatória está o prolongamento da Avenida Manoel

Goulart, o qual permite acesso fácil à Rodovia Raposo Tavares e a saída para Álvares Machado, cidade com altas interações com Presidente Prudente, por exemplo. No entanto, o Parque *Shopping Prudente* está localizado próximo à área central aos terminais interurbanos e outros acessos à cidade, facilitando o acesso da população da hintelândia.

Para inferir o conjunto de fluxos que podem estabelecer-se entre diferentes pontos da cidade e seu papel regional, podemos entender o mosaico que as localizações destes empreendimentos realizam em diferentes escalas. Para tal, dispomos de dados do levantamento das placas de carros nos estacionamento dos *shopping centers*, em época iguais (Dezembro) nos anos de 2012 e 2013, organizados nos seguintes gráficos.

Gráfico 1: Quantidade de carros no estacionamento do Parque Shopping Prudente, de acordo com as placas dos automóveis em 15/12/2012, sábado, 16:00h.

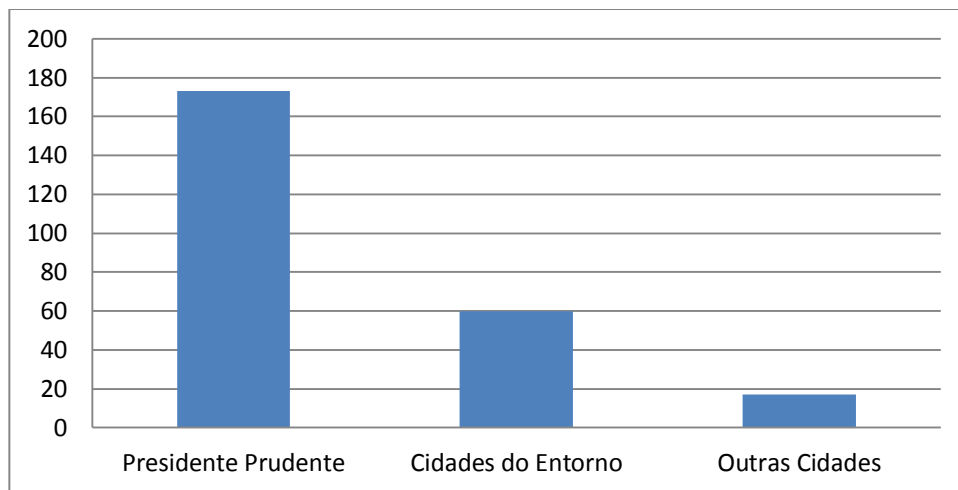


Fonte: Observação de campo.

Organização: Ana Paula Zimiani Vicente e Nathália Brustelo

No dia da análise havia 168 carros com placas de Presidente Prudente, compreendendo 60,5% do total de 278 carros contabilizados e ainda, 75 carros com placa de cidades do entorno (26,9%) e 35 carros (12,6%) de cidades fora da Região Administrativa de Presidente. Podemos inferir que neste shopping a maioria dos frequentadores sé da própria cidade, pois o número de carros de Presidente Prudente correspondeu a mais da metade, comparando-se com as outras cidades. Esta realidade se manteve no ano de 2013 (gráfico 2) quando foram averiguadas as placas, também num sábado no mesmo horário.

Gráfico 2: Quantidade de carros no estacionamento do Parque Shopping Prudente, de acordo com as placas dos automóveis em 14/12/2013, sábado, s 18:00 horas



Fonte: Observação em campo

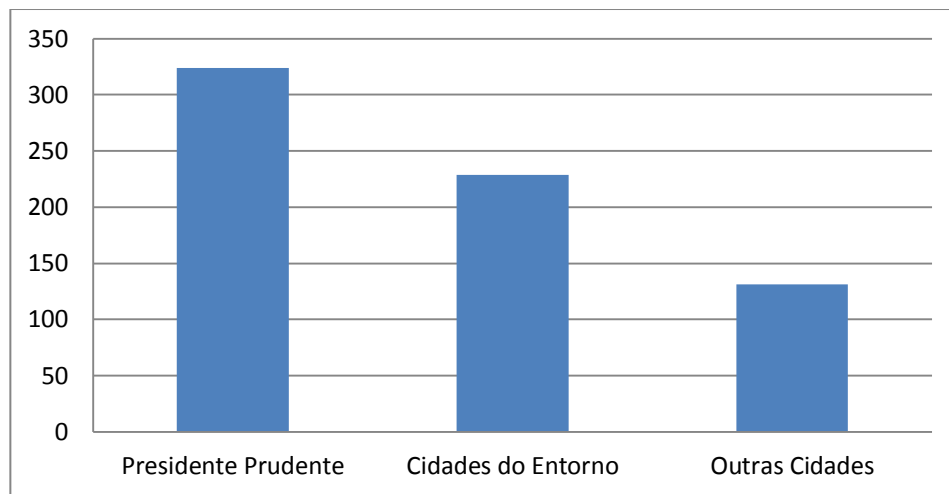
Organização: Priscila Estevam Engel e André Felipe Vilas de Castro

Desta vez, foram contabilizados 250 carros no estacionamento deste shopping, sendo 173 com placas de Presidente Prudente (69,9%), 60 com placas da Região Administrativa (24%) e por fim 17 carros de cidades de fora da Região Administrativa (6,1%), aumentando o contingente de carros de Presidente Prudente, em relação ao observado no ano anterior. Devemos levar em conta a proximidade deste shopping aos terminais de ônibus, podendo abarcar assim frequentadores que se utilizam de vários modos de deslocamento, não exclusivamente automóveis, mas que não foram avaliados neste estudo.

Como parâmetro de comparação apresentamos os dados para o Prudenshoppig (gráfico 3), no ano de 2013.

Neste *shopping center* não há tanta discrepância entre o percentual correspondente a cada um dos grupos avaliados. Com 684 carros no total, 324 eram de Presidente Prudente, (47,4%), 229 carros com placas da R.A (33,5%), e por fim 131 carros de outras cidades (19,1%). Isso ressalta a importância regional que este shopping possui dentro da sua região de influência, pois foram encontrados carros tanto de cidades mais distantes quanto mais próximas, como o caso de Álaves Machado.

Gráfico 3: Quantidade de carros no estacionamento do Prudenshopping, de acordo com as placas dos automóveis em 14/12/2013, sábado, 17:00 horas



Fonte: Observação em campo
Organização: Priscila Estevam Engel e André Felipe Vilas de Castro

A este fato podemos relacionar a falta de alguns empreendimentos nas cidades da região, visto que não há *shopping centers* nas cidades que fazem parte da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, obrigando a população que quiser frequentar tais espaços dirigir-se à Presidente Prudente. Após um levantamento do mix de lojas encontradas no shopping, podemos afirmar que, nestas cidades, não está estabelecido nenhum hipermercado como Walmart, Muffato e Carrefour, não há redes de cinemas nem grandes redes de franquias como McDonalds, Bobs, Habib's ou grandes lojas de grifes. Ou seja, empreendimentos diferenciados só são encontrados em Presidente Prudente, aumentando assim sua centralidade interurbana e sua situação geográfica favorável.

CONCLUSÃO

Adotando a situação geográfica, como expressão relacional passível de análise multiescalar, bem como a morfologia urbana, na perspectiva que vai muito além das formas, embora seja lida a partir delas, como analisamos a expansão territorial de Presidente Prudente relacionando alguns elementos das lógicas que estruturam os espaços urbanos, deste da escala da cidade até das redes urbanas.

Tais lógicas de localização visam uma maior circulação de bens e serviços tanto intra quanto interurbano, para assim, ampliar as taxas de lucros de empreendimentos como os *shopping centers*. Assim, obedecendo as lógicas capitalistas, as cidades e as redes urbanas,

produzem e reproduzem diferenças, gerando desigualdades que ampliadas, acarretam segregação e fragmentação socioespaciais.

Por fim, ressaltamos que não é possível analisar a cidade de todos os ângulos, já que é vasto o conjunto de olhares que podemos ter sobre tudo o que compõe a mesma. Para a análise de Presidente Prudente – SP, discutimos sobre a produção do espaço urbano desde a implantação dos primeiros núcleos, tratamos da estruturação e reestruturação dos espaços a partir da implantação dos *shopping centers* e o seu repartimento no espaço intraurbano com mudanças na estrutura do entorno, e no interurbano, consolidando a centralidade de Presidente Prudente diante das cidades da região e aumentando suas interações socioespaciais.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. M. . **Dinâmica territorial, circulação e cidades médias**. In: Eliseu Savério Sposito; Maria Encarnação Beltrão Sposito e Oscar Sobarzo. (Org.). Cidades médias: produção do espaço urbano e regional. 1edição.São Paulo: Expressão Popular, 2006, v. 1, p. 71-85.

BEAUJEU-GARNIER, J. e DELOBEZ, A. **Géographie du commerce**. Paris: Masson, 1977

BERRY, B. J. L. **Géographie des marchés et du commerce de détail** .Paris: A. Colin, 1971.

BERRY, J. L. Brain. **A note on central place theory and range of a good**.Economic Geography, Chicago, vol. 34, no. 4, p. 304-311, 1958.

BRENNER, Neil. **Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana**. Revista GEOUSP – espaço e tempo, São Paulo nº33, p.198-220, 2013.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**; tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: ED.34/ Edusp, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.); SOUZA, Marcelo L (Org.) ; SPOSITO, M. Encarnação Beltrão (Org.) . **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2011. 234p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Diferenciação socioespacial. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 45-60, jan./dez., 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. Editora Ática, Série Princípios, 3a. edição, n. 174, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Construindo o conceito de cidade média**. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). Cidades Médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.p 23-33.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Diferenciação Sócio-Espacial, escalas e práticas espaciais.** Cidades. Vol.4 n.6, 2007, p.61-72.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana brasileira e a sua dinâmica: algumas reflexões e questões.** In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). Urbanização e cidades: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: Gasperr, FCT, UNESP, 2001p 359-367.

GEORGE, P. **Geografia do Comércio.** São Paulo: Difel, 1970.

_____. **Geografia Econômica.** Lisboa: Fundo de Cultura, 1976.

GOTTDIENER, Mark. **Estrutura e ação na produção do espaço.** In: GOTTDIENER, Mark. A produção social do espaço urbano. São Paulo: Edusp, 1997.

PADILHA, Valquíria. **Shopping Center: a catedral das mercadorias.** São Paulo: Boitempo, 2006.

PINTAUDI, S.M. e FRUGOLI, Jr. H. **Shopping Centers: Espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras.** São Paulo: EDUNESP, 1992. 129p.

Pedro, Leda Correia. **Ambiente e apropriação dos compartimentos geomorfológicos do Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador e Condomínio Fechado Damha.** - Presidente Prudente: 2008.

PRÉVÔT-SCHAPIRA, Marie-France. **Fragmentación espacial y social: conceptos y realidades. Perfiles Latinoamericanos,** Ciudad de México, n. 19, p. 33-56, dic. 2001.

SARLO, Beatriz. **La ciudad vista.** Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação da teoria social crítica.** Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos.** In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). Urbanização e cidades: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: Gasperr, FCT, UNESP, 2001.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo.** Presidente Prudente, 2004. 508 p. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz; MAIA, Doralice; TORRES, Edvânia. **O estudo das cidades médias brasileiras.** In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007a. p.35-67.

SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais.** In: CARLOS, Ana F. A.; SOUZA, Marcelo L.; SPOSITO, M. Encarnação B.. (Org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011, v. , p. 123-145.

SPOSITO, Eliseu Savério (Org.); SPOSITO, M. Encarnação Beltrão (Org.); SOBARZO, Oscar A. (Org.) . **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. 1a.. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. v. 1. 375p

SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. **Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana**. In: Maria Encarnação Beltrão Sposito. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. 1ed.São Paulo: Expressão Popular, 2007, v. 1, p. 233-253.

Whitacker,A.; Miyazaki , V. (2012). **O estudo das formas da cidade no âmbito da Geografia Urbana. Apontamentos metodológicos**. Revista de Geografia e Ordenamento do Território, n.º 2 (Dezembro). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. Pág. 307 a 327

AS MUDANÇAS NA LICENCIATURA EM GEOGRAFIA DA UVA

Maria Cásssia de SÁ

Graduada em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

cassia.conrado@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/3477192053125454>

Virginia Célia Cavalcante de **HOLANDA**

Professora do Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE)

virginiaholland@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/9956987624407961>

Resumo: Analisar os reflexos da reforma curricular pós DCN's - Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação do professor de geografia da UVA se constitui no principal objetivo, acompanhado dos seguintes objetivos específicos: avaliar se a formação do professor apresenta perceptíveis mudanças no que consiste a aproximação dos conteúdos discutidos em sala e a realidade vivenciada pelo formando no espaço da escola; identificar de que forma as novas modalidades de Trabalhos de Conclusão de Curso vêm proporcionando o surgimento de temas mais diversificados sobre os processos educativos.

Palavras chave: Formação de Professor. Currículo. Licenciatura em Geografia.

CHANGES IN DEGREE IN GEOGRAPHY OF UVA

Abstract: Analyze the reflexes of curriculum reform post DCN's - National Curriculum Guideline for the formation of a geography professor at UVA is the main goal, along with the following specific objectives: to assess whether teacher training has noticeable changes in what constitutes the approach of the contents discussed classroom and the reality experienced by trainees in the school, identifying how the new forms of work Completion of course are providing the emergence of more diverse issues on the educational processes.

Keywords: Teacher Education. Curriculum. Degree in Geography.

LOS CAMBIOS EN LA LICENCIATURA EN GEOGRAFÍA DE LA UVA

Resumen: Analizar los reflejos de la reforma curricular tras DCN's – Directrices Curriculares Nacionales para la formación del profesor de geografía de la UVA se constituye en el principal objetivo, acompañado de los siguientes objetivos específicos: evaluar se la formación del profesor presenta perceptibles cambios en el que consiste la aproximación de los contenidos discutidos en la clase y la realidad experimentada por el formando en el espacio de la escuela; discutir de que forma las nuevas modalidades de TCC's vienen proporcionando el surgimiento de asuntos más diversificados sobre los procesos educativos.

Palabras llave: formación del professor. Currículo. Licenciatura en Geografía

INTRODUÇÃO

Consideramos o currículo como construção social e compreendemos que as mudanças pelas quais este vem passando na atualidade é um reflexo das transformações na própria sociedade. Nesse sentido, o presente trabalho de pesquisa buscou conhecer a visão dos Professores do Curso de Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, acerca da formação de professores após a implantação do novo currículo de Licenciatura em Geografia desta instituição.

Tendo em vista que a necessidade de transformar o Ensino da Ciência Geográfica é anterior às políticas de reformulação curricular iniciadas na década de 1990, buscamos compreender além do olhar docente sobre este novo projeto, as possíveis repercussões do ponto de vista de sua atuação, na formação de um novo professor de Geografia. A fim de atingirmos nosso objetivo, procuramos conhecer, que concepção de currículo para formação de professores os docentes do curso de Geografia, sujeitos da pesquisa, possuem; como analisam sua prática; e que apropriação fazem do novo currículo.

Através de um estudo de natureza qualitativa, utilizamos entrevistas semi-estruturadas, que nos permitem uma maior interação com os sujeitos da pesquisa, e por meio destas, averiguamos o olhar e a postura dos professores sobre a nova estrutura curricular.

A partir de uma pesquisa bibliográfica procuramos dialogar com teóricos que discutem currículo, políticas educacionais, formação de professores, e a Geografia escolar, com destaque para: Campani (2007), Berticelli (1998), Silva e Dias (2004), Moreira e Silva (1994), Silva (2007); Andrade (2008), Rocha (2000 e 2001), Pontuschka, Paganelli e Cacete (2007), Cavalcanti (2008), Straforini (2011), dentre outros que constituem uma importante base para os nossos estudos. .

Nosso artigo está sistematizado em duas partes: na primeira buscamos compreender as questões teóricas que envolvem as discussões sobre currículo e como as transformações deste ao longo dos anos estão correlacionados a interesses de atores hegemônicos; abordamos também como se deu as transformações nos cursos de formação de professores de Geografia no Brasil e em que contexto ocorreu estas mudanças.

Na segunda parte apresentamos uma análise do curso de licenciatura em Geografia da UVA: infraestrutura; formação e mudanças curriculares; bem como a concepção do professor desta instituição acerca do currículo para formação de professores, sua relação com o Projeto Político Pedagógico, e sua prática a partir deste, a fim de compreendermos a percepção do docente sobre o novo currículo de Geografia elaborado pós Diretrizes Curriculares Nacionais.

AS MUDANÇAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O currículo aparece pela primeira vez como um objeto específico de estudo e pesquisa, conforme Silva e Dias (2004, p. 130) e Silva (2007, p. 22), nos Estados Unidos dos anos vinte, diretamente ligado à massificação do ensino, sendo que a especialização desse campo de estudos tem como marco a publicação de *The Curriculum* de Ferdinand Bobbitt em 1918. Em vista disso, passou-se a pensar o que e o como ensinar para um grande número de pessoas. Essa reestruturação da educação veio incisivamente, objetiva e adequada às necessidades do mundo do trabalho, constituindo-se em uma possibilidade de sair da crise econômica mundial na década de 1920, a partir da formação de um grande número de pessoas escolarizadas e capacitadas, na tentativa de alavancar novamente o crescimento econômico e a reconstrução social dos países afetados, deste modo, quase todos os países de economia capitalista adotou a massificação do ensino.

A literatura especializada que surge nesse momento se desenvolve no contexto em que o intenso processo de urbanização e industrialização impulsiona diversas transformações econômicas, sociais e culturais. A escolarização em massa se apresenta como um meio de perpassar princípios e ideais modificadores dos modos de pensar e agir das pessoas, a escola, nessa conjuntura, possibilita através do currículo um controle social. Campani (2007, p. 55) assinala que “a escolarização passou a significar os instrumentos disciplinares necessários para a regulação das relações sociais”.

Desenvolveram-se disciplinas e métodos pedagógicos a fim de propagar valores, condutas e hábitos, em que, conforme colocam Moreira e Silva (1994, p. 09) o propósito maior dos “especialistas parece ter sido planejar ‘cientificamente’ as atividades pedagógicas e controlá-las”.

Ao colocar o currículo como “uma questão de ‘identidade’ ou de ‘subjetividade’”, Silva (2007, p. 15), deixa claro quão imperativo é conhecer as racionalidades que fundamentam esse, uma vez que, segundo o autor, “o currículo acaba por nos tornar o que somos” indo além do conhecimento e constituindo-se como uma identidade.

A reorganização das estruturas de ensino, bem como a homogeneização dos programas escolares difundiu-se amplamente no cenário mundial, Campani (2007, p. 53) coloca que:

O Estado em consonância com princípios político-econômicos do capitalismo e das suas forças produtivas, vendo a necessidade governar os sujeitos, empreendeu uma ampla reorganização frente aos diferentes saberes produzidos por regiões e

categorias sociais. Através de instituições e agentes legitimados, como os professores, apropriou-se dos saberes, disciplinou-os e colocou a seu serviço.

Neste contexto, a prática do docente atuante nas escolas assume grande relevância, e as políticas de formação de professores instituídas neste momento, estão voltadas à formação de profissionais que possam legitimar um saber pedagógico normatizado pelo discurso técnico científico, através de sua prática no ambiente escolar. Não podendo ser diferente, a estrutura curricular adotadas nos cursos de formação de professores que vão surgindo pautada na racionalidade técnica, onde o professor era “concebido como um técnico, um especialista que aplica com rigor, as regras que derivam do conhecimento científico e pedagógico” (Ibidem, p. 11).

O conhecimento nesse modelo de formação fundamenta-se no Positivismo, tendo grande ênfase teórica e técnica, e que deveriam ser aplicadas no campo profissional, assim a vivência e a realidade dos discentes não eram considerados, pois o ensino detinha-se, como já mencionado, em atingir os objetivos de ensino proposto.

Nos anos que se seguem os currículos para formação de professores foram objeto de diversas reformas, considerando que essas podem revelar-se em mudanças no pensar, no ser e na prática dos sujeitos sociais.

Alicerçados nessa compreensão, buscamos conhecer no próximo tópico onde estudamos as transformações nos cursos para formação de professores de Geografia, em que medida a corporificação dos conhecimentos da ciência geográfica compuseram os currículos das instituições de ensino voltadas a promover esta formação, e em que contexto o discurso curricular acabou por na maioria das vezes, contribuir com a legitimação de poder, mesmo que de forma implícita.

A LICENCIATURA EM GEOGRAFIA NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

No Brasil o estabelecimento de um sistema para formação do professor secundário tem origem na década de 1930, a partir da necessidade de formalizar a profissionalização docente, quando então surgiram os primeiros cursos destinados a formação de professores de Geografia. Em seus estudos Rocha (2000, p. 132) aborda que através do decreto nº 19.851 de abril de 1931 “foram criadas as Faculdades de Educação, Ciências e Letras, espaço acadêmico que passou a abrigar, dentre outros cursos, o de Geografia”, sendo a Universidade de São Paulo e a Universidade do Distrito Federal, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, as primeiras instituições a implantarem tais cursos. Andrade (2008, p. 373) acrescenta ainda,

que no período de 1936 a 1957 a “Geografia se constitui junto com a História, uma única Graduação”.

A partir de 1957 a formação do professor de Geografia se deu em um curso independente, entretanto a estrutura curricular ainda era a mesma da Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, utilizada como padrão nos cursos de formação, nessa, a graduação do professor do ensino secundário é formatada de acordo com o currículo voltado para a formação específica do bacharelado, cursado em três anos, e para os que desejassem o título de professor deveriam cursar mais um ano de didática. Este procedimento de ensino pautava-se numa abordagem isolada dos conteúdos, fundamentado em uma matriz curricular estável, onde conteúdos específicos eram demasiadamente valorizados em detrimento da formação pedagógica.

A licenciatura em Geografia, como graduação unicamente destinada a formar professores tem origem em 1962 pelo parecer nº412/62, suscitado pelas Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, que exige um currículo mínimo de quatro anos.

Frente à constatação da precariedade do ensino destas ciências e aos inúmeros movimentos contestatórios de professores e estudantes, aos poucos as Licenciaturas Plenas foram suprimindo tais cursos, e as áreas específicas de Geografia e História ganham novamente força anos depois. Andrade (2008, p. 378-379) assinala que essa revitalização demorou mais tempo a chegar às escolas públicas, entretanto frente aos movimentos contestatórios, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) compreende a “ineficiência do ensino de estudos Sociais, cedendo para que houvesse o retorno do ensino de Geografia e História”, o que muito contribui a com a revitalização das licenciaturas nessas áreas de Ensino.

Esse panorama do ensino da Ciência Geográfica suscitou diversas manifestações em busca de mudanças mais significativas, Martins (2011, p. 64) afirma que “muitos geógrafos mostravam-se insatisfeitos com os recursos metodológicos de compreensão do mundo, embasados numa visão fragmentada, sem a preocupação com o contexto nacional e mundial”. Nesse contexto, Gramacho (2008, p. 294) coloca que se instiga a urgência das reformas curriculares, e “os atuais currículos nascem no bojo das grandes transformações, no modo de fazer e pensar Geografia dos anos de 1970”, pondo em pauta as questões de uma realidade em mutação.

A própria redemocratização do Brasil no final de 1970 e início de 1980, provoca também uma discussão, sobre a democratização da escola, levando-se em conta a entrada de alunos pertencentes às camadas populares nesta. Os sujeitos estudantis em questão possuíam

tanto uma cultura como uma linguagem diferente da que se tinha em âmbito escolar. A questão em foco se constituía em como formar o docente preparando-o para atuar junto a este aluno “real” que rompia com sua cultura em um universo que valorizava e transmitia uma cultura elitista.

Essa urgência por modificações nos métodos de ensino, além do contexto de democratização da escola, também se pautava nas mudanças na estrutura da sociedade, e nos processos de trabalho, uma vez que “a introdução de novas tecnologias e com o esgotamento do fordismo, que dominou o mundo por um século, passaram a exigir a formação de outro trabalhador, mais flexível, eficiente e polivalente” (CAMPANI, 2007, p.103).

Nesta conjuntura, as recentes reformas curriculares no ensino superior e nos cursos de Licenciatura em Geografia, perpassam as políticas educacionais provenientes do Banco Mundial, onde a educação institucionalizada necessita agora de trabalhadores “com nível de abstração mais aguçado e capazes de desenvolver atividades em equipe, além de serem capazes de identificar e resolver os problemas e os imprevistos.” (ROCHA, 2001, p. 46)

Uma vez que “as políticas educacionais em implantação tem se caracterizado pela submissão do ensino público ao mero papel de formação de ‘sujeitos’ com o perfil desejado pelo mercado” (*idem*, 2000, p.142), ante a exigência de um novo perfil de profissional condizente com essa realidade, entra em vigor em 1996 a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei nº 9394/96), sendo que esta dá base à adaptação dos cursos de formação a nova lógica do mercado.

Com a aprovação das Diretrizes curriculares Nacionais – DCN’s (2001) para os cursos de formação de professores surge uma nova lógica para formação nos cursos de licenciatura pautada na racionalidade prática, em que o professor deve estar capacitado a enfrentar as situações-problema em sua prática na sala de aula, através do ato criativo e reflexivo da evolução do conhecimento.

Oliveira (2008, p. 19) ao discorrer sobre o papel da Geografia, como disciplina e como ciência, frente às dinâmicas da sociedade, aborda que as diversas concepções geográficas têm buscado dar a esta ciência condições “para poder explicar àquela parcela da realidade total (que cabe a Geografia explicar) em cada momento em que o homem e as coisas sofreram importantes metamorfoses ou evoluções”, para o autor a Geografia em sua dinâmica tem sido impulsionada a explicar o presente e este já não pode mais ser explicado com as teorias e metodologias do passado.

Há uma necessidade, neste período, por parte dos geógrafos, em transformar o ensino de Geografia de modo que este dê subsídios à construção do sujeito social crítico e

modificador da sua realidade. Diversos Geógrafos buscaram, também, alertar para a necessidade de se reformar as práticas curriculares a fim de sanar os desencontros que há entre ensino superior e o ensino dos níveis fundamental e médio, dentre eles podemos citar Oliveira e Trindade (2008), que em seus estudos acerca da (re)construção do currículo no âmbito da Licenciatura em Geografia, ressaltam a necessidade de revê-lo e redesenhá-lo.

Essa necessidade reformulação do Ensino de Geografia ocorre ao mesmo tempo em que as políticas curriculares são implantadas, e chegaram aos departamentos ou colegiados dos Cursos de Geografia através das DCN's. Estas orientam a elaboração de currículos direcionados ao desenvolvimento de competências e habilidades que preparem os egressos ao mercado de trabalho.

O ensino por competências de acordo com Perrenoud (2000, p. 19) seria “a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc.) para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações”.

Com base nos pressupostos das DCN's, que vêm nortear as reformas no modelo de formação de professores e “induz as mudanças no modo de conceber, organizar e desenvolver o currículo dos cursos de formação docente” (CAMPANI, 2007, p. 116), espera-se que estes possibilitem a construção de um currículo que atenda as necessidades de formação de professores, especificamente na área de Geografia.

O CURSO DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ (UVA)

No Ceará temos 03(três) universidades públicas estaduais, são elas: Universidade Regional do Cariri (URCA) no sul do estado com sede na cidade do Crato, a Universidade Estadual do Ceará (UECE) com sede em Fortaleza e a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), essa última localizada em Sobral no noroeste cearense, *locus* de nossa pesquisa a UVA teve origem em 23 de outubro de 1968 pela Lei Municipal nº 214 como Fundação Municipal mantida pela Diocese de Sobral, e foi encampada pelo Governo Estadual do Ceará em março de 1993.

O Curso de Geografia foi criado no segundo semestre de 1994. Está incorporado ao Centro de Ciências Humanas – CCH, no Campus III - Junco, onde se localizam suas estruturas física e administrativa.

Seguindo as determinações da Lei das Diretrizes e Bases da Educação – LDB n. 9394/96 que rege as Universidades e das Diretrizes Curriculares Nacionais (2001) elaboradas

com base na LDB, A UVA passa no período de 2003 a 2006 por um processo de reformulação curricular a fim de atender as políticas curriculares pós década de 1990 para a formação docente.

O Curso dispõe de infraestrutura que abrange espaços compartilhados com os Cursos de História e Ciências Sociais e espaços exclusivos do curso de Geografia. Nas instalações físicas para a administração o curso conta com sala da Coordenação, sala de reuniões e sala da secretaria; dispondo ainda de espaço reservado para professores, com 09 (nove) gabinetes individuais ou compartilhados. Os espaços para as aulas teóricas, práticas e/ou conferências consistem em: 12 salas de aula para até 45 alunos cada; 01 auditório climatizado com capacidade para 120 pessoas e 01 com capacidade para 45; sala de audiovisual com capacidade para 40 pessoas; sala de cartografia e fotointerpretação, museu de geologia (práticas de geologia geral, mineralogia, etc.) e laboratório de Informática climatizado com 31 (trinta e um) microcomputadores.

O curso dispõe ainda da Biblioteca setorial do CCH, com livros e periódicos de Geografia, História e Ciências Sociais, composta com quatro salas de estudo coletivo e trinta bancadas para estudo individual; funcionando nos turnos manhã, tarde e noite. Consultas ao acervo também podem ser feitas pela internet.

Em virtude da reformulação curricular, núcleos e laboratórios também passaram por reestruturações a fim de atender a proposta contida no Projeto Político Pedagógico oriundo desta. Com boa infraestrutura, oito núcleos e/ou laboratórios estão ativos atualmente.

Todos os laboratórios dão subsídio às pesquisas nas diversas áreas de estudo da Geografia, dispondo de computadores com acesso à internet e outros equipamentos que possibilitam aos pesquisadores e acadêmicos desenvolverem seus trabalhos utilizando as estruturas dos laboratórios.

Essa infraestrutura vem melhorando ao longo dos anos, e está disponível aos acadêmicos do curso durante o dia todo, entretanto algumas dificuldades estruturais da própria UVA acabam “engessando” uma maior vivência destes na universidade. A ausência de residência e restaurantes universitários se constitui exemplos de como as estruturas acabam impedindo os alunos de terem uma vida universitária efetiva, uma vez que os alunos, em sua maioria, residem nos municípios circunvizinhos.

FORMAÇÃO E CURRÍCULO DE GEOGRAFIA DA UVA

O Curso de Geografia da UVA passa por um longo processo de reformulação curricular, tendo início em 2003 e consolidado em 2005, com o Projeto Político Pedagógico elaborado pelo colegiado do Curso, com Assessoria da Comissão de Reformulação Curricular da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - PROGRAD. Professores-pesquisadores de outras instituições também foram convidados a se inserirem no debate sobre a formação de professores de Geografia “contribuindo de forma significativa para o esclarecimento de pontos polêmicos e possibilitando a confrontação de ideias, visões e das diferentes abordagens na reformulação curricular dos cursos de nível superior” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2005, p. 01).

No período que antecede a elaboração da proposta presente no PPP, o colegiado se fez presente nas reuniões de reforma curricular do curso; no Fórum Cearense de Reforma Curricular em Geografia, fórum itinerante organizado em 2001 pelos departamentos de Geografia das quatro universidades públicas cearenses – UVA, URCA, UECE e UFC (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2005, p. 06); e no Fórum de Reforma Curricular da UVA realizado entre 2003 e 2005.

As discussões ocorridas nestes momentos bem como as experiências da prática docente que em 2005 já somavam dez anos, dão base à construção do projeto, sendo que neste processo o colegiado se organizou no sentido de: discutir em grupo a documentação que regulamenta a formação de professores em nível superior, que consistia em leis, diretrizes, pareceres, referenciais, minutas de resolução, etc.; em seguida ocorreu a elaboração de propostas de reformulação em subgrupos formados por professores das áreas específicas a partir dos documentos referenciais; apreciação das propostas; materialização do Projeto Político pedagógico; análise deste pelos membros do colegiado e encaminhamento final para a PROGRAD/UVA.

Dessa forma, o curso passa a ofertar uma nova licenciatura em Geografia a partir do semestre 2006.1. Até o ano de 2005 os alunos que ingressavam no Curso por meio de vestibular poderiam realizá-lo num período mínimo de três anos e máximo de sete, podendo cursar de acordo com seu interesse, tanto a habilitação em licenciatura quanto o bacharelado, a escolha ocorrendo depois de três anos de curso. Para isso, a matriz curricular compreendia um “Tronco Comum” do I ao VII semestre, composto pelas disciplinas específicas de Geografia; mais dois semestres dedicados as disciplinas da habilitação formal escolhida pelo

acadêmico, Bacharelado ou Licenciatura em Geografia, sendo o último semestre voltado para elaboração e defesa da Monografia de Graduação, obrigatória para ambas as habilitações.

A integração – conteúdos específicos, práticas pedagógicas e docentes – não aconteciam de forma articulada, dificultando a formação de professores através da práxis educacional. A percepção e a discussão sobre a necessidade de reformulação curricular surgem antes mesmo das mudanças propostas pelo Ministério da Educação com as Diretrizes Curriculares Nacionais, estas vêm a partir da constatação que o currículo em vigor não contribuía na formação de profissionais suscetíveis a congregar em sua prática docente às mudanças em curso no mundo e na educação.

Parte dos problemas se fundava na ênfase à formação epistêmica do professor de Geografia, e após esta no final do curso, os graduandos se dedicavam ao estudo das questões pedagógicas, nesse contexto concordamos com Silva (2011, p. 223) quando coloca que, “[...] a formação de professores de Geografia, assim como ocorria em outras áreas, privilegiava uma pedagogia sem conteúdos disciplinares e conteúdos sem objetivos pedagógicos. Uma disciplina que se resolveria em torno de si.”

A reformulação curricular proposta pelo curso norteia-se pelas transformações no campo dos conhecimentos geográficos e no âmbito da educação, com as novas tecnologias e os novos recortes espaço e tempo, bem como em consenso com as políticas educacionais brasileiras expressas nas mudanças apresentadas pelo Ministério da Educação através dos pressupostos contidos nas DCN’s para a Formação de professores da Educação Básica.

De acordo com as orientações das DCN’s, a formação específica e pedagógica do licenciado deve estar baseada na constituição de competências específicas próprias de cada etapa e modalidade da educação básica. Coloca-se para o ensino superior a necessidade de flexibilização do conhecimento, onde o currículo esteja mais voltado para o “aprender a aprender” e para o “aprender a ensinar a aprender”, que se daria no desenvolvimento de habilidades diversas pelos educandos. O currículo também deverá possibilitar o desenvolvimento de competências que ponha o futuro graduado em condições de acompanhar e entender as transformações da sociedade, bem como os rebatimentos dessas transformações no mercado de trabalho e no exercício de sua profissão.

Com base nessa diretriz a estrutura curricular formatada, deve primar pela formação pedagógica, de forma articulada com a formação específica, proporcionando uma formação que assegure aspectos da licenciatura desde o início do curso.

Também confere à formação profissional, basear-se nas teorias do professor reflexivo, na pedagogia das competências, na interdisciplinaridade e na flexibilidade curricular acima mencionada.

A proposta curricular pós DCN's do Curso de Geografia da UVA se insere nesta lógica, da formação baseada no currículo por competência, da atual racionalidade para formação profissional: a racionalidade prática, e do modelo de formação do professor reflexivo.

O Projeto Político Pedagógico elaborado em 2005 traz ao longo do texto a consideração que os saberes da Ciência geográfica devam ocorrer de forma simultânea e articulada com os processos educacionais, além da construção do conhecimento de forma mais totalizadora, buscando assegurar a flexibilização curricular no processo de formação do licenciado, valorizando as diferentes experiências educativas, formais e não formais.

A proposta assegura entender que exista a necessidade de consolidar o princípio que deve prevalecer na formação docente, *à união da teoria com a prática*, para tanto as diferentes dimensões que compõem a matriz curricular organizam-se em eixos articulados e interrelacionados que atuam nesta união.

O currículo vem composto pelos princípios de flexibilização e interdisciplinaridade, compreendendo as seguintes dimensões: uma *dimensão específica*, composta pelos conhecimentos específicos da Ciência Geográfica; uma *dimensão prática*, composta pelos Estágios Supervisionados, bem como por disciplinas que também se encaixam nas demais dimensões curriculares; uma *dimensão pedagógica geral*, composta por conhecimentos de cunho pedagógico; e uma *dimensão pedagógica específica*, que reúne conhecimentos específicos da ciência geográfica e da dimensão pedagógica geral; tais questões estão dotadas de conteúdos necessários à formação do professor de Geografia, definindo um conjunto de competências e habilidades que deverão compor o perfil do profissional a ser formado a partir de vivência curricular.

Em 2010 uma nova reformulação é realizada no Projeto Político Pedagógico, são retiradas as disciplinas do intitulado Básico, correspondente ao I Semestre, comuns aos currículos de todos os cursos da UVA, e “aproveitando o ensejo, alterou-se a matriz curricular também no sentido de suprir algumas lacunas que persistiam mesmo depois da ampla reforma realizada pelo Curso”. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2010, p. 06).

O novíssimo Projeto Político Pedagógico (2010) apresenta no decorrer do documento, de forma expressa, os princípios orientadores da proposta de formação profissional, tópico terceiro, sendo o primeiro deles “a competência como formação nuclear na orientação do

curso, ou seja, que o profissional além de ter conhecimento sobre seu trabalho, saiba também mobilizá-los, transformando-os em ação”.

Outro tópico que denota um amadurecimento e uma maior apreensão desta nova lógica para formação de professores presentes nas políticas educacionais pós década de 1990, está no quarto tópico: Concepções que orientam a organização da Proposta Curricular, sendo elas, *concepção de formação profissional, concepção de educação, concepção de ensino-aprendizagem, concepção de conteúdos, concepção das atividades teórico-práticas, concepção de atividades acadêmico-culturais, e concepção de Avaliação da aprendizagem*. As abordagens definidas nestes itens dão ênfase à formação Prática-Reflexiva e à pedagogia das competências.

O PROFESSOR DE GEOGRAFIA DA UVA: PERCEPÇÕES E OLHARES

O corpo docente do Curso de Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, é formado por 19 (dezenove) professores, sendo 16 (dezesesseis) professores efetivos e 03 (três) substitutos, todos com pós-graduação.

A maioria dos professores trabalha com projetos, sendo que: 88,33% dos professores desenvolvem projetos de monitoria e 75% projetos de pesquisa. Tais projetos possibilitam ao acadêmico vivenciar, no curso de licenciatura, situações que conduzem a produção de saberes, gerando melhores referências para elaboração de ações pedagógicas, posteriormente, em uma possível atuação na escola básica.

A Grande parte desses professores acumula experiência no ensino superior, quanto à experiência na Educação Básica, 50% já lecionaram em escolas de Ensino Médio, 25% no Ensino Fundamental e 25% não possui nenhuma experiência na Educação Básica. Vale ressaltar que um dos campos de atuação do egresso do Curso de Licenciatura em Geografia é a Educação Básica, ou seja, Ensino Fundamental e Médio.

Todos os professores do Curso orientam trabalhos de conclusão de curso e se esforçam para aproximar a pesquisa orientada das situações pedagógicas. Dos 169 trabalhos defendidos na licenciatura, 131 foram orientados por professores ainda atuantes no curso. Com o intuito de conhecermos o olhar do docente sobre este novo currículo e como vem sendo sua prática a partir deste, entrevistamos oito professores efetivos do curso de Geografia, sendo critério para a escolha, a experiência docente nas duas matrizes curriculares que o curso oferece.

Optamos por entrevistas semi-estruturadas visando estabelecer uma maior interação com os sujeitos da pesquisa, nestas indagamos aos professores: qual a concepção destes sobre

currículo para formação do professor; como vêm desenvolvendo e como analisam a sua prática neste novo currículo; assim como a familiaridade com o Projeto Político Pedagógico estes possuíam. As falas que emergiram dos diferentes discursos dos professores, ao responderem estas questões, estão sistematizadas nos tópicos seguintes.

O professor “A” aborda que “currículo, é algo amplo”, compreende também que: “O currículo vem a partir de um Projeto Político Pedagógico, então a partir daquele Projeto Político Pedagógico do curso você vai desenvolver aí quais são as estratégias de execução desse currículo pra formação de professores, no caso da licenciatura.” (PROFESSOR A).

O professor ressalta ainda que em sua concepção o currículo, para a formação de professores, deve mesclar os conhecimentos de embasamento específico da ciência geográfica, e associá-los a bagagem pedagógica, ressaltando a importância de se discutir a prática em sala de aula, os estágios, etc. Entretanto, o referido professor destaca ser necessário o retorno de algumas disciplinas, expressando que: “Não é que eu pense que o ‘cara’ tenha que ser bacharel e professor ao mesmo tempo não, mas eu acho que está faltando disciplinas, [...]” (PROFESSOR A)

O professor “A” acredita que o aprofundamento técnico deve ser retomado, para que os professores da educação básica tenham essa “capacitação”. Percebe-se aqui a permanência da ideia de que para ser um bom professor o domínio dos conceitos e categorias de análise da ciência na qual vai ensinar deva ser enfatizado.

O professor “B” compreende que o currículo para formação de professores é “basicamente a integração de disciplinas pedagógicas, de conteúdos específicos, práticas curriculares, e atividades complementares, que visam desenvolver habilidades e competências, necessários a formação de professores”, sendo uma afirmação que sintetiza a proposta contida no PPP do curso, e a que consta nas DCN’s para formação de professores.

Já o entrevistado “C” exprime uma concepção de currículo que compreende sua abrangência; “O currículo é uma coisa muito complexa, e a gente parte do pressuposto que esse currículo não é apenas algo técnico, [...], o currículo ele nunca está pronto ele é um processo. É um processo que também é uma técnica, ele tem uma estrutura, eu diria uma estrutura ideológica mesmo por trás, é claro que a gente tem que ficar atento ao que o mercado exige, e aí é muito difícil você ficar atento ao que o mercado exige e ao mesmo tempo tentar colocar uma ideologia por trás que mostre como esse professor vai atuar na sociedade, como esse professor vai formar seres humanos. [...]” (PROFESSOR C)

Diante das referências e parâmetros estabelecidos pelas diretrizes, há a autonomia dos cursos na formulação e organização do Projeto Político Pedagógico, o que permite uma

recontextualização e uma ressignificação de acordo com a intencionalidade inerente ao curso, ou que foi “pleiteada pelo colegiado” como afirma o referido professor, e os princípios dos quais acredita.

O professor “D” aborda que o currículo para a formação de professores além de conter teoria e prática de forma articulada, este deve; “Dar suporte para o professor, para que ele possa ter acesso às metodologias de ensino, e possa ser capaz dele mesmo utilizar recursos didáticos, elaborando materiais de baixo custo, para que ele possa também, utilizar esses materiais didáticos nas aulas, eu acho que o formato que a gente tem do currículo hoje é justamente nesse sentido.” (PROFESSOR D)

O referido professor anseia que o currículo contenha os métodos e metodologias necessárias a prática profissional, sendo esta uma característica que deve ser inerente a um currículo para a formação de professores, em que este permita “trabalhar teoria e prática de forma articulada, e que o currículo também esteja articulado com os conhecimentos pedagógicos.” (PROFESSOR D)

O professor “E” afirma que o currículo é de fundamental importância, pois representa uma “base para repassar para os alunos”, sendo que sua importância também vai além dos “assuntos de sala de aula, aulas teóricas, mas também para a pesquisa”, aborda ainda que o currículo para a formação de professores tem importância fundamental, tendo em vista que o mercado de trabalho está voltado principalmente para a área de licenciatura.

Professor “F” afirma que um bom currículo para formação de professores deve proporcionar tanto “questões básicas teóricas, como a prática daquela teoria”, considerando esta última muito importante para o professor. Ressalta que esse currículo acaba trazendo diversos desafios, a exemplo de questões como: “Como a gente vai trabalhar um conteúdo teórico e vai adequar isso para o ensino?”, indagações que segundo o entrevistado surgiram já na constituição do currículo.

O professor “G” concebe o currículo como um “alicerce, o alicerce instrumental” a partir do qual o professor deve nortear suas ações, mas faz duras críticas ao atual currículo presente no curso, assinala também que esse passa a ideia de “obrigação”, tanto para os professores quanto aos alunos, no sentido de que o conteúdo que está sendo vivenciado “seja rapidamente colocado em sala de aula” o que considera um dos grandes equívocos presentes no ensino hoje.

O referido professor enfatiza que “existe uma preocupação excessiva com o lado pedagógico, de como esse aluno deve trabalhar em sala”.

O discurso do professor vem carregado de nostalgia do currículo anterior, o mesmo parece acreditar que o currículo extinto daria ao acadêmico o título de Ensino Superior necessário para atuar em diversos setores do mercado de trabalho.

Segundo o professor “H” um currículo em que os conhecimentos pedagógicos e as práticas venham permeando todo o curso dá suporte para formação da identidade docente, uma vez que a questão colocada pelo Professor “G” quando este afirma que “os alunos não querem ser professor” pode ser compreendida pela fala do Professor “H” quando este aborda que sempre se viveu na dualidade, “Geógrafo professor ou geógrafo bacharel?”, sendo que a ideia do geógrafo bacharel sempre foi passada como se o bacharel fosse superior.

O Professor “G” precisa estar atento que o currículo específico para formação de professores visa à formação do profissional docente, e entender à que produto se quer chegar nessa formação. Os conhecimentos que permeiam o currículo “está inextricavelmente, centralmente, vitalmente, envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos: na nossa identidade, na nossa subjetividade” (SILVA, 2007, p.15), entrar na universidade ciente da profissão que se seguirá é fundamental para a construção desta identidade docente.

Para o professor “H”, o currículo tem que ser sempre aberto, ele afirma “gostar” dessa flexibilidade, das atividades complementares, “de poder fazer uma série de cursos fora, uma série de disciplinas fora”, destacando também o papel dos estágios supervisionados, onde ele menciona;

O professor “H” aborda ainda que vai se aprendendo e construindo a ideia de currículo aberto, de flexibilidade, de que “tem que predominar o conhecimento específico, tem que predominar o conhecimento geográfico”, pois é a identidade do curso, mas que pra ser professor só o conhecimento específico não dá conta, o professor ainda busca desconstruir a máxima de que o professor se forma na realidade da escola.

Parafraseando Cavalcante (2008, p. 45-46), é notório em muitos ambientes, professores que se dediquem prioritariamente para o avanço da pesquisa em seu campo específico de atuação, destacando o “ensino dos conhecimentos específicos da Geografia, preocupados que estão em ‘fazer chegar’ aos avanços científicos de sua especialidade, o que é, sem dúvida, uma preocupação legítima”, entretanto para a edificação da geografia escolar, e para a formação dos sujeitos responsáveis pela práxis desta Geografia, a “Geografia científica e seus avanços são referências importantes, mas insuficientes”. A escola em sua complexidade precisa ser compreendida a fim de construirmos uma Geografia escolar frutífera.

PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO (PPP) SEGUNDO A COMPREENSÃO DOS PROFESSORES

Todos os professores entrevistados afirmam conhecer o atual Projeto Político Pedagógico. Sendo que quatro destes participaram do início até o fim da reformulação curricular; três participaram apenas parcialmente, uma vez que se afastaram para mestrado ou doutorado; e apenas um afirma ter tido acesso ao PPP quando já pronto ao voltar do Doutorado.

Esta familiaridade com o PPP é reforçada na fala dos professores que buscam demonstrar sua participação durante a reformulação, seja através de afirmativas acerca da leitura do Projeto, seja enfatizando a participação na elaboração inicial ou final.

Dos professores entrevistados apenas o professor “G” não participou de nenhuma forma do processo de reformulação, segundo ele sua familiaridade se deu por meio da leitura do PPP. O Professor H que teve uma participação atuante na comissão de reformulação aborda que o curso buscou conhecer e dialogar com os outros cursos, acerca da proposta de reformulação; “O nosso curso ele foi um dos que mais discutiu reforma curricular entre os cursos de Geografia do Estado e na Universidade, nós sempre estivemos ali na dianteira, participando dos fóruns ativamente.” (PROFESSOR H)

O referido professor destaca ainda como o projeto foi construído, pensado, ressaltando sempre que realmente houve uma preocupação em discutir como seria este novo currículo, quais as dificuldades e como seria feito para saná-las.

Neste contexto é interessante observarmos que mesmo com a mencionada participação em todo o processo de reformulação curricular, uma pesquisa realizada pela Pró-Reitoria de Graduação – (PROGRAD/UVA), junto aos professores do curso de Geografia, mostra que estes quando indagados sobre que tipo de formação que o novo PPP possibilitaria, mais da metade não souberam responder (58,33%). Dos professores que responderam 88,33% acham que o novo PPP possibilita uma formação mais qualificada; enquanto 16,67% acreditam que a formação será equivalente a anterior.

O processo de reformulação foi discutido pela maioria do colegiado, no entanto, mais da metade dos professores não sabem responder que tipo de formação esse novo currículo possibilitará. Tais dados abrem espaço a uma reflexão sobre como os professores deste curso se manifestam frente ao tipo de formação que esta nova mentalidade curricular, pautada na racionalidade prática e na flexibilização do conhecimento apresenta.

Neste contexto o curso passa mais uma vez por uma reformulação na licenciatura, em que o professor “F” coloca que essa necessidade advém também do fato de se observar, depois de cinco anos “algumas coisas que devem ser modificadas, umas arestas que devem ser arredondadas para as coisas fluírem melhor”. É interessante observar que após cinco anos da primeira reformulação curricular, o novo Projeto Político Pedagógico (2010) demonstra uma melhor assimilação das DCNs, mas também traz de volta ao currículo disciplinas específicas do currículo anterior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta nova mentalidade curricular chega até nós através de pareceres e diretrizes, no entanto, nas reformas curriculares, por meio da construção de Projetos Políticos Pedagógicos, pode se definir que ênfase será dada a tais competências e habilidades; que visão de homem será priorizada, de mundo, de sociedade, de cultura, de educação e de política; ou que “ensino de Geografia” será posto em prática: Um ensino voltado à formação de sujeitos conscientes, ou apenas para habilitar uma mão de obra para o mercado?

O Curso de geografia da UVA está formando docentes tanto para Sobral, quanto para os municípios circunvizinhos, as mudanças no perfil do professor egresso deste curso terão rebatimentos diretos no ensino de Geografia, e na concepção da disciplina geográfica nessa Região.

A prática dos docentes desse curso possui então, um papel fundamental na consolidação dessas mudanças, o currículo sozinho não atende de fato uma mudança, é imprescindível uma reformulação nas práticas de ensino, pois estas sim impulsionam mudanças.

No curso de Geografia da UVA, já podemos inferir algumas modificações no quadro de formação, porém o que se constata é um processo de evolução no desenvolvimento do atual currículo. Mesmo tendo diversos relatos de dificuldades iniciais, há também uma superação destas. E mesmo a constatação de que ainda há professores que sentem dificuldades em articular conteúdos específicos e pedagógicos, reflexo de sua formação, há também muitos, buscado evoluírem sua prática de ensino, que demonstram uma preocupação na formação do aluno como na do futuro professor.

A propagação de novos conceitos educacionais instiga o uso de novos materiais e métodos. No desenvolvimento da práxis docente do Curso de Geografia, há os que ainda continuam atuando com aulas tradicionais e metodologias de avaliação convencionais, mas,

há também práticas oriundas da compreensão que um currículo, aonde os conhecimentos pedagógicos e as práticas venham permeando todo o curso, concatenados com os conhecimentos específicos, se constitui um suporte na formação da identidade docente.

O conhecimento básico da ciência geográfica, juntamente com o domínio na área pedagógica, são domínios essenciais ao professor de Geografia, mas este deve também estar atento que a educação não se ergue somente sob o pilar do aprender a conhecer e do aprender a fazer, mas também do aprender a ser e conviver, pra ser professor, e mesmo para estar no mundo, o conhecimento específico não é suficiente.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Palma. A Geografia na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC): o resgate de sua História (1968-2000). In: TRINDADE, G. A.; CHIAPETTI, R. J. N. (Org.). **Discutindo Geografia: doze razões para se (re)pensar a formação do professor**. Ilhéus: Editus, 2008.

BENEDET, Josiane. Ensino por competência: um novo nome ou um novo rumo para o ensino técnico brasileiro? In: **Escola Técnica de Montes Claros**. MG. Disponível em: <<http://www.profissaoestremestre.com.br>> Acesso em 20 de maio de 2008.

BERTICELLI, I. A. Currículo: tendências e filosofias. In: COSTA, M.V. (Org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo**. Porto Alegre: DP&A Editora, 1998.

BRASIL, Parecer CNE/CES 492/2001. Brasília, 2001

CACETE, Núria Hanglei. A formação do professor de Geografia: uma questão institucional. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia – Goiás, v. 24, n. 1-2, p. 23-30, jan./dez. 2004

CAMPANI, Adriana. **A racionalidade pedagógica no processo de corporificação do currículo que forma o professor na Universidade**. Tese (Doutorado) -- Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2007. 227p.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Bases teórico- metodológicas da Geografia: uma referência para formação e a pratica de ensino. In: **A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de Geografia para uma vida urbana cotidiana**. Campinas, SP: Papirus, 2008. (coleção magistério: formação e trabalho pedagógico).

GRAMACHO, Maria Helena. Currículo de Licenciatura em Geografia: horizonte de possibilidades concretas ou de submissão. In: TRINDADE, G. A.; CHIAPETTI, R. J. N. (orgs). **Discutindo Geografia: doze razões para se (re)pensar a formação do professor**. Ilhéus: Editus, 2008.

KAERCHER, N. A. Desafios e utopias no ensino de Geografia. In: CASTROGIOVANI, A. C. *et al* (org.). **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS/AGB – Seção Porto Alegre, 1999.

MARTINS, Rosa Elizabete Militz Wypychynski. A trajetória da Geografia e o Ensino no Século XXI. In: TONINI, I. M. *et al.* (Org.) . **O Ensino de Geografia e suas composições curriculares**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

MOREIRA, A. F. B; SILVA, T. T. Sociologia e teoria do Currículo: uma Introdução. In: MOREIRA, A. F. B; SILVA, T. T. (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

OLIVEIRA, C. G. S.; TRINDADE, G.A. Ensino de Geografia e reflexões acerca da (re)construção do currículo no âmbito da licenciatura. In: TRINDADE, G. A.; CHIAPETTI, R. J. N. (Org). **Discutindo Geografia: doze razões para se (re)pensar a formação do professor**. Editus: Ilhéus, 2008.

_____. A Geografia como disciplina: trajetória nos currículos escolares do Brasil e o seu ensino como questões centrais da discussão. In: TRINDADE, G. A.; CHIAPETTI, R. J. N. (orgs). **Discutindo Geografia: doze razões para se (re)pensar a formação do professor**. Ilhéus: Editus, 2008.

PERRENOUD P. Construindo competências. In: **Revista Nova Escola**, Set. de 2000, pp. 19-31. Entrevista concedida a Paola Gentile e Roberta Bencini. Disponível em: http://www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php_main/php_2000/2000_31.html. Acesso em 23 de maio de 2006.

PONTUSCHKA, N. N; PAGANELLI, T. L.; CACETE, N. H. A linguagem cinematográfica no ensino de Geografia. In: **Para ensinar e aprender Geografia**. 1ª ed, São Paulo: Cortez, 2007.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO- Licenciatura em Geografia. Universidade Estadual Vale do Aracá-UVA. Sobral. 2004. Documento do Curso de Geografia.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO- Licenciatura em Geografia. Universidade Estadual Vale do Aracá-UVA. Sobral. 2010. Documento do Curso de Geografia.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. **A Política do Conhecimento Oficial e a Nova Geografia dos (as) Professores(as) para as Escolas Brasileiras**. 2001. 320p. Tese (Doutorado em Geografia Física). São Paulo: FFLCH/Universidade de São Paulo, 2001.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. O ensino de Geografia e o livro didático no Brasil: da chorografia Brasília de Aires de Casal a Geografia Moderna de Delgado Carvalho. In:

VASCONCELOS, J. G. *et al.*(org.). **Tempo, espaço e memória da educação: Pressupostos Teóricos, metodológicos e seus objetos de estudo**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. Uma breve história da formação do (a) professor (a) de Geografia no Brasil. Terra Livre, São Paulo, n. 15, p. 129-144, 2000. Disponível em:

<http://www.cibergeo.org/agbnacional/terra_livre/Rocha.html> acesso em 08 de junho de 2010

SILVA, Izaura; DIAS, A. M. I. A evolução do pensamento do Curricular no Brasil: da organização sistemática a Sistematização Compulsória. In: ALBUQUERQUE, B. (org.). **Culturas, Currículos e Identidades**. Fortaleza, UFC. 2004. (p. 130-140)

SILVA, Jorge Luiz Barcelos da. Quais saberes constituem um bom professor de Geografia? In: TONINI, I. M. *et al* (org.) . **O Ensino de Geografia e suas composições curriculares**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidades**: Uma introdução às teorias de currículo. 2. ed., 11 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

STRAFORINI, Rafael. O currículo de Geografia das series iniciais: Entre conhecer o que se diz e o vivenciar o que se pratica. In: TONINI, I. M. *et al* (Org.) . **O Ensino de Geografia e suas composições curriculares**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

ZAINKO, M. A. S. Repensando a organização curricular. In: **Salto para Futuro/ TV Escola**. Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2004/rc/tetxt4.htm>. > Acesso em 12 de maio de 2008.

OS *BROWNFIELDS* RESULTANTES DO PRIMEIRO PERÍODO DE INDUSTRIALIZAÇÃO JUNDIAIENSE

Larissa Piffer **DORIGON**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/Unesp, campus de

Presidente Prudente - SP.

laridorigon@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/4011582832718420>

Resumo: Localizada no sudoeste do estado do São Paulo, o município de Jundiaí, assim como a maior parte das cidades industriais, passou por uma reestruturação produtiva, fato que afetou diretamente a estrutura da cidade, implicando assim também em uma reestruturação desta. Neste sentido, nota-se a transferência das plantas industriais para o Distrito Industrial do município e ao se percorrer a malha da cidade fica evidente a presença de antigas edificações e estruturas que abrigavam as indústrias que fomentaram a industrialização da cidade. Este artigo se propõe a discorrer sobre a industrialização de Jundiaí, e a partir desta exposição, apontar os *brownfields* resultantes da mudança decorrente da reestruturação produtiva. Após o levantamento de dados e a realização de trabalhos de campo, conclui-se que as antigas indústrias jundiaienses atualmente sediam empreendimentos públicos, voltados principalmente à cultura e à educação, porém também estes espaços foram adquiridos por iniciativas privadas e hoje, seguem a lógica da especulação imobiliária.

Palavras-chave: Indústria. *Brownfields*. Reestruturação. Jundiaí.

BROWNFIELDS RESULTING FROM THE FIRST TIME INDUSTRIALIZATION IN JUNDIAÍ

Abstract: Located in the southwestern of São Paulo state, Jundiaí, like most industrial cities, underwent a restructuring process, a fact that directly affected the structure of the city, so implying a restructuring it. In this regard, note that the transfer of industrial plants for the industrial district of the city, and walking in city the presence of old buildings and structures that housed the industries that fueled the industrialization of the city is evident. This article aims to discuss the industrialization of Jundiaí, and from this exposure, point the brownfields resulting from the change resulting from the restructuring process. After collecting data and conducting field work, it is concluded that the old Jundiaí industries currently headquarter public enterprises, mainly focused on culture and education, but also these spaces were acquired by private initiatives and today, following the logic of speculation estate.

Keywords: Industry, brownfields, restructuring and Jundiaí.

BROWNFIELDS RESULTEN DE LA PRIMERA INDUSTRIALIZACIÓN JUNDIAIENSE

Resumen: Situado en el sudoccidental estado de São Paulo, Jundiaí, como la mayoría de las ciudades industriales, se sometió a un proceso de reestructuración, lo que afectó directamente a la estructura de la ciudad, por lo que implica una reestructuración de él. En este sentido, cabe destacar que la transferencia de las instalaciones industriales para el distrito industrial de la ciudad y navegar por la red de la ciudad la presencia de edificios y estructuras que albergaban los sectores que impulsaron la industrialización de la ciudad vieja es evidente. Este artículo tiene como objetivo discutir la industrialización de Jundiaí, ya partir de esta exposición, señalar las zonas industriales abandonadas que resultan de los cambios resultantes del proceso de reestructuración. Después de la recogida de datos y la realización de trabajo de campo, se concluye que las viejas industrias Jundiaí actualidad, las empresas públicas de la sede, se centraron principalmente en la cultura y la educación, pero también estos espacios fueron adquiridos por la iniciativa privada y en la actualidad, siguiendo la lógica de la especulación raíces.

Palabras clave: Industria, antiguos terrenos industriales , la reestructuración y Jundiaí

INTRODUÇÃO

Assim como expõe Vasques (2006) a passagem de uma economia industrial para uma economia pós-industrial fez com que as paisagens fossem marcadas por distinções nos terrenos, herança decorrente do fechamento de indústrias no período da desindustrialização. Neste sentido, as mudanças econômicas, tecnológicas e sociais provocaram readaptações dentro da estrutura de utilização dos espaços, e como consequências destas mudanças são registrados abandonos das antigas fábricas do período industrial.

Ainda segundo a autora, a desativação de função produtiva das cidades gerou áreas de *brownfields*, marcando a paisagem acinzentada com a degradação física e a desvalorização. O fechamento das indústrias gera desemprego, terrenos e edifícios se deterioram com o tempo, os espaços ociosos se convertem muitas vezes em depósitos e abrigos clandestinos, ficam subutilizados, e, por fim, a economia local se estagna.

No entanto, essas áreas de *brownfields*, além de se tornarem terrenos e edifícios abandonados em meio à malha urbana, podem muitas vezes também se transformarem e darem lugar a espaços públicos ou privados. É neste sentido, que o presente artigo entenderá o termo norte-americano *brownfield*, como a refuncionalização das antigas áreas industriais do município de Jundiaí.

Jundiaí está localizado na região sudoeste do estado de São Paulo (Figura 1) e faz parte da Região Administrativa de Campinas, sediando a Região de Governo de Jundiaí. De acordo com Noronha (2008) o desenvolvimento do município deflagra essencialmente a partir da década do século XVII em decorrência dos movimentos das bandeiras, no entanto o

município passou por períodos e processos marcantes, sendo estes, além das bandeiras, a expansão da cafeicultura, a construção da ferrovia, a chegada de imigrantes, e num período mais atual, a concentração industrial.

O município de Jundiaí se tornou um polo de atração diversificado, graças à associação de sua localização geográfica estratégica, entre os dois principais centros consumidores do Estado de São Paulo (Campinas e São Paulo), a infraestrutura de transporte, com a presença das rodovias Anhanguera e Bandeirantes e as políticas públicas desenvolvidas, principalmente com a intensão de dar incentivos a instalações de indústrias.

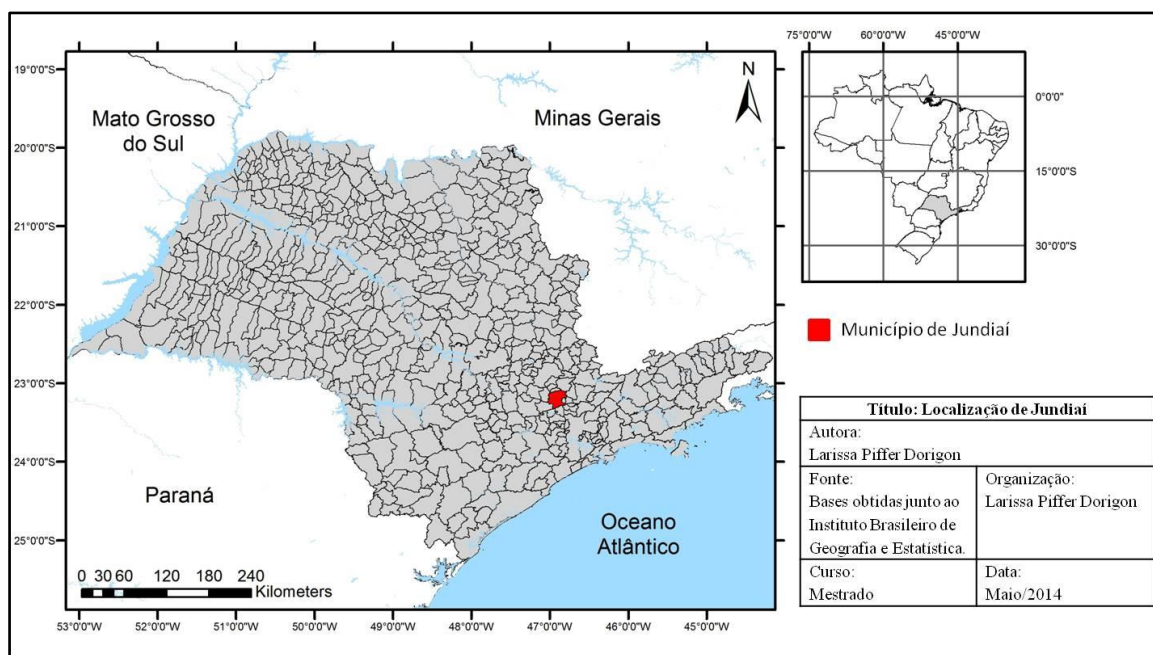


Figura 1: Localização do município de Jundiaí dentro do Estado de São Paulo

Atualmente é o setor terciário que ganha destaque no município. A partir de 1990, esta atividade passou a utilizar-se da vantagem locacional para a instalação de vários Centros de Distribuição. De acordo com Marques (2008, p.127), “Jundiaí está se constituindo também como um notável pólo logístico do estado, enquanto o setor industrial, em números de emprego formais vem perdendo força para o setor terciário que é o setor que mais gera empregos no município”.

Neste sentido, nota-se que o município passou por diferentes marcos e periodizações de atividades industriais, no entanto, como supracitado, atualmente o setor terciário e o voltado à alta tecnologia são os destaque locais, deixando esquecidas as antigas indústrias que fizeram parte da história do município. Ao circular pela malha da cidade depara-se com antigas construções que sediavam as indústrias do primeiro momento de industrialização,

porém também, passa-se despercebido por muitas outras, já que foram totalmente derrubadas e hoje dão lugar a novos empreendimentos.

Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo principal apresentar como se deu a antiga instalação industrial em Jundiaí, além de apontar os *brownfields* que passaram a compor a paisagem urbana devido à transição de ciclos econômicos pelos quais passaram a cidade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a elaboração deste estudo, primeiramente foi realizado um levantamento bibliográfico sobre os temas de reestruturação da cidade, localização industrial e *brownfields*, além das características da área de estudo, o qual serviu como auxílio para o entendimento do processo de deslocamento industrial dentro do município de Jundiaí e também o atual uso das edificações que carregaram o momento de fomento das indústrias na cidade.

Esse levantamento teórico, auxiliado com entrevistas não direcionadas com antigos moradores da cidade, antigos políticos e trabalhadores aposentados, possibilitaram a escolha das indústrias elencadas, sendo que esta etapa foi feita pela importância que cada uma carregou na cidade, ou no imaginário dos moradores, além também de corresponderem a espaços onde não mais ocorre o processo produtivo.

A fim de coletar informações, foi de fundamental importância o trabalho de campo que teve por finalidade uma sondagem inicial e a coleta de dados preliminares para a pesquisa. Estas informações coletadas contribuíram para um conhecimento mais aprofundado do município e da área de pesquisa, além de possibilitar o conhecimento dos atuais usos das antigas instalações industriais, apontados neste artigo através de fotos.

Após elencadas as indústrias, um total de 20, e também identificados seus atuais usos, foram discriminados 5 categorias, a fim de expor com maiores detalhes o que restou dessas indústrias e ao o que elas atualmente correspondem dentro da malha urbana de Jundiaí. As classes determinadas foram: Atividades ligadas à cultura e educação; Edificações abandonadas; Uso residencial; Hipermercados, Supermercados e comércios e Escritórios e sedes de empresas industriais. A seguir destaca-se um quadro expondo as indústrias selecionadas e as categorias nas quais se classificam (Quadro 1).

Quadro 1: Indústrias selecionadas, seus ramos de atividade e os atuais usos do espaço.

Indústria	Ramo de Atividade	Atual Uso do espaço
Alberto Belesso Indústria e Comércio de bebidas	Alimentício	Edificação abandonada
Cerâmica Deca	Cerâmica	Uso residencial
Cia. Argos Industrial S/A	Tecelagem	Atividades ligadas à cultura e educação
Companhia Industrial de Conserva Alimentícia (CICA)	Alimentício	Hipermercado, Supermercado e comércios
Cia. Tecelagem São Bento	Tecelagem	Uso residencial
Elbena Indústria de Calçado S/A	Calçado	Hipermercado, Supermercado e comércios
Fábrica de Tecelagem Japy	Tecelagem	Hipermercado, Supermercado e comércios
Ferrovia Paulista SA (FEPASA)	Estrada de ferro	Atividades ligadas à cultura e educação
Fertilizantes Mitsui S/A	Fertilizantes	Hipermercado, Supermercado e comércios
Fiação & Tecelagem São Jorge	Tecelagem	Hipermercado, Supermercado e comércios
Filobel Indústria Têxtil do Brasil S/A	Tecelagem	Edificação abandonada
Francisco Pozzani S/A	Cerâmica	Edificação abandonada
Frigorífico Guapeva S/A	Frigorífico	Edificação abandonada
Indústria de Bebidas Jumbra LTDA	Alimentício	Uso residencial
Indústrias Andrade Latorre S/A	Fósforo	Atividades ligadas à cultura e educação
Moinho Jundiá S/A	Beneficiamento	Escritórios e sedes de empresas industriais
Produtos Alimentícios Fleischmann Royal LTDA	Alimentício	Edificação abandonada
Traldi Alimentos LTDA	Alimentício	Hipermercado, Supermercado e comércios
Vigorelli Indústria de Auto Peças LTDA	Fundição	Hipermercado, Supermercado e comércios
Vulcabras S/A	Calçado	Escritórios e sedes de empresas industriais
Org. da Autora.		

Com esse levantamento e a classificação prontos, foram espacializadas as indústrias de uma forma simples, auxiliada pela ferramenta do Google Earth¹, e assim procederam-se as análises que compõem este artigo.

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, DA CIDADE E OS BROWNFIELDS

De acordo com Borin (2006), no final dos anos de 1960 tornou-se cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo em conter as contradições inerentes ao capitalismo. Essas dificuldades podem ser melhores apreendidas por uma palavra – rigidez (por exemplo, a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam maior flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes). Portanto, estava evidente que o desenvolvimento baseado na produção em massa de bens e serviços extensivos em materiais e em energia estava atingindo seus limites, dando mostras de esgotamento.

Este sistema entrou em colapso a partir de 1973 com o choque do petróleo, e então, notou-se o início de um período de rápidas mudanças, de fluidez e de incerteza. Ainda segunda a autora, as mudanças ocorridas levaram à transformação na prática produtiva, denominada de reestruturação produtiva.

Nesta reestruturação existe uma tendência para as formas produtivas mais flexíveis, isto, é, com maior capacidade de adaptação por parte da oferta produtiva à diferenciação e fragmentação existentes na demanda, com um maior compromisso em relação à qualidade dos produtos, e com uma organização técnica e gerencial da empresa muito mais eficiente, ao poder operar vinculado, pela informática, todas as fases do processo econômico na mesma unidade de tempo real.

Assim, tornou-se necessário que as empresas também se modificassem, e a fim de se manterem competitivas e com uma maior rentabilidade comercial, estas se perceberam praticamente obrigadas a investirem em tecnologia com a finalidade de melhorar as ferramentas, aumentar a qualidade do maquinário e na organização, para assim estimular o mercado consumidor. Junto ao incremento tecnológico e organizacional, as empresas, após esta reestruturação produtiva, buscaram novas localidades industriais, fora de áreas tradicionais da indústria, em escala global, regional e até mesmo local, com novas áreas dentro da cidade ou da aglomeração urbana.

¹ Google Earth™ mapping service/NASA/TerraMetricscopyright

Segundo Sposito (2007), com a reestruturação produtiva e a realocação industrial surge a instalação de “distritos industriais”,

[...] que devem ser, mais propriamente, chamadas de áreas de localização industrial com diferenças entre o tamanho das empresas que têm capacidades diversas na incorporação de novas tecnologias, na participação na produção industrial ou nas diferentes formas de arrecadação oficial. [...] Assim, no anel periurbano formado por glebas não loteadas apareceram, nos setores melhor servidos por infraestrutura viária, novos *habitats* urbanos e novas instalações industriais com diferentes graus de incorporação tecnológica, trazendo à periferia da cidade um desenho territorial que não lhe era característico nas décadas de 1950 e 1960, quando o padrão geral de periferização do tecido urbano se generalizou (SPOSITO, 2007).

O que autor denomina de “setores melhor servidos por infraestruturas viárias” pode ser entendido como os eixos de desenvolvimento que, foi abordado pela primeira vez por Sánches Hernández (1998).

Assim, entende-se claramente a relação entre reestruturação produtiva e a reestruturação da cidade, principalmente no que se refere à mudança de localização industrial, vertente de maior interesse deste estudo. Portanto entende-se as mudanças locacionais das indústrias como elementos da reestruturação da cidade e que implicam em alterações dos fluxos para que estas se adéquem a esta reestruturação.

Neste sentido, a análise dos chamados *brownfields* mostra-se como elemento que permite entender como esta reestruturação no espaço da cidade de Jundiá influenciou a atual organização desta e como as antigas indústrias podem ser entendidas nos dias atuais.

O termo *brownfield*, segundo Queiróz (2004) corresponde a enclaves dispersos pelo tecido urbano ou em espaços rurais, que são resultado do legado de espaços industriais improdutivos, abandonados ou subutilizados, derivados do processo de globalização da economia e das mudanças na forma como os bens e serviços são produzidos e consumidos. “Estas propriedades, onde outrora se instalou a indústria tradicional, habitualmente grande consumidora de espaço, apresentam-se, na actualidade, em declínio e são conhecidas por *brownfield*” (QUEIRÓZ, 2004, p. 3).

No que se refere aos estudos sobre a temática, Luz (2010) salienta que embora eles existam em pequenas quantidades no Brasil, o termo tem sido objeto de investigação em vários estudos nos Estados Unidos e em alguns países europeus. O termo tem uma definição concreta segundo a lei pública norte americano (CERCLA). Segundos Vasques sua tradução literal significa “campos escuros/marrons” e deriva, da distinção dos chamadas *greenfields* ou “campos verdes” que condizem às áreas agrícolas localizadas longe dos centros urbanos como

espaços previamente não desenvolvidos, em boas condições, ou ainda áreas florestais, parques e estuários (2004, p.135).

Percebe-se então que os estudos de áreas abandonadas sejam estas industriais, residenciais ou comerciais, vem sendo tratados em diversos países com diferentes nomenclaturas e carregam distintas concepções, visto que muitos autores as entendem como antigas formas obsoletas, incapazes de cumprir novas funções que se tornam objetos abandonados em dissonância com o meio onde de inserem, enquanto outros as entendem como possíveis construções desocupadas, vagas, principalmente plantas industriais, mas que podem exercer novos usos através de programas de revitalização.

De acordo com Vasques (2006) as antigas regiões europeias industrializadas foram as primeiras a deparar-se com a necessidade de reabilitar estes espaços, especialmente o Reino Unido, França, Alemanha e Bélgica, que são países de industrialização antiga e que apresentaram *brownfields* como consequência da mudança da estrutura econômica e do declínio das indústrias tradicionais.

Segundo Grimski & Ferber (2000,145) projetos individuais europeus apresentam estratégias regionais diferentes no que diz respeito à recuperação das áreas de *brownfields*: no nordeste da França a prioridade era remover terrenos degradados ao invés de restaurá-los exteriormente, na área alemã do Ruhr a reabilitação ecológica tem prioridade, mas ainda objetiva-se o desenvolvimento industrial compatível com o meio ambiente. No Reino Unido a promoção é para investimentos diversificados: negócios, parques industriais, residências e atividades que gerem emprego (VASQUES, 2006, p. 2).

Segunda ainda a mesma autora, após este exemplo da formação de *brownfields* e de como estes são concebidos, muitas tem sido as possibilidades para a lida destes espaços, no entanto, muitos ainda acreditam que a demolição seria uma saída mais fácil, mas, dependendo do caso, correr-se-ia o risco de destruir partes da história local e apagar as marcas arquitetônicas. O aproveitamento da infraestrutura existente, a atuação efetiva do poder público na condução de políticas de requalificação espacial e a participação da comunidade na limpeza e refuncionalização desta área, tornam-se uma oportunidade de ‘reanimar’ um bairro.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA INDUSTRIALIZAÇÃO DE JUNDIAÍ

Anterior à discussão sobre a industrialização no município de Jundiaí, faz-se necessário discorrer sobre a influência da produção cafeeira no município, uma vez que juntamente com a produção de uva, este foi o passo inicial para que posteriormente Jundiaí pudesse desenvolver a sua significativa relevância em âmbito nacional na atividade industrial.

Marques em 2008, apoiado pela dissertação da professora Miyoko Makino (1981) faz uma contextualização histórica detalhada do município, e será esta a base para a exposição da influência do período cafeeiro em Jundiaí.

Como salienta Marques (2008), o avanço do café em direção ao oeste paulista aumentava o volume de produção do grão, e esse aumento consequentemente, criou a necessidade de buscar uma nova forma de transporte de grandes volumes. Assim, o transporte ferroviário foi tido como uma alternativa.

Neste contexto, foi que em 1867 chegaram a Jundiaí os trilhos da São Paulo Railway; em 1872, os trilhos da Companhia Paulista de Estrada de Ferro e em 1873 a Companhia Ituano, trazendo consigo a FEPASA, indústria responsável pela manutenção das máquinas e dos vagões, entre outras atividades ligadas aos trens. Deste modo, a partir da segunda metade do século XIX Jundiaí passou a constituir um importante entroncamento ferroviário.

No entanto, a produção propriamente dita do café perdurou no município até 1915, quando se acentuou a busca por férteis terras roxas do oeste paulista, sendo que este abandono ganha ainda maior destaque com a quebra da bolsa de 1929. É a partir daí que, principalmente a partir de 1930 a viticultura começa a se afirmar como uma atividade de destaque, ocupando o lugar na paisagem jundiaense que antes era ocupada pelo café.

Todavia, como o destaque deste artigo é a indústria de Jundiaí, após esta breve introdução referente à produção cafeeira no município e a consequente implantação da estrada ferroviária, discorrer-se-á sobre os três períodos que Marques (2008) elencou a fim de descrever o processo de industrialização do município.

Marques (2008) aponta a possibilidade da determinação de dois períodos de análise do processo de industrialização, sendo o primeiro identificado a partir do final do século XIX, década de 1870, enquanto o segundo momento fomenta-se com o marco da construção da rodovia Anhanguera, que chegou ao município na década de 1940.

No que se refere à contextualização das indústrias, não foi possível ter acesso às datas de início e fim das atividades destas, portanto, esta contextualização será feita no geral, de acordo com os períodos demarcados por Marques, porém muitas ficaram sem classificação, posto que são indústrias que não se encaixam na descrição do autor e que se encerem em ramos que não formularam uma especialização, como o caso da Companhia Industrial de Conserva Alimentícia (CICA), da Vulcabrás S/A, Indústria de Bebidas Jumbra LTDA, Traldi Alimentos LTDA, Moinho Jundiaí S/A, *Vigorelli* Indústria de Auto Peças LTDA, Elbena Indústria de Calçado S/A, Produtos Alimentícios Fleischmann Royal LTDA, Fertilizantes Mitsui S/A e o *Frigorífico Guapeva* S/A.

O PRIMEIRO MOMENTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO JUNDIAIENSE

Segundo Marques (2008) este período é de extrema dificuldade de caracterização devido à falta de referências bibliográficas, e, portanto, ele buscou essa concretização baseada em fatos históricos que influenciaram a industrialização do município através de antecedentes históricos da industrialização brasileira.

Como um dos principais fatores de importância para o desenvolvimento da indústria neste primeiro período, Marques (2008) elenca o fluxo de capitais nacionais, principalmente os oriundos da economia cafeeira. Um exemplo deste fluxo é a instalação da Tecelagem Jundiahiana, em 1874, de propriedade do Barão de Jundiaí, que num primeiro momento foi criada para a fabricação de sacaria para o café. Em 1886, já com o nome de Companhia São Bento, a indústria contava com 150 operários e dedicava-se à produção têxtil em geral.

Porém como fator crucial deste primeiro momento de industrialização, constata-se a importância do trinômio de transportes existentes na cidade, o “trinômio ferrovia-áreas planas extensas-água pluvial”, descrito pelo geógrafo Juergen Richard Langenbuch, em sua tese de doutorado, e citada por Marques (2008). Segundo o autor, este trinômio fez com que Jundiaí se tornasse um pólo de atração para instalações de indústrias. O fator geográfico no qual estava inserido o traçado da linha férrea faz-se entender esse trinômio, posto que a ferrovia segue o traçado da várzea do rio Jundiaí, área em que o terreno é plano.

Neste contexto, como já citado acima foi que se instalaram as principais indústrias têxteis da cidade, impulsionada principalmente pelos trilhos do trem e pela proximidade com corpos d'água. É neste momento então que contextualizamos cinco das indústrias elencadas, todas elas do ramo da tecelagem ou da fiação, sendo estas: Argos Industrial S/A, Cia., Tecelagem São Bento, Fiação & Tecelagem São Jorge, Filobel Indústria Têxtil do Brasil S/A e a Fábrica de Tecelagem Japy.

O fato de Jundiaí ter sido pioneiro na sua industrialização pode ser o explicativo da sua evolução industrial, pois além do município ser um importante nó do entroncamento ferroviário, possibilitando a integração da cidade a outros mercados consumidores, a fontes de matéria-prima e a distribuição através do porto de Santos, Jundiaí também via crescer suas relações funcionais (indústria atrai indústria) e também contava com a instalação de equipamentos energéticos – como, por exemplo, a instalação da Companhia de Força e Luz de Jundiaí, em 1903.

O Núcleo que deu início ao município de Jundiaí foi instalado em 1886, dois anos antes da abolição da escravidão e foi direcionado ao plantio do café. Contudo, a expansão do

café em busca de melhores solos para o desenvolvimento de seu plantio fez declinar a produção em Jundiaí e proporcionou que os colonos imigrantes, provenientes principalmente da Itália e que se instalaram no chamado Núcleo Colonial desenvolvessem a agricultura de subsistência e vendessem o seu excedente ao núcleo urbano.

Assim, os imigrantes do Núcleo Colonial, que além de funcionarem como reserva de mão de obra para as indústrias têxteis e as ferrovias também desenvolveram as plantações de uva e deram início à produção doméstica de vinho, comercializando o pequeno excedente. Com o passar do tempo começaram a surgir as pequenas fábricas (Cantinas e Adegas) de vinho, no entanto algumas famílias conseguiram desenvolver-se no ramo e construíram grandes indústrias como a Passarin S/A, a Cereser S/A, a Borin S/A, estas ainda em atividade da cidade (porém não mais a produção, somente o engarrafamento), e também a Alberto Belesso Industria e Comércio de bebidas, a única produtora de vinho elencada em nosso estudo.

Na década de 1940, de acordo com Marques (2008), como última atividade a ser desenvolvida neste primeiro período da industrialização de Jundiaí, começou a desenvolver-se a indústria cerâmica, favorecida pelo fato de a cidade contar com uma grande reserva de argila. Essa atividade ganhou destaque principalmente no Núcleo Colonial “Barão de Jundiaí”, que nesta época já se denominava bairro da Colônia. O grande impulso é dado quando a Cerâmica Jundiaense é comprada pelo grupo Duratex que constitui a Cerâmica Deca, e também com a instalação da Francisco Pozzani, as únicas indústrias do ramo cerâmico elencadas neste estudo.

O SEGUNDO MOMENTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO JUNDIAIENSE

Marques (2008) salienta que esta transição, do primeiro ao segundo momento, não é rígida e por isso, ele estabelece um período de transição entre a década de 1940, marcado pela construção da rodovia Anhanguera, até 1972, caracterizado pela criação do Distrito industrial. Este período de transição foi marcado pela instalação de indústrias dentro da mancha urbana, mas também fora dela, às margens da rodovia Anhanguera, o que se configurou um uso de solo urbano misto, entre o uso residencial e o industrial.

Nesta transição o eixo de industrialização começa a mudar, o que era às margens da ferrovia, a partir deste momento se volta para as margens da rodovia Anhanguera, e tem início a criação de vários instrumentos legislativos de incentivo à industrialização, como o PLANIDIL – Plano de Incentivo e Desenvolvimento Industrial – e o Plano Diretor de Jundiaí.

A partir de 1972, com a concretização da construção do Distrito Industrial é que se deu o marco do segundo período da industrialização do município. Segundo Marques (2008), o fato de Jundiáí contar com um parque industrial montado atraiu muitas indústrias que não conseguiram mais se instalar em São Paulo, devido ao alto custo dos terrenos.

Ainda segundo o mesmo autor, a escolha da localização do Distrito Industrial foi devido à existência das rodovias, facilitando o transporte de matérias-primas e mercadorias e pela área, na época, encontrar-se fora da mancha urbana, pois havia a necessidade de separar o uso do solo residencial do industrial devido a problemas de poluição.

Por tanto, o mais importante a ressaltar neste período da industrialização do município é o encerramento da instalação de prédios industriais em meios a malha urbana e a sua transferência para as margens das rodovias, devido às infraestruturas e os benefícios cedidos pela prefeitura, principalmente no que diz respeito a isenção de impostos. A partir da década de 1980, a industrialização de Jundiáí é caracterizada pela instalação de indústrias de grande porte e multinacionais, como o caso da Kanebo Têxtil S/A de origem Japonesa, a Petri do Brasil S/A de origem Alemã, além de mais recentemente o Grupo Itaútec/Itaúcom/Adibord, entre outros, que envolve maior uso de tecnologias.

A ANTIGA LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL DE JUNDIAÍ

A localização das antigas indústrias de Jundiáí está exposta na Figura 2 e a partir dela é possível tecer algumas considerações.

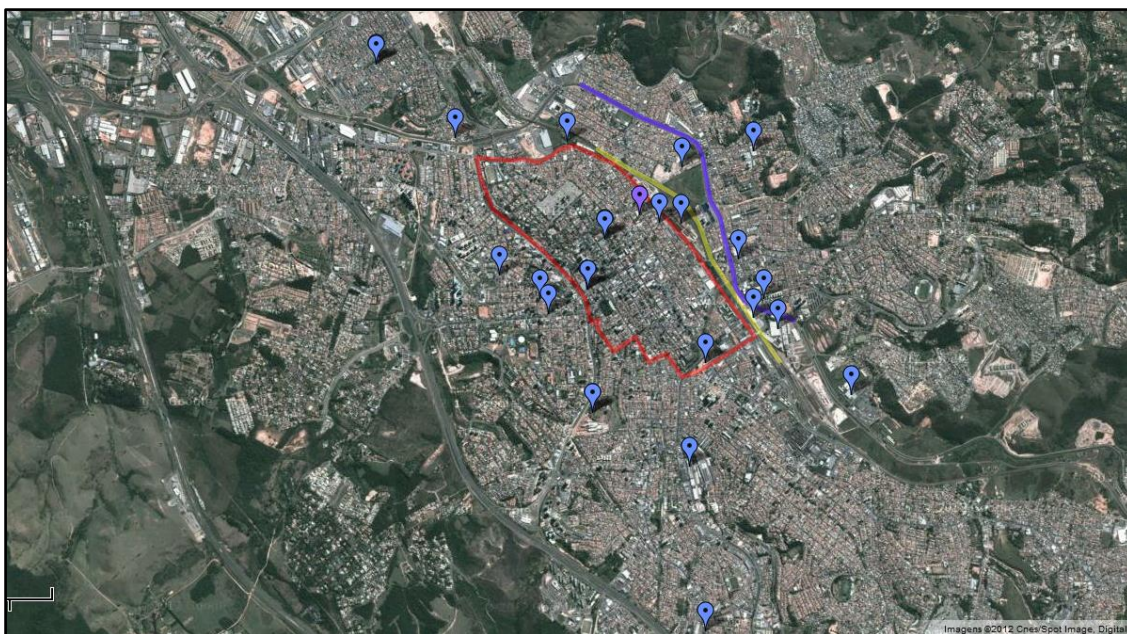


Figura 2: Localização das antigas indústrias de Jundiáí

Fonte: Imagem obtida junto ao Google Earth, disponível em: <https://maps.google.com.br/maps>, acesso em 1 de maio de 2012 e informações de trabalho de campo.

Org.: Dorigon, L.P.

Na Figura acima os balões azuis estão apontando a localização das 20 indústrias elencadas para este estudo, a linha vermelha que forma o polígono representa o que é considerado a área central da cidade, baseada no atual Plano Diretor, a linha amarela está demarcando os trilhos da estrada de ferro e por fim, a linha azul destaca o Rio Jundiáí, sendo que tanto o trilho como o rio somente foram demarcados do perímetro que interessa a esta pesquisa, ou seja, nas proximidades com as unidades industriais.

Através desta espacialização pode-se entender que o processo remoto de industrialização em Jundiáí segue o que os estudiosos dos processos espaciais caracterizam como o Modelo de Chicago, no qual se orientam pela ecologia urbana, seguindo os mesmos passos da ecologia vegetal. Porém neste momento será utilizada a referência teórica de Corrêa (1989), que expõe que a expressão “processo espacial” é usada por geógrafos a fim de descrever o que ocorre no espaço ao passar do tempo, e que deriva desta Escola de Chicago, no entanto, o autor diz não “admitir nenhuma analogia, ao nível explicativo, com base na ecologia vegetal, tal como aparece no conceito de processos ecológicos” (p. 37). Para Corrêa a retomada deste conceito se faz de extrema importância simplesmente pelo fato de ser de grande utilidade na conexão ação humana-tempo-espaço-mudança.

Neste sentido, o autor enumera os processos espaciais e as suas respectivas formas: a) centralização e a área central; b) descentralização e os núcleos secundários; c) coesão e as áreas sociais; d) dinâmica espacial da segregação e, f) inércia e as áreas cristalizadas.

Cabe aqui dar ênfase ao primeiro processo, visto que, perante a espacialização das indústrias é possível relacionar a sua localização majoritária com o que Corrêa (1989) considera como zona periférica do centro, no entanto nota-se também que existem unidades no centro da cidade e em áreas mais afastadas.

Segundo este autor, a “centralização ao estabelecer a Área Central configurou-se de modo segmentado, com dois setores: de um lado o núcleo central (*core*, Central Business District ou CBD) e, de outro, a zona periférica do centro (*frame, zone in transition*, zona de obsolescência)” (p. 40). A característica principal da zona periférica do centro que pode ser destacada em relação às observações feitas referentes a essa primeira localização industrial de Jundiáí, é o forte vínculo que estas indústrias possuíam com a área central da cidade e o quanto elas se beneficiavam da acessibilidade que a zona central dispunha, além do menor preço dos terrenos quando comparado à área *core*.

Também cabe relacionar esta localização com o exposto sobre a contextualização histórica da industrialização de Jundiáí, visto que a espacialização contida na Figura a cima

relaciona-se diretamente com o que Marques (2008) salienta sobre o trinômio “ferrovia – áreas planas extensas – água pluvial”. Nota-se que existe uma concentração de indústria no leste da Figura, o que configura claramente esta relação, posto que é nesta parte que se encontram a linha férrea e o rio Jundiá, utilizados a fim de transportes de cargas e também como forma de despejo de dejetos.

Marques (2008) em sua dissertação faz um destaque ao bairro da Vila Arens, que representa a região da estação ferroviária e ocupa grande parte de onde se localizava essa concentração industrial. De acordo com o autor, este bairro oferecia todos os requisitos para a instalação de indústrias: era entroncamento das ferrovias Santo-Jundiá, Companhia Ituana e Companhia Paulista, oferecia terrenos planos e próximos à várzea do rio Jundiá e de seu afluente Guapeva, o que consequentemente disponibilizava recursos hídricos em abundância para o desenvolvimento industrial, principalmente do ramo da tecelagem que utilizavam a água na linha de produção de tecidos, o que explica o grande número de indústrias têxteis deste bairro: Cia. Tecelagem São Bento, Argos Industrial S/A e Tecelagem Japy.

Porém cabe destacar que as indústrias que se localizavam distantes da ferrovia ainda sim, estavam próximas ao rio Jundiá e que somente a Companhia Industrial de Conserva Alimentícia (CICA) (localizada a sul da Figura 2) encontra-se distante dos dois pontos, mas pode-se relacionar sua localização ao segundo período descrito por Marques (2008), no qual as indústrias já procuravam estar próximas a rodovia Anhanguera.

Portanto, nota-se que além da geografia do município, a instalação do entroncamento ferroviário em Jundiá foi fator primordial para o desenvolvimento industrial da cidade e a partir deste momento vale destacar o processo de transformação das localizações industriais em Jundiá e também o que foi feito com esses espaços que ficaram imbricados em meio à malha urbana do município.

AS INDÚSTRIAS E O DISTRITO INDUSTRIAL

A partir do segundo momento de industrialização de Jundiá, com a construção da rodovia Anhanguera, notou-se o interesse das indústrias recém-chegadas à cidade de se instalarem às margens da rodovia, no entanto, Jundiá, assim como ocorreu em âmbito nacional, de 1974 ao início dos anos 1980 passou por uma estagnação econômica acarretando na diminuição do ritmo industrial e na saída de várias empresas de porte significativo da cidade, como por exemplo, a Paoletti (Etti), que teve sua origem na cidade e pertencia a uma família tradicional, mudou sua indústria para o município vizinho de Cajamar.

Entretanto, este fato era estranho para a cidade, posto que Jundiaí ainda contava com os fatores essenciais para a instalação de novas indústrias: fácil comunicação com os principais centros consumidores nacionais, diversificação de meios de transportes e mão-de-obra abundante. Deste modo, entendendo as dificuldades pelas quais passavam o país e as potencialidades existentes no município, foi lançado o PLANIDIL – Plano de Incentivo e Desenvolvimento Industrial, no qual constava a liberdade de a prefeitura a ceder ou doar bens imóveis do patrimônio municipal, bem como conceder incentivos fiscais isentando dos impostos municipais por até 5 anos as empresas que se estabelecessem no município, e 50% de desconto nos anos seguintes ao primeiro quinquênio (MARQUES, 2008).

Como parte deste plano estava à implantação do Distrito Industrial, uma vez que, como supracitado, a prefeitura poderia doar terras para a implantação de indústrias. De acordo com Marques (2008), o primeiro Distrito Industrial de Jundiaí foi instalado em 27 de novembro de 1972, localizado às margens das rodovias Anhanguera (SP-330) e Bandeirantes (SP-348, inaugurada em 1978) e junto ao entroncamento da rodovia Dom Gabriel Paulino Couto (antiga Marechal Rondon, SP-300).

A fim de sediar as empresas incentivadas às medidas promulgadas pelo PLANIDIL, o Distrito Industrial foi instalado em áreas de propriedade municipal e as obras de infraestrutura também ficaram de responsabilidade da municipalidade. De acordo com o Plano Diretor da cidade, em 14 de maio de 1973 entrou em vigor a lei municipal nº 1982, em emenda à lei 1945/72, determinou que área do Distrito Industrial passasse a abranger os setores industriais II e III, que se alonga pela rodovia SP 300 (rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto, que liga Jundiaí a Itú) e a área situada entre as rodovias SP (Anhanguera) e a rodovia SP 348 (Bandeirantes).

Deste modo, nota-se que o Poder Público de Jundiaí, montou uma estratégia de ação para atrair indústrias para o município, definindo a nova lógica do espaço urbano ocupado pela indústria e oferecendo infraestrutura e uma política de isenção de impostos. Assim, com todo este incentivo e especialmente a partir de 1990 quando se inicia o processo de abertura econômica e comercial nacional e paralelamente, ocorre uma reestruturação produtiva que repercute em transformações em lógicas de localização industrial.

Como já citado, a partir dos anos de 1980 observou-se a diminuição do ritmo industrial nacional e a saída de várias empresas de porte da cidade de Jundiaí e, sobretudo a partir da década de 1990, incentivado pela expansão do Distrito Industrial, observou-se o deslocamento físico das atividades industriais do município, e atualmente, na região central de Jundiaí, que outrora abrigaram indústrias de tecido e de cerâmica, entre outros, estão

ocupadas por empreendimentos habitacionais, hipermercados, universidades particulares, entre outros usos. Assim, cabe discutir neste estudo, os atuais usos e ocupações destes antigos espaços industriais.

OS ATUAIS USOS DOS ANTIGOS ESPAÇOS INDUSTRIAIS

Para identificar os atuais usos das edificações que sustentavam as antigas instalações industriais de Jundiaí, faz necessário destacar o termo *brownfield*. Segundo a seção 101 da CERCLA (*Comprehensive Environment Response, Compensation, and Liability Act de 1980*), os *brownfields* são instalações industriais ou comerciais abandonadas, ociosas e subutilizadas cujo reutilização é de difícil consecução, embora haja potencial para a implementação deste processo.

Esses *brownfields* podem estar localizados afastados ou próximos as cidades e quanto mais próximos e mais inseridos a sua estrutura, como no caso de Jundiaí, mais atraentes tendem a se tornar à especulação imobiliária, à medida que as novas áreas de expansão se tornam escassa, podendo assim, minimizar a expansão de áreas subutilizadas do tecido urbano.

A fim de apresentar com maiores detalhes os atuais usos destas antigas edificações, recorreu-se a classificação de acordo com os distintos usos. As classes elencadas foram: Atividades ligadas à educação e cultura, onde se encaixam os dois complexos educacionais e culturais existentes na cidade, além de uma universidade privada; Uso residencial, todos na forma de grandes condomínios verticais; Edificações abandonadas, classe na qual se enquadram todos os prédios e terrenos das antigas indústrias que atualmente estão em desuso; Supermercados, Hipermercados e comércios, onde se encontram redes de hipermercados de âmbito nacional, o Extra, supermercados regionais, como os da rede Russi, uma mercado de venda no atacado, e comércios, como um estacionamento e uma loja de materiais de construção e; Escritórios e sedes de empresas industriais, nas quais não foi possível elencar exatamente qual a atividade realizada nesses espaços, mas sabe-se que se destaca as atividades de gestão.

ATIVIDADES LIGADAS À EDUCAÇÃO E CULTURA

No que se refere à classe Atividades ligadas à educação e cultura, pode-se identificar três edificações dedicadas a esse uso (Figura 3). O espaço que abrigava a antiga indústria de tecido Argos Industrial S/A teve sua estrutura mantida, como pode ser observado na foto 1, e

atualmente sedia uma série de atividades culturais e educacionais, como a Biblioteca pública municipal, Fundação TVE Jundiaí, Auditório Elis Regina, Centro municipal de línguas, entre outras atividades, sendo que atualmente carrega o nome de Complexo Argos.

Onde estavam instaladas as oficinas de manutenção dos vagões e máquinas que circulavam por Jundiaí, a antiga Fepasa, hoje como espaço público, constitui o Complexo Cultural Fepasa, onde se encontram o Museu da Cia. Paulista, a Fatec, a Guarda Municipal, Clube da 3ª Idade, Secretaria Municipal de Transportes e o Poupatempo. Este conjunto de edificações conforma um complexo de 25 edifícios de tipos diferentes, protegidos pelo tombamento federal do IPHAN/SP (Foto 2 da Figura 3).

A última instituição desta classe, a Faculdade Pitágoras de Jundiaí, que se encontra instalada na antiga indústria de palito de fósforo Indústrias Andrade Latorre S/A. A antiga fachada foi mantida e segundo o site da prefeitura municipal de Jundiaí, o prédio esta alugado pela faculdade privada.



Figura 3: Atuais usos culturais e educacionais das antigas instalações industriais de Jundiaí

Fonte: Imagem obtida junto ao Google Earth, disponível em: <https://maps.google.com.br/maps>, acesso em 1 de maio de 2012 e informações de trabalho de campo.

EDIFICAÇÃO ABANDONADA

Das 20 indústrias elencadas neste estudo, 4 delas se encaixam nesta classificação, uma vez que suas edificações encontram-se abandonadas, sem nenhum uso (Figura 4). A foto 1

desta Figura aponta a Alberto Belesso Indústria e Comércio de bebidas, a única produtora de vinho do estudo e que atualmente encontra-se localizada no Distrito Industrial de Jundiáí. Este antigo prédio, que produzia somente vinho, hoje se encontra fechado e sem nenhum tipo de uso, em um bairro considerado como parte da zona periférica do centro.

A foto 2, aponta a antiga instalação da Indústria Francisco Pozzani S/A, que iniciou suas atividades na cidade em 1934 com a confecção de velas para filtros e ao longo do tempo implantou outros produtos de cerâmica. Em 2002, um grupo de investidores comprou a então Indústrias Francisco Pozzani S/A, que mudou a sua razão social para Indústria Brasileira de Artefatos de Cerâmica - IBAC Ltda e a partir de então não mais ocorre o processo produtivo em Jundiáí. Após a aquisição da indústria, somente ficou em funcionamento por alguns anos uma pequena loja, que o senhor Francisco mantinha para a venda de seus produtos, a fim de acabar com o que ainda existia em estoque. Hoje, o prédio também se encontra fechado em uma importante Avenida de Jundiáí, em uma localização característica também de zona periférica do centro.

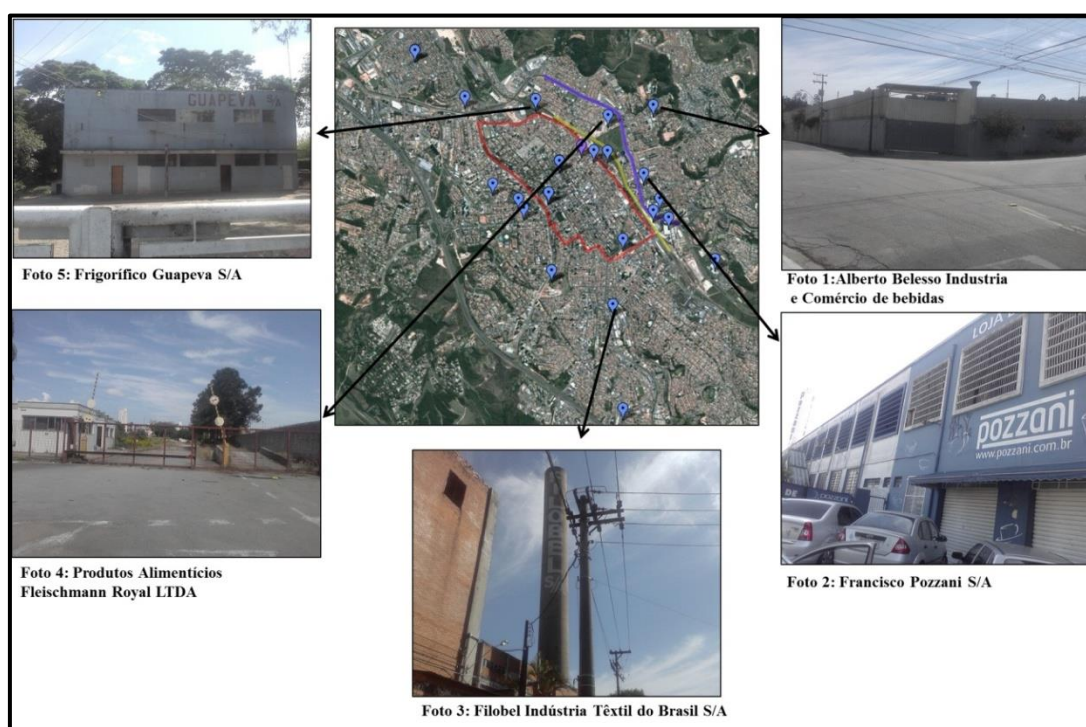


Figura 4: Edificações abandonadas das antigas instalações industriais de Jundiáí.

Fonte: Imagem obtida junto ao Google Earth, disponível em: <https://maps.google.com.br/maps>, acesso em 1 de maio de 2012 e informações de trabalho de campo.

A indústria Filobel S.A. Indústrias Têxteis do Brasil, indicada na foto 3 da Figura 4, teve início a partir da década de 1940 e em 1980 foi comprada pelo Grupo Safra, no entanto a

Filobel encerrou suas atividades em 1998. Atualmente, neste local encontra-se uma grande edificação em desuso. A foto 4 indica a antiga Produtos Alimentícios Fleischmann Royal LTDA, que desde 1954 estava instalada na cidade produzindo fermento em pó, sobremesas e sucos. Esta indústria, momentos antes de ser transferida trocou de nome, passando a se chamar Kraft Foods Brasil e encerrou suas atividades em Jundiaí no ano de 2005 quando levou sua produção para Curitiba, deixando um grande espaço sem uso, além de um prédio em desuso.

A última instalação apontada com a foto 5 é o *Frigorífico Guapeva S/A*, que teve suas atividades encerradas na década de 1970 e deixou em desuso uma área de 100000 ms². A partir de 2005 o Hipermercado Extra iniciou sua construção em parte do terreno, no entanto o antigo prédio ainda se encontra abandonado.

USO RESIDENCIAL

As fotos indicadas na Figura 5, mostram as antigas instalações industriais de Jundiaí que foram transformadas em grande prédios de apartamento. A foto1 aponta o espaço onde estava instalada a Indústria Cerâmica Deca, que recentemente transferiu seu processo de produção para o Distrito Industrial de Jundiaí e vendeu seu terreno para a construtora MRV, que construiu um condomínio de apartamentos voltado à classe média. Seguindo a mesma perspectiva, de um conjunto de apartamentos a fim de atender a crescente classe média da cidade, na antiga instalação da Cia. Tecelagem São Bento se encontra em construção dois blocos de apartamentos de luxo, no entanto, o interessante de destacar, é que a construtora optou por manter a fachada da antiga indústria, portanto a entrada do conjunto residencial é marcada pela antiga estrutura da tecelagem.

A foto 3 desta Figura indica a antiga instalação da Indústria de bebidas Jumbra LTDA que foi fundada por Roberto Picchi e entrou no mercado para atender à região de Jundiaí com refrigerante vendido a preços populares. Esta permaneceu em operação por cerca de 35 anos sem nunca conseguir se firmar e, aliado a uma má administração acabou falindo na década de 1970. Atualmente, em seu lugar existe um conjunto de apartamentos, caracterizados como Loft, em uma área nobre da cidade, que busca atingir a classe alta.

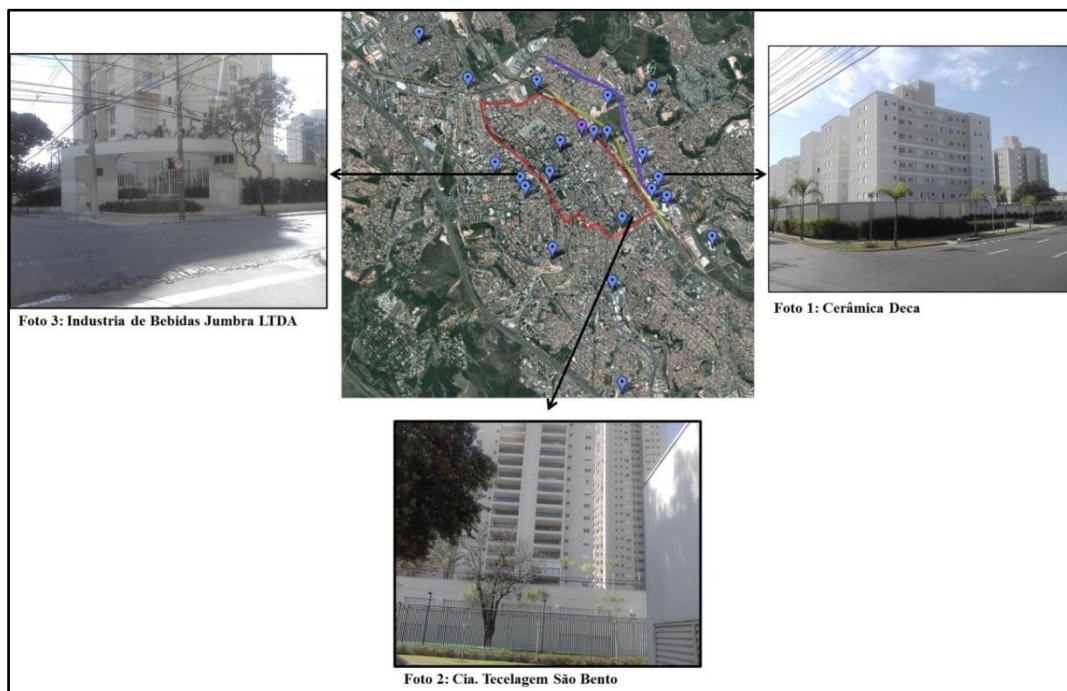


Figura 5: Empreendimentos habitacionais no lugar das antigas instalações industriais de Jundiáí.

Fonte: Imagem obtida junto ao Google Earth, disponível em: <https://maps.google.com.br/maps>, acesso em 1 de maio de 2012 e informações de trabalho de campo.

HIPERMERCADO, SUPERMERCADO E COMÉRCIOS

Nesta classificação encontram-se 7 das indústrias levantadas nesta pesquisa, ou seja, a maioria das instalações das antigas indústrias jundiáienses, hoje são espaços de hipermercados ou comércios (Figura 6).

Vale destacar, num primeiro momento, os hipermercados, posto que são contabilizados 4. A rede Russi de supermercados, que surgiu em Jundiáí, construiu duas de suas unidades em locais de antigas instalações industriais. A unidade central dessa rede esta localizada na área *core* do centro de Jundiáí, no espaço que era ocupada pela indústria Traldi alimentos LTDA, como pode ser observado na foto 2. Já a outra unidade está instalada numa área nobre da cidade, onde se encontrava a Elbena Indústria de Calçado S/A. Vale destacar, que para a implantação destes supermercados foram mantidas as características das antigas instalações industriais.

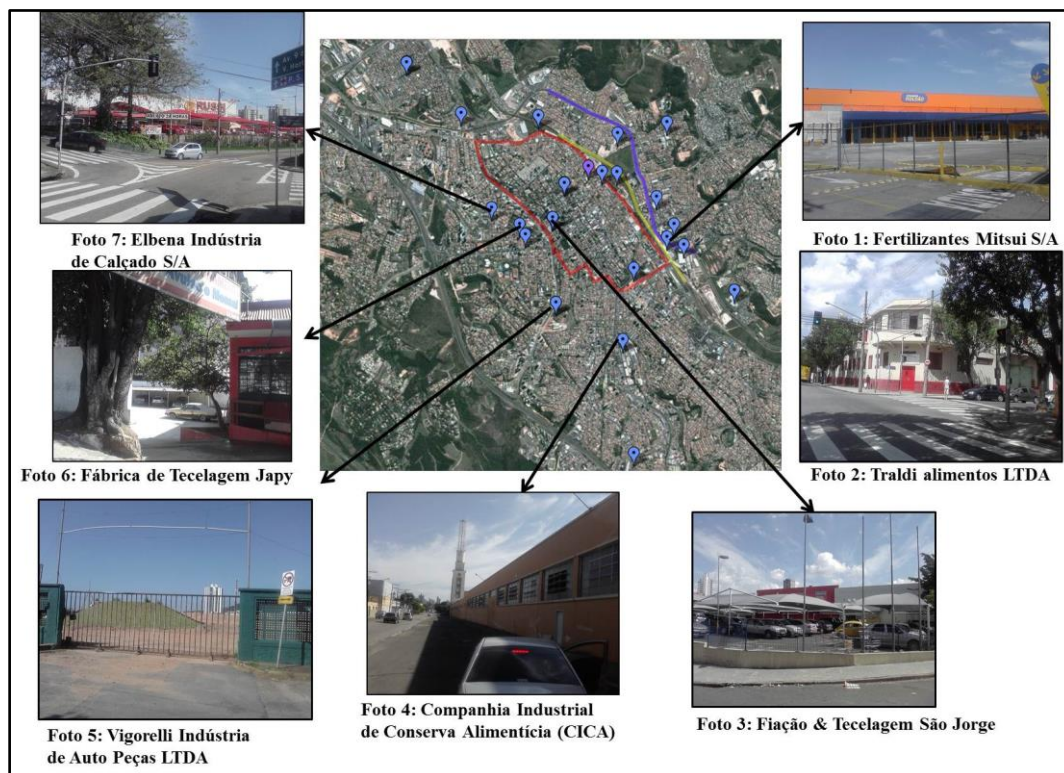


Figura 6: Atividades comerciais e hipermercados no lugar das antigas instalações industriais de Jundiá.

Fonte: Imagem obtida junto ao Google Earth, disponível em: <https://maps.google.com.br/maps>, acesso em 1 de maio de 2012 e informações de trabalho de campo.

O Atacadista Roldão, atualmente esta situado onde se localizava a antiga indústria de Fertilizantes Mitsui S/A, porém não é possível identificar nenhuma marca da antiga instalação. Assim ocorre também com o espaço onde se encontrava a Fiação & Tecelagem São Jorge no qual atualmente está localizada a segunda loja instalada na cidade do hipermercado Extra, como pode ser observado na foto 3 da Figura 6, e que também não manteve nenhuma estrutura da antiga tecelagem.

Ainda neste sentido, pode-se apontar as fotos 5 e 6, nas quais as atuais instalações também não mantiveram nenhuma marca das antigas indústrias. Na foto 5, na qual nota-se um terreno vazio, esta em construção o terceiro shopping center da cidade, onde estava instalada a Vigorelli Indústria de Autopeças LTDA, e a foto 6 mostra o espaço onde funcionava a Fábrica de Tecelagem Japy, no qual hoje, não existe nenhum resquício da antiga atividade, tem-se somente um terreno onde funciona um estacionamento.

A foto número 4, é a única edificação que manteve sua fachada praticamente intacta. Neste espaço funcionava a Companhia Industrial de Conserva Alimentícia (CICA), que em

1998 foi transferida para o estado da Bahia e depois de anos em desuso, recentemente o prédio foi alugado e se tornou uma loja de materiais de construção.

ESCRITÓRIOS E SEDES DE EMPRESAS INDUSTRIAIS

Nesta categoria encaixam-se as atuais instalações de antigas indústrias que não mais realizam o processo produtivo, mas ainda as mantem total, ou parceladamente sobre seu domínio, realizando atividades de gestão.

A foto 1 da Figura 7, aponta a antiga indústria Vulcabrás S/A que se instalou em Jundiáí na década de 1950 e nos anos 90 transferiu suas atividades produtivas para o Nordeste. No entanto, ainda hoje se encontram, neste espaço, atividades relacionadas a essa indústria, que atualmente incorporou a marca Azaléia, e que mantem em Jundiáí suas ações de gestão, como a logística e o controle de estoque. No entanto, como a área física para este tipo de atividade é extremamente reduzida, o espaço desta indústria foi dividido e alugados para empresas de telemarketing, como a empresa TIVIT.



Figura 7: Antigas instalações industriais de Jundiáí que ainda atividades de gestão.

Fonte: Imagem obtida junto ao Google Earth, disponível em: <https://maps.google.com.br/maps>, acesso em 1 de maio de 2012 e informações de trabalho de campo.

Por fim, a foto 2 indica o espaço onde se encontrava instalado o antigo Moinho Jundiáí, de propriedade do industrial J.J. Abdalla que atualmente somente mantem apenas algumas atividades de gestão, portanto nota-se uma grande edificação que ocupa dois quarteirões, praticamente em desuso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a pesquisa de campo e a sistematização das informações coletadas, é possível tecer algumas considerações sobre a localização industrial de Jundiaí. Não se pretendeu com este estudo realizar um planejamento, mas sim, expor um panorama de uma realidade encontrada na cidade de Jundiaí, que assim como várias outras, está se modernizando e para isso abandona traços históricos importantes.

Com a espacialização das informações obtidas, notou-se que das classes elencadas a que tem maior destaque são os espaços das antigas construções fabris que atualmente são utilizadas com fim comercial, principalmente hipermercados e supermercados. Este fato pode estar relacionado com a localização das antigas indústrias, visto que estas estavam na Zona Periférica do centro, e que hoje, algumas foram englobadas pela área central ou se localizam na área de expansão do centro, por isso, a maior incidência de espaços usados atualmente para fins comerciais.

Em segundo lugar encontra-se a classe de edificações abandonadas, que corresponde a 5 edificações. Segundo Vasques (2006) este abandono pode ser entendido como um descaso com o planejamento da cidade, visto que são espaços que poderiam ser utilizadas a fim de otimizar o aproveitamento espacial.

Assim, constata-se que as estruturas do primeiro período de industrialização jundiaense são espaços que muitas vezes passam despercebidos, pois se encontram dispersos na malha urbana e já que muitos deles, como os voltados atualmente a habitação, foram todo remoldado, não existindo mais nenhum resquício das antigas edificações. No entanto, os espaços que são bens públicos, voltados principalmente à atividades culturais e educacionais, ainda carregam a história do período, através da construção.

Portanto, conclui-se que os *brownfields* na cidade de Jundiaí, foram em muitos casos, englobados à logica capitalista e hoje se encontram às ordens da especulação imobiliária, mas que também, muitas edificações ainda mantem sua importância histórica e arquitetônica, além de outras ainda estarem abandonadas, formulando o que o termo *brownfield* carrega em seu bojo, a ideia de um espaço escuro/marrom, sem uso e abandonado.

REFERÊNCIAS

AJONAS, A. C. S.. **Centro e centralidade em Itu - SP**. Tese (doutorado)FCT/UNESP, 2009.

BORIN, E. C. P. **O SEBRAE e os arranjos produtivos locais: o caso de Nova Friburgo/RJ**. Tese (doutorado) UFRJ, 2006.

CORRÊA, R. L.. **O espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

FIRKOWSKI, O. L. C. F.. **Considerações sobre as escalas espaciais de análise da indústria no Brasil**. Revista da ANPEGE, Fortaleza, v. 1, p. 67-80, 2005.

LUZ, C. E. . **Arranjo ferroviário e espaço urbano na região dos Campos Gerais/Mata de Araucária (PR)**. Revista CPC (USP), v. 10, p. 166-192, 2010.

MARQUE, J. R.. **Jundiaí, um impasse regional – O papel do município de Jundiaí entre duas regiões metropolitanas: Campinas e São Paulo** . Dissertação (mestrado) FFLCH-USP, 2008.

QUEIRÓS, M.. **Da teoria à prática na intervenção em *brownfield*: a regeneração da CUF/QUIMIGAL no Barreiro**, 2004. Disponível em: http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_V_Congresso_APG/web/_pdf/D12_15Out_Margarida%20Queiros.pdf, acesso em: 5 jun 2012.

SPOSITO, E. S.. **Reestruturação produtiva e reestruturação urbana no Estado de São Paulo**. In: Geocrit - IX Encontro Internacional de Geografia Crítica, 2007, Porto Alegre. Anais do IX Geocrit. Porto Alegre : UFRGS, 2007. v. 1. p. 1-15.

VASQUES, A. R.. **O Processo de Formação e Refuncionalização de Brownfields nas Cidades Pós-Industriais: O Caso do Brasil**. In: II Jornadas de Geografía Económica:, 2006, Salamanca. II Jornadas de Geografía Económica:, 2006. p. 1-12.

Sítio acessado:

Prefeitura municipal de Jundiaí: < [http:// www.jundiai .sp.gov.br /PMJSITE/ portal.nsf /V03 .02/index?OpenDocument](http://www.jundiai.sp.gov.br/PMJSITE/portal.nsf/V03.02/index?OpenDocument)>, acesso em: 05 jun 2012

TRABALHO, EDUCAÇÃO E CAPITAL: É POSSÍVEL UMA EDUCAÇÃO MAIS HUMANIZADORA?

Dionys Morais dos SANTOS

Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará

dionys_dms@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/5711635610756944>

Resumo: O trabalho apresentado tem como propósito compreender de que forma o Capital transforma o processo educativo em um instrumento ideológico, utilizando-o como ferramenta de alienação discente e contribuindo para a reprodução do sistema econômico em vigor. O estudo vem reforçar a necessidade de levar, à sociedade, conhecimentos acerca de uma realidade imposta e falseada por discursos políticos estatais que legitimam os interesses do grande Capital e que tem na escola seu *locus* de reprodução. Por meio de uma revisão bibliográfica que enfatiza as relações estabelecidas entre Educação e Capital, constatou-se que através de um processo de internalização do discurso ideológico, os ideários da flexibilidade e da empregabilidade atuam, explicitamente, como “formadores” de mão de obra alienada, ordeira e adestrada para atender às exigências do novo modelo de produção. A escola, nesse contexto, não deve ser entendida como a multiplicadora do Saber ou mera reprodutora de conhecimentos institucionalizados, mas como instituição pública que atende aos interesses do Capital. Desta forma, fez-se necessário uma investigação teórica capaz de nos conduzir a uma compreensão das principais bases que sustentaram um modelo educacional dominante e de que forma autores que versam sobre esse tema colocam formas de superação dessa estrutura. Portanto, ressalta-se a necessidade de discussão mais profunda sobre as estratégias dominantes impostas pelo Capital e de que forma a escola poderá recuperar seu verdadeiro papel enquanto instituição social, espaço de formação política e humana e ambiente participativo e colaborativo capaz de permitir uma abordagem crítica e reflexiva do próprio contexto na qual está inserida.

Palavras-chave: Educação. Capital. Estado.

WORK, EDUCATION AND CAPITAL: ONE MORE HUMANIZING EDUCATION IS POSSIBLE?

Abstract: The presented work aims to understand how the Capital transforms the educational process in an ideological instrument, using it as a tool of student alienation and contributing to the reproduction of the economic system in place. The study will reinforce the need of making our society aware of a reality imposed and distorted by political speeches that legitimize the capitalism interests having its locus in schools. Through a literature review that emphasizes the relations between Capital and Education, it was found that through a process of internalization of ideological discourse this school does, the ideas of flexibility and employability, acting explicitly as "forming" alienated labor, orderly and ready to meet the requirements of the new production model. The school, in this context, should not be understood as a multiplier of Knowledge or mere reproducer of institutionalized knowledge, but as a public institution that serves the interests of capital. Thus, it was necessary a theoretical investigation can lead us to an understanding of the main bases that supported the dominant and how authors that deal with this theme puts ways of overcoming this educational model structure.

Therefore, we emphasize the need for further discussion on the dominant strategies imposed by the Capital and how the school can reclaim his true role as a social institution, space policy and human development, participatory and collaborative environment can provide a critical approach and reflective of the very context in which it operates.

Keywords: Education. Capital. State.

TRABAJO, EDUCACION Y CAPITAL: ONE MORE EDUCATION HUMANIZADORA ES POSIBLE?

Resumen: El trabajo que se presenta tiene como objetivo comprender cómo el capital se transforma el proceso educativo en un instrumento ideológico, utilizándolo como una herramienta de la alienación de los estudiantes y contribuir a la reproducción del sistema económico en su lugar. El estudio refuerza la necesidad de adoptar, para la sociedad, el conocimiento de una distorsión de la realidad impuesta por los discursos estatales y políticos que los legítimos intereses del gran capital y tiene, en la escuela, su locus de la reproducción. A través de una revisión de la literatura que enfatiza las relaciones entre capital y Educación, se encontró que a través de un proceso de interiorización del discurso ideológico, los ideales de la flexibilidad y la empleabilidad actúan explícitamente como "entrenadores" trabajo alienado, ordenado y adestrado para cumplir los requisitos del nuevo modelo de producción. La escuela, en este contexto, no se debe entender como el multiplicador del conocimiento o la mera reproductora de conocimiento institucionalizado, sino como una institución pública que sirve a los intereses del capital. Por lo tanto, era necesario una investigación teórica nos puede llevar a una comprensión de las bases principales que apoyó a los autores dominantes y la forma que tienen que ver con este tema pone los medios para superar esta estructura del modelo educativo. Por lo tanto, hacemos hincapié en la necesidad de continuar el debate sobre las estrategias dominantes impuestas por la Capital y la forma en que la escuela pueda recuperar su verdadero papel como institución social, la política espacial y el desarrollo humano, el medio ambiente participativo y de colaboración puede proporcionar una aproximación crítica y refleja el mismo contexto en el que opera.

Palabras clave: La educación. El capital. Estado.

INTRODUZINDO O TEMA EM QUESTÃO

A pesquisa com ênfase na relação trabalho-educação tem se mostrado eficaz no que concerne ao entendimento do verdadeiro papel da escola numa época marcada por profundas transformações no plano econômico-social, ético-político, cultural e educacional. Nossa experiência docente e as inúmeras discussões no decorrer do curso de Licenciatura em Geografia mostraram que a literatura é rica para aqueles que fazem Geografia e desejam compreender a educação como categoria de análise do real, portanto, como produto historicamente construído pelo homem nas suas múltiplas relações com os outros homens.

A dificuldade de estabelecimento de relações entre trabalho e educação no seio do ensino de Geografia, enquanto reflexão mais efetiva, revela-se na escassez dos estudos que não enfatizam a educação como mecanismo importante à reprodução do Capital.

Contudo, a escola tem assumido o papel aparelho ideológico responsável pela difusão de teorias, ideias e valores que permitem a reprodução do Capital e, portanto, a exploração do trabalhador, sua precarização e a reprodução de sua própria existência enquanto meio indispensável à manutenção do sistema.

Dessa forma, a escola, enquanto produto social, construída pelos homens e para os homens, reveste-se como categoria de análise à compreensão dos novos mecanismos de exploração e precarização do trabalhador na sociedade globalizada, levando em consideração a mão de obra que está sendo formada para a reprodução do sistema vigente.

Assentados em autores de pensamento marxista que desenvolveram inúmeros trabalhos acadêmicos no âmbito do materialismo histórico e em categorias metodológicas inerentes ao método dialético – como práxis, totalidade, contradição e mediação –, o estudo tenta uma aproximação com os autores da Pedagogia Crítica e, assim, uma tentativa de inter-relação entre ciências distintas, porém com métodos semelhantes de apreensão do real.

Kuenzer (1998) enfatiza o fato de que a prática da investigação na área trabalho-educação tem mostrado que o discurso é bem mais fácil do que sua efetivação, não só porque essa forma de ler a realidade é recente para a área pedagógica, mas porque os textos metodológicos dessa linha definem muito bem os princípios, mas não abordam com o mesmo vigor os procedimentos. Para essa autora, isso ocorre porque,

[...] nessa linha metodológica, os procedimentos vão sendo construídos na relação que se estabelece com o objeto, e, nesse sentido, o ‘método de investigação’ é caótico e desordenado, marcado por idas e vindas, decisões e negações, clareza e confusão e, principalmente, porque são únicos para cada investigação (KUENZER, 1998, p. 62).

Essa constatação, no entanto, não pode eliminar a necessidade de um procedimento metodológico rígido, científico, que conduza a investigação à produção de conhecimento objetivo e que permita avançar, para além das aparências fenomênicas, na progressiva e histórica compreensão da realidade (KOSIK, 1976 *apud* KUENZER, 1998).

É preciso entender a importância das categorias analíticas como critério de seleção e organização da teoria e dos fatos a serem investigados a partir da finalidade da pesquisa. Elas conferem à pesquisa sentido, cientificidade, rigor e importância. Portanto, delimitá-las é fundamental para que a compreensão do objeto de estudo não seja vazia e controversa e sim imbuída de reflexões necessárias ao entendimento daquilo que nos propomos a estudar.

Contudo, é preciso compreender o contexto histórico que delinea as categorias trabalho e educação e refletir sobre as contradições que fundamentam o sistema econômico e que permitem sua (re) produção no âmbito dessa relação.

No plano socioeconômico, o Capital, centrado no monopólio crescente das novas tecnologias, rompe com as fronteiras nacionais e globaliza-se de forma excludente e dilacerante. O capital financeiro-especulativo globaliza-se a partir dos anos 1960 e toma conta dos fundos públicos nacionais, especialmente das economias do Hemisfério Sul. Os juros pagos mensalmente pelos países periféricos equivalem aos juros anuais dos países centrais. De um lado, blocos econômicos redesenham a Geografia Humana mundial por meio da integração ao Capital; do outro, países à margem dessa situação e em posição de submissão em relação àqueles que dominam a economia-mundo.

As novas bases técnicas e científicas assentadas nas novas tecnologias permitem que as economias cresçam, aumentando a produtividade e diminuindo o número de postos de trabalho. Segundo Frigotto (1998, p. 13)

O desemprego estrutural deste fim de século demarca não apenas o aumento do exército de reserva, mas especialmente o excedente de trabalhadores, ou seja, a não necessidade, para a produção, de milhões de trabalhadores. Sob a vigência de relações de propriedade privada, isto significa aumento da miséria, da fome e da barbárie social.

No plano ético-político, tem-se a afirmação do ideário neoliberal corroendo as estruturas políticas, sociais e econômicas das nações e a implantação da “nova era do mercado” como única via possível da sociabilidade humana (FRIGOTTO, 1998).

O aumento do desemprego estrutural e a precarização do trabalho estão no cerne da crise do trabalho assalariado, esta que constitui um dos problemas políticos e psicossociais mais agudos da história. Hoje, a classe trabalhadora luta para se manter empregada à custa da perda de direitos duramente conquistados e que, nesse contexto, são devorados por um sistema econômico que destrói o resto de tempo livre e promove o aumento da jornada de trabalho com o uso de aparelhos ideológicos de reprodução de sua lógica perversa. No que se refere ao plano educacional, Frigotto (1998, p. 14) diz que:

Os processos formativos e educativos, que ao mesmo tempo são constituídos e constituintes das relações sociais passam [...] por uma resignificação no campo das concepções e das políticas. Estreita-se ainda mais a compreensão do educativo, do formativo e da qualificação, desvinculando-os da dimensão ontológica do trabalho e da produção, reduzindo-os ao economicismo do emprego e, agora, da empregabilidade.

Sendo assim, cabe-nos uma reflexão acerca do trabalho na sua dimensão ontológica, o que pode nos levar a compreendê-lo como criador da realidade humana e que segue sendo o organizador da vida social. Marx e Engels trazem indícios de que o trabalho é crucial à sobrevivência do homem na sua íntima relação com a natureza:

Mas para viver é preciso antes de mais nada comer e beber, morar, vestir, e ainda algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto engendrar os meios para satisfação dessas necessidades, produzir a vida material mesma, e isto é um ato histórico, uma condição básica de toda a história que ainda hoje, como há milênios, precisa ser preenchida a cada dia e a cada hora tão-somente para manter os homens vivos. (MARX; ENGELS, [S.d] *apud* NEVES et al, 2008, p. 4).

Evidencia-se a necessidade de sobrevivência, e como não se tem notícia de homens que possam prescindir do trabalho – mesmo que do trabalho alheio – “como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (MARX, 1996, p. 161).

Kosik (1976 *apud* NEVES et al. 2008, p. 6), afirma que “o homem cria sua existência dominando a natureza, isto é, trabalhando e relacionando-se com os produtos dessa dominação a fim de perpetuar-se enquanto um ser da natureza”. Nessa perspectiva, Marx (1996, p. 297) salienta que:

Antes, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia [sic], regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de se apropriar da matéria natural numa forma útil à própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio.

Dessa forma, compreende-se o trabalho em sua dimensão ontológica, enquanto condição intrínseca ao homem, portanto, um ser capaz de satisfazer suas necessidades por meio do trabalho, este compreendido como uma atividade livre, consciente e subordinada à vontade, pois o sujeito, antes de fazer, constrói subjetivamente sua obra, imprimindo nela o projeto que tinha *a priori* na sua subjetividade. É assim que o homem se diferencia dos outros animais, pois nenhuma outra espécie tem a capacidade de antecipar o trabalho a ser realizado e é, por isso, que o homem consegue se adaptar às diferentes zonas e às intempéries do tempo.

Podem-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião, pelo que se queira. Eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a produzir os seus meios de vida, um passo condicionado pela organização corporal. Ao produzirem os seus meios de vida, os homens produzem indiretamente a sua vida material mesma (MARX; ENGELS, [S.d] *apud* NEVES et al, 2008, p. 5).

Assim, quando Frigotto (1998) fala da desvinculação dos processos formativos e educativos da dimensão ontológica do trabalho refere-se ao fato de que o homem, produto e produtor de sua história, passa a viver numa sociedade na qual as relações de produção são marcadas pela exploração da força de trabalho e pela destruição da natureza que, antes da ascensão do modo de produção capitalista, era condição para a existência do próprio homem.

Com o surgimento das sociedades de classes, “os indivíduos foram sendo cada vez mais subjugados a um poder que lhes era alheio [...], um poder que se tornou cada vez mais massivo e que em última instância se evidencia no mercado mundial” (MARX; ENGELS, [S.d] *apud* NEVES et al, 2008, p. 8).

No modo de produção capitalista, o trabalho “de atividade produtora imediata de valores de uso para os trabalhadores, se reduz à mercadoria força de trabalho e tende a se confundir com emprego” (FRIGOTTO, 2005, p. 63).

Como ressalta Bottomore (2001 *apud* NEVES et al, 2008, p. 8), no capitalismo, “a forma específica de exploração é a apropriação da mais-valia por meio da exploração do trabalho assalariado”.

A humanidade é forçada a passar do trabalho concreto (para produção de bens com valor de uso; criativo) ao trabalho abstrato (produção de mercadorias para valorização do capital, através da troca destas por dinheiro, ou seja, de sua transformação em mercadoria). Assim, tem-se o trabalho em sua dimensão histórica, concebido com fruto de relações capitalistas de produção e marcado pela alienação do trabalhador, pois não há reconhecimento do homem na mercadoria produzida por ele.

É importante ressaltar que a concepção marxista de trabalho não é um simples fazer fortuito, mecânico e restrito, mas uma atividade livre e consciente. “Através do trabalho, o sujeito manifesta-se como um ser genérico, suplanta a atividade muda dos animais, produz sua existência, cria a consciência de que é um ser social e, assim, atinge a existência de um ser universal e livre” (CHAGAS, 2011, p. 58-59). Por isso, o sujeito só se constitui como um ser universal e livre à medida que é sujeito de uma atividade livre e consciente.

Se Marx reconhece o trabalho como categoria fundante do ser social e elemento decisivo no processo de sua humanização, esclarece, por outro lado, que, sob os desígnios do

Capital, o trabalho se converte em trabalho estranhado, em atividade para outrem, uma mercadoria (MENEZES, 2011).

Nesse contexto, “[...] o trabalhador não se sente feliz, realizado em seu trabalho, ao contrário, torna-se infeliz, pois nele não se afirma, mas se nega, uma vez que não lhe é permitido desenvolver uma livre atividade física e intelectual” (MENEZES, 2011, p. 83).

Portanto, no contexto das relações capitalistas de produção, o trabalho não constitui uma atividade espontânea, uma necessidade, mas uma imposição, um meio para satisfazer outras necessidades. No contexto das relações sociais capitalistas, o trabalhador é alienado do processo de concepção como dos produtos do seu trabalho.

A TEORIA DO CAPITAL HUMANO

A partir da década de 1960, um amplo debate foi iniciado acerca dos investimentos em capital humano que, segundo os defensores dessa proposta, permitiriam, às economias subdesenvolvidas, desenvolverem-se; e, aos indivíduos, a garantia de melhores empregos, maior produtividade e, conseqüentemente, mobilidade e ascensão social (FRIGOTTO, 1998).

Segundo Bastos (1991, p. 21), conforme os estudos de Adam Smith (1776), o capital humano seria “a soma das habilidades de todos os habitantes, sua aquisição um custo, pois é um capital aplicado no homem”. Nessa perspectiva, o investimento no homem é a fonte mais importante dos ganhos de produtividade. Trata-se de um investimento que retornaria em forma de benefícios.

Para Adam Smith (1776 *apud* BASTOS, 1991), a teoria do capital humano considera o investimento educacional como algo benéfico ao indivíduo, pois o torna mais produtivo, fornecendo-lhe melhores condições para auferir uma melhor renda. Na verdade, a teoria do capital humano, amplamente difundida no século XX, impõe a ideologia de que as nações subdesenvolvidas seriam capazes de atingir o mesmo patamar das economias desenvolvidas. Contudo, as economias periféricas estão numa condição de submissão e servem aos interesses das economias centrais. Frigotto (1998, p. 37) diz que:

O investimento em “capital humano” passou a constituir-se na chave de ouro para resolver o enigma do subdesenvolvimento e das desigualdades internacionais, regionais e individuais. Trata-se de um corpo teórico mais sofisticado do que a perspectiva psicologista da teoria da modernização, embora sua base parta desta. A teoria do capital humano passou por um intenso debate interno, particularmente na década de 60 e 70, e, ao mesmo tempo, teve um amplo uso político e ideológico na

definição de macropolíticas educacionais orientadas pelos organismos internacionais e regionais. [grifo do autor].

No Brasil, durante a ditadura militar, o governo instituiu algumas reformas educacionais que colocaram o sistema de ensino dentro dos parâmetros técnicos e economicistas, inspirados nessa formulação teórico-ideológica. Segundo Gentili (1998, p. 80), “o processo da escolaridade era interpretado como um elemento fundamental na formação do capital humano necessário para garantir a capacidade competitiva das economias e, conseqüentemente, o incremento da riqueza social e da renda individual”.

Para Frigotto (1998), a crise por que passa o capitalismo, a manutenção das desigualdades entre o Norte e Sul e o aumento do desemprego estrutural, precarização do trabalho sob a denominação de flexibilização, mostram que os críticos do capital humano estavam corretos em suas observações acerca do aprofundamento das disparidades socioeconômicas entre países ricos e pobres.

A destruição dos postos de trabalho e a precarização (flexibilização) do trabalho vinculado à abolição de direitos sociais duramente conquistados pela classe trabalhadora tornam-se aspectos cruciais do desenvolvimento capitalista neste século. Esse processo dá-se “pela conjugação da globalização excludente, que amplia o desenvolvimento desigual, e pelo monopólio privado da ciência e da tecnologia” (FRIGOTTO, 1998, p. 41).

Alves (2007, p. 7-8) afirma que a nova lógica da mundialização do capital significaria não o abandono da teoria do capital humano, mas uma nova tradução desta, tendo em vista que sua concepção individualista ainda é adequada à hegemonia neoliberal.

É o conceito de empregabilidade que irá apresentar a nova tradução da teoria do capital humano sob o capitalismo global: a educação ou a aquisição (consumo) de novos saberes, competências e credenciais apenas habilitam o indivíduo para a competição num mercado de trabalho cada vez mais restrito, não garantindo, portanto, sua integração sistêmica plena (e permanente) à vida moderna. Enfim, a mera posse de novas qualificações não garante ao indivíduo um emprego no mundo do trabalho.

Casalet (1993, p. 25-27 *apud* FRANCO 1998, p. 107) finaliza essa questão e contribui para este debate ao afirmar que:

[...] a qualificação exigida hoje deixa de basear-se no conhecimento especializado para converter-se na capacidade de integrar a profissão a um conhecimento tecnológico global e, mais do que ter uma visão limitada das tarefas, desenvolver a

capacidade de sintetizar o conjunto de um processo onde elas estão inseridas. [...] tanto para os trabalhadores quanto para as organizações, a qualificação continua apoiada nos “saberes profissionais”, só que, cada vez mais, estes “conhecimentos profissionais” estão a serviço da resolução de situações específicas, às vezes, imprevistas. Saber avaliar “os imprevistos da produção” como uma sequencia de causa e efeito, dentro de um quadro de possibilidades, seria “a chave da qualificação hoje”. [grifos do autor].

Assim, percebe-se que antigos padrões retornam ao cenário atual e contribuem para a complementação de novas estratégias de dominação e acumulação de riqueza determinadas pelo Capital.

O CONCEITO DE EMPREGABILIDADE E A NOÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Admitindo os conceitos de empregabilidade e competência como basilares do cenário educacional capitalista deste momento histórico, eles se apresentam como resposta às transformações no modo de produção que visa aumentar a lucratividade por meio de investimentos em educação, especialmente técnica, e que não supõe, necessariamente, um aumento de escolaridade da classe trabalhadora, mas, sim, o desenvolvimento de habilidades e características comportamentais condizentes com os novos padrões produtivos assentados na produção flexível (ALVES, 2007).

Para a aquisição de competências necessárias à inserção no mercado de trabalho, é sugerida, ao trabalhador, uma adaptação aos novos padrões tecnológicos, denominada de flexibilidade. Esta não sugere uma simples adequação do trabalhador às diferentes formas de produzir e agir produtivamente dentro das empresas, mas, sim, a um mecanismo de alienação que, por meio da escola, reproduz a ideologia do trabalho árduo como único caminho à ascensão social e de que todos devem adaptar-se às novas tendências do mercado de trabalho para garantir um emprego que lhes impõem novas formas de exploração e precarização.

Como aponta Ferretti e Silva Junior (2000, p. 56), esse mecanismo traz “a possibilidade de alteração, sem comprometimentos, da velocidade de produção, da qualidade do processo e do produto; do próprio projeto; do processo de produção a partir da alteração feita no projeto, e da execução das duas últimas funções simultaneamente”. É dessa forma que as empresas tornam-se altamente competitivas dentro dos novos padrões tecnológicos e conseguem auferir lucros volumosos à custa da exploração da classe trabalhadora.

Além disso, o discurso sugere que o mercado precisa, urgentemente, de profissionais flexíveis e que a classe trabalhadora em formação não deve se preocupar com a competitividade e com vagas de emprego, já que elas estão “garantidas” pelo empresariado local. Como um modelo produtivo marcado pela síndrome do desemprego estrutural e pela diminuição dos postos de trabalho poderá garantir vagas para todos numa sociedade em que a inserção no mercado de trabalho é cada vez mais restrita? Alves (2007, p. 5) corrobora esse discurso quando diz que:

Ele [o conceito de empregabilidade] traduz as exigências de qualificações, mas incorpora em si, como contrabando ideológico, a promessa obliterada da possibilidade concreta de inclusão social no sistema orgânico do capital. O discurso da empregabilidade oculta a natureza íntima do desenvolvimento tardio do capital, ou seja, a lógica da produção destrutiva e da exclusão social.

Na busca pela compreensão do conceito de empregabilidade na atual conjuntura econômica, Frigotto (1998, p. 118 *apud* FORRESTER, 1997, p. 45) afirma que:

[...] Uma bela palavra soa nova e parece prometida a um belo futuro: “empregabilidade”, que se revela como um parente próximo da flexibilidade, e até como uma de suas formas. Trata-se, para o assalariado, de está disponível para todas as mudanças, todos os caprichos do destino, no caso, dos empregadores. Ele deverá estar pronto para trocar constantemente de trabalho (como se troca de camisa, diria a ama Beppa). Mas, contra a certeza de ser jogado “de um emprego a outro”, ele terá uma “garantia razoável”, quer dizer, nenhuma garantia de encontrar emprego diferente do anterior que foi perdido, mas que paga igual. [grifos do autor].

A aquisição de competências só poderá cumprir seu verdadeiro papel se os indivíduos conseguirem um emprego. Dessa forma, tais conceitos não podem ser entendidos separadamente, mas, sim, nas suas múltiplas relações e contradições.

Um “indivíduo competente”, a nosso ver, caracteriza-se pela adequação às diferentes formas de produzir e agir dentro do emprego que lhe foi dado. Nesse cenário, o indivíduo se responsabiliza pela sua própria formação e qualificação, conforme as novas competências exigidas pelo mercado de trabalho, para que possa superar seus adversários e, assim, legitimar a competitividade que está na essência do capitalismo, agora sob a égide da produção flexível.

Assim, restringe-se a contratação de trabalhadores, visto que poucos deles conseguem cumprir as tarefas que, antes, eram realizadas por muitos e acentuam-se as disputas pelas poucas vagas disponíveis num mercado cada vez mais restrito e seletivo.

Batista (2010) traz um quadro comparativo para demonstrar as mudanças ocorridas no mundo do trabalho sob a ótica da produção flexível, elencando as novas competências exigidas por esse novo modelo produtivo:

Quadro 1 – O novo mundo do trabalho.

Processos e Tecnologias	
“Antigo”	“Novo”
Rigidez Isolamento Eletromecânica Linha de montagem Inovação restrita às empresas de “ponta” – setor “formal”	Flexibilidade Integração Microeletrônica Células/grupos Inovação através de cadeias produtivas – da “ponta” ao “informal”
Organização e Gestão	
Hierarquia Centralização Estruturas Controle/prescrição Punição Comando Supervisão “O chefe tem sempre razão”	Participação Descentralização Processos Autonomia/iniciativa Estímulo Cooperação Autogestão “Todos são responsáveis”
Trabalho	
Tarefas fragmentadas Postos isolados Estabilidade Carreira única Setorial/industrial Ocupações tradicionais Divisão sexual Discriminações	Processos/integração Equipes/grupos Instabilidade Flexibilidade Intersetorial/serviços Novas ocupações Gênero Igualdade de oportunidades
Qualificações	
Disciplina Aplicações de normas Execução Adaptação Destreza manual Saber fazer Especialização Habilidades específicas Domínio do ofício	Responsabilidade Criatividade/iniciativa Diagnóstico Atenção, percepção Agilidade de raciocínio Aprender/ensinar Polivalência Habilidades básicas/específicas/gestão Gestão do aleatório
Fonte: Adaptada de: LEITE, 2000 <i>apud</i> BATISTA, 2010, pp. 44-45. Algumas características foram suprimidas.	

Segundo Batista (2010), o Quadro 1 é parte de uma discussão mais ampla elaborada por um grupo político intelectual durante o processo de reforma na educação profissional brasileira. Nesse Quadro, fica claro o posicionamento dos ideólogos da reforma, pois se explicita, diretamente, sem mediações, a contraposição entre o “novo” e o “antigo”. Para o

autor, mostra o que se denomina de “valores-fetiches”, reveladores da ideologia do capitalismo manipulatório global.

Entretanto, autores como Markert (2002), sem discordar das observações realizadas anteriormente, propõem a compreensão das competências sob outro olhar, na busca pela superação desse caráter manipulatório do Capital.

Markert (2002, p. 203) aponta as três dimensões centrais de competências:

- Competências participativas, relativas à capacidade dos assalariados de conhecer a função integral de uma organização; de saber como ela funciona; da intervenção no seu contexto; na participação da redefinição das suas estruturas.
- Competências transversais, relativas à cooperação em equipes e em redes de diferentes setores e implicam a compreensão do processo integral da produção ou do serviço.
- Competências sociais, que integram os campos: autonomia, responsabilidade e comunicação social nas profissões futuras.

Contudo, Markert (2002) aponta para os riscos quanto à utilização dessas competências, visto que as mesmas recorrem a uma visão da produção em sua totalidade sem compreender a relação das categorias em sua essência histórico-crítica, o que daria um caráter funcionalista às mudanças na produção e no serviço, destacando a adaptação dos assalariados aos novos modelos organizacionais do capitalismo.

As aquisições de competências devem estar associadas à garantia de inserção no mercado de trabalho. Assim, os conceitos de competência e empregabilidade se relacionam, na medida em que a adequação dos trabalhadores aos novos padrões produtivos, ou seja, a adaptação por meio do desenvolvimento de novas competências garantiria, aparentemente, um emprego no mercado de trabalho.

Na tentativa de superação das competências consideradas acríticas, Market (2002, p. 196) resume as mudanças no mundo do trabalho e estabelece as principais “competências do futuro”, que visam ultrapassar a ausência do caráter histórico-crítico e o caráter funcionalista impregnados nas dimensões a seguir:

1. As mudanças no mundo do trabalho exigem não apenas uma maior qualificação dos trabalhadores e servidores, mas também uma nova dimensão do conteúdo de suas capacidades, orientada no entendimento do processo integral da produção, nas competências integrais e universais;
2. As futuras exigências de qualificação para o trabalho são cada vez menos prognosticáveis. O objetivo de uma formação profissional para o futuro não deve ser

orientado na aquisição de determinadas habilidades, mas sim na “capacidade de transferir conhecimentos para novas situações complexas” (Markert, 2000a), de desenvolver competências técnico-metodológicas transversais;

3. As mudanças socioculturais levaram a uma crescente mudança nas relações pessoais em nível mundial, principalmente para a geração mais jovem, cujas orientações individuais entravam constantemente em conflito com os papéis sociais tradicionais na família, escola e no trabalho. Essas mudanças de uma “crescente subjetivação normativa” (Baethge) das aspirações dos jovens se direcionam as instituições escolares e profissionais para poder aplicar as competências sócio-comunicativas e subjetivas;

4. Para evitar que o conceito de competência seja restrito a um entendimento somente funcionalista, destaca-se a necessidade de poder transgredir e transformar organizações e ocupações tradicionais resistentes ao assumir um “poder estruturante” (Tanguy) e uma “presença no mundo” (Freire) em direção a competências histórico-políticas transformadoras. [grifos do autor].

Nessa perspectiva, o conceito de competência, capturado pelo ideário neoliberal e incutido com o estigma alienante e reprodutivista do sistema, supõe uma superação desse caráter, na medida em que prevê como conquista máxima as competências histórico-políticas transformadoras, portanto, um entendimento da totalidade do trabalho e das múltiplas relações contraditórias presentes na sua realização. Porém, perguntamo-nos se um sistema econômico tão poderoso, que apresenta movimentos por meio do Capital e que apresenta a capacidade de reinventar-se perante suas crises, será capaz de permitir uma compreensão de mundo tão complexa como essa sugerida por Markert (2002).

Para concluir a discussão apresentada sobre a noção de competências, Batista (2010, p. 220) salienta que:

As transformações no mundo do trabalho e a emergência da nova ideologia da educação profissional, que tem na lógica das competências um dos pilares de sua sustentação, constituem-se numa reconfiguração do poder de classe. A lógica das competências articula-se perfeitamente com os pressupostos do trabalhador polivalente e multifuncional e com os times da fábrica toyotista. A lógica das competências constitui-se num dos principais componentes da nova ideologia da educação profissional.

Por fim, sem o intuito de esgotar uma reflexão teórica mais aprofundada acerca dos conceitos elencados até o momento, é necessário compreender o verdadeiro papel da escola no contexto atual, bem como investigar a ação do Estado como legitimador das estratégias do sistema econômico em vigor.

A AÇÃO DO ESTADO E O PROCESSO DE INTERNALIZAÇÃO ESCOLAR

Segundo Chauí (1991), o Estado aparece como a realização do interesse geral, porém, na realidade, ele é a forma através da qual os interesses da classe dominante, mais forte e poderosa da sociedade, ganha aparência de interesses de toda a sociedade.

Harvey (2005 *apud* BATISTA, 2010, p. 46) denomina de aparelho de Estado a instituição que “[...] visa criar as condições favoráveis à acumulação de capital pelos capitalistas domésticos e estrangeiros”, explicando que “[...] as liberdades que ele encarna refletem os interesses dos detentores de propriedade privada, dos negócios, das corporações multinacionais e do capital financeiro”.

Sendo o Estado uma instituição que atende, diretamente, aos interesses da classe patronal, a escola, que poderia ser uma alavanca essencial para a transformação, tornou-se instrumento das barbáries capitalistas. Sobre esse aspecto, Mészáros (2008, p. 35) salienta que:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente imposta. [grifos do autor].

Mészáros (2008, p. 44) enfoca a questão da “internalização” enquanto mecanismo responsável pela manutenção da lógica perversa do Capital na sua busca incessante pela acumulação. Nesse sentido, cabe à escola – instituição pública, estatal, responsável pela disseminação de ideologias do Capital – fazer com que os indivíduos internalizem “a posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas ‘expectativas’ adequadas e as formas de conduta ‘certas’, mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno”.

A internalização é responsável por assegurar ao Capital as condutas, atitudes e comportamentos condizentes com a lógica reprodutivista e alienante do sistema, esterilizando a capacidade dos indivíduos de “pensar e agir” sobre sua própria vida no mundo globalizado, marcado pela mundialização do Capital e por inúmeras máscaras que revestem as verdadeiras intenções dos agentes dominantes.

Uma das principais funções da educação formal, nesse contexto, é, portanto, “produzir tanto conformidade ou ‘consenso’ quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados” (MÉSZÁROS, 2008, p. 45).

Como aponta este autor, romper com a lógica do Capital, na área da educação, equivale a substituir as formas enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa concreta abrangente.

A ação do aparelho estatal, por meio da escola formal, disciplinadora e responsável pelo processo de internalização de valores capitalistas assentados em novas bases produtivas, propõe-se a colocar o proletariado no “seu lugar”, transformando-o numa classe incapaz de opor resistência ao sistema. Portanto, é papel da escola, nesse cenário, mistificar a produção, relacionar o futuro do jovem estudante ao futuro da empresa, enganá-lo, ao dizer que o mercado é amplo e absorvente, quando, na verdade, reduz-se, a cada dia, a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho, bem como as chances de manter um vínculo empregatício formal, este cada vez mais relegado a um segundo plano, devido à contratação de trabalhadores temporários que se sujeitam às condições impostas pela classe dominante para que não venham a integrar o chamado “exército de reserva”.

Uma das principais decepções deste século é a escola na sua ação cotidiana de reproduzir conhecimentos institucionalizados, adaptados para cada contexto econômico e reformulados, quase que instantaneamente, assim que o Capital exige novas competências para auferir mais lucro.

Não é difícil encontrar escolas que reformularam seus currículos, ou que simplesmente não tiveram autonomia suficiente para opor resistência às exigências do empresariado local, que ditam os conteúdos que devem ser ministrados, os cursos que podem ser oferecidos, bem como a exclusão deles, caso haja uma “saturação do mercado de trabalho” para os profissionais de determinadas áreas.

Na verdade, não é de se esperar autonomia de uma instituição que nunca a teve. A questão da autonomia, embutida nos dispositivos legais, não passa de um discurso pérfido e ilusório. Será possível ver uma escola autônoma, desmistificadora de ideologias e capaz de promover a emancipação humana, incrustada num sistema fétido, contraditório e que a utiliza para explorar mão de obra e sujeitá-la às suas atrocidades? Mészáros (2008, p.55-56), ao tratar do papel da educação formal, diz que:

De fato, da maneira como as coisas estão hoje, principal função da educação formal é agir como um cão de guarda *ex-officio e autoritário* para induzir um conformismo generalizado em determinados modos de internalização, de forma a subordiná-los às exigências da ordem estabelecida. O fato de a educação formal não poder ter êxito na criação de uma *conformidade universal* não altera o fato de, no seu todo, ela estar orientada para aquele fim [grifos do autor].

Na tentativa de superação desse discurso e na busca de uma solução para a humanidade, complementa, ao afirmar que:

Necessitamos, então, urgentemente, de uma atividade de “contrainternalização”, coerente e sustentada, que não se esgote na *negação* – não importando quão necessário isso seja como uma fase nesse empreendimento – e que defina seus objetivos fundamentais, como a criação de uma alternativa abrangente *concretamente sustentável* ao que já existe [grifos do autor] (MÉSZÁROS, 2008, p. 56).

Destaca-se aqui a importância da célebre obra “A Educação para além do Capital” (2008) que traz uma possibilidade de mudança para a escola, e por que não dizer para o próprio homem. Sua incessante discussão – que pode parecer uma espécie de receituário para aqueles que realizam uma discussão conformista e que, portanto, legitimam a ação da escola na busca pela conformidade e internalização dos parâmetros capitalistas – traz à tona a ideia de construção de uma possibilidade concreta, sustentável, que nos conduza ao rompimento com a lógica do Capital por meio da própria educação formal, num processo de viabilização das chamadas aspirações emancipadoras.

[...] os princípios orientadores da educação formal devem ser desatados do seu tegumento da lógica do capital, de imposição de conformidade e, em vez disso mover-se em direção a um intercâmbio ativo e efetivo com práticas educacionais mais abrangentes. Eles (os princípios) precisam muito um do outro. Sem um progressivo e consciente intercâmbio com processos de educação abrangentes como a “nossa própria vida”, a educação formal não pode realizar as suas muito necessárias *aspirações emancipadoras*. Se, entretanto, os elementos progressistas da educação formal forem bem-sucedidos em redefinir a sua tarefa num espírito orientado em direção à perspectiva de uma alternativa hegemônica à ordem existente, eles poderão dar uma contribuição vital para romper a lógica do capital, não só no seu próprio e mais limitado domínio como também na sociedade como um todo. [grifos do autor] (MÉSZÁROS, 2008, p. 58-59).

Para Oliveira (2001, p. 200-201), repensar o combate ao capital torna-se, neste momento, não só uma necessidade dos trabalhadores para conseguir conquistar ganhos econômicos e políticos, mas também é imperioso para que algumas conquistas sociais sejam mantidas ou, pelo menos, não sejam desprezadas como possibilidades futuras. “A construção de uma escola que propicie formação mais integral dos alunos está dentro destes horizontes possíveis”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ter força e organização política para evitar que a educação profissional se estabeleça apenas como provedora dos interesses do Capital também é um desafio para os trabalhadores.

É imprescindível que, neste momento, o caráter dualista da educação, reforçado, sobretudo, pelo governo brasileiro, seja desvendado, permitindo que os trabalhadores atuem criticamente num processo de construção de uma política nacional de educação profissional que contemple seus interesses, e não somente os do Capital.

Na busca pelas possibilidades de rompimento com a lógica do Capital, muitos estudiosos têm demonstrado a existência de “uma luz no fim do túnel” à efetivação desse objetivo. As categorias voltadas à transformação do homem num sujeito social útil e aceitável ao Capital devem ser demolidas. Devem ser problematizadas as categorias a-históricas de adaptação, flexibilidade, a pedagogia do aprender a aprender, do aprender a ser, a falsa autonomia individual; enfim, devemos criticar a famosa sociedade do conhecimento para que possamos nos opor às noções de competência e empregabilidade impregnadas no ideário capitalista deste século.

É preciso repor a discussão a partir dos clássicos do marxismo e estabelecer horizontes concretos que permitam a construção de uma formação/educação para além do capital capaz de gerar autonomia e identidade autêntica para pensarmos, efetivamente, na emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Reestruturação Produtiva, Novas Qualificações e Empregabilidade. In: ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva-Ensaio de Sociologia do Trabalho**. Bauru: Editora Práxis, 2007, cap. 10.

BASTOS, João Augusto de Souza Leão. **A Educação Técnico-profissional**: Fundamentos, Perspectivas e Prospectiva. Brasília: SENETE, 1991.

BATISTA, Roberto Leme. **A Ideologia da Nova Educação Profissional no Contexto da Reestruturação Produtiva**. 317 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2010.

CHAGAS, Eduardo Ferreira. Bases para uma Teoria da Subjetividade em Marx. In: MENEZES, Ana Maria Dorta de; BEZERRA, José Eudes Baima; SOUSA JUNIOR, Justino de. (Org.). **Trabalho, Educação, Estado e Crítica Marxista**. Fortaleza: Edições UFC, 2011, p. 49-65.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FERRETTI, Celso João; SILVA JUNIOR, João dos Reis. Educação Profissional numa Sociedade sem Empregos. **Cadernos de Pesquisas**, São Paulo, n. 109, p. 43-66, mar. 2000.

FRANCO, Maria Ciavatta. Formação Profissional para o Trabalho Incerto: Um Estudo Comparativo Brasil, México e Itália. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e Crise do Trabalho**: Perspectivas de Final de Século. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, cap. 4, p. 100-137.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e Crise do Trabalho**: Perspectivas de Final de Século. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

_____. Concepções e Mudanças no Mundo do Trabalho e Educação. In: **Ensino Médio Integrado**: Concepção e Contradições. São Paulo: Cortez, 2005, p. 57-82.

GENTILI, Pablo. Educar para o Desemprego: A Desintegração da Promessa Integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e Crise do Trabalho**: Perspectivas de Final de Século. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, cap. 3, p. 76-99.

KUENZER, Acácia Zeneida. Desafios Teórico-metodológicos da Relação Trabalho-educação e o Papel Social da Escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.), **Educação e Crise do Trabalho**: Perspectivas de Final de Século. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, cap. 2, p. 55-75.

MARKERT, Werner. Trabalho e Comunicação: Reflexões sobre um Conceito Dialético de Competência. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 189-211, ago. 2002.

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Nova Cultura, 1996. (v. 1).

MENEZES, Ana Maria Dorta de. Trabalho e Sociabilidade: Revisitando a Teoria. In: MENEZES, Ana Maria Dorta de; BEZERRA, José Eudes Baima; SOUSA JUNIOR, Justino de. (Org.). **Trabalho, Educação, Estado e Crítica Marxista**. Fortaleza: Edições UFC, 2011, p. 79-90.

MÉSZÁROS, István. **A Educação Para Além do Capital**. Tradução de Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NEVES, Bruno Miranda et al. As Dimensões Históricas do Trabalho. **Revista Estudos do Trabalho**, UNESP, Ano 2, n. 3, nov. 2008.

OLIVEIRA, Ramon de. A Divisão de Tarefas na Educação Profissional Brasileira. **Cadernos de Pesquisas**, São Paulo, n. 112, p. 185-203, mar. 2001.

QUALIDADE DA ÁGUA DO RIO POTI E SUAS IMPLICAÇÕES PARA ATIVIDADE DE LAZER EM TERESINA-PI

Livânia Norberta de **OLIVEIRA**

Doutoranda em Geografia-UFPE e Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente- UFPI

livanigeo@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/9967851444577561>

Carlos Ernando da **SILVA**

Doutor e Mestre em Engenharia Química pela Universidade Estadual de Campinas. Professor Associado do Departamento de Recursos Hídricos e Geologia Aplicada (DRHGA) - Centro de Tecnologia – UFPI

carlosernando@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/4423443968266807>

Resumo: O presente artigo objetiva avaliar as condições de uso do rio Poti em Teresina para Lazer, tendo em vista que a capital piauiense apresenta elevadas temperaturas durante o ano, em detrimento de suas condições climáticas e estar localizada na confluência de dois importantes rios federais: o rio Poti e o Parnaíba, os quais sofrem grande pressão em consequência do expressivo crescimento urbano e o ineficaz sistema de esgotamento sanitário existente. Neste contexto o monitoramento da qualidade da água do rio Poti possibilita avaliar os impactos causados pela urbanização e propor soluções para melhor utilização dos recursos hídricos pela população. Para a pesquisa foram coletadas mensalmente amostras de água entre abril de 2009 e abril de 2013, em sete sítios selecionados no rio Poti, ao longo de 35 km de seu percurso desde a área urbana até sua foz no bairro Poty Velho. Foi aplicado um Índice de Qualidade da Água (IQA) com base em dez parâmetros. Constatou-se uma redução na qualidade da água do rio Poti conforme este adentra no núcleo urbano da cidade, por receber maior carga de efluentes sem a tratamento, deixando o rio impróprio para contato primário, assim como a vulnerabilidade do rio Poti e da população local frente ao impotente sistema de saneamento e consequente gestão corpos hídricos em Teresina.

Palavras-chave: Rio Poti. Teresina. Lazer.

WATER'S QUALITY OF THE POTI RIVER AND ITS IMPLICATIONS TO LEISURE ACTIVITY IN TERESINA-PI

Abstract: The present study aims to evaluate the use terms of the Poty river in Teresina for leisure, considering that the capital of Piauí presents high temperatures during the year, in detriment of its climate terms and being located in the confluence of two important federal rivers: the Poti and Parnaíba river, which suffer great pressure in consequence of the significant urban growing and of inefficient disposal sewage system. In this context the monitoring of water quality of the Poti river enables to evaluate the impacts caused by the urbanization and to propose solutions for best use of the water resources by the population. For the research were collected monthly water samples between April 2009 and April 2013, in seven selected in Poti river along its 35 km route from the urban area to its mouth in the neighborhood Poty Velho. An Index of Water Quality (IQA) was applied on ten parameters. Found a reduction in water quality of the river Poti as this enters the urban core of the city,

to receive greater load of effluents without treatment, leaving the river unsuitable for primary contact, as well as the vulnerability of the Poti river and the local population powerless against the sanitation system and consequent water management bodies in Teresina

Keywords: Poti River. Teresina. Leisure.

LA CALIDAD DEL AGUA DEL RÍO POTI Y SUS IMPLICACIONES PARA LA ACTIVIDAD RECREATIVA EN TERESINA-PI

Resumen: Este artículo tiene como objetivo evaluar las condiciones de uso del río Poti en Teresina para el ocio, ya que la capital del Piauí muestra altas temperaturas durante el año, en detrimento de sus condiciones climáticas y se encuentra en la confluencia de dos grandes ríos federales: el río Parnaíba y Poti, que se someten a una gran presión como consecuencia del crecimiento urbano y el sistema existente del ineficiente alcantarillado. En ese contexto, el monitoreo de la calidad del agua del río Poti posible evaluar los impactos causados por la urbanización y proponer soluciones para mejorar la utilización de los recursos hídricos por la población. Para la investigación se recogieron muestras de agua mensuales entre abril de 2009 y abril de 2013, en siete seleccionados en el río Poti a lo largo de sus 35 kilómetros de recorrido desde el casco urbano hasta su desembocadura en el barrio Poty Velho. Un Índice de Calidad del Agua (IQA) se aplicó sobre diez parámetros. Encontró una reducción en la calidad del agua del río Poti, ya que entra en el núcleo urbano de la ciudad, para recibir mayor carga de efluentes sin tratamiento, dejando el río aptos para contacto primario, así como la vulnerabilidad del río Poti y la población local impotente contra el sistema de saneamiento y los organismos de gestión del agua consiguientes en Teresina.

Palabras clave: Río Poti. Teresina. ocio

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a humanidade vem se defrontando com uma série de problemas ambientais, financeiros e sociais. Neste quadro de preocupações com o ambiente os recursos hídricos adquirem especial importância, tendo em vista que a demanda por água está se tornando cada vez maior, sob o impacto do crescimento da população e do maior consumo imposto pelos padrões da vida moderna. Com isso, a qualidade das águas vem sendo degradada de maneira alarmante, podendo logo ser irreversível, sobretudo nas áreas mais urbanizadas.

A partir da Revolução Industrial, o crescimento desordenado e localizado das demandas, associado aos processos de degradação da qualidade da água, vem engendrando sérios problemas de escassez quantitativa e qualitativa, além de conflitos de uso, até mesmo nas regiões naturais com excedente hídrico (MOTA, 2008).

As conseqüências do processo inadequado do crescimento já comuns nas grandes cidades são: condições sanitárias mínimas, ocupação de áreas inadequada para habitação, degradação dos recursos hídricos, poluição do meio ambiente, dentre outras.

Segundo Damasceno (2005), em ambientes onde a ação antrópica é marcante, a qualidade da água deixa de ser afetada somente por fatores naturais, como nos centros urbanos onde a

situação dos recursos hídricos é agravada pelo crescimento acelerado e desordenado, sem a implantação adequada de saneamento básico.

Como a saúde humana depende do suprimento de água potável segura, adequada, acessível e confiável, a qualidade da água torna-se um dos indicativos da qualidade ambiental, por ser palco de interação dos diversos processos desenvolvidos no âmbito de uma bacia hidrográfica.

Comenta Tucci (2006), que existe uma tendência do desenvolvimento urbano em contaminar a rede de escoamento superficial com despejos de esgotos cloacais e pluviais, inviabilizando o manancial em trechos urbanos. Situação observada com o rio Poti em Teresina, por não existir um sistema de esgotamento sanitário que contemple toda a cidade, trazendo prejuízos para saúde do rio, sobretudo no período de estiagem.

O monitoramento da qualidade da água é um dos principais instrumentos para execução de uma política de gestão de recursos hídricos, por servir como um sensor que permite o acompanhamento do processo de uso dos recursos hídricos, apresentando seus efeitos sobre as características qualitativas das águas, visando subsidiar ações de controle ambiental.

Neste contexto este artigo objetiva avaliar a qualidade da água do rio Poti no perímetro urbano de Teresina, através do monitoramento da qualidade da água deste rio, correlacionando seu índice de qualidade com as atividades de lazer ofertadas para a população. Tendo em vista a cidade apresentar características climáticas que proporciona elevadas temperaturas durante o ano, situação que favorece o uso deste rio como opção de lazer.

RIOS URBANOS

Os rios são considerados sistemas complexos, hierárquicos, que possuem três componentes principais interligados: o componente geológico e geomorfológico que constitui o modelo de base física, os componentes climáticos e hidrológicos, que são controladores abióticos fundamentais do sistema, através de regimes de vazão, qualidade da água e temperatura da água (MAITRE; COLVIN, 2008).

Mesmo o Brasil possuindo a vantagem de dispor de abundantes recursos hídricos, possui também a tendência desvantajosa em desperdiçá-los. A legislação de proteção de mananciais aprovada na maioria dos Estados brasileiros protege a Bacia Hidrográfica utilizada para abastecimento das cidades, exigindo-se que nessas áreas seja proibido o uso do

solo urbano de modo que possa comprometer a quantidade e a qualidade da água para abastecimento. No entanto, tal legislação não vem sendo cumprida, nem fiscalizada pelos órgãos competentes, deixando-os vulneráveis à ação antrópica (MAROTTA; SANTOS; ENRICH-PRAST, 2008).

Em estudo sobre a qualidade da água do rio Pisuerga, localizado na região de Castilla y León (Centro-Norte da Espanha), interpretaram Vega et al. (1998) que fatores como a precipitação, o escoamento superficial e o interfluxo, influenciaram no fluxo do rio, concluindo que as variações sazonais desses fatores possuíam forte efeito sobre as vazões e consequentemente, sobre a concentração de poluentes nas águas do rio.

Frente a isso, interpreta-se que a concentração dos poluentes orgânicos de um rio está estreitamente correlacionada ao regime de vazão, com sua capacidade de auto-purificação dependente de vários fatores como: o volume e velocidade da vazão, concentração de poluentes, taxa de composição dos poluentes, dentre outros (GUOLIANG WEI *et al*, 2009).

Todavia, apesar da grande influência da drenagem pluvial na poluição dos rios, o lançamento de esgotos domésticos e industriais ainda configura-se como a principal causa da degradação da qualidade das águas dos rios que possuem parte de seu leito em áreas urbanas (SPERLING, 1996; TUCCI, 2006).

No atual mundo globalizado, o crescimento das atividades econômicas demanda maior abastecimento de água e saneamento, o que acaba por exercer uma maior pressão sobre os recursos hídricos e os ecossistemas naturais. Frente a essa realidade, a urbanização exige investimentos significativos em infra-estrutura hídrica para o abastecimento e o esgotamento das águas residuais, como forma de evitar que as águas poluídas e não tratadas representem riscos à saúde pública (TUCCI, 2006).

Segundo o IBGE (Censo 2010) existe no Brasil aproximadamente 185.712.713 habitantes, com quase 90% dessa população vivendo no espaço urbano, o que conseqüentemente provoca impactos aos recursos hídricos, por não existirem na mesma proporção do aumento da população, investimentos em saneamento básico das áreas densamente povoadas.

A extensão dos tecidos urbanos à margem da legislação de uso do solo e associada à especulação imobiliária vem sendo reproduzida por diferentes classes sociais, resultando na ocupação de áreas ribeirinhas sem infra-estrutura sanitária adequada e causando degradação da qualidade das águas naturais (TUCCI, 2008).

Dessa forma, a principal causa de degradação das águas no espaço urbano tem sido o lançamento de efluentes domésticos sem o tratamento, os quais são ricos em matéria orgânica e nutrientes, comprometendo a saúde e sustentabilidade dos corpos hídricos.

O aumento antropogênico das concentrações de nutrientes, principalmente nitrogênio e fósforo, nos ecossistemas aquáticos é denominado de "eutrofização artificial" (SMITH et al, 1999), Tal processo pode causar prejuízos à sociedade humana, especialmente no que tange a problemas de saúde pública, produtividade pesqueira, balneabilidade e de inúmeras outras possibilidades de uso pelos agentes sociais (ESTEVEES, 1998 apud MAROTTA; SANTOS; ENRICH-PRAST, 2008).

Conforme a SEMAR (2010) no Estado do Piauí apenas 10% dos municípios possuem um sistema de abastecimento satisfatório, 84% apresentam problemas nos sistemas de abastecimento, necessitando de adequações, 5% deles não apresentam sistema de abastecimento disponível. Ressalta-se que mais de 75% dos municípios do Estado são abastecidos por poços, e que 4%, ou seja, 11 municípios são abastecidos pelo rio Parnaíba, inclusive a capital, Teresina.

Atualmente o rápido crescimento econômico tem apresentado grandes desafios para os gestores de recursos hídricos, comentam Bin Liu e Robert Speed (2009), principalmente devido à crescente demanda por água, associada à escassez dos recursos disponíveis e ao aumento da poluição das águas. O que torna importante uma maior conscientização da importância do regime de fluxo para a saúde do rio, como também a necessidade de um maior número de pesquisa para sustentar as avaliações de fluxo ambiental.

A gestão dos recursos hídricos depende fundamentalmente de informações confiáveis, tanto no que diz respeito à demanda como à oferta de água, que só poderá ser adequadamente estimada se existir redes de monitoramento que gere dados sobre variáveis de interesse no setor de quantidade e de qualidade das águas (BRAGA; PORTO e TUCCI, 2006).

MONITORAMENTO DA QUALIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS

Para cada uso da água são exigidos limites máximos de impurezas que a mesma pode conter, estabelecidos por organismos oficiais, que define os padrões de qualidade dos corpos hídricos, como meio de melhor determinar um manejo sustentável (MOTA, 2008).

Os usos preponderantes dos recursos hídricos estão estabelecidos na Resolução CONAMA nº 357 (BRASIL, 2005) que dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento dos corpos de água superficiais e define treze classes de qualidade para

as águas doces, salobras e salinas do território nacional. Em seu artigo 24, dispõe que os efluentes de qualquer fonte poluidora somente poderão ser lançados, direta ou indiretamente, nos corpos de água, após o devido tratamento e desde que obedeçam às condições, padrões e exigências dispostos nesta resolução e em outras normas aplicáveis.

O enquadramento de um rio em determinada classe se dá em função do uso que se pretende fazer da água. Logo, o estabelecimento de uma classe de qualidade para determinado rio requer um conhecimento de suas condições físico-químicas e biológicas. No entanto, dada a escassez de informações sobre grande parte dos rios brasileiros, a própria Resolução estabelece que na ausência desses dados o rio deva ser enquadrado na classe 2, como forma de garantir as condições de qualidades frente aos usos mais exigentes (BRASIL, 2005).

O conhecimento da situação de cada corpo de água permitirá que sejam definidas as medidas a serem adotadas para controle da poluição, bem como controlar as cargas de poluição que o mesmo poderá receber, em função dos seus usos e de sua capacidade de autodepuração, tornando-se necessário que sejam conhecidas as condições de qualidade dos recursos hídricos (MOTA, 2008).

Dessa forma, os sistemas de monitoramento tornam-se ponto de apoio para medidas que promovam a melhoria da qualidade da água e a redução dos impactos causados pelos aproveitamentos dos recursos hídricos, além de servirem como subsídio às decisões tomadas pelos gestores de bacias hidrográficas, permitindo o acompanhamento da eficiência das medidas a serem adotadas e auxiliar novas mudanças de rumo (REBOUÇAS, 2006).

O estado do Piauí possui uma densa rede hidrográfica, com diversas barragens e açudes sendo utilizados como áreas de lazer pela população, além de um litoral que atrai turistas em períodos de alta estação. Entretanto ainda não dispõe de um programa de monitoramento de qualidade da água. O maior número de informações disponíveis sobre a qualidade de água no Estado refere-se ao rio Parnaíba, por ser o principal manancial de abastecimento, com monitoramento realizado pela AGESPISA (Águas e Esgotos do Piauí SA), empresa responsável pela captação, tratamento e distribuição de água para consumo no Estado.

Um amplo programa de monitoramento da qualidade da água torna-se, portanto indispensável para avaliar o estado da qualidade da água dos rios. Uma vez que os dados de monitoramento da qualidade da água são coletados, há necessidade de traduzi-los em uma forma que seja facilmente compreendida e interpretada de maneira eficaz, para isso o Índice de Qualidade da Água (IQA) desempenha papel importante neste processo de tradução,

por ser considerada uma ferramenta de comunicação para transferência de dados de qualidade da água (BHATTI e LATIF, 2011).

Atualmente em vários países a qualidade da água dos rios é realizada usando o IQA, elaborado a partir de uma relação matemática que transforma várias análises dos parâmetros físico-químicos da água em um único número, para assim, facilitar a avaliação da qualidade das águas dos rios (MAANE-MESSAI et al, 2010).

O IQA utilizado nesta pesquisa baseou-se em dez parâmetros indicadores de qualidade de água, sendo eles:

I. Temperatura da água:

Desempenha importante papel no controle de espécies aquáticas, é considerada uma das características mais importantes do meio aquático por influir em algumas propriedades da água (densidade, viscosidade, oxigênio dissolvido). Seu valor pode variar entre 0°C e 30°C em função de fontes naturais (energia solar) e fontes antropogênicas (despejos industriais) (BRASIL, 2005).

II. Sólidos em suspensão:

São todas as impurezas, com exceção dos gases dissolvidos, são considerados sólidos suspensos em corpos d'água. Altas concentrações de sólidos em suspensão reduzem a passagem de luz solar, afetam organismos bentônicos e desequilibram as cadeias tróficas (TAVARES, 2005).

III. Turbidez:

É a medida da capacidade da água em dispersar a radiação solar. É expressa, entre outras unidades, por NTU (Nephelometric Turbidity Units) e sofre influência direta da presença de sólidos em suspensão, que impedem que o feixe de luz penetre na água, reduzindo a fotossíntese da vegetação submersa e algas (TAVARES, 2005);

IV. Condutividade Elétrica:

Capacidade que a água possui de conduzir corrente elétrica, cujos valores são expressos em micro Siemens ($\mu\text{S cm}^{-1}$). Este parâmetro está relacionado com a presença de íons dissolvidos na água, que são partículas carregadas eletricamente. Quanto maior for a quantidade de íons dissolvidos, maior será a condutividade elétrica na água;

V. pH (potencial Hidrogeniônico):

O pH da água depende de sua origem e características naturais, mas pode ser alterado pela introdução de resíduos; pH baixo torna a água corrosiva; influencia nos ecossistemas aquáticos naturais devido a seus efeitos na fisiologia de diversas espécies; águas com pH

elevado tendem a formar incrustações nas tubulações, sendo o recomendável a faixa de 6 a 9 (BRASIL, 2005);

VI. Nitrogênio:

Pode estar presente na água sob várias formas: molecular, amônia, nitrito, nitrato, é um elemento indispensável ao crescimento de algas, mas, em excesso, pode ocasionar um exagerado desenvolvimento desses organismos, fenômeno chamado de eutrofização, são causas do aumento do nitrogênio na água: esgotos domésticos e industriais, fertilizantes e excrementos de animais;

VII. Fósforo:

Encontra-se na água nas formas de ortofosfato, polifosfato e fósforo orgânico; é essencial para o crescimento de algas, mas, em excesso, causa a eutrofização, suas principais fontes são: dissolução de compostos do solo; decomposição da matéria orgânica, esgotos domésticos e industriais, fertilizantes, detergentes e excrementos de animais

VIII. Oxigênio Dissolvido (OD):

É indispensável aos organismos aeróbios e um dos principais parâmetros para controle dos níveis de poluição das águas. Altas concentrações de oxigênio dissolvido são indicadores da presença de vegetais fotossintéticos e baixos valores indicam a presença de matéria orgânica (provavelmente originada de esgotos). O teor de saturação depende da altitude e da temperatura; águas com baixos teores de oxigênio dissolvido indicam que receberam matéria orgânica. Seu valor indicado não é inferior a 5mg/L (BRASIL, 2005).

IX. Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO):

É a quantidade de oxigênio necessária à oxidação da matéria orgânica por ação de bactérias aeróbias. Representa, portanto, a quantidade de oxigênio que seria necessário fornecer às bactérias aeróbias, para consumirem a matéria orgânica presente em um líquido (água ou esgoto). A DBO é determinada em laboratório, observando-se o oxigênio consumido em amostras do líquido, durante 5 dias, à temperatura de 20 °C.

X. Coliformes Termotolerantes:

São indicadores da presença de microrganismos patogênicos na água, os coliformes fecais existem em grande quantidade nas fezes humanas e quando encontrados na água, significa que a mesma recebeu esgotos domésticos, podendo conter microrganismos causadores de doenças.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A capital piauiense, Teresina, está localizada na mesorregião centro-norte do Estado, entre as coordenadas 5°08' de latitude sul e 42°8' de longitude oeste, ocupando uma área aproximada de 1.392 Km² da margem direita do rio Parnaíba, na porção do médio curso dessa bacia hidrográfica, onde recebe o rio Poti, um de seus maiores tributários (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) Teresina apresenta uma densidade demográfica de 584,94 hab/Km², possuindo uma população aproximada de 836.475 habitantes, com aproximadamente 94,27% habitantes vivendo na área urbana e 5,73% habitantes vivendo na zona rural. Possui como principal base da sua economia o setor terciário, compreendendo as atividades de governo, comércio e de prestação de serviços.

O expressivo aumento do núcleo urbano de Teresina nas últimas décadas pode ser observado na Figura 1, através das imagens do satélite Land Sat 5 TM (1985 e 2010), onde visualiza-se uma dinâmica espacial mais acentuada da urbanização neste período de análise, sobretudo nas zonas leste e sul da capital e principalmente nas margens do rio Poti que percorre todo núcleo urbano da cidade, recebendo efluentes da população, devido ao deficiente sistema de esgotamento sanitário existente.

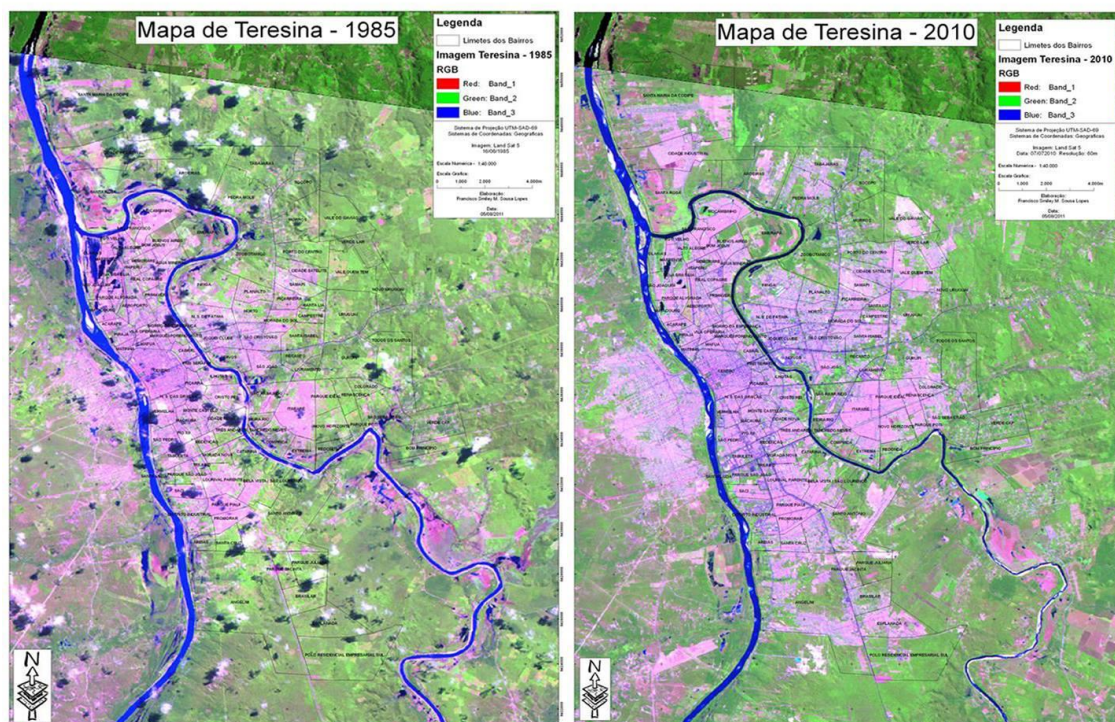


Figura 1- Imagem do satélite Land Sat 5, representando o perímetro urbano de Teresina-PI. (Fonte: Satélite Land Sat, 2010).

Em função do acelerado processo de urbanização ocorrido nos últimos anos, Teresina tem crescido acima da sua capacidade de atender às necessidades sociais de seus habitantes. Frente a essa realidade afirma Monteiro (2004) que a expansão da cidade, a ocupação das margens dos rios e o surgimento de bairros foram acompanhados de um grande número de loteamentos irregulares construídos em áreas impróprias para habitação, como a margem dos rios, lagoas e encostas, o que pode gerar problemas de drenagem, erosão do solo, intensificação do assoreamento dos rios, além da disseminação do lixo no solo e na água.

Teresina possui uma baixa cobertura do sistema público de esgoto sanitário, aproximadamente 17%, tal circunstância induz os habitantes ao uso de alternativas para o esgotamento sanitário de seus domicílios, como a adoção das fossas sépticas e o lançamento de esgotos a céu aberto nas vias públicas, conectadas às galerias de drenagem urbana, para posterior lançamento destes efluentes nos cursos d'água, tidos como receptores.

A baixa cobertura de tratamento de esgoto em Teresina, somada a insuficiente conscientização ambiental da população e poucos investimentos em ações preventivas da poluição dos seus corpos hídricos, chama atenção para a importância da realização do monitoramento da qualidade das águas de seus rios, como meio de subsidiar ações preventivas para controle da saúde dos recursos hídricos bem como da população.

Monteiro (2004) aponta que a inadequada política pública na área de saneamento e a redução na qualidade do tratamento proporcionará o aumento da poluição dos corpos receptores pelos efluentes domésticos, que poderá levar a não utilização dos rios Parnaíba e Poti para banhos, recreação e irrigação de frutas e legumes, por ocasionar maiores incidência de doenças de veiculação hídrica.

O rio Poti é um dos maiores afluentes do rio Parnaíba, possui sua cabeceira nos contrafortes orientais do Planalto da Ibiapaba no Estado do Ceará, a uma altitude aproximada de 600 m. Todo o seu curso possui direção definida pela estrutura geológica, encaixando-se em fraturas e falhas regionais (LIMA, 1982).

O escoamento do rio Poti passa a ter um caráter permanente no seu baixo curso, a partir da cidade de Prata do Piauí quando recebe seu maior tributário, o rio Berlengas, que oferece uma alimentação interna no fim do período chuvoso, entre janeiro e maio.

METODOLOGIA

A realização desta pesquisa ocorreu em diferentes fases. O levantamento de informações referentes ao crescimento urbano de Teresina foi realizado junto ao Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e à Prefeitura Municipal de Teresina através da Secretaria de Planejamento do Município.

Para o monitoramento da qualidade da água do rio Poti, foram definidos sete pontos de coleta (Quadro 1) distribuídos ao longo de 35 km, compreendendo parte das zonas rural e urbana de Teresina, levando-se em consideração a acessibilidade a estes pontos (Figura 2)

Quadro 1 – Pontos de amostragem no rio Poti

Ponto	Nome	Latitude	Longitude
P-0	Usina Santana	-5°10'12,55"	-42°40'59.44"
P-1	Curva São Paulo	-5° 6'44.88"	-42°43'52.97"
P-2	Ponte rodoviária	-5° 6'53.28"	-42°46'41.97"
P-3	Ponte Wall Ferraz	-5° 5'40.77"	-42°46'49.06"
P-4	Ponte Juscelino Kubitschek	-5° 4'57.23"	-42°47'41.23"
P-5	Ponte da Primavera	-5° 3'49.41"	-42°48'25.36"
P-6	Ponte M. G. Castelo Branco	-5° 2'0.94"	-42°49'44.02"

Fonte: pesquisa direta, 2013

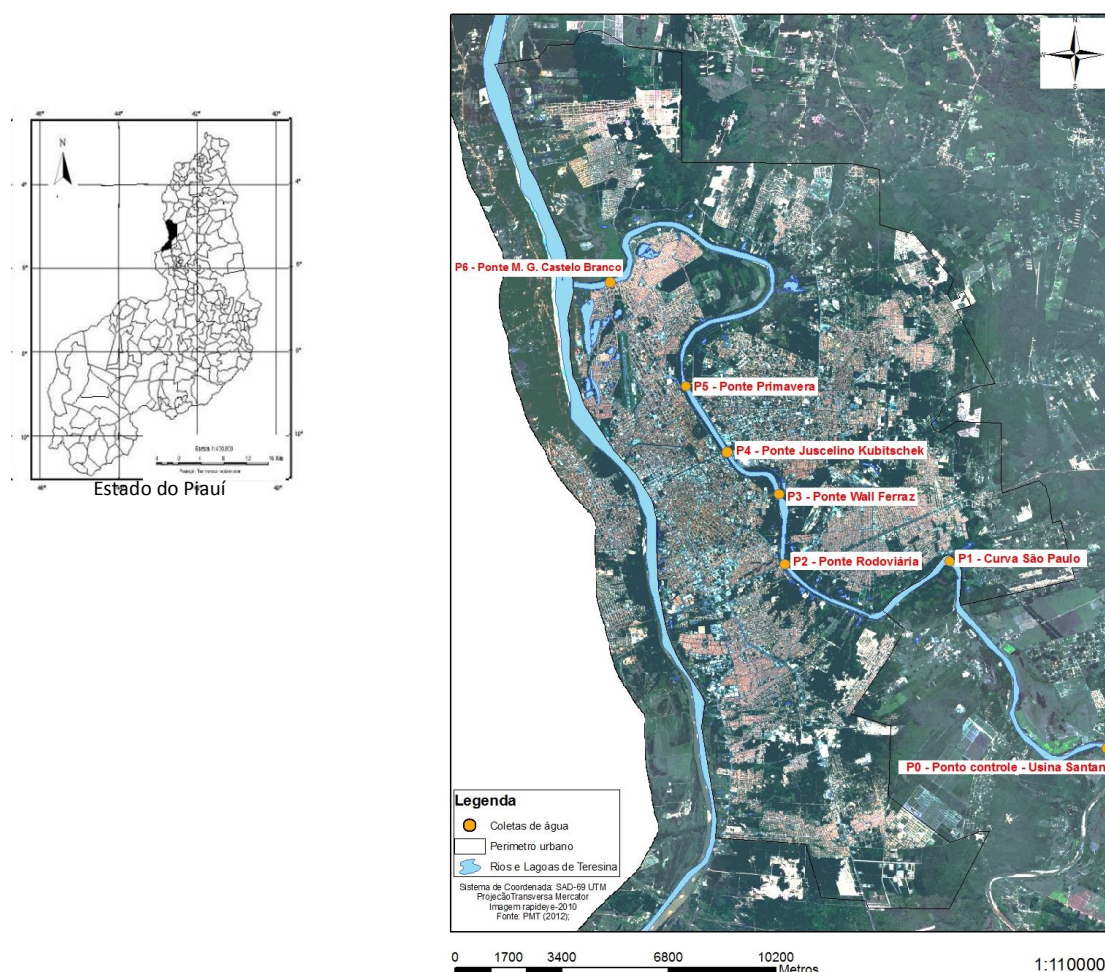


Figura 2- Imagem com a Localização dos pontos de coleta no rio Poti, Teresina –PI, Brasil. (Fonte: Google Earth, 2013).

Para determinar a qualidade da água do rio foi realizado através de coleta simples, a 25 cm da superfície, com periodicidade mensal, o monitoramento de dez parâmetros de qualidade que juntos compõem o Índice de Qualidade das Águas – IQA, sendo eles: pH; oxigênio dissolvido (OD) mg/L; condutividade ($\mu\text{S}/\text{cm}$); temperatura da água ($^{\circ}\text{C}$); nitrato (mg/L); fosfato (mg/L); coliformes termotolerantes (NMP/100mL); demanda bioquímica de oxigênio ($\text{DBO}_{5/20}$) mg/L; turbidez (NTU) e sólidos totais (mg/L). Todas as determinações analíticas foram realizadas de acordo com os procedimentos estabelecidos no Standard Methods (APHA, 2005).

Nesta pesquisa, optou-se pela utilização do IQA Produtório, por ser considerado uma ferramenta mais fidedigna para avaliação das águas naturais, utilizando-se da seguinte equação:

$$\text{IQA}_{\text{Produtório}} = \prod_{i=1}^{i=8} q_i^{w_i} \quad (1)$$

onde:

q_i : nota de qualidade do parâmetro

w_i : peso relativo do parâmetro de qualidade.

O Quadro 2 apresenta os pesos relativos dos parâmetros proposto ao IQA pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (2008) utilizados nesta pesquisa, que distribuiu o peso relativo referente à temperatura aos demais parâmetros. As notas de qualidade de cada parâmetro foram estabelecidas através das curvas de variação que relacionam seu respectivo valor a uma nota que varia de 0 a 100, obtidas com auxílio do *síto Water Quality Index*. A classificação da qualidade da água segundo os valores do IQA é apresentada no Quadro 3.

Quadro 2 – Parâmetros de qualidade e seus pesos relativos

Parâmetros	Pesos Relativos (w_i)
Oxigênio Dissolvido (mg/L)	0,19
Coliformes fecais (NMP/100 mL)	0,17
pH	0,13
$\text{DBO}_{5,20}$ (mg/L)	0,11
Fosfato Total (mg/L)	0,11
Nitrato (mg/L)	0,11
Turbidez (NTU)	0,09
Sólidos Totais (mg/L)	0,09
Fonte: CETESB (2008)	

Quadro 3 – Classificação do IQA

Os limites
padrões de
potabilidade dos
parâmetros
para medir o IQA
pesquisa (Quadro
foram

Faixas de IQA	Classificação da qualidade da água
0 – 25	Muito Ruim
26 – 50	Ruim
51 – 70	Regular
71 – 90	Bom
91 – 100	Excelente
Fonte: CETESB (2008)	

dos

usados
desta
4),

estabelecidos conforme a Resolução CONAMA nº 357 (Brasil, 2005) para classe 2.

Quadro 4 - Limites dos parâmetros de qualidade da água para classe 2

Parâmetros de Qualidade da água	Limites
pH	6 a 9
DBO 5 a 20°C (mg/L)	até 5
OD (mg/L)	Não inferior a 5
Sólidos Dissolvidos Totais (mg/L)	500
Coliformes Termotolerantes /100 ml	1000
Fosfato Total (mg/L)	0,025
Nitrato (mg/L)	10
Turbidez UNT	100
Fonte: BRASIL, 2005	

As campanhas de coleta foram realizadas no período compreendido entre abril de 2009 a abril de 2013. As amostras coletadas nos pontos descritos no Quadro 1 e Figura 2, foram armazenadas em sacos plásticos esterilizados de 100 ml e galões de 5 litros, transportadas em caixa isopor com gelo até o Laboratório de Saneamento do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Piauí em Teresina.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando que o rio Poti não foi submetido a um processo de enquadramento de classificação adotou-se os requisitos de qualidade para águas da classe 2 (BRASIL, 2005). A avaliação da qualidade da água realizada através da associação dos diversos parâmetros é apresentada pelos valores do IQA para cada ponto monitorado na Figura 3. Onde se verifica determinada tendência na diminuição da qualidade da água conforme o rio Poti adentra no núcleo urbano de Teresina, entre pontos P-2 e P-6 que estão associados à maior concentração urbana, em contraste com os pontos P-0 e P-1 localizados em área de menor concentração demográfica. Havendo, portanto tendência na redução da qualidade da água a jusante do rio conforme este vai se aproximando da foz.

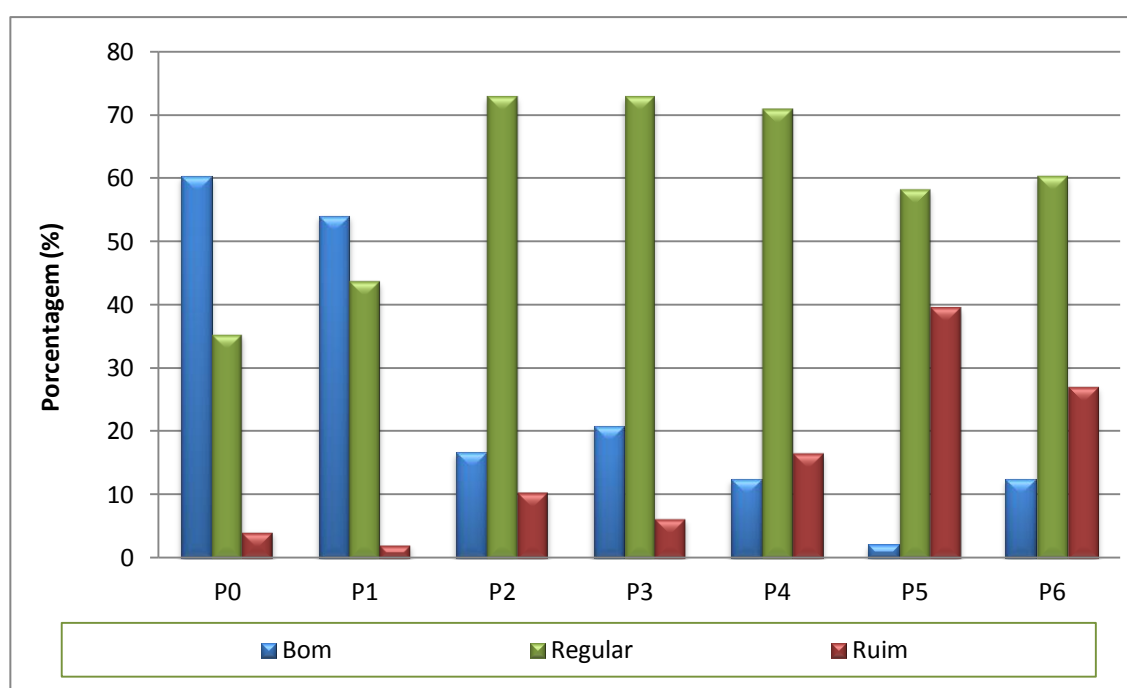


Figura 3- Classificação do IQA entre abril de 2009 a abril de 2013. (Fonte: Pesquisa direta, 2013).

Constata-se que os pontos com classificação Ruim do IQA estão concentrados na área mais urbanizada de Teresina, em decorrência do comportamento diferenciado na concentração de coliformes termotolerantes, comparado aos demais pontos localizados na área rural e semi-urbana como o P-0 e o P-1, classificados como Bom em 60% e 54% do monitoramento respectivamente. Em contraste os pontos P-5 e P-6 apresentaram 39% e 28% respectivamente frequência de classificação Ruim, devido o impacto do lançamento de esgoto sem tratamento a montante desses pontos. Verifica-se, portanto que a concentração das impurezas nos rios é variável e depende da forma como o solo é utilizado, das atividades desenvolvidas na área, dos fatores hidrológicos e das características do ambiente físico.

Constatou-se que os coliformes termotolerantes foi o parâmetro que mais influenciou nos baixos valores do IQA dos pontos localizados nas áreas mais densamente urbanizadas, associados ao ineficaz sistema de saneamento básico. Os mecanismos de poluição dos rios em áreas densamente urbanizadas alteram a qualidade da água e pode inviabilizar os usos preponderantes do rio pela população.

A presença de coliformes termotolerantes na água é um indicativo do lançamento de esgotos sanitários sem tratamento, apresentando um risco potencial à presença de organismos patogênicos com forte consequência à saúde pública.

O resultado do monitoramento do rio Poti em Teresina demonstrou resultados inaceitáveis para classe 2 (BRASIL, 2005) nos pontos P-2, P-5 e P6, devendo-se evitar o contato primário com a água nas proximidades destes pontos, em consequência dos altos valores para coliformes termotolerantes na maior frequência do tempo monitorado.

A utilização de rios como áreas de lazer é uma realidade em quase todos os estados brasileiros, principalmente os da região Nordeste, caracterizados por registrarem altas temperaturas durante o ano, o que torna atrativo o turismo voltado para o lazer que oferece contato direto com a água. No Piauí, as praias fluviais dos rios Parnaíba e Poti são muito exploradas pela população para lazer durante o período de estiagem, quando expõe extensas faixas de areia ao longo de seu curso.

Teresina encontra-se sobre baixas latitudes, o que lhe condiciona receber intensa radiação solar durante todo o ano, situação que associado à sazonalidade das chuvas, devido suas condições climáticas, ocasiona sensações térmicas muito elevadas, principalmente durante o período de estiagem. A condição da cidade está inserida no interflúvio dos vales de dois importantes rios federais, o Parnaíba e Poti favorece o uso desses rios para lazer pela população, como forma de se refugiar das altas temperaturas. No entanto, o crescimento da cidade associado ao deficiente sistema de esgotamento sanitário e a disposição final de lixo, tem ocasionado uma significativa diminuição da qualidade da água dos rios Parnaíba e Poti, podendo prejudicar o uso destes para lazer de contato primário.

A Resolução CONAMA nº 357(BRASIL, 2005), dispõe que a prática de atividades recreativas, sobretudo aquelas com contato primário, é permitido para os rios enquadrados nas classes 1 e 2, desde que sejam observadas as condições de qualidade.

O uso do rio Poti em Teresina como área de lazer de contato primário ocorre mais intensamente no Balneário Curva São Paulo, localizado na zona sudeste da capital, local que há décadas é utilizado como área de lazer pela população. Inicialmente o Balneário era frequentado somente em algumas épocas do ano e apresentava estruturas de barracas.

Atualmente, apresenta uma estrutura física permanente, implantada pelo poder público municipal, com o objetivo de consolidar o local como área de atração turística e de lazer da capital, porém o descaso com a manutenção do local tem deixado o espaço sem atrativos de uso pela população local.

Com base em pesquisa, afirma Moraes (2011) que a maioria dos usuários do balneário residem na região do grande Dirceu (62%) e aproximadamente 35% residem em bairros das demais regiões de Teresina. Aponta ainda que 91% dos visitantes não utilizam o rio para banho, por considerarem a água poluída (46%), não gostarem de banhar no rio (19%), acham o local perigoso para banho (19%), não saber nadar (3%) e outros motivos (13%), predominando um lazer contemplativo da paisagem, associado ao consumo de comidas e bebidas nas barracas, com notável a insatisfação dos visitantes quanto às condições de limpeza do ambiente.

O monitoramento da qualidade da água do Balneário Curva São Paulo, realizado entre julho de 2009 e outubro de 2010 por Moraes (2011), indicou condições satisfatórias de balneabilidade em, aproximadamente, 90% do período monitorado, além de condições excelentes de balneabilidade nos períodos de estiagem, devido à redução da turbidez e do menor volume de água do rio Poti. Sugerindo o autor, que durante o período chuvoso, o uso recreativo do local deva ser evitado.

As condições satisfatórias de balneabilidade é resultado do baixo nível de ocupação urbana à montante do balneário. No entanto, esta região encontra-se em processo de urbanização, o que poderá resultar na deterioração da qualidade da água do Poti, caso não sejam tomadas as providências necessárias em relação à implantação dos serviços de saneamento básico (MORAIS, 2011, p.78).

Nesta pesquisa, o Balneário Curva São Paulo está indicado como o ponto P-1 de monitoramento, localizado na área semi-urbana de Teresina, o qual apresentou classificação Boa e Regular durante o período monitorado (Figura 1) apresentando as variáveis de qualidade analisadas conformidade com o determinado para os mananciais enquadrados para classe 2 (BRASIL, 2005).

Para estimular o uso do rio como área de lazer, propõe Moraes (2011) o estabelecimento de um programa de monitoramento da balneabilidade durante todo o período de estiagem e adequada sinalização do local, indicando a condição do uso do rio pelo órgão competente do Estado ou Município.

Outra forma de lazer que o rio Poti oferece em Teresina, é através do Parque Ambiental Encontro dos Rios, criado através da Lei Municipal nº 2.265 de Dezembro de 1993, com objetivos de promover a preservação ambiental permanente da área, de promover o

turismo ecológico e de resgatar a cultura popular do Cabeça de Cuia, possibilitando a realização de atividades de educação, de recreação e contemplação da natureza.

Um novo ponto turístico em Teresina localizado na margem direita do rio Poti é a Ponte Estaiada Mestre João Isidoro França (Figura 4), que possui um mirante de 95 metros de altura, com capacidade para 100 pessoas, de onde é possível ter uma vista panorâmica da cidade e do leito do rio Poti.



Figura 4- Ponte Estaiada Mestre João Isidoro França. (Fonte: Oliveira, 2011).

Na margem direita do rio Poti, estão localizados os dois principais shoppings Center de Teresina, edificadas em áreas antes destinadas para o controle do escoamento, filtragem e absorção natural das águas que escoavam para o rio, aliviando o problema das cheias nas áreas ribeirinhas. Todavia, o aterramento das lagoas nesta área sem uma fiscalização eficiente das ligações de esgotos clandestinos para o rio Poti, vieram a tornar suas águas impróprias para o lazer de contato primário nestes locais, sendo constante a necessidade da retirada de aguapés deste rio em decorrência do nível de poluição das águas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento urbano desordenado de Teresina nas últimas décadas tem gerado diversos problemas ambientais como: o lançamento de efluentes domésticos de forma indevida nos mananciais, a ocupação de áreas ribeirinha por loteamentos irregulares, a diminuição de áreas verdes, a extração mineral predatória, aumento de pavimentação impermeável do solo, dentre outros, que exigem uma gestão mais rigorosa dos recursos naturais, sobretudo dos mananciais, tendo em vista que a capital piauiense é favorecida por

dois importantes rios federais e por um rico lençol freático, os quais se tornam ameaçados, por não existir um monitoramento de qualidade da água que auxilie nas intervenções do poder público e da população na conservação desses mananciais.

O monitoramento da qualidade da água do rio Poti em Teresina demonstrou existir determinado grau de poluição e contaminação nos pontos localizados no núcleo urbano da cidade, devido principalmente ao constante lançamento de efluentes domésticos sem tratamento e ao ineficaz sistema de esgotamento sanitário da cidade.

A não conformidade da qualidade da água do rio Poti frente aos requisitos de qualidade para classe 2 (BRASIL, 2005) está correlacionada a existência de coliformes termotolerantes acima do determinado, principalmente nos pontos P-2, P-5 e P-6. Tornando-se necessário para Teresina uma maior cobertura do sistema de tratamento de esgoto, assim como eliminar as ligações clandestinas de esgoto, como forma de evitar conseqüências indevidas à saúde dos seus mananciais e da população local, frente ao crescimento desordenado da sua área urbana.

Para o lazer, o monitoramento demonstrou adequado o uso do rio Poti de contato primário nas áreas menos urbanizadas, como no Balneário Curva São Paulo, contudo no núcleo urbano deve-se evitar o contato direto com a água devido altas concentrações de coliforme fecais na água em decorrência do constante lançamento de esgoto doméstico sem tratamento que possibilita a transmissão de doenças.

Como a grande pressão antrópica e o crescimento da demanda por serviços básicos de saneamento têm comprometido o uso dos mananciais em Teresina, utilizados para a diluição das cargas poluidoras. Torna-se necessário um manejo sustentável do solo e da água na cidade, assim como efetivar um programa de monitoramento e fiscalização ambiental para assegurar o controle sistemático da qualidade dos recursos hídricos e da qualidade de vida da população, de modo que sejam adotadas medidas de controle e preservação dos recursos hídricos frente às demandas previstas na legislação.

REFERÊNCIAS

BHATTI, M. T.; LATIF, M. Assessment of water quality of a river using an indexing approach during the low-flow season. **Irrigation and Drainage**. nº 60, p. 103-114, 2011.

BIN LIU e ROBERT SPEED. Water Resources Management in the People's Republic of China. **Water Resources Development**. vol. 25, nº 2, p.193–208, Jun 2009.

BRAGA, B.; PORTO, M.; TUCCI, C. E. M. Monitoramento de quantidade e qualidade das águas. . In: REBOLÇAS, A. C. et al. (Org.). **Águas doces no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Escrituras, 2006. p. 145-160.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 357 de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos d'água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 de mar. de 2005.

COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL (CETESB). Qualidade das águas interiores no Estado de São Paulo. Apêndice a: significado ambiental e sanitário das variáveis de qualidade das águas e dos sedimentos e metodologias analíticas e de amostragem. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.cetesb.sp.gov.br/Agua/rios/publicacoes.asp>>. acesso em junho de 2011.

DAMASCENO, L. M. O. **Avaliação e monitoramento da qualidade da água do rio Poti na região de Teresina, PI**. 2005, 133f. Monografia do curso de graduação em Tecnólogo em Meio Ambiente. Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí. Teresina, 2005.

GUOLIANG WEI. *et al.* Impact of Dam Construction on Water Quality and Water Self-Purification Capacity of the Lancang River, China. **Water Resour Manage**. vol.23, nº 9, p.1763-1780, July, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **Censo 2010**: Piauí. 2013. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php> acesso em julho de 2012.

LIMA, I. M. M. F. **Caracterização Geomorfológica da Bacia Hidrográfica do Poti**. 1982, Tese de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1982.

MAANE-MESSAI, S *et al.* Spatial and Temporal Variability of Water Quality of an Urbanized River in Algeria: The Case of Soummam Wadi. **Water Environment Research**, vol. 82, nº 8, p.742-7499, aug. 2010

MAITRE, D. C. L.; COLVIN, C. A. Assessment of the contribution of groundwater discharges to rivers using monthly flow statistics and flow seasonality. **Água SA (Online)** vol.34, nº5, Pretória, outubro 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org.za/scielo.php?pid=S1816-79502008000500004escript=sci_arttext>. Acesso em agosto de 2011.

MAROTTA, H; SANTOS, R. O. dos; ENRICH-PRAST, A. Monitoramento limnológico: um instrumento para a conservação dos recursos hídricos no planejamento e na gestão urbano-ambientais. **Rev. Ambiente e sociedade**. vol.11 nº1, p.67-79, Jan./Jun, 2008.

MONTEIRO, C. A. B. **Caracterização do esgoto sanitário de Teresina: eficiência, restrições e aspectos condicionantes**. 2004, 233f. Dissertação do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004.

MORAIS, R. C. de S. **Diagnóstico Socioambiental do Balneário Curva São Paulo-Teresina-Pi.** 2011, 88f. Dissertação do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

MOTA, S. **Gestão ambiental de recursos hídricos.** 3 ed. Rio de Janeiro: ABES, 2008.

_____. **Urbanização e meio ambiente.** 4 ed. Atual. Ver. Rio de Janeiro; Fortaleza. ABES, 2011.

PORTO, M.F.A e PORTO, R. L. L. Gestão de bacias hidrográficas. **Estudos avançados.** vol. 22. n.63,p. 43-60. 2008

REBOUÇAS, A. da C. Água doce no mundo e no Brasil. In. REBOUÇAS, A. da C. *et al* (org.). **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação.** 3 ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2006. p. 1-35

SATÉLITE LANDSAT 5. Geoprocessamento de imagens de Satélite Landsat 5 do sítio urbano de Teresina em 1985 e 2010. Teresina, 2011.

SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Piauí. **Relatório síntese.** Piauí. 2010.

SMITH, V. H.; TILMAN, G. D.; NEKOLA, J. C. Eutrophication: impacts of excess nutrient inputs on freshwater, marine, and terrestrial ecosystems. **Environmental Pollution**, Massachusetts, EUA, v. 100, n. 2, p. 179-196, jul. 1999.

SPERLING, M. V. **Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos.** 2 ed. Belo Horizonte: UFMG, 1996, 243p.

TAVARES, A.R. **Monitoramento da qualidade das águas do rio Paraíba do Sul e diagnóstico de conservação.** 2005. 176p, Dissertação de Mestrado, Instituto Tecnológico de Aeronáutica-ITA, São José dos Campos, São Paulo. 2005.

TUCCI. C. E. M. Águas urbanas: interfaces no gerenciamento. In: PHILIPPI Jr., A. **Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável.** Barueri- SP: Manole, p. 375-411, 2005.

_____. Água no meio urbano. In: REBOUÇAS, A. da C., et al (org.). **Águas doces no Brasil.** 3 ed. São Paulo: Escrituras, 2006. P.399-432.

_____. **Águas urbanas. Estudos avançados.** vol.22, nº63, p. 97-112, 2008.

VEGA, Marisol et al. Assessment of seasonal and polluting effects on the quality of river water by exploratory data analysis. **Water Research.** vol. 32, nº 12, , p. 3581-3592. 1998.

PERCEPÇÃO DA CIDADE: O OLHAR DE PROFESSORES E ALUNOS DE GEOGRAFIA

Tailson Francisco Soares da **SILVA**

Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí-UESPI

Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Piauí- UFPI.

E-mail: tailson.geografia@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/8670972070558240>

Francisco Gomes **RIBEIRO FILHO**

Mestre em Geografia. Professor do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual do Piauí-UESPI e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

E-mail: gomesgeografo@ig.com.br

<http://lattes.cnpq.br/9959216263401526>

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar como professores e alunos de duas turmas do 9º ano do ensino fundamental, sob a mediação do ensino de Geografia, percebem a cidade à medida que se servem das abordagens realizadas nessa disciplina. As turmas que representaram a amostra para o desenvolvimento dessa análise pertencem à Escola Municipal Professor Antilhon Ribeiro Soares, em Teresina-PI. A leitura e a reflexão a respeito de obras relacionadas ao tema em questão tomaram como referências, entre outros, teóricos como Carlos (1997), Cavalcanti (2001), Claval (2001), Merleau-Ponty (1999), Oliveira (1977), Santos (1994), e Tuan (1980). A etnografia e a fenomenologia representam os métodos de investigação científica que fundamentam o presente trabalho. A pesquisa foi realizada em quatro etapas, de tal sorte que se pudesse buscar a essência das relações entre a teoria e a prática. Através dessa investigação foi possível constatar que os professores mostram certa deficiência de domínio em relação à temática “percepção da cidade”, necessitando-se, assim, de um estudo mais aprofundado. Analisando as representações e as impressões dos alunos, percebeu-se também que os mesmos não compreendem a cidade além do que os seus olhos conseguem identificar, pois perceber é sentir, é vivenciar, é experimentar. Por fim, chegamos à conclusão, por meio deste estudo, de que o professor pode influenciar favoravelmente no comportamento perceptivo do aluno, quando ele se preocupa em utilizar uma linguagem acessível ao estudante, próxima da sua linguagem habitual do cotidiano.

Palavras-chave: Ensino de Geografia. Observação. Percepção da cidade.

PERCEPTION OF THE CITY: THE LOOK OF TEACHERS AND STUDENTS OF GEOGRAPHY

Abstract: This research is a study on the perception of the city. Its overall goal is analyze how teachers and students from two classes of 9th grade level of middle school, under the mediation of Geography teaching, perceive the city as they serve the approaches taken in this discipline. The classes representing the sample to the development of this analysis belong to the Municipal School Teacher

Antilhon Ribeiro Soares in Teresina-PI. Reading and reflection on works related to the subject matter took as references, among others, theorists such as Carlos (2005), Cavalcanti (2001), Claval (1999), Merleau-Ponty (1999), Oliveira (1977), Santos (1988), and Tuan (1980). Ethnography and phenomenology represent the methods of scientific research underlying the present work. The survey was conducted in four steps, in such a way that you could get the gist of the relationship between theory and practice. Through this research it was established that teachers show some deficiency in relation to the thematic area “perception of the city”, thus necessitating, for further study. Analyzing the representations and the impressions of the students, it was noticed that they also do not understand the city beyond what their eyes can identify because realize is to feel, is to live, is to experience. Finally, we come to the conclusion, through this study, that the teacher can favorably influence the perceptual behavior of the student, when he bothers to use a language accessible to students, close to its usual language of everyday life.

Keywords: Geography teaching. Observation. Perception of the city.

PERCEPCIÓN DE LA CIUDAD: LA MIRADA DE LOS MAESTROS Y ESTUDIANTES DE GEOGRAFÍA

Resumen: Este trabajo tiene por objetivo analizar cómo los profesores y los alumnos de dos clases del 9º año de la enseñanza primaria, bajo la mediación de la enseñanza de la Geografía, notan la ciudad a proporción que si sirven de las abordajes realizadas en esa asignatura. Las clases que representaran a amuestra para el desarrollo de este estudio pertenecen a la Escuela Municipal Maestro Antilhon Ribeiro Soares, en Teresina- PI. La lectura y la reflexión a respecto de obras relacionadas con el tema en cuestión se ha tomado como referencias, entre otros, teóricos como Carlos (2005), Cavalcanti (2001), Claval (1999), Merleau-Ponty (1999), Oliveira (1977), Santos (1998), y Tuan (1980). La etnografía y la fenomenología representan los métodos de la investigación científica que sustenta el presente trabajo. La pesquisa fue llevada a cabo en cuatro etapas, de tal suerte que si pudiera buscar la esencia de las relaciones entre la teoría y la práctica. A través de esa investigación fue posible constatar que los profesores exhiben cierta deficiencia de dominio en relación con la temática “percepción de la ciudad”, necesitando-se así, de un estudio más profundizado. Analizando las representaciones y las impresiones de los alumnos se observó también que los mismos no comprenden la ciudad allá del que los suyos ojos consiguen identificar, pues percibir es sentir, es vivenciar, es experimentar. Por fin, llegamos a la conclusión, por medio de este estudio, de que el profesor puede influenciar favorablemente en el comportamiento perceptivo del alumno, cuando ello se preocupa en utilizar una lenguaje accesible al estudiante, próximo de suya lenguaje habitual del cotidiano.

Palabras-chave: Enseño de Geografía. Observación. Percepción de la ciudad.

INTRODUZINDO O TEMA EM QUESTÃO

O presente trabalho advém de observações e análises desenvolvidas durante a nossa vida acadêmica, envolvendo situações vinculadas ao processo teórico e prático de estudos científicos, bem como de aulas por nós ministradas no ensino fundamental, relacionadas a certas dificuldades, no que tange à temática percepção da cidade no ensino de Geografia, manifestadas por professores e alunos, na prática escolar, principalmente quando esse ensino exige reflexão acerca dos acontecimentos cotidianos representativos do lugar e do mundo.

A produção do conhecimento não se circunscreve apenas à sala de aula, no instante em que também abarca outros modelos, situações ou contextos de aprendizagem. A análise

espacial contribui para a informação emitida pela cidade. Seus significados estão carregados de interesses, às vezes não somente para a sociedade local, havendo controvérsias no volume de informações produzidas na e pela cidade. Além disso, a percepção, por suas características próprias, promove um instante de análise sigmática, ressaltando formas, cores, odores, e contrastes prolongados.

Versar sobre essa temática, percepção da cidade como objeto de pesquisa, leva-nos a uma reflexão acerca da importância desse fenômeno no processo de ensino e aprendizagem de uma instituição escolar, sobretudo porque esse tipo de abordagem vem se fazendo cada vez mais presente nas grandes discussões do campo científico, seja na área da Geografia, da Educação, da Psicologia, entre outras ciências relacionadas.

Para Tuan (1980, p. 4), “[...] Percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados [...]”. Por tudo isso, tratar da temática “cidade” em sala de aula, no que se refere à percepção, é abordar um tema que, além de acreditarmos ser relevante dentro de qualquer proposta pedagógica, em especial de ensino de Geografia, está profundamente associado à realidade cotidiana dos alunos, seja como espaço vivido, seja por abarcar um espaço de relações, fazendo com que, em qualquer caso, o espaço urbano venha a ser uma referência que sirva de fundamento para formar a opinião do aluno, bem como situá-lo no mundo.

Nessas condições, entendemos ser coerente produzir essa investigação científica sobre a percepção da cidade manifestada por alunos e professores de duas turmas do 9º ano do ensino fundamental no ensino de Geografia, na Escola Municipal Professor Antilhon Ribeiro Soares – EMPARS, em Teresina–PI, de tal sorte que seja possível contribuir para a realização de uma educação que habilite o aluno a aumentar o seu grau de consciência e poder de interferência sobre a sua realidade. Segundo Lynch (1980, p. 2), “a cidade existe mais do que a vista alcança, mais do que o ouvido pode ouvir”. Nesse sentido, a cidade é um objeto da percepção de seus habitantes.

É muito importante que o processo de ensino e aprendizagem de Geografia seja focado em objetivos que enfatizem a relação entre o conhecimento e a realidade do mundo em que vivemos, levando sempre em consideração a busca de uma aprendizagem significativa de conteúdos relevantes para o aluno.

A PERCEPÇÃO, A CIDADE E A PERCEPÇÃO DA CIDADE NO ENSINO DE GEOGRAFIA

A Geografia da Percepção e do Comportamento tem início no século XX, e assume maior dimensão a partir do início da década de 1970, quando é instalada uma crise na Geografia Tradicional, refletindo com isso a necessidade de buscar novos rumos, novas propostas e maior liberdade de reflexão e criação (MORAES, 1990).

Assim, a Geografia da Percepção procura compreender a organização do espaço, considerando-se a subjetividade humana, adquirindo a ideia de “espaço vivenciado”, em que o homem busca consciência em relação ao meio e à compreensão das reações humanas frente às condições da natureza, apresentando, ainda, a possibilidade de haver diferentes espaços, pessoais e grupais, vivenciados por meio de construções materiais e simbólicas.

Já as contribuições dos estudos de percepção no Brasil, para o ensino da Geografia, são muito marcadas pelas ideias do geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan (principalmente as referentes à percepção ambiental), tendo como disseminadora dessas ideias, no Brasil, a geógrafa Livia de Oliveira. Em um de seus estudos, tendo como base a obra de Jean Piaget, ela discute e enfatiza o mapa como instrumento de representação do espaço geográfico, e afirma que a construção do espaço é solidária com as outras construções cognitivas, portanto, dificuldades em representar refletem dificuldades de percepção.

Acredita-se que cada pessoa percebe, reage e responde de maneira diferente em relação às suas ações sobre o meio. Nesses termos, as respostas ou manifestações são resultados das percepções, dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada indivíduo.

É nesse sentido que propõe-se como situação-problema nesta pesquisa o estudo da percepção da cidade, buscando interpretar como os alunos percebem a cidade vivida, considerando-se que o homem estabelece suas interações com o mundo, em sua dimensão mais ampla, a partir das que ele tem em relação ao meio onde vive. “Perceber não é senão traduzir um objeto de percepção em um julgamento de percepção, ou melhor, é interpor uma camada interpretativa entre a consciência e o que é percebido” (SANTAELLA, 1983, p. 51).

Todo ser humano tem uma relação própria com a cidade que o cerca, e cada um a percebe de maneira diferente, de forma singular. Para Cavalcanti (2001, p. 20), “A tensão entre o global e o local é que vai definindo a configuração das diferentes culturas.” Oliveira (1977, p. 62) considera que “quando se preocupa com a percepção espacial é preciso não confundir ver com perceber”. Tais diferenças estão ligadas com a percepção que cada um

construiu em relação ao meio, que envolve ainda a percepção em relação à sociedade, ao trabalho, à natureza e aos próprios homens, fazendo com que o espaço de experiência apresente diferentes significados e provoque diferentes reflexões. Santos (1994, p. 28) enfatiza, considerando-se os fundamentos epistemológicos da Geografia, que

[...] O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho [...].

Através desta conceituação, percebe-se a importância que Santos atribui à natureza e à sociedade na constituição espacial. Assim, deve-se pensar que não existe espaço sem tempo nem tempo sem espaço. O espaço geográfico atual é o espaço onde a vida humana tem um papel fundamental e onde os seres humanos se relacionam, por isso, torna-se necessário percebê-lo e interpretá-lo, com a finalidade de melhor compreender as relações que nele se desenvolvem, bem como os processos de percepção individual de cada ser humano. Nesse sentido,

O professor, com esses elementos para debates, poderá inserir o aluno na discussão espacial, levando em conta a importância que tem o conhecimento local do espaço para o entendimento deste com o todo. E valorizando as experiências de vida do cidadão-aluno com o espaço (TEIXEIRA; NOGUEIRA, 1999, p. 15).

Como aponta Pontuschka (2007), nossa educação escolar é fragmentada em gavetas do conhecimento, porém, cabe ao professor vincular a todo instante a sua disciplina e os conteúdos pré-estabelecidos com a realidade vivida e percebida pelos alunos. Pensando assim,

É fundamental ver o aluno como um ser social e político, sujeito do seu próprio desenvolvimento. O professor não precisa mudar suas técnicas, seus métodos de trabalho; precisa, isto sim, ver o aluno como alguém capaz de estabelecer uma relação cognitiva e afetiva com o meio circundante, mantendo uma ação interativa capaz de uma transformação libertadora, que propicie uma vivência com a realidade pessoal e social que o envolve (SANTANNA, 1995, p. 26-27).

É interessante que um número maior de docentes (de maneira coletiva) possa construir um conjunto de iniciativas, de embasamento teórico e prático que lhes ofereça, especialmente aos professores de Geografia, ferramentas que lhes possibilitem transformações sociais no ensino e na aprendizagem.

Oliveira (1977, p. 62) considera que “quando se preocupa com a percepção espacial é preciso não confundir ver com perceber”. Como também afirma Claval (2001, p. 53), “É necessário conhecer a lógica profunda das ideias, das ideologias ou das religiões para

perceber como elas modelam as experiências que as pessoas têm do mundo e como influem sobre sua ação”.

A lida com um ensino e uma aprendizagem que se fundamentem no respeito à ideia de “cultura viva”, tornando esse trabalho significativo, deve não apenas primar por preocupações com conteúdos específicos da Geografia, mas com posturas e comportamentos que ajudem a superar as limitações da observação e da mensuração. Precisam-se desconstruir alguns modelos tradicionais e propor uma nova configuração, mais dinâmica tanto no tocante ao espaço como com respeito àquilo que se refere ao tempo. Pois “tudo aquilo que sei do mundo, mesmo por ciência, eu o sei a partir de uma visão minha ou de uma experiência do mundo, sem a qual os símbolos da ciência não poderiam dizer nada” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 3).

Dessa forma, cabe ao professor a difícil missão de guiar o aluno por esse mundo de sensações. Então, pelo que se pode perceber, a compreensão da temática “percepção da cidade” é de suma importância para desenvolver, nos estudantes, experiências educativas capazes de ensinar a ler, interpretar, ver, ouvir, sentir a cidade em que existimos. Sobretudo percebê-la como um processo em constituição, portanto, em movimento.

O professor pode influenciar nesse comportamento utilizando uma linguagem acessível ao estudante, próxima da sua linguagem habitual. Nesse contexto, muitas perspectivas de análise têm sido propostas para compreender as intensas transformações do espaço geográfico, bem como para orientar o trabalho de educação geográfica na escola, o que é tão necessário à formação para a cidadania crítica.

METODOLOGIA DA PESQUISA

As leituras etnográfica e fenomenológica representam os métodos de investigação científica norteadores da presente investigação, sob a justificativa de que esta pesquisa buscou levantar o maior número de dados possíveis, principalmente por meio de observações e descrições específicas, do universo pesquisado. De acordo com Eisman et al. (1997, p. 258), o método etnográfico,

“é um modo de investigar naturalista, baseado na investigação, descritivo, contextual, aberto e profundo. O objetivo da etnografia é combinar o ponto de vista do observador interno com externo e descrever e interpretar a cultura”.

Para André (1995, p. 41), “por meio de técnicas etnográficas de observação participante e de entrevistas intensivas é possível documentar o não-documentado, isto é,

desvelar os encontros e desencontros que permeiam o dia a dia da prática escolar [...].” De acordo com Wilcox (1993, p. 95), o processo de investigação implica:

[...] aceder, manter e desenvolver uma relação com as pessoas geradoras de dados. Essa atividade exige certas habilidades e recursos; empregar uma variedade de técnicas para coletar o maior número de dados e/ou informações, aspecto que redundará na validade e confiabilidade do estudo; permanecer no campo o tempo suficiente para assegurar uma interpretação correta dos fatos observados e discriminar o que é regular e/ou irregular; utilizar teorias e conhecimentos para guiar e informar as próprias observações do que viu ou ouviu, redefinir o tema e depurar o processo do estudo.

Considera-se também de grande valia, para as análises aqui desenvolvidas, as contribuições da fenomenologia. A fenomenologia é o campo de análise da essência dos fenômenos, tanto materiais (naturais), quanto imateriais (culturais, ideais). Dessa forma, a Geografia da Percepção, baseando-se na fenomenologia e na semiótica, estuda a organização do espaço através da ótica da percepção, da vivência do cotidiano, da significação dos símbolos. A fenomenologia, segundo Bochenski (1968, p. 38), “foi um movimento filosófico que permitiu a ruptura com o século XIX e a construção da filosofia contemporânea”.

A leitura e a reflexão a respeito de obras relacionadas ao tema em questão tomaram como referências, entre outros, teóricos como Carlos (1997), Cavalcanti (2001), Claval (2001), Merleau-Ponty (1999), Oliveira (1977), Santos (1994), e Tuan (1980).

Quanto à coleta de dados em campo, considerando-se que a observação é a técnica chave dessa metodologia, a pesquisa foi realizada em quatro etapas, de tal modo que se pudesse buscar a essência das relações entre a teoria e a prática. Em um primeiro momento procurou-se conviver com os docentes e discentes relacionados ao ensino de Geografia da escola em questão, utilizando-se para isso um diário de bordo, visando às possíveis observações e percepções apreendidas durante o desdobramento das ações de pesquisa em sala de aula norteadas pelos métodos já identificados, com a finalidade de melhor conhecer o estilo de vida ou a cultura específica do universo pesquisado.

Em um segundo momento, realizamos uma sondagem acerca dos conhecimentos prévios da turma em relação ao tema objeto deste estudo. Para isso, além da atividade escrita, utilizou-se um quadro de observação, visando identificar o significado e a importância do tema na vida dos alunos e dos professores.

A terceira fase foi representada pela elaboração de uma variedade de técnicas vinculadas às ações e posturas de observações, descrições, entrevistas, formulários, questionários etc., tudo isso com o fito de coletar um maior número de dados ou informações

acerca do tema pesquisado, o que nos possibilitou uma maior aproximação em relação ao objeto de estudo, assim como uma maior confiabilidade nos resultados da pesquisa.

Na quarta e última etapa, foram realizadas atividades que possibilitassem aos alunos descrever e representar as formas como eles percebem a cidade. De posse dos dados coletados em campo, fez-se as devidas análises relacionadas à identificação da cultura de percepção da cidade por parte daqueles que compõem o referido ambiente de ensino.

Por fim, buscou-se fazer algumas considerações almejando estabelecer relações entre as discussões teóricas e os dados da pesquisa. Deixamos bem claro também a nossa percepção quanto à contribuição que as pesquisas nesta área podem trazer para o ensino de geografia e para a melhor qualidade de vida de todos, tendo como base a realidade de cada sujeito.

OBSERVANDO, DESCREVENDO E CONHECENDO O ESPAÇO PESQUISADO

Como já mencionado, a pesquisa foi realizada na EMPARS, localizada na Zona Sul da cidade de Teresina-PI, nas turmas dos 9º ano “A” e “B” do ensino fundamental, nos turnos da manhã e da tarde, correspondendo, portanto, a um total de duas turmas, cada uma delas com uma média de trinta (30) alunos. Visando fortalecer a relação entre teoria e prática, a partir do princípio metodológico de que o desenvolvimento de competências profissionais implica em utilizar conhecimentos adquiridos, quer na vida acadêmica quer na vida pessoal, o presente trabalho constitui-se em um importante instrumento de busca acerca do conhecimento relacionado ao processo de integração do aluno na realidade social em que está inserido.

Em relação à estrutura física da escola, a mesma conta com 21 dependências, assim distribuídas: 12 (doze) salas de aula funcionando nos dois turnos (manhã e tarde), atendendo a 320 alunos, aproximadamente. A escola possui 01 Diretoria, 01 Secretaria, 01 Cantina, 01 Depósito (almoxarifado), 01 Biblioteca, 01 Sala de Professores (sem banheiro), 01 Laboratório de Ciências Naturais (espaço físico que, durante nossas observações, encontrava-se inapropriado para a prática escolar), 02 banheiros para alunos (masculino/feminino). Possui também uma quadra de esportes para a prática de Educação Física, além de áreas com espaços para lazer, recreação e distribuição da merenda (Fotografias 1 e 2).

Fotografia 1 – Foto da quadra de esportes



Fotografia 2 – Praça em frente à escola.



Fonte: Pesquisa direta, Maio/2013

De forma geral, a escola possui a infraestrutura mínima necessária para seu funcionamento. Ela ocupa apenas uma pequena parte do quarteirão onde se localiza, no Bairro Lourival Parente, conforme pode ser evidenciado por meio das (Fotografias 3 e 4).

Fotografia 3 – Quarteirão em que está localizada a escola.



Fotografia 4 – Parte frontal da escola



Fonte: Pesquisa direta, Maio/2013

A escola em questão foi fundada no ano de 1980, criada por reivindicação da comunidade local. Ela possui o nome de um professor de renome da época, Antilhon Ribeiro Soares. Em suas áreas circunvizinhas há uma igreja, uma padaria, uma quadra de esportes, algumas casas comerciais variadas, alguns bares, algumas churrascarias, algumas lanchonetes, uma farmácia, e muitas residências.

A maioria dos alunos matriculados é oriunda do próprio bairro e os demais são de comunidades bastante afastadas do local onde se encontra a escola. A situação da renda média das famílias dos alunos dessa escola caracteriza-se como de baixa à média renda. Muitos são filhos de trabalhadores do comércio, autônomos, subempregados e até desempregados. O quadro de funcionários está composto por 39 pessoas, distribuídas em diversas funções. Todos os professores são detentores de curso superior e alguns já são especialistas em suas respectivas áreas.

Posteriormente, atendendo ao desenvolvimento das etapas da nossa pesquisa, e com o propósito de investigar a percepção dos professores em relação à cidade, como eles interagem com esse conteúdo e como possibilitam discussões mais aprofundadas e específicas acerca dessa temática, fizemos alguns questionamentos.

Entre as questões aplicadas, algumas delas requisitaram análises mais apuradas à luz da teoria, dos objetivos e da problemática intrínsecos ao contexto desta pesquisa. Participaram diretamente da pesquisa um professor e uma professora das turmas do 9º ano A e B, turnos manhã e tarde, em dias e horários diferentes. Esses professores lecionam há vários anos.

É necessário considerarmos, antecipadamente, que não se fez qualquer modificação ou alteração do aspecto gramatical dos eventuais problemas contidos no uso da norma culta (acentuação, regência, concordância...) por parte dos professores. As respostas dos professores estarão entre aspas. Procuramos saber quais os aspectos da percepção pessoal dos professores, em relação a sua cidade, que eles utilizam em sala de aula. Para isso, fez-se o seguinte questionamento: Quais os aspectos da sua percepção pessoal acerca da sua cidade que você utiliza como elemento favorecedor do ensino e da aprendizagem em Geografia?

Professor A

“A história da mesma, os aspectos naturais como o clima, o solo, a vegetação, a hidrografia entre outros. Aspectos econômicos e políticos, além das características culturais”.

Professor B

“Socioeconômica, cultural, político, ambiental, físico e humano”.

Nessa ótica, o olhar perceptivo da cidade, por parte dos professores, é fundamental para o processo de ensino e aprendizagem, pois torna-se necessário incorporar, portanto, a realidade local, no caso a cidade, fornecendo elementos importantes para obter um enriquecimento didático-pedagógico que permita ao estudante analisar a própria realidade, superando o senso comum e reconhecendo a história do meio em que vive como sua própria história.

Nessas condições, o pensamento evidenciado pelos professores nos faz encontrar fundamentos nos estudos de Tuan (1980), que afirma que o ser humano percebe o mundo a partir de si mesmo, ou seja, têm o egocentrismo arraigado inconscientemente.

Questionou-se aos professores também o seguinte: metodologicamente, nas abordagens do tema “cidade”, você considera a percepção própria dos seus alunos acerca da cidade onde eles vivem? Caso afirmativo, descreva a metodologia empregada.

Professor A

“Sim. Através dos seus próprios conhecimentos prévios, elaboramos os conceitos e as características do tema estudado”.

Professor B

“Sim, por meio dos conhecimentos prévios dos alunos e da descrição de lugares e paisagens próprias do seu cotidiano e das suas vivências”.

Pode-se observar que os professores responderam à pergunta de forma afirmativa, ou seja, eles levam em consideração os conhecimentos prévios dos alunos. Essa análise, de como o educando compreende o seu espaço de vivência, pressupõe uma metodologia que possa, de forma mais efetiva, dar conta de vários fatores que se interpõem no espaço geográfico (sociais, econômicos e políticos) e, principalmente, na forma como se manifesta o conhecimento subjetivo do aluno, uma vez que a percepção dele está sujeita às marcas do aprendizado cultural e do imaginário pessoal e coletivo.

Dessa forma, uma proposta de Geografia que analisa o espaço de vivência do educando contribui de forma mais eficaz para o ensino desta ciência. Como afirma Claval (2001, p. 53), “É necessário conhecer a lógica profunda das idéias, das ideologias ou das religiões para perceber como elas modelam as experiências que as pessoas têm do mundo e como influem sobre sua ação”. Na mesma linha de raciocínio afirma Francischett (2002, p.

36), “para tornar o estudante sujeito da história é preciso possibilitar oportunidades de interação entre o saber formal e o saber vivenciado por ele no cotidiano”.

Esse cenário fortalece ainda mais em nós o sentimento de, também por esses motivos, incorporar, cada vez mais, no ensino de Geografia, a realidade local, no caso a cidade e seus contrassensos, fornecendo elementos importantes para obter um enriquecimento didático-pedagógico que possa permitir ao estudante oportunidades de pensar e estudar a sua própria realidade.

PERCEPÇÃO DA CIDADE: O PONTO DE VISTA DOS ALUNOS DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Ao realizar o estágio de regência de sala de aula, no 9º ano do ensino fundamental na EMPARS, em Teresina-PI, ao longo do ano de 2012, percebeu-se a dificuldade dos alunos em compreender a dinâmica própria da cidade. Instigados pela dúvida de como utilizar a percepção dos alunos em aulas de Geografia, no que se refere à temática “cidade”, de modo que se pudesse ajudar a desenvolver a postura crítica a respeito do meio onde eles vivem, partiu-se para a pesquisa com o intuito de nos aproximarmos das soluções para o problema motivador desta investigação. Os discentes são a base da construção do conhecimento na escola, e é por meio deles que o processo educativo existe.

Com relação aos dados primários, correspondentes aos alunos, montou-se um questionário dividido entre questões objetivas e subjetivas, tendo sido devidamente aplicado nas turmas A e B do 9º ano do ensino fundamental (turnos manhã e tarde), em dias e horários diferentes, representando um total de 60 alunos. Realizou-se com os alunos o mesmo procedimento feito com os professores, ou seja, antes de aplicar o questionário explicou-se todo o motivo da pesquisa. Para os alunos em questão, a disciplina de Geografia era ministrada nos dias de terça-feira, quinta-feira e sexta-feira.

Considerando as ponderações evidenciadas acima, procura-se saber, de início, o que é a cidade para os alunos. A Tabela 1, nos mostra que os alunos apresentaram uma variedade de respostas a respeito do que eles entendem o que seria cidade.

Tabela 1 - Elementos caracterizadores do que é a cidade, de acordo com os alunos

ELEMENTOS	ALUNOS %
A paisagem que eu vejo	23
Aparência	7
Construções	12
Um lugar bonito	14
Um lugar estranho	2
O lugar das indústrias	7
O contrário do campo	16
O lugar do lazer	5
Outro	14
Fonte: Pesquisa direta, Maio/2013	

Pode-se observar, na Tabela 1, que a maioria dos alunos considera a cidade como uma paisagem visível, ou seja, aquilo que se pode ver. Muitas vezes ela não é sentida na sua totalidade, mas é recortada, de tal forma que apenas elementos visivelmente interessantes ao seu foco são observados e registrados.

Isso é revelador da necessidade de nossas novas ações como professores, no sentido de que precisamos estimular os alunos também a lidar com o mundo percebido pelos sentidos, de tal sorte que eles entendam que também fazem parte do mundo, e que o mundo, da mesma forma, faz parte de suas vidas.

Questionou-se também se os alunos observam a cidade quando estão no caminho de sua casa para a escola. Os dados coletados permitem compreender que 81% dos alunos afirmaram que observam, ao contrário dos 19% que afirmaram não praticar esse comportamento de observação.

É de suma importância que os alunos possam observar a sua cidade, sentir, perceber, para que tenham nela a oportunidade de construir realmente o seu mundo, no sentido de apropriarem-se dos rumos das suas vidas, pois para isso precisam se perceber como pessoas e, cotidianamente, perceber e construir os seus espaços. Dessa forma, indagamos aos alunos: os seus professores, especialmente o de Geografia, quando estudam o tema cidade, costumam levar em consideração o que você já sabe sobre esse tema? Organizamos a Tabela 2 para visualizar como os alunos responderam a este questionamento.

Tabela 2 – Respostas dos alunos quanto ao ensino do tema cidade pelos seus professores

ADOÇÃO DO CONHECIMENTO PRÉVIO	ALUNOS %
Sim	23
Não	7
Um pouco	70
Total	100

Fonte: Silva, Maio/2013.

Pela análise da Tabela 2, observa-se que esta questão foi essencial para conhecer as abordagens prévias realizadas pelos professores nas aulas de Geografia referentes ao tema cidade. Fica evidente que os professores não levam em consideração o conhecimento prévio do aluno, pois 77% responderam que isso não ocorre, ou ocorre somente um pouco.

Os professores de Geografia precisam abordar os temas de forma que os alunos participem, contribuam e percebam que aquele conteúdo realmente faz sentido, que faz parte da sua vida, pois o que está sendo estudado está também no seu entorno, favorecendo o entendimento, a compreensão, ao tempo em que possibilita buscar formas alternativas para transformar a realidade, com a participação e a contribuição de todos.

Numa outra etapa da nossa pesquisa, servindo-nos dos instrumentos qualitativos de investigação, solicitou-se aos alunos que descrevessem a sua cidade no dia a dia. Esse procedimento foi de grande valia para os propósitos desta pesquisa, embora alguns alunos tivessem apresentado receio de escrever sobre o que era cidade para eles, essa particularidade nos motivou a explicar que ninguém estava sendo avaliado e, assim, deveriam sentir-se mais à vontade para fazer os seus registros.

As respostas deveriam ser apresentadas segundo a subjetividade de cada aluno, posto que estávamos nos apoiando na ideia de que não existe um conceito acabado para a cidade, e os alunos, de forma consciente ou inconsciente, demonstraram que sabem pensar a cidade do seu modo pessoal.

Como foi afirmado anteriormente, no que se refere à análise das questões, não houve, também para as respostas apresentadas pelos alunos, qualquer modificação ou alteração do aspecto gramatical, dos eventuais problemas no uso da norma culta (acentuação, regência, concordância...), por parte dos alunos, para efeito de clareza.

A seguir, apresenta-se a transcrição de algumas das respostas elaboradas pelos alunos, e que julgamos construtivas para o processo de análise das condições em que se estabelece o processo de ensino e aprendizagem na escola em questão.

Parte dos alunos, cerca de 15%, entende a cidade como sendo a natureza (árvores, relevo, rios), as belezas visíveis de tudo o que é natural. Nesse sentido, elencamos a seguir as representações da cidade para eles:

- “É um lugar com bastante casas e arvores, com varias pessoas indo pro trabalho e para escola”.
- “E uma cidade bem legal, a paisagem é linda, a gente pode aprender junto com o meio ambiente, faz muito calor... etc”!
- “Com casas, com prédios, cheia de árvores, tem praça com bastante árvores, e de noite bem iluminadas. tem dias que o trânsito está ruim. Com lugares de lazer, de passeio.lugares bonitos, tipo: Museu, Centro de artesanato. lugares de lazer: Shoopng, Centro”.

Esta representação da cidade traz à tona o pensamento de uma natureza harmoniosa, bonita e intocável. Assim, o fato de a natureza e, especialmente, a arborização, terem sido percebidas como elementos essenciais na cidade descrita pelos alunos, sem dúvida, significa que as mesmas fazem parte do imaginário cultural dos estudantes.

De acordo com 7% dos alunos entrevistados, a cidade é tudo que é legal, bonito, e com vários estilos:

- “Uma cidade quente, mas às vezes um pouco fria, tem casas de todo o jeito, bonitas, umas simples, outras mais sofisticadas, pessoas com vários estilos e várias outras coisas”.
- “Uma cidade muito quente, mais muito bonita, pessoas de um jeito ou modo e entre outros diferentes. Uma paisagem bem legal, um lugar do lazer as ruas, as praças”.
- “É um lugar grande, bonito, cheio de casas, prédios, pessoas diferentes, transportes, árvores, as escolas, o que eu acho mais diferente são as pessoas [...]”

Tem-se também alguns alunos (20% do total) que acreditam que a cidade é tudo, desde as construções à arborização e pessoas:

- “Bom a cidade que eu observo na minha opinião poderia ser melhor pois o trânsito é enorme, na minha cidade ela tem vários prédios e já em outros bairros apartamentos, quitinetes, casas etc em todos os bairros tem, padarias, farmácias, comércios, e em alguns bairros até fabricas de tecidos”.
- “Bem movimentada apesar de ter diversas partes que são muito tranquilo, muito veículos, casas, prédios e etc. E muitas pessoas”.

- “O que eu observo que a Cidade é um lugar que tem muitas indústrias é um lugar de grandes movimentação com automóveis ônibus, motos, carros, na minha rua é bastante movimentada por carros e motos o que gosto na minha cidade é das praças mas há também outros lugares muito legais. é isso que eu entendi sobre cidade”.

Nesse contexto, a maior porcentagem de alunos (58%) percebe a cidade como um lugar repleto de poluição, cheia de lixo, barulhenta, com muita droga, violenta, desorganizada e injusta, onde reina a desigualdade social.

- “Hoje, o dia ta se perdendo no mundo das drogas hoje as crianças tão roubando com 10,11 anos de idade. Hoje o dia não presta”.
- “Uma cidade violenta, onde várias pessoas passam por cima das leis, começando pelo o prefeito e aos demais que fazem parte de seu grupo... Enfim uma cidade que não é tranquila e tem vários intorpecentes etc...”
- “A cidade que eu vivo é cheia de lixo...”
- “A minha cidade é poluída, muito quente, os rios poluídos, arvores são muito cortadas, poluição com fumaça e etc”.
- “Minha cidade é quente, poluída, barulhenta, uma cidade onde os esgotos são jogados nos rios sem qualquer tratamento”.
- “Eu vejo uma cidade com desigualdade social onde os ricos tem mais privilégios e os pobre não tem investimento em nada”.

Para Carlos (1997, p. 13), “Se pensarmos a discussão sobre a noção de cidade apoiada na sua aparência, esta tem como ponto de partida a construção de uma imagem que as pessoas fazem da cidade”. O que ficou claro nesta etapa da pesquisa é a existência de diferenças de percepção entre os alunos. Desse modo, tivemos a cidade descrita a partir de várias formas de percepção, com muito lixo, buraco, poluída, perigosa, insegura, mas também limpa, com muita árvore, áreas para lazer, muitos carros, prédios, entre outros, foram aspectos observados pelos alunos que vivem na cidade e que, portanto, trazem consigo uma percepção natural do estado da realidade experienciada por eles.

Analisando as respostas dos alunos, percebeu-se que as formas deles verem os espaços vão além do que os olhos conseguem identificar, pois perceber é sentir, é vivenciar, é experimentar. Assim, o ambiente escolar tem de estar em consonância direta com o que se desenvolve no local, isto é, onde se aplica a educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo se propôs a analisar os modos como a cidade é percebida pelos alunos e pelos professores do ensino de geografia da EMPARS, desenvolvido com a finalidade de contribuir com as discussões acerca da percepção da cidade, no sentido de obter

uma melhoria da qualidade do trabalho realizado na disciplina de Geografia, no ensino fundamental.

Nesta perspectiva, buscou-se compreender esse processo mediante pressupostos teóricos e epistemológicos da vertente cultural da Geografia, de base fenomenológica, utilizando instrumentos como fotografias, observações *in locu*, entrevistas e aplicação de questionários aos professores atuantes em sala de aula, assim como também questionários aplicados aos estudantes de Geografia do 9º ano do ensino fundamental, na tentativa de conhecer qual seu entendimento em relação à cidade.

Trabalhos como este podem ser desenvolvidos em várias práticas pedagógicas, capacitando cada vez mais o professor, a fim de que passa-se compreender a importância do contexto no qual aluno conhece o espaço vivido. Observar, questionar e pesquisar essa temática junto aos alunos, com a intenção de valorizar suas experiências de vida, com a seriedade que lhe é devida, é de suma importância para o ensino de Geografia. Tanto o educador como o educando precisam ler criticamente a realidade, entender as imagens e seus significados, criticar e rejeitar os segmentos audiovisuais não educativos e descobrir as possibilidades de ser manipulador de imagens educativas, quer no mundo da percepção, quer em outras realidades.

Uma das maiores dificuldades observadas em relação ao trabalho dos professores foi o fato de que há significativas lacunas com relação aos esforços que são feitos com o propósito de dar sentido aos conteúdos de Geografia, e assim proporcionar a atenção e o prazer necessários para a aprendizagem. Durante o tempo de convivência com os alunos e os professores, buscou-se desenvolver atividades destinadas aos discentes com o propósito de estimulá-los a refletir acerca de como percebem a cidade.

Portanto, uma alternativa para que os alunos reflitam melhor sobre estas questões é trabalhar as noções de valores, de ética e de cidadania na escola, propondo mudanças de atitudes na sociedade quanto aos deveres de cada um, na perspectiva de vivência da cidadania. Desta forma, pode-se vislumbrar uma nova geração capaz de fazer uso ético do espaço público, e o advento de um novo sentido de coletividade, que busque a qualidade de vida para si e para sua comunidade.

Por fim, a forma como os seres humanos vêm agindo e reagindo no espaço e no tempo, transformando, melhorando ou destruindo, tomou, além de outras formas de conhecimento, o caminho da percepção.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: papirus, 1995.
- BOCHENSKI, I. M. **A filosofia contemporânea ocidental**. 2. ed. São Paulo: Herder, 1968.
- CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1997.
- CAVALCANTI, L. de S. (Org.) et.al. **Geografia da Cidade**: a produção do espaço urbano em Goiânia. Goiânia: Alternativa, 2001.
- CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. 2. ed. Florianopolis. UFSC. 2001.
- EISMAN, L. B.; BRAVO, P. C.; PINA, F. H. **Métodos de investigación em psicopedagogía**. Madri: McGraw-Hill, 1997.
- FRANCISCHETT, M. N. **A cartografia no ensino da geografia**: construindo os caminhos do cotidiano. Rio de Janeiro: Litteris Kroart. 2002.
- LYNCH, K. **A Imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MORAES, A. C. R. **Geografia pequena história critica**. 9. ed. São Paulo: Hucitec,1990.
- OLIVEIRA, L. Contribuição dos estudos cognitivos à percepção geográfica. **Geografia**. Rio Claro,v. 2, n. 3, p. 62, 1977.
- PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. L.; CACETE, N. H. **Para Ensinar e Aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.
- SANTAELLA, L. **O que é semiótica?** São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SANTANNA, I. M. **Porque Avaliar? Como Avaliar?** : critérios e instrumentos. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1994.

TEIXEIRA, S. K.; NOGUEIRA, A. R. B. A Geografia das representações e sua aplicação pedagógica: contribuições de uma experiência vivida. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo: Humanistas, v. 13, n. 1, p. 239-257, 1999.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**. São Paulo, Difusão Editorial, 1980.

WILCOX, J. **La etnografia com uma metodologia y su aplicación al estudio de la escuela**. Madri: Trota, 1993.

UMA ANÁLISE PRAGMÁTICA DA DESIGUALDADE SÓCIO-ESPACIAL ENTRE AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM PORTO VELHO – RONDÔNIA

Maria Ivanilse Calderon **RIBEIRO**

Mestre em Geografia Universidade Federal de Rondônia-UNIR - Bolsista CAPES

ivanilsecr@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/7241625767509371>

Maria das Graças Silva Nascimento **SILVA**

Doutora em Geografia Universidade Federal de Rondônia-UNIR

Coordenadora do Grupo GEPGÊNERO

gracinhageo@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/1451894246199065>

Resumo: O artigo propõe uma reflexão sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de Porto Velho/RO em relação à busca de proteção e amparo pelas políticas públicas de enfrentamento a violência doméstica. A pesquisa iniciou-se a partir da prática e dos estudos do Grupo de Pesquisas GEPGENERO da UNIR. Esta observação utiliza metodologia que consiste na análise, conceitualização e observação das dificuldades enfrentadas pela mulher vítima de violência doméstica e, por consequência, o crime. É realizado levantamento teórico bibliográfico e análise dos dados cedidos pela Secretaria de Segurança e Defesa da Cidadania do Estado de Rondônia (SESDEC), sobre violência doméstica em 2011 e 2012, levantamento bibliográfico, observações exploratória e analítica que proporciona o estabelecimento de uma visão crítica sobre as questões de gênero, violência e a desigualdade sócio espacial enfrentada pela mulher vítima de violências.

Palavras - chave: Gênero. Violência. Sócio-espacial.

A PRAGMATIC ANALYSIS OF SOCIO-SPATIAL INEQUALITY BETWEEN WOMEN VICTIMS OF GENDER VIOLENCE IN PORTO VELHO - RONDÔNIA

Abstract: This paper proposes a reflection on the difficulties faced by women victims of domestic violence in the city of Porto Velho / RO in relation to seeking protection and support for public policies addressing domestic violence. The research began from the practice and study of GEPGENERO Research Group of UNITE. This observation uses methodology that consists of the analysis, conceptualization and observation of the difficulties faced by women victims of domestic violence and therefore the crime. It is performed theoretical literature survey and analysis of data provided by the Department of Defense and Security of Citizens of the State of Rondônia (SESDEC) on domestic violence in 2011 and 2012, bibliographic, exploratory and analytical observations establish that provides critical insight gender issues, violence and socio-spatial inequality faced by women victims of violence.

Keywords: Gender. Violence. Socio-spatial.

UN ANÁLISIS PRAGMÁTICO DE DESIGUALDAD SOCIOESPACIAL ENTRE MUJERES VÍCTIMAS DE VIOLENCIA DE GÉNERO EN PUERTO VIEJO - RONDÔNIA

Resumen: Este artículo propone una reflexión sobre las dificultades que enfrentan las mujeres víctimas de la violencia doméstica en la ciudad de Porto Velho / RO en relación con la búsqueda de protección y apoyo a las políticas públicas que abordan la violencia doméstica. La investigación se inició a partir de la práctica y el estudio del Grupo de Investigación GEPGENERO de UNITE. Esta observación utiliza una metodología que consiste en el análisis, conceptualización y la observación de las dificultades que enfrentan las mujeres víctimas de la violencia doméstica y por lo tanto el crimen. Se lleva a cabo la encuesta y el análisis de datos proporcionados por el Departamento de Defensa y Seguridad de los Ciudadanos del Estado de Rondônia (SESDEC) sobre la violencia doméstica en 2011 y 2012 la literatura teórica, observaciones bibliográficas, exploratorios y analíticos establecerse Que Proporciona temas de género una visión crítica, la violencia y la desigualdad socio-espacial que enfrentan las mujeres víctimas de la violencia.

Palabras clave: Género. Violencia. Socio-espacial.

INTRODUÇÃO

As mudanças sociais ocorridas ao longo do tempo permitem inferir que existe uma pontual necessidade de adaptação e revisão dos paradigmas anteriormente adotados, vez que o rigor em seguir padrões antigos, consequentemente, não suprirá a realidade vivida pela sociedade contemporânea de forma geral. Mudanças que atingem a sociedade como um todo, todavia muitas vezes não ultrapassam os muros das residências, ou seja, são muitas vezes prisões disfarçadas de lares.

Observar e pontuar algumas características com relação à mulher vítima a partir de um olhar espacial na cidade de Porto Velho, capital de Rondônia, propõe o surgimento de novas competências com relação ao enfrentamento da violência contra a mulher e, ainda, de forma científica, mostra as necessidades com relação a espacialização dos locais de amparo à mulher vítima.

Este tipo de estudo não pode ser realizado isoladamente, pois ao observar as relações de gênero não se deve deixar de observar demais elementos e característica da sociedade. Desse modo, a pesquisa percebe que a dificuldade sócio-espacial em alcançar políticas públicas em prol da mulher vítima, vai muito além da observação apenas com relação ao sexo dos componentes da relação conjugal.

O objetivo do nosso trabalho é propor uma reflexão sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, em relação à busca de proteção e amparo pelas políticas públicas de enfrentamento a violência doméstica.

Devido às constantes observações com relação às questões de gênero, a pesquisa reflete que, além do estudo do tema, também existe a necessidade de contribuir com estudos específicos, observando a prática e o envolvimento da sociedade dentro da limitação imposta ou não à comunidade de forma específica.

A pesquisa utiliza metodologia que consiste na análise, conceituação e observação das questões quanto à desigualdade sócio-espacial entre as vítimas, sendo assim também analisado o fenômeno do crime aqui elencado. Será realizado levantamento teórico bibliográfico e análise dos dados cedidos gentilmente pelo Núcleo de Análise e Estatística Criminal (NAEC) da Secretaria de Segurança e Defesa da Cidadania do Estado de Rondônia (SESDEC), na cidade de Porto Velho, sobre a violência doméstica ocorrida em 2012.

Para tanto, faz-se necessário, uma pesquisa bibliográfica, exploratória e analítica que proporcione o estabelecimento de um plano de leitura e análise sobre questões de gênero focando a desigualdade sócio-espacial vivida pelas mulheres vítimas.

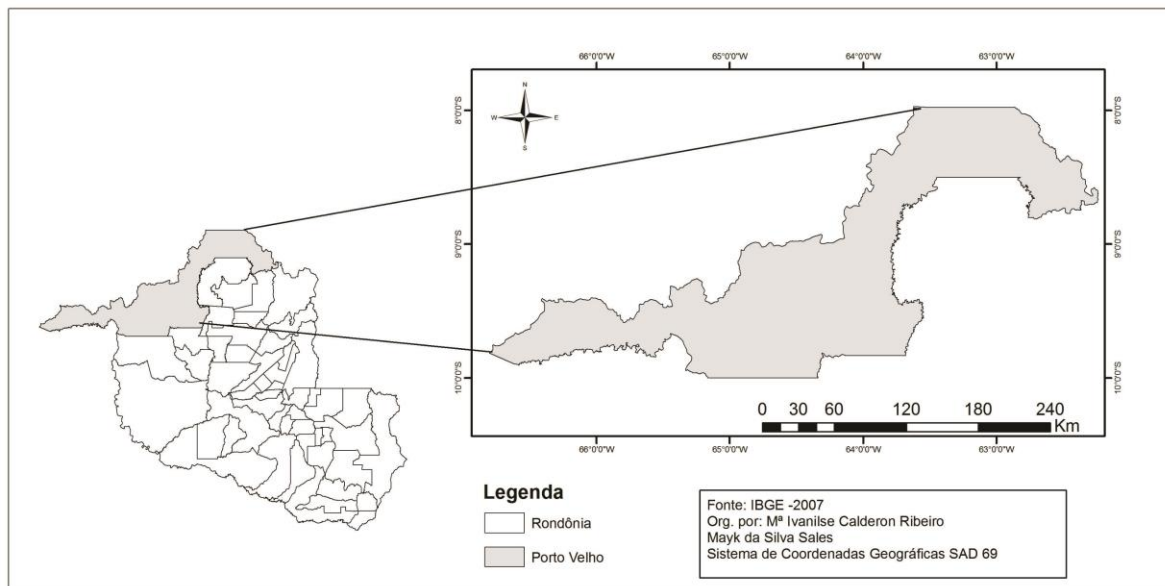
O trabalho justifica-se uma vez, que levantado às discussões a respeito da dificuldade de proteção junto às políticas públicas, contribui de forma contundente para trazer a tona esse fenômeno da violência contra a mulher que é muitas vezes silenciado, tanto pelas vítimas quanto pela sociedade. E talvez, essas dificuldades de amparo e proteção, que sejam as causadoras desse silêncio.

Enfim, a pesquisa é uma forma pragmática de análise da desigualdade social-espacial enfrentada pelas mulheres, tendo como ponto único e objeto de análise o local da prática da agressão e a localização das unidades de polícia civil para o atendimento a mulher.

LÓCUS DA PESQUISA

A área de estudo selecionada para subsidiar este estudo é a área urbana do município de Porto Velho, situado no norte do estado de Rondônia, sua capital. Para a realização da pesquisa, a cidade de Porto Velho é observada com a divisão de 68 bairros. É importante observar que o município possui outros bairros além dos demonstrados no mapa de localização da pesquisa, (Figura 1).

Figura 1: Mapa de Localização da pesquisa



Org.: Calderon Ribeiro (2013).

Porto Velho é um município brasileiro e capital do estado de Rondônia, situado na margem direita do Rio Madeira, na Região Norte do Brasil. Foi fundado pela empresa americana Madeira Mamoré Railway Company em 4 de julho de 1907, durante a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, comandada pelo magnata norte-americano Percival Farquar (OLIVEIRA, 2001, p.124).

O bairro é o distrito no qual nos sentimos em casa. Outro sentido mais abstrato de bairro é que é o distrito que conhecemos razoavelmente bem, quer pela experiência ou pela fama (TUAN, 2012, p. 296).

É exatamente a busca, a partir da identificação desses fatores que surge o interesse pela pesquisa, entre outras questões, compreenderem a desigualdade sócio-espacial, as modificações e/ou evolução pelas recentes transformações no âmbito social do espaço.

Marcada por intensa complexidade das relações sociais e da sociedade com o território e o ambiente, a fase contemporânea da modernidade desperta questionamentos de toda ordem e desafia os intelectuais a identificar os marcos da profunda crise que ora se vivencia. Mapear e analisar a sua gênese, bem como compreender o processo de mudanças gerais que caracterizam o processo histórico atual – e suas repercussões na estruturação e organização do espaço –, na perspectiva de delinear cenários da realidade futura, constituem preocupações candentes no interior do pensamento geográfico (MENDONÇA, 2002, p. 23).

Nesse sentido, a questão revela além da caracterização da desigualdade, também as necessidades peculiares das vítimas. Surge o interesse em reestudar e, desta forma, possibilitar a construção de novos pensamentos e percepções com relação a tais dificuldades.

Observando de forma mais ampla o novo, a complexidade intrínseca da modificação construída com o passar do tempo e adaptando assim a estes as características do processo histórico passado.

É importante também pontuar que a pesquisa terá, como parâmetro para análise, a disposição geográfica das unidades de Polícia Civil da capital Porto Velho, vez que o atendimento à mulher vítima de violência é realizado inicialmente por esse órgão policial.

A mulher agredida busca, além de auxílio legal, mas também amparo e proteção, devendo ser observado que existem também casos em que a Polícia Militar inicia tal atendimento, sendo de imediato repassado o fato ao conhecimento da polícia judiciária, pois, a partir desse ponto, será realizado o registro da ocorrência do fato criminoso e adotado os procedimentos pertinentes ao caso.

Pontuamos relevante o estudo, pois mostra que a violência contra a mulher é algo ainda muito complexo em nossa sociedade, pois além destas sofrerem a agressão por simplesmente estarem atreladas as relações de subjugação estruturada em uma sociedade patriarcal, essas mulheres agredidas não possuem uma efetiva proteção e amparo no que concerne políticas públicas.

VIOLÊNCIA E GÊNERO

Como a pesquisa busca evidenciar a desigualdade sócio-espacial que surge a partir da prática do crime como fenômeno social, faz-se necessário um breve levantamento sobre as questões de gênero e conceituação legal a respeito do fato criminoso em questão.

O gênero trata das relações desiguais de poder impostas culturalmente entre homens e mulheres, relações estas que vêm influenciar nos modos de organização e representações sociais. Historicamente, o homem exerce sobre a mulher um sentimento de posse e poder e este é expresso, dentre outras formas, como violação da dignidade da mulher e de seu estado físico.

Para Stolke (2004, p.13), o termo gênero representa uma construção cultural central nos estudos e no movimento feminista, mesmo que nas últimas três décadas tenha se tornado ubíquo e ambíguo. Neste sentido, pode-se observar a importância de tal estudo, visto que o estudo das relações de gênero constrói pensamentos e novas atitudes, bem como movimentos sociais envolvendo sociedade e a academia.

Costa (2005, p.37) conceitua o termo Gênero a partir da compreensão das relações entre o homem e a mulher, pois “termo Gênero foi um conceito construído socialmente buscando

compreender as relações estabelecidas entre os homens e as mulheres, os papéis que cada um assume na sociedade e as relações de poder estabelecidas entre eles.”

MOTTA, *et al* (2005, p .19), enfoca em seus estudos o descompasso teórico devido a fixação paradigmática com relação a abrangência de gênero.

Descompasso teórico provavelmente devido à fixação paradigmática em uma estrutura dominante de análise da sociedade, por longos anos, a classe social; só emergindo “outros discursos” teóricos/políticos na crise econômico/política e de paradigmas dos anos 60/70, quando o discurso de gênero do feminismo pôde se fazer ouvir. Quando, porém, os grupos e movimentos de inspiração etária/geracional ainda não eram portadores de suficiente densidade política ou consciência de geração para serem identificados, ou mesmo auto-identificados, como tais, e muito menos em sua remissão ao gênero. Não há mais, entretanto, como ignorá-los, tanto em sua especificidade política como em sua abrangência de gênero, segundo MOTTA, *et al* (2005, p .19).

A busca pela igualdade de gênero ao longo dos tempos é uma luta feminina e é sem dúvida também uma luta pela democracia. É por em prática a forma positivada pela Constituição Federal de 1988 no País, onde a democratização das relações de gênero persistiu e a mulher conquistou a igualdade jurídica. Para Melucci (1989, p.40), “os movimentos em busca da igualdade de gênero é uma forma de ação coletiva baseada na solidariedade, que se diferenciam de outros tipos de ação coletiva por que desenvolvem um conflito, rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação”.

O tema da violência contra a mulher vem sendo amplamente abordado e discutido no Brasil, quer seja no meio acadêmico, em movimentos sociais, na esfera de políticas públicas ou na mídia. Mesmo diante de alguns casos, altamente noticiados, a continuação da ocorrência do fenômeno, vista em cifras divulgadas por entidades vigilantes à questão, mostra que as informações cuidadosamente elaboradas e divulgadas nem sempre atingem grande parcela da sociedade (SCOTT *et. al*, 1996, p.20).

A Conferência das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos descreve a violência contra a mulher como uma violação dos direitos humanos e esclarece ainda que, tal violência, provoca constantemente aos cofres públicos grandes gastos, onde o mais grave ainda são os prejuízos psicológicos às mulheres vítimas, pois elas convivem com o agressor por medo ou insegurança, conseqüentemente, diminuindo sua qualidade de vida. Neste sentido é necessária a leitura do art. 6º da Lei 11.340/2006, que esclarece que “A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos”.

Segundo a Convenção de Belém do Pará, realizada em 09 de junho de 1994, a violência contra a mulher é “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”.

Para a Organização Mundial de Saúde a violência contra a mulher é considerada uma questão de saúde pública, e é visto por esta como um inimigo cruel que destrói a produtividade, a saúde e a vida de milhares de pessoas.

A violência doméstica contra a mulher é um dos principais problemas da sociedade brasileira e uma preocupação notória que mobiliza as autoridades para a conscientização e o seu enfrentamento. Segundo Krug (2002, p. 30), estima-se que a violência de gênero seja responsável por mais óbitos das mulheres de 15 a 44 anos quando comparada com o câncer, a malária, HIV, problemas respiratórios, metabólicos, infecciosos, acidentes de trânsito e as guerras.

Para (WASELFSZ, 2012, p.11) a partir de uma análise multitemporal observa-se que o número de mortes nos últimos 30 anos passou de 1.353 para 4.297, o que representa um aumento de 217,6% – mais que triplicando – nos quantitativos de mulheres vítimas de assassinato. Neste sentido, o autor destaca elevadas taxas nas cidades de Porto Velho, que ocupa o topo de cidade mais violenta para a mulher, seguida de Rio Branco, Manaus e Boa Vista, todas da região Norte do país e com níveis acima dos 10 homicídios em 100 mil mulheres.

Violência doméstica é uma realidade, marcada por fatores simbólicos e culturais, tendo no seu contexto, principalmente geográfico, um complicador para que as políticas de enfrentamento da violência contra a mulher sejam implementadas. As mulheres vítimas não encontram atendimento próximo do local da agressão. Até o presente momento, no cenário nacional, delegacias especializadas, casas-abrigo e as demais assistências foram pouco pensadas. A violência contra a mulher, não está restrita a certo meio, não escolhendo raça, idade ou condição social (SILVA, 1998, p.34).

A violência contra as mulheres atinge grande parcela da população e desta forma repercute significativamente na vida e o cotidiano das mulheres que são ou estão vítimas de violência. Observando dados do Ministério da Saúde (MS) pode-se confirmar o tamanho do problema social ao qual é desencadeado por este crime, segundo dados do Ministério da Saúde (MS), essa violência atinge de 25 a 50% das mulheres em 2005.

A violência doméstica e familiar contra a mulher é descrita pela Lei nº 11.340/2006, com sendo “a agressão contra a mulher, num determinado ambiente (doméstico, familiar ou de intimidade), com finalidade específica de objetá-la, isto é, dela retirar direitos, aproveitando da sua hipossuficiência”.

A mulher, por gerações, foi posse do homem, do pai e, ao casar-se, continuava posse do marido, em momento algum a mulher tinha vontade própria, não podia decidir sobre sua vida

e não podia denominar uma personagem da peça da vida feminina, apenas um ser que mesmo com suas vontades sufocadas em seus seios, tinha que passar despercebida por onde vivia.

Diante da necessidade de conhecer e delimitar o fato estudado, é observado a letra da Lei, pois esta orienta a aplicação do instituto jurídico que busca proteger a mulher vítima de agressão, da Lei 11.340/2006:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual, conforme descrito na Lei 11.340/2006.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O nosso trabalho está norteada dentro da perspectiva da abordagem da geografia crítica, uma vez que, por meio dos objetivos propostos buscamos mudanças nas políticas públicas norteadas para a proteção e amparo a vítima de agressão doméstica. A pesquisa é de ordem quantitativa e qualitativa, pois, por meio dos dados e informações obtidas no NAEC, buscamos ainda expressar o sentido desse fenômeno do mundo social da violência contra a mulher.

Entendemos que a partir dessa reflexão das dificuldades enfrentadas pelas mulheres vítimas de agressão doméstica de um apoio, amparo e proteção contundente que o poder público e suas políticas deveriam oferecer com mais vigor, levantamos uma dialética e uma tentativa de mitigar esse fenômeno.

A metodologia da pesquisa foi baseada em: a) Aquisição de dados sobre violência de gênero junto ao Núcleo de Análise e Estatística Criminal (NAEC) da Secretaria de Segurança e Defesa da Cidadania do Estado de Rondônia (SESDEC) na cidade de Porto Velho; b) Tabulação e criação de gráficos a partir dos dados obtidos com o auxílio de planilhas eletrônica; c) Criação de mapa de localização das delegacias na cidade d) Análise sócio-espacial dos resultados obtidos.

A tabulação dos dados, bem como a criação dos gráficos foi realizada utilizando o LibreOffice Calc, que é um programa de planilha eletrônica, ferramenta gratuita que se

permite criar tabelas e auxilia na elaboração de gráficos de acordo com os dados presentes na planilha.

Na fase de tabulação dos dados foram levados em consideração apenas os boletins de ocorrências registrados nas delegacias de policia civil da cidade, descartando os boletins com local do fato fora da área urbana do município. Ainda nesta fase foram considerados para a análise apenas os bairros com maior número de ocorrência da violência.

RESULTADOS

A percepção da desigualdade sócio-espacial enfrentada pela mulher vítima de violência doméstica de gênero contribui para uma discussão alternativa às que são apresentadas comumente, pois além de revelar o dado e informação, revela também o componente espacial do problema.

O gráfico 01, mostra os bairros com o maior número de ocorrência de violência contra a mulher em Porto Velho e as unidades de polícia civil existentes.

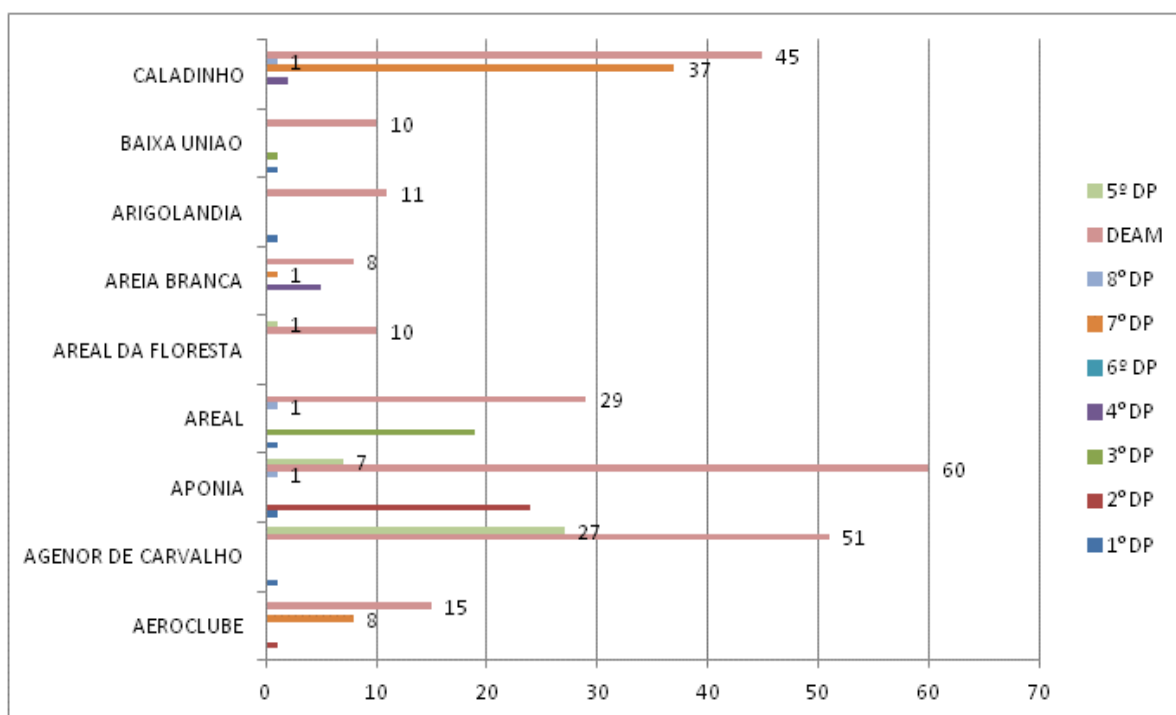


Gráfico 01- Bairros com maior incidência de violência doméstica

Existem oito delegacias de polícia civil para atendimento a qualquer tipo de crime dentro da circunscrição urbana. Para atendimento específico aos crimes de violência doméstica, Porto Velho possui atualmente uma delegacia especializada para este tipo de

atendimento, denominada Delegacia Especializada em Atendimento a Mulher - DEAM, com localização atual no centro da cidade.

Os bairros apresentados no gráfico estão em média a uma distância geográfica da DEAM de aproximadamente 4,7 quilômetros, demonstrando assim a desigualdade com relação à assistência existente entre as vítimas que buscam o auxílio desta delegacia especializada. A região sul, segundo os dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), é a região do município com maior densidade demográfica.

Dentre os bairros apresentados no gráfico 01, estão Caladinho com a distância de 6.0 km, o Areia Branca com 5.5 km, Areal da Floresta com 5.9 e Aeroclube com a maior distância dentre os bairros, sendo de 10.1 km de distancia da DEAM, visto esses bairros estarem localizados na região sul do município.

Portanto, tal observação permite identificar inicialmente desigualdade espacial entre as vitimas e a delegacia especializada. Observou-se também que são bairros periféricos e são justamente esses que apresentam os maiores números de registros, figurando como bairros violentos neste contexto.

As mulheres agredidas nos bairros mais distantes enfrentam maiores dificuldade e privações em comparação às vítimas que estão mais próximas da unidade policial, vez que a distância pode levar a não queixa do fato criminoso. A localização espacial desta unidade reflete de maneira incisiva na atitude em registrar a ocorrência do fato, visto que a mulher agredida que está longe, além das dificuldades financeiras e de logística, também se depara com sua exposição psicológica.

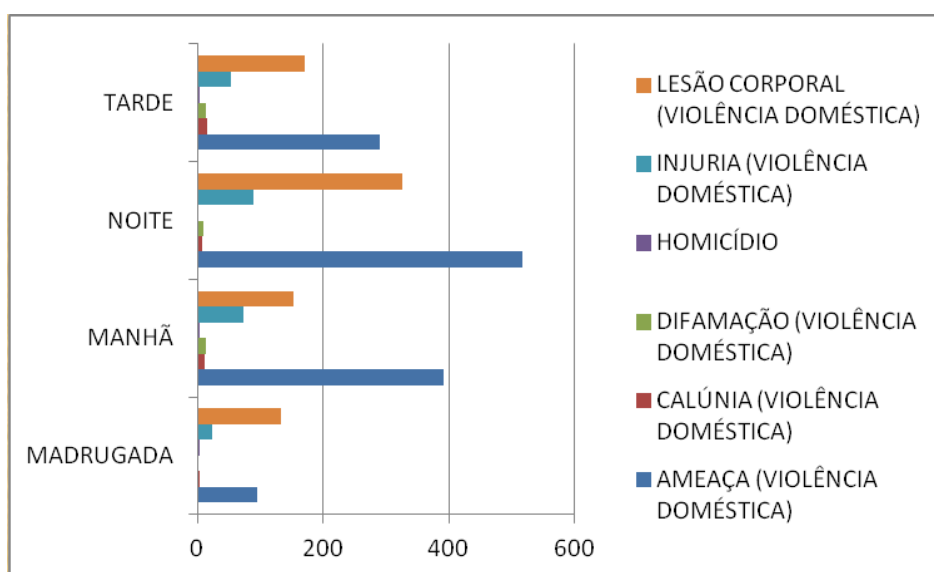


Gráfico 02- Período com maior incidência de violência doméstica

O gráfico 02 apresenta os períodos do dia em que as vítimas relataram nos boletins de ocorrência policial quando foram agredidas. Nesta fase são analisados apenas os crimes com maior índice de ocorrências do fato criminoso levando em consideração os bairros do gráfico 01, por serem os que apresentam o fenômeno criminoso em grau maior.

Pode-se observar pontualmente que a mulher deste estudo, tem sofrido no período noturno a agressão doméstica de ameaça com relação aos outros períodos analisados. Este horário é um momento em que a mulher vítima apresenta, de certa forma, maior vulnerabilidade com relação aos fatores de acesso aos meios de transporte, ao auxílio de familiares, vizinho e amigos. A vítima depara-se inicialmente com no mínimo duas dificuldades, quer seja a de deslocamento e a de acesso ao órgão competente para sua proteção, prejudicando assim o registro da existência e ocorrência.

Em segunda análise, verifica-se a ocorrência da prática do crime de lesão corporal com a mulher também com maior índice de ocorrências no período noturno. Neste tipo e forma de agressão à mulher, além de agredida psicologicamente, existem as marcas em seu corpo. Neste período a vítima se depara de imediato com a necessidade de se expor, muitas vezes ensanguentada e muito machucada, em busca de ajuda que está longe. Dependendo das possibilidades atuais dessa mulher, ela terá que recorrer ao transporte público, que neste período é reduzido, dificultando assim a busca pelo socorro.

O fenômeno da violência doméstica ocorre de forma aleatória, sem distinção de classes sociais, logo a mulher dependente financeiramente do companheiro agressor e, de forma geral, enfrenta maior dificuldade em alcançar ajuda ou mesmo ter acesso às políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica.

O espaço está organizado porque está estruturado em redes de relações sociais e econômicas, em redes de vias de transporte e de comunicação, e em redes urbanas. Falar em organização significa também ressaltar a hierarquização dos lugares e dos espaços. (MENDONÇA, 2002, p. 43).

Desta forma, deve haver o conhecimento, a partir da pesquisa, de uma percepção nova com relação ao espaço, realizar observações para pontuar as modificações necessárias a fim de amenizar e diminuir o sofrimento dessas vítimas. Faz necessário delimitar a busca de melhor organização ou distribuição espacial dos órgãos, ou mesmo da estrutura viária e fácil acesso aos canais de apoio, levando sempre em consideração necessidades estabelecidas pela cultura, pelos costumes, pelas peculiaridades deste tipo de vítima dentre outras variáveis distintas. Deste modo distintamente será pontuado a hierarquia, com relação a importância dada, aos lugares e ao espaço.

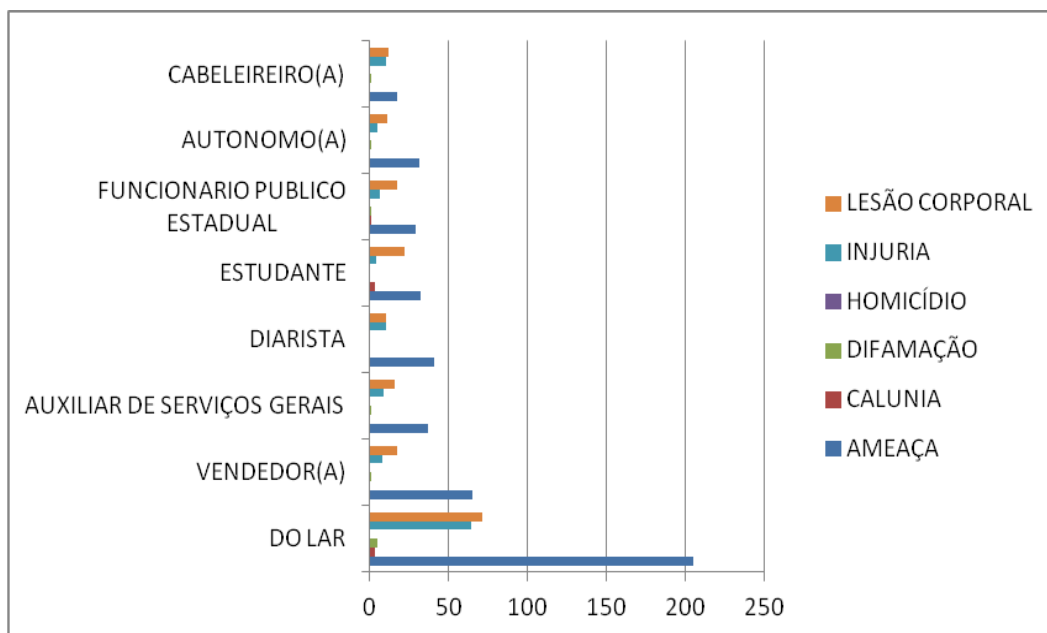


Gráfico 03- Categoria profissional que sofre maior incidência de violência doméstica.

Analisando a ocorrência do crime a partir das informações com relação à profissão ou trabalho desempenhado pelas vítimas em seu cotidiano, foi produzido o gráfico 03. Assim, é possível verificar que a mulher que se denomina como “do lar” é a mulher que sofre maior agressão com relação às demais profissionais e/ou trabalhadoras, sendo possível observar também que é altíssima a diferença com relação às outras mulheres. Para a dona de casa, sem dúvida pode-se inferir que as dificuldades ou mesmo as desigualdades com relação às outras mulheres são evidentes e determinantes para o registro desse tipo penal pelos órgãos competentes.

A mulher é alvo de seus parceiros ficando acentuada esta questão quando passa-se para uma análise com relação à mulher com menor assistência ou acesso aos órgãos de enfrentamento da violência, as dificuldades enfrentadas para denúncia, que finda com a impunidade dos agressores. Neste sentido DIAS (2004, p.16):

Reformas fundamentais nos campos civil, político, econômico e social sustentam o movimento de mulheres, que vem adquirindo uma força cada vez mais expressiva. Além de proclamar a necessidade do reconhecimento do direito à igualdade, a luta feminista denuncia a discriminação e a violência doméstica, que se retrata no expressivo número de assassinatos, espancamentos e estupro de mulheres perpetrados por maridos e companheiros.

Não observar as necessidades e a desigualdade existente entre as vítimas na sociedade, de um modo geral, é ignorar o clamor dessas mulheres que necessitam urgentemente de justiça e proteção, colaborando com o ciclo de violência. Não observar inicialmente a desigualdade sócio-espacial pela qual estas vítimas veem enfrentando é sem dúvida uma

forma de incentivar a dinâmica de manutenção e reprodução da violência, desrespeitando os direitos humanos das mulheres.

Existem diversas e diferentes dificuldades enfrentadas pelas mulheres que sofrem violência doméstica de gênero. No momento de denunciar os seus agressores, muitas mulheres deixam de o fazer por sentir medo do que lhe pode acontecer futuramente; soma-se o sentimento de vergonha, pois tornará o fato conhecido para a sociedade e a dificuldade de acesso aos órgãos de segurança competentes para atendimento à mulher, no caso de Porto Velho a DEAM. E assim, as ocorrências e recorrências dos casos de violência doméstica acabam não sendo registrados, tornando-se desconhecidos, ou seja, um fato de violência invisível à justiça.

O crime de gênero se mostra amplo e envolve uma série de fatores, na mesma proporção ações delitivas de toda ordem e dimensão também evoluem, surgindo assim a necessidade de modificações buscando inovações com vistas a facilitar o acesso das vítimas às políticas públicas necessárias. Neste sentido, ensina SANTOS (2008, p. 22) “como os fatores de produção e as atividades relacionadas têm um lugar próprio no espaço a cada momento da evolução social, segue-se que todos esses fatores têm influência sobre a forma como o espaço se organiza, e sobre a urbanização”.

Uma análise espacial do problema nos permite estudar e realizar inferências pontuais sobre a relação vítima e agressor, com enfoque na violação dos direitos da mulher. Proporciona o entendimento das especificidades femininas focando o objeto da pesquisa. Com a necessidade de entender o espaço em que vive e a transformação que este causa no grupo que o habita, bem como a transformação causada por aquele no lugar. Surge desta forma uma obrigação com relação ao estudo do espaço vivido.

Conforme Pereira (1999, p.34), a ideia de espaço social possibilita a existência de uma espacialidade compartilhada que se separa de sua materialidade física. A espacialidade vincula-se, portanto, aos espaços geográficos, no que se refere aos arranjos derivados das complexas relações sociais vividas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tal pesquisa permite a caracterização da desigualdade sócio-espacial enfrentada pelas mulheres agredidas e vitimizadas dentro do âmbito familiar. De forma pontual, pode-se observar que, nos casos de violência de gênero, são incidentes a uma distância considerável

com relação à localização geográfica das unidades policiais para realização do atendimento à mulher.

A pesquisa oportuniza, a partir das referências citadas, conhecer as necessidades e dificuldades enfrentadas pelas vítimas de violência doméstica podendo ser caracterizado assim o cotidiano da mulher ao longo de sua caminhada em busca de seus direitos.

O reconhecimento e caracterização conceitual da desigualdade sócio-espacial foi consequência das diversas análises realizadas enquanto pesquisa no grupo. O “emponderamento” e ascensão desta mulher ficam comprometidos por barreiras que são difíceis de transpor.

É preciso reconhecer as diferenças existentes entre o homem e a mulher. Com características próprias tanto o homem quanto a mulher, quando estas são respeitadas por esses e o convívio baseado em respeito e reconhecimento dos valores individuais é observado, resultados extremamente positivos na relação marital torna-se consequência.

Logo, pode-se inferir que é importante pontuar as dificuldades e as diferenças existentes nas relações do cotidiano ao proporcionar o exercício literal da cidadania das mulheres vítimas para mais facilmente encontrarmos um equilíbrio.

Concluindo, a análise revela que mesmo a vítima estando distante do atendimento especializado ainda assim estas mulheres vão em sua busca. Mas, de outra forma, não se pode observar se a baixa ocorrência em alguns bairros não está relacionada com o fato das mulheres agredidas encontrarem dificuldades com relação à localização espacial e sua condição de vítima, passando a não procurarem a delegacia para registrar a queixa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

COSTA, Lúcia Cortes da. **Gênero: Uma Questão Feminina?**. Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, 2005.

CUNHA, Rogério Sanches. **Violência doméstica: Lei Maria da Penha (Lei 11.340.2006)**, comentada artigo por artigo. 3ª ed. rev. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

DIAS, Maria Berenice. **Conversando sobre Justiça e os crimes contra as mulheres**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004

KRUG, E.G., Dahlberg, L.L., Mercy, J.A., Zwi, A.B. & Lozano, R.. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Geneva: Organização Mundial de Saúde, 2002.

MENDONÇA, Francisco; SALETE, Kozel. Elementos de epistemologia da geografia contemporânea/Francisco Mendonça, Salette Kozel, organizadores; [revisão de textos Maria José Maio Fernandes Naime]. – [Curitiba]: Ed. da UFPR, 2002. Reimpressão 2004. 1°. ed. Ver. 2009, 270 p.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais. **Revista Lua Nova**. São Paulo: CEDEC/SP, nº 17, jun. 1989.

MOTTA, Alda Britto da. Azevedo, Eulália Lima. Gomes, Márcia. **Reparando a falta: dinâmica de gênero em perspectiva**. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher, 2005.

OLIVEIRA, Ovídio Amélio de. História, **Desenvolvimento e Colonização do Estado de Rondônia**: Editora Dinâmica Ltda,. Porto Velho, 2001.

PEREIRA, D. O espaço das ciências humanas. **Biblio 3W Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona [ISSN1138-9796] n. 153, 27 de abril de 1999. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/b3w-153.htm> Acesso em 06 dez. 2012. **RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE VIOLÊNCIA E SAÚDE**. Organização Mundial de Saúde. Genebra: OMS, 2002.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**/Milton Santos. -1. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SCOTT, Parry...(et. al). **Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais.**: Recife: Universitária,1996.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, de Plácido. **Vocabulário Jurídico**, Rio de Janeiro, 1998. 1. Direito - Brasil - Vocabulários, glossários etc. I. Título, Editora Forense, 1998.

SILVA, Joseli Maria. **Geografias Subversivas: discurso sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Toda palavra, 2009.

STOLKE, V. **La Mujer ES Puro Cuento: La Cultura del Género**. Estudos Feministas, Florianópolis, 2004

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**/Yi-Fu Tuan. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes do meio ambiente**/ Yi-Fu Tuan. Tradução: Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.

VELÁSQUEZ, Susana. **Violências cotidianas, violência de gênero: escuchar, comprender, ayudar**. Buenos Aires: Paidós, 2006.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2010 - Anatomia dos Homicídios no Brasil**. Instituto Sangari, 2010.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO NO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA-PR

Fabiane de Oliveira **DOMINGOS**

Mestre em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento – UEL

Docente do curso de Turismo da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR

fabianedomingos@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/7471596915595753>

Maria del Carmen Matilde Huertas **CALVENTE**

Doutora em Geografia – USP

Docente do curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina- UEL

calvente@uel.br

<http://lattes.cnpq.br/7352677368814212>

Resumo: A administração pública tem-se mostrado uma das “molas propulsoras” para o desenvolvimento e normalização das atividades que compõem o arcabouço estrutural e operacional do turismo. Sendo assim, o objetivo dessa pesquisa é analisar a influência das políticas públicas Federal e Estadual em Rolândia, um pequeno município situado no norte do Paraná. Esta pesquisa apresenta o Programa de Regionalização do turismo que traz os conceitos de regionalização, lançado através do Plano Nacional de Turismo (2003-2007). Como metodologia de pesquisa adotou-se pesquisa de campo e entrevistas para verificar o que os envolvidos com o setor pensam sobre o assunto, incluindo a Secretária de Turismo e o prefeito em 2006. Para verificar as mudanças ocorridas após esse período, entrevistou-se a atual secretária municipal de cultura e turismo de Rolândia. Essa entrevista ocorreu em 2014, com o intuito de comparar as mudanças e os rumos que o setor turístico tomou nesse tempo. Além das entrevistas, utilizou-se pesquisa bibliográfica. O estado do Paraná possui uma estrutura para discutir, elaborar e planejar ações de políticas públicas do turismo. O município através de seus representantes políticos, comunidade e empresários do setor participam através do Conselho Municipal do Turismo e Agência de Desenvolvimento Turístico do Norte do Paraná, porém, somente através do SEBRAE é que se colocou em prática o quinto produto turístico do Paraná, através da Rota do Café, o que não trouxe grandes benefícios, principalmente econômicos para o setor. Como visto nesta pesquisa, a base é a que mais sofre com a falta de articulação entre as esferas do governo.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Turismo. Influências. Regionalização.

PUBLIC POLICIES FOR TOURISM IN THE CITY OF ROLÂNDIA-PR

Abstract: Public administration, has proven one of the "mainsprings" for the development and standardization of activities that make up the structural and operational framework of tourism. Thus, the objective of this research is to analyze the influence of public policies on Federal and State Rolândia, a small municipality located in northern Paraná. This research presents the Regionalization Program tourism that brings the concepts of regionalization, released by the National Tourism Plan (2003-2007). As research methodology was adopted field research and interviews to ascertain what those involved in the industry think about it, including the Secretary of Tourism and Mayor in 2006.

To check the changes after this period, he met her current municipal secretary of culture and tourism Rolândia. This interview took place in 2014, in order to compare the changes and the direction that the tourism sector has taken this time. Besides the interviews, we used literature. The State of Paraná has a structure to discuss, plan and develop public policy actions tourism. The municipality through their political representatives, community and business sector participates through the Municipal Council of Tourism and Tourism Development Agency of Northern Paraná, but only through SEBRAE is that if put into practice the fifth tourist product of Paraná, through Coffee Route, which has brought great benefits, mainly for economic sector. As seen in this research, the basis is that most suffers from a lack of coordination between levels of government.

key words: Public Policies. Tourism. Influences. Regionalisation.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EL TURISMO EN LA CIUDAD DE ROLÂNDIA-PR

Resumen: La administración pública, ha demostrado ser uno de los "resortes" para el desarrollo y la normalización de las actividades que constituyen el marco estructural y operativa del turismo. Por lo tanto, el objetivo de esta investigación es analizar la influencia de las políticas públicas sobre Federal y Estado Rolândia, un pequeño municipio situado en el norte de Paraná. Esta investigación presenta el turismo Programa de Regionalización que trae los conceptos de regionalización, lanzado por el Plan Nacional de Turismo (2003-2007). Como se adoptó la metodología de investigación la investigación de campo y entrevistas para determinar lo que las personas involucradas en la industria de pensar en ello, incluyendo la Secretaría de Turismo y el alcalde en 2006. Para comprobar los cambios después de este período, que la conoció secretario municipal actual de la cultura y el turismo Rolândia. Esta entrevista tuvo lugar en 2014, con el fin de comparar los cambios y la dirección en la que el sector turístico ha tomado este tiempo. Además de las entrevistas, se utilizó la literatura. El Estado de Paraná tiene una estructura para discutir, planificar y desarrollar acciones de política pública del turismo. El municipio a través de su sector de representantes políticos, comunitarios y de negocios participa a través del Consejo Municipal de Turismo y Turismo Agencia de Desarrollo del Norte de Paraná, pero sólo a través de SEBRAE es que si pone en práctica el quinto producto turístico de Paraná, a través de Ruta del Café, que ha traído grandes beneficios, sobre todo para los sectores económicos. Como se ve en esta investigación, la base es que la mayoría sufre de una falta de coordinación entre niveles de gobierno.

Palavras claves: Políticas públicas. Turismo. Influencias. Regionalización.

INTRODUÇÃO

A administração pública, no uso de suas atribuições, tem-se mostrado uma das “molas propulsoras” para o desenvolvimento e normalização das atividades que compõem o arcabouço estrutural e operacional do turismo. Daí a grande importância do papel desempenhado pelo Estado e de sua intervenção na área do turismo por meio das políticas públicas.

O principal marco nacional das políticas públicas, foi a criação do Ministério do Turismo (MinTur) em 2003 e, para isso, houve a necessidade da criação de uma estrutura, inclusive uma Secretaria Nacional de Políticas Públicas de Turismo, responsável pela elaboração do Plano Nacional de Turismo e do Programa de Regionalização do Turismo.

Assim como o Brasil, o Paraná também tem ações governamentais relacionadas ao turismo. Em 2003, o estado lançou a Política Estadual de Turismo (2003-2007) em que o governo estadual teria como premissa para o desenvolvimento da atividade, metas, objetivos e estratégias. De acordo com este documento, é a primeira vez que se lança oficialmente no Paraná a Política de Turismo desde que o turismo passou a ter uma representação pública. Na esfera municipal, o que se vê é uma tentativa de consolidação do quinto produto turístico do Estado do Paraná, que apesar da participação do COMTUR e ADETUNORP, quem o colocou em prática foi SEBRAE através da Rota do Café, que em termos econômicos pouco beneficiou Rolândia.

Este artigo, objetiva i) Analisar a influência das políticas públicas federal e estadual em um pequeno município: Rolândia – PR; ii) Diagnosticar potencialidades turísticas do município de Rolândia; iii) Realizar pesquisa de campo e bibliográfica sobre o turismo e iv) refletir até que ponto políticas públicas influenciam a gestão do turismo em um pequeno município. O período analisado foi o da implantação do primeiro Plano Nacional do Turismo, (2003-2007) (BRASIL, 2003a). Para isso, foi realizada no município pesquisa de campo através de entrevistas para verificar o que os envolvidos com o setor pensam sobre o assunto, incluindo a Secretária de Turismo e o prefeito em 2006. Para verificar as mudanças ocorridas após esse período, foi entrevistada a atual Secretária Municipal de Cultura e Turismo do município de Rolândia, Margarida Hellbrugge Zirknitzer. Essa entrevista ocorreu em 2014, com o intuito de comparar as mudanças e os rumos que o setor turístico tomou nesse tempo. Além das entrevistas, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, visando o embasamento teórico do tema sobre políticas públicas, histórico das políticas públicas para o turismo e políticas atuais para o setor.

MATERIAIS E MÉTODOS

A escolha de Rolândia está relacionada aos questionamentos de como as políticas públicas federais, estaduais e municipais influenciam no desenvolvimento da atividade turística local. Como metodologia de pesquisa utilizou-se o estudo de caso que, no campo das ciências sociais, é uma metodologia voltada para a coleta de informações sobre vários casos ou um em específico (BARROS; LEHFELD, 1990). É considerada uma metodologia qualitativa de estudo, visto que não há preocupação especial com dados estatísticos.

Nesta pesquisa utilizou-se como recorte espacial o município de Rolândia e, para a coleta de informações, utilizou-se entrevistas, que é “[...] uma técnica de coleta de dados que

supõe o contato face a face entre a pessoa que recolhe e a que fornece informações relevantes [...]” (MOURA; FERREIRA e PAINE, 1998, p. 77). É necessário ressaltar também que essas entrevistas foram gravadas com autorização prévia dos entrevistados. Optou-se pelas entrevistas semi-estruturadas, seguindo-se um roteiro preliminar de perguntas. A amostragem foi intencionalmente direcionada, já que foram entrevistadas 10 pessoas que possuem características específicas para refletir a opinião do assunto principal, selecionando-se os locais para encontrá-las (MOURA; FERREIRA e PAINE, 1998). Optou-se por não divulgar os nomes de alguns entrevistados. O interesse principal foi o de relacionar suas opiniões com o tema da pesquisa, já que todos eles estavam direta ou indiretamente envolvidos com o turismo. Para identificá-los será utilizada a numeração que vai de um a dez, de acordo com a data da realização. As entrevistas foram realizadas no ano de 2007 (DOMINGOS, 2007).

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO

No turismo, tem-se uma particularidade que pode ser um agravante na formulação das políticas públicas para o setor: a sua complexidade por envolver uma enorme variedade de sub-setores, conhecido como *trade* turístico, constituído pelas empresas de alimentos e bebidas, meios de hospedagem, agências de viagens, empresas de eventos e diversos outros sub-setores que influenciam na tomada de decisões. Só para se ter uma noção da grandiosidade de setores que envolvem a atividade, será citado os representantes do atual Conselho Nacional de Turismo, conforme declaração do Presidente da Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH) – em entrevista no dia 10 de maio de 2006:

Tem 60 membros do Conselho, dos quais 20 e poucos membros são do governo e o restante da iniciativa privada. Tem representações como Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste, Ministério da justiça, Ministério das relações exteriores, ABAV- Associação Brasileira de Agências de Viagens, ABIH, BRAZTOA- Associação Brasileira das Operadoras de Turismo, ABEOC – Associação Brasileira de Empresas de Eventos, Associação Nacional dos Parques Temáticos, ABLA - Associação Brasileira de Locadoras de Automóveis, enfim, todas (BRASIL XXI ..., 2006).

No passado, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o recorte espacial privilegiado dos programas do Governo Federal eram os municípios, pela implantação em 1994 do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), que tinha como objetivo “[...] tornar o município autossuficiente no que tange aos procedimentos de desenvolvimento de um planejamento e a implantação de uma política municipal de Turismo” (SEBRAE, 2014). Já na primeira gestão do governo do presidente Luiz Inácio Lula

da Silva, iniciada em 2003, o foco desse programa foi direcionado para as regiões com a criação e implantação do Programa de Regionalização do Turismo (PRT). O PRT trouxe o conceito de regionalização, frequente nos estudos da Geografia, e que tem uma conotação ampla, indo além das regiões administrativas já delimitadas. O enfoque da regionalização, no caso, deve ser entendido como um território onde haja uma integração cultural e histórica, com fins de planejamento e gestão compartilhada da atividade turística.

O principal marco das políticas públicas foi a criação do Ministério do Turismo (MinTur) em 2003 e, para isso, houve a necessidade da criação de uma estrutura, inclusive uma Secretaria Nacional de Políticas Públicas de Turismo, responsável pela elaboração do Plano Nacional de Turismo e do Programa de Regionalização do Turismo. O Conselho Nacional de Turismo permanece atuante e juntamente com o colegiado denominado Fórum Nacional dos Secretariados e Dirigentes Estaduais de Turismo, presta serviço de assessoramento ao MinTur.

Assim como o Brasil, o Paraná também tem ações governamentais relacionadas ao turismo. Em 2003, o estado lançou a Política Estadual de Turismo (2003-2007) (PARANÁ, 2003), um documento generalista, ou uma tentativa de apresentar à sociedade o que o governo estadual teria como premissa para o desenvolvimento da atividade, propondo metas, objetivos e estratégias. De acordo com este documento, é a primeira vez que se lança oficialmente no Paraná a Política de Turismo desde que o turismo passou a ter uma representação pública. Mas, com o Plano Nacional de Turismo, as metas foram lançadas, porém não houve menção de como elas seriam alcançadas. Além disso, o Programa de Regionalização do Turismo do governo Federal foi adaptado para o estado e em 2004 foi lançado o “Programa de Regionalização do Turismo no Paraná”. Este documento era superficial, com apenas duas páginas contendo somente alguns parágrafos copiados do programa nacional.

De acordo com a Revista Exame de 2007, o Paraná era considerado a “quinta maior indústria de turismo no país”. Os dados sobre turismo apresentam as principais atrações turísticas do estado: Foz do Iguaçu – com o Parque Nacional do Iguaçu e a Hidrelétrica de Itaipu, que recebem 1.592.000 visitantes por ano –, seguido do Parque Estadual Vila Velha, em Ponta Grossa – com 61.000 visitantes por ano. Nenhum município do norte do Paraná foi mencionado.

No Programa de Regionalização do Turismo do estado, após a realização da Oficina de Planejamento em abril de 2003, o Fórum Estadual de Secretários Municipais de Turismo concluiu que existiam no estado nove regiões turísticas: 1) Litoral, 2) Curitiba e Região

Metropolitana, 3) Campos Gerais, 4) Oeste e Lindeiros ao Lago de Itaipu, 5) Norte, 6) Noroeste, 7) Sul, 8) Centro Sul e 9) Sudoeste, marcando o início do processo de regionalização do Paraná (PARANÁ, 2007, s/p). Dessas nove regiões turísticas apenas quatro foram priorizadas para desenvolvimento do turismo no estado e o norte do Paraná não entrou na classificação das quatro primeiras. Atualmente as regiões turísticas foram alteradas. O Paraná em 2014 aumentou de 10 para 14 o número de regiões turísticas. A mudança e reorganização atende às novas diretrizes do Programa Nacional de Regionalização do Turismo, que priorizam a gestão descentralizada, os investimentos em qualificação profissional e infraestrutura (PARANÁ, 2014).

Representantes dos municípios, alguns empresários do setor turístico e pessoas interessadas nessa atividade do norte do Paraná, fundaram em 30 de maio de 2006 a Agência de Desenvolvimento do Turismo no Norte do Paraná (ADETUNORP), para “desenvolver” a quinta região turística do Estado, pois naquela época, o norte do Estado não estava entre as quatro priorizadas pela Secretaria Estadual de Turismo. (SOBRE A ADETUNORP, 2014, s/p.). O principal segmento a ser trabalhado nesta região foi o turismo rural, como citado em uma das reuniões mensais da Agência, em 28 de novembro de 2007, na cidade de Londrina, onde na mesma reunião obtiveram-se mais informações sobre as funções da ADETUNORP. Calvente (2004) afirma que na década de 1990 já havia um discurso favorável à execução do turismo rural no norte do Paraná e isso não mudou, porque como se vê, esse é o segmento do turismo que mais chama a atenção ao se referir sobre as potencialidades no norte do Paraná.

De acordo com Brasil (2004) as principais responsabilidades de uma Instância de Governança Regional, de acordo com o Programa de Regionalização do Turismo são: Planejamento e coordenação das ações, em âmbito regional e local; Articulação, negociação e estabelecimento de parcerias, em âmbito regional e local; Monitoramento e avaliação das ações do Programa, em âmbito local; Produção e sistematização de dados e informações.

Para que esta região se desenvolva, a ADETUNORP elaborou em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) um projeto intitulado “Rota do Café”, que, na época (2006-2007), seria também um projeto contendo o trem itinerante turístico-cultural, que passaria por alguns municípios do norte do Paraná, como Londrina, Rolândia, Apucarana, Maringá e outros. Dos 59 municípios do norte paranaense que estavam participando da Agência, apenas cerca de 30 realmente teriam possibilidades de desenvolver o turismo. Muitos representantes participaram das reuniões, porém não são todos que realmente possuem atrativos turísticos suficientes para uma oferta em potencial. Uma possibilidade é incluí-los em rotas ou roteiros para fazerem parte da atividade.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA

Localização da área de estudo

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), (2010), Rolândia contava com uma população de 57.862 habitantes em 2010 e área terrestre de 459,024 Km². Rolândia está localizada no norte do Paraná, ao sul do Brasil, conforme Figura 01.

O Município de Rolândia possui características culturais herdadas dos alemães, um dos primeiros povos a se instalar no município, na década de 1930. De acordo com Villanueva (1974, p.52), “[...] a primeira casa de madeira construída em Rolândia foi a de Eugenio Larianoff, que foi o hotel Rolândia, casarão grande e bem dividido, com duas alas de quartos e amplo salão de refeições [...]”. Este hotel foi construído em 1934 e estava em funcionamento até recente data, praticamente sem nenhuma alteração, mas em 2011 foi demolido, para dar lugar a um prédio residencial e comercial. Houve uma comoção geral por parte da população pelo seu valor histórico, já que, além de um equipamento turístico, era considerado um potencial atrativo para o município. Parte da madeirada do hotel encontra-se hoje sob domínio da prefeitura que, pretende montar parte de sua estrutura no futuro, mas de acordo com a Secretária Municipal de Turismo ainda não há data e nem projetos oficiais para que isso ocorra. A Figura 02 mostra o Hotel Rolândia em 2007.

Figura 01 – Localização de Rolândia no sul do Brasil



Fonte: Rolândia (2006). Org. (SILVEIRA, B.S; DOMINGOS, F.O. 2007)

Figura 02 - Lateral do Hotel Rolândia



Fonte: o próprio autor (DOMINGOS, 2007)

Compreender a origem da colonização européia em Rolândia é fundamental, porque ela influenciou significativamente na história do município, já que uma grande parte dos seus atrativos turísticos tem origem nessa cultura.

AS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DE ROLÂNDIA

Entende-se por potencialidades determinados atrativos, sejam eles materiais ou imateriais, que uma localidade possui e que precisam ser adequados para se tornarem recursos turísticos. Devem ser pensados adequadamente, oferecendo a infraestrutura necessária para que sejam aproveitados para o turismo, em benefício, sobretudo, da comunidade local. Já os recursos turísticos são os atrativos que o município possui e estão estruturados para receber visitantes.

Como relatado nos depoimentos, a maioria das pessoas acredita no potencial turístico do município, porém ele não está sendo desenvolvido. Apesar das divergências sobre essas potencialidades – uma vez que cada um defende um tipo de turismo específico, como o rural, o gastronômico, o cultural e o tecnológico –, entende-se que, caso haja um apoio maior da administração pública, futuramente o turismo receberá um fluxo maior de visitantes no município. Porém, há quem acredite que não há turismo no município: “Na verdade o turismo nem existe, não funciona” (ENTREVISTA 04). Apesar de ter citado isso, esta mesma pessoa volta a afirmar, ao longo da entrevista, que o município tem potencialidade, mas falta desenvolver.

É importante destacar ainda a análise que Calvente (2004, p. 46) faz sobre o produto turístico ao afirmar que na realidade “[...] é a soma dos atrativos, que gera a corrente turística até o lugar, das facilidades e dos acessos. Fator extremamente importante é a distância da área até centros urbanos importantes, de onde sai a demanda [...]”. Neste sentido, o município de Rolândia, pelos seus organismos competentes, terá que evoluir em termos de infraestrutura turística para que tenha condições de receber os visitantes. O Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) fez no ano de 2005 um inventário dos equipamentos e pontos turísticos, propondo melhorias posteriormente apresentadas aos empresários de Rolândia. De acordo com um agente envolvido no turismo municipal em 2007, algumas mudanças surtiram efeito, como as reformas feitas pelos restaurantes. Quanto à distância e se os atrativos da zona rural ficam próximos à cidade, o que é um fator muito positivo por evitar grandes deslocamentos dos visitantes, facilitando a ida a esses locais.

Para implementar a política municipal de turismo, foi criado o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR – pela Lei nº 2.652/98. O COMTUR é um órgão deliberativo, consultivo e de assessoramento, responsável pela conjunção entre o poder público e a sociedade civil e tem por objetivo orientar e promover o turismo no município, exercendo um trabalho voluntário sem remuneração. O papel do COMTUR, de acordo com as entrevistas, é especialmente o de fiscalizar e acompanhar os projetos, mas o conselho em 2007 não funcionou plenamente e sua função não foi desempenhada como deveria.

O município em 2007, possuía uma Secretaria Municipal de Turismo, Meio ambiente e Cultura e contava com a participação ativa do COMTUR, que frequentavam as reuniões da ADETURNORP. Durante a entrevista de 2014, Margarida, telefonou para uma integrante do COMTUR que afirmou não haver nenhuma atividade nos últimos anos porém, disse estar disposta a retornar caso a secretária os incentivem. O COMTUR tinha uma grande representatividade para o município, prestando consultoria à prefeitura e empresários. Chegou a fazer, doze anos atrás, um inventário na área rural dos locais com potencialidade turística.

Detectou-se que a estrada de São Rafael, que conta ao longo do seu trajeto com propriedades que trabalham com o turismo rural, como a Pousada das Alamandas, o SPA Recanto das Figueiras, a comunidade do Deizinho e outros atrativos como a Capela e o cemitério São Rafael, seria o produto turístico a ser desenvolvido. Nessa estrada, é o local do projeto intitulado “Caminhos de São Rafael”. Um comparativo entre as Figuras 03 e 04 mostra a mudança ocorrida na estrada entre 2007 e 2008 após investimento para sua pavimentação com verbas do município. Essa melhoria foi para facilitar o acesso as principais

propriedades que trabalham com o turismo no espaço rural, assim como outros atrativos turísticos.

Figura 03 - Estrada São Rafael em 2007, antes da pavimentação



Fonte: o próprio autor (DOMINGOS, 2007)

Figura 04 – Estrada São Rafael em 2008 após pavimentação



Fonte: o próprio autor (DOMINGOS, 2007)

O município possui alguns atrativos turísticos, destacando-se: a estátua Roland, o museu japonês, o museu municipal, o museu do café e o sacro, além do projeto da construção de um museu do rádio. No turismo rural, destacam-se o SPA Recanto das Figueiras, a fazenda Bimini que realiza atividades de educação ambiental, a pousada Fazenda Marabú (Figura 05), única a participar da Rota do Café e a pousada das Alamandas (Figura 06).

Figura 05– Pousada rural Marabú



.Fonte: o próprio autor (DOMINGOS, 2007).

Figura 06 - Pousada das Alamandas



.Fonte: o próprio autor (DOMINGOS, 2007).

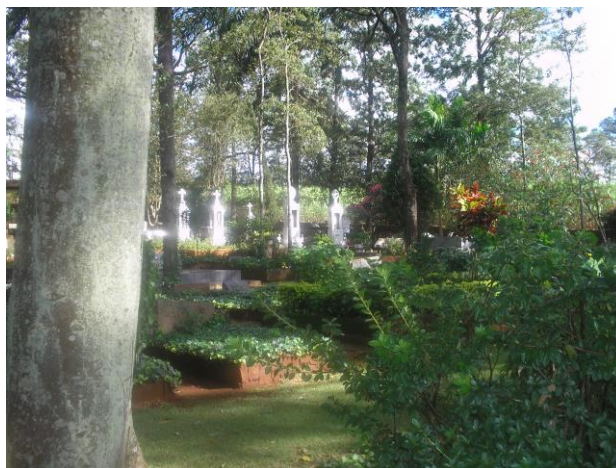
Na estrada São Rafael tem-se ainda a igreja (Figura 07) e o cemitério (Figura 08) de mesmo nome e com uma beleza singular. Cemitérios são atrativos turísticos, desde que tenham algumas particularidades diante de um contexto histórico. No caso desse cemitério em específico, há toda uma história sobre os alemães que vieram para Rolândia.

Figura 07 – Fachada lateral da Igreja São Rafael



Fonte: o próprio autor (DOMINGOS, 2007).

Figura 08 - Cemitério São Rafael



Fonte: o próprio autor (DOMINGOS, 2007).

Outro destaque é a Estátua Roland doada pela Alemanha em 1957. Ela veio da Alemanha em blocos de pedra “*lioz de Oberkirtchen*” e foi trazida de navio. O nome Rolândia tem sua origem em Roland, que foi sobrinho de Carlos Magno e grande guerreiro em busca de liberdade. Representa a luta dos alemães em busca de um lugar onde pudessem reconstruir suas vidas, longe das perseguições políticas, religiosas e raciais, conforme Figura 09. (DOMINGOS, 2007).

Figura 09 – Estátua Roland



Fonte: o próprio autor (DOMINGOS, 2007).

Um atrativo cultural famoso era a Oktoberfest, festa alemã realizada sempre no mês de outubro. Ela foi por muito tempo um dos atrativos turísticos que mais trouxe turistas e excursionistas para o município, porém, no decorrer dos anos foi se descaracterizando da tradição germânica. Envolvida em denúncias de mau uso do dinheiro público e após um período de má gestão, a festa em 2013 não aconteceu e para 2014 não se pensa em sua realização. Na Figura 06, observa-se o *slogan* e logotipo da festa e na Figura 10, os visitantes na área externa.

Figura 10 – Slogan e Logotipo da Oktoberfest



Fonte: o próprio autor (DOMINGOS, 2007)

Figura 11 - Área externa da Oktoberfest



Fonte: o próprio autor (DOMINGOS, 2007)

Além dos atrativos mencionados, em 2009 foi concluída a construção do Portal Turístico, que recebeu verba do Ministério do Turismo (42,5%) e recursos do próprio município (57,5%). O objetivo era que funcionasse como um centro de informações turísticas. Inaugurado em 29 de junho de 2009, a expectativa em torno desse portal foi muito grande sendo o grande projeto almejado pelo COMTUR. Atualmente, ele não cumpre função, pois, de acordo Margarida, há necessidade de um funcionário e não há verba para isso. O que se cogita é a possibilidade de um estagiário de algum curso de turismo para desempenhar essa função. Na Figura 12, o portal turístico de Rolândia.

Figura 12 – Portal turístico de Rolândia “Oswald Nixdorf”



Fonte: o próprio autor (DOMINGOS, 2007)

Em junho de 2007 foi implantando o projeto da implantação da sinalização turística no município, realizado pelo Ministério do Turismo, que recebeu algumas críticas, como a não inclusão de outros idiomas nas placas indicativas. Outro projeto, este privado e muito ousado, criação de um empresário de Londrina, foi apresentado em uma das reuniões da ADETUNORP em 2006, mediante um vídeo com o protótipo de um parque temático, chamado de Yumê. Ele foi destacado na mídia local para as comemorações do IMIN – 100, em comemoração a 100 anos da imigração japonesa no país. O que foi constatado em visita *in-loco* é que, no local onde seria construído o parque, o terreno foi loteado com a finalidade de um bairro residencial.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para entender realmente como as políticas públicas para o turismo na esfera federal e estadual influenciaram o turismo em Rolândia, optou-se pela análise das entrevistas com os principais agentes públicos envolvidos com o turismo e com os voluntários que participam do Conselho Municipal de Turismo em 2007. Também foi entrevistado o chefe da regional da Secretaria de Estado de Turismo, da PARANATURISMO e do Estado do Paraná, Newton Sborgi em Marilândia do Sul, no dia 30 de janeiro de 2007, no decorrer da primeira reunião do ano da ADETUNORP. Durante a entrevista, ele não mencionou projetos específicos para o município de Rolândia, mas citou, o projeto do trem turístico, que envolveria alguns municípios da região norte do estado, incluindo Rolândia.

Já para a atualização desse estudo, em abril de 2014, entrevistou-se a nova Secretária Municipal de Cultura e Turismo do município de Rolândia, Margarida Hellbrugge Zirknitzer. Formada em Arquitetura, ainda está se ambientando com a área do turismo, uma vez que seu foco está mais nas atividades culturais cívicas e religiosas do município. Apesar de ter participado recentemente de um curso sobre turismo, realizado pela Secretaria Estadual de Turismo em Curitiba, ainda não está envolvida com o tema.

Segundo Lickorish; Carson (2000), o poder público municipal tem; praticamente o mesmo papel do governo federal ou estadual. Embora não haja uma maneira ideal de organização do turismo, dois princípios devem ser comuns: primeiro, a organização deve adequar as fronteiras administrativas regionais e, segundo, ter uma boa coordenação e cooperação em todos os níveis de administração. Os organismos municipais de turismo são indispensáveis no processo de desenvolvimento do turismo, visto que têm um contato mais próximo com a comunidade e o empresariado do setor. A comunidade deve estar preparada para o desenvolvimento, para que também seja beneficiada. Quem mobiliza a comunidade são os organismos municipais de turismo, que devem dar o apoio e assistência necessária. Castelli (1996) afirma que o dirigente municipal de turismo deve ter muito conhecimento de *marketing* para que possa promover o turismo na sua localidade. Sendo assim, o autor considera que esse dirigente deve adotar estratégias para comercializar o *produto* turístico; estratégias como a de preparar a comunidade para receber os turistas, motivando os munícipes a respeitarem e imporem respeito para com os seus valores. Após esse processo, o dirigente municipal deve identificar os recursos turísticos a fim de descrevê-los e qualificá-los, promovendo um relacionamento entre o setor público e o privado. O autor destaca ainda que, além de tudo isso, cada município criará e estruturará um organismo municipal de turismo de acordo com sua própria realidade. Existe uma enorme diversidade desses organismos. Conta-se entre eles: secretarias, assessorias, conselho, diretoria, coordenadoria, unidade, autarquia etc., e a maioria dos municípios brasileiros já tem essa preocupação.

No caso de Rolândia, até 2007 a Secretaria de Turismo estava vinculada com as áreas de Meio Ambiente e Cultura. Isso foi motivo de reclamação durante as entrevistas, visto que “três secretarias em uma” dificultava um trabalho específico em cada área, em especial a do turismo, que não está sendo considerado prioridade. Atualmente a Secretaria de Turismo está apenas vinculada a de Cultura. Segue um relato sobre este problema: ‘Quando o atual presidente criou o Ministério do Turismo, é bom frisar que aqui também deveria ter só uma Secretaria Municipal de Turismo. Não adianta misturar muito, pois o turismo depende de todas as secretarias. Então se tivesse uma secretaria específica ajudaria muito, como

aconteceu com o MinTur. A partir do momento que criaram um ministério específico de turismo e não colocaram futebol no meio, direcionou uma ação' (ENTREVISTA 05).

O relacionamento entre a Secretaria de Meio Ambiente, Turismo e Cultura e o COMTUR na época, também foi bastante questionado, em particular porque muitas decisões tomadas pela secretaria não eram repassadas ao COMTUR, o que prejudicava o trabalho do conselho. Segue uma reclamação obtida nas entrevistas: 'O que precisaria melhorar em Rolândia, na minha opinião, é por uma secretária de turismo com vontade, competente e com poder de trabalho, porque ela não tem atribuição nenhuma na prefeitura, não podem fazer nada. Em suma, é preciso mais visão administrativa para desenvolver o turismo, porque o turismo está parado' (ENTREVISTA 04).

Mediante os vários depoimentos verificou-se que o relacionamento do COMTUR com o prefeito da época estava aberto a discussões de problemas e projetos, porém com a Secretaria de Meio Ambiente, Turismo e Cultura esse relacionamento não acontecia.

Quanto à influência do Governo Federal, não foi mencionado pelos entrevistados conhecimento sobre o Plano Nacional de Turismo e seu Programa de Regionalização. Ao se comentar sobre o turismo rural, os agentes públicos também não mostraram conhecimento das Diretrizes para o Turismo Rural (BRASIL, 2003b) do governo federal. A falta de conhecimento dessas políticas pode trazer alguns problemas, em particular o de articulação entre as diversas escalas, o que acaba refletindo nos projetos que não se preocupam com a comunidade local. Segue um comentário sobre a influência do governo federal no turismo no município: 'O governo federal, não tem o que influenciar na verdade, é porque uma coisa de Rolândia. O governo do estado, através do setor de turismo, até poderá influenciar, mas outros níveis de governo não ajudam muito o turismo aqui, mas achar que outros níveis de governo têm colaborado conosco, na verdade não' (ENTREVISTA 01).

O Programa de Regionalização do Turismo, tanto o federal, como o estadual, é conhecido apenas pelo trabalho da ADETUNORP, com o projeto da "Rota do Café". Pelo que se percebe claramente é que, como os agentes públicos não têm conhecimento das políticas do governo federal, acabam acreditando que Rolândia não é direcionada por uma política de âmbito federal. Em entrevista, um agente público disse que Rolândia – no passado a "Rainha do Café" –, sendo um dos municípios em que mais se produziu café, vai ter a condição para participar neste roteiro (ENTREVISTA 01). 'O que o governo estadual está influenciando o turismo é através desta rota do café. A iniciativa deste trabalho foi da EMATER, junto com a

secretaria regional de turismo. Eles montaram uma associação que é a ADETUNORP e nós estamos investindo bastante com incentivo do governo estadual’ (ENTREVISTA 02).

Não convém ampliar o debate sobre a Rota do Café, mas o que se verificou por meio de materiais de divulgação via *website* (ROTA DO CAFÉ, 2014) e *folders* impressos, Rolândia se insere nessa Rota, apenas com dois produtos, a Pousada Marabú e a Indústria de Café Itamaraty. Rolândia possui um potencial histórico cultural muito rico sobre o café, e apenas uma pousada participante da rota o isola. Algumas agências de viagem estão comercializando essa Rota que foi criada pelo SEBRAE, considerada como o “melhor roteiro turístico de 2011”, ao receber o Prêmio Casos de Sucesso do Programa de Regionalização do Turismo (ROTA DO CAFÉ GANHA PRÊMIO EM SP, 2011). O que se verificou depois de oito anos do início da sua proposta original, mesmo sendo um projeto de regionalização já que engloba a região norte, é que essa Rota tomou os municípios de maneira isolada. Não se contemplou o grupo de atrativos, mas apenas alguns empreendimentos isoladamente, tornando-se assim, pouco significativo para a escala local, como é o caso de Rolândia. O mesmo acontece com a outra Rota intitulada “Rota do Agronegócio”. Incluíram Rolândia também com apenas dois produtos, novamente a Indústria Itamaraty e uma propriedade rural familiar de “Odete Pizzaia Navarro”, que cultiva café e uvas de mesa. Com isso, grandes empresas do agronegócio, ramo industrial importante para o município, ficaram de fora.

O conselho organizou visitas a campo para levantamentos da situação dos recursos turísticos, fazendo o inventário, o diagnóstico e o prognóstico desses locais. Organizou eventos sobre turismo e diversas reuniões com o *trade* turístico. Foi elaborado um *folder* contendo o calendário de eventos de junho a dezembro de 2003. Também criou-se um guia turístico e um vídeo sobre os principais atrativos turísticos, apresentados durante a Oktoberfest. Na época do aniversário de Rolândia, a antiga secretaria de Cultura (em 2002 e 2003) realizava roteiros turísticos dentro do município, que eram abertos à comunidade. O roteiro realizado em 2003 foi muito interessante, incluindo visitas à Estátua Roland, Chácara Rolândia, Restaurante Porco no Tacho, Aquabel e outros. Várias pessoas participaram, revelando que os próprios moradores de Rolândia desconhecem muitos dos locais visitados e do seu contexto histórico. A Chácara Rolândia, foi vendida recentemente e hoje não tem intenção de abrir para visitação. O conselho estruturou ainda, alguns roteiros segmentados para serem ofertados para os visitantes de Rolândia. Mas, conforme análise, alguns dos locais visitados não recebem visitantes ou não condizem com a atividade turística. Um exemplo é o roteiro cultural com a visita ao Clube Concórdia. Apesar de informação de que o clube foi construído por alemães, a sede não tem arquitetura européia e não apresenta características

culturais que o diferencie ou o torne atrativo. Os roteiros estão apresentados no Quadro 02, e os locais foram generalizados para simplificar a apresentação.

Quadro 02– Roteiros do COMTUR ofertados aos visitantes de Rolândia em 2007

ROTEIROS	LOCAIS VISITADOS
Turismo tecnológico	Fazendas e empresas.
Turismo gastronômico	Pousadas e restaurantes.
Turismo ambiental e cultural	Fazendas e chácaras.
Turismo de lazer	Fazendas, clubes e hotéis.
Turismo cultural	Diversos atrativos turísticos como museus, clubes, igrejas e monumentos.
Fonte: (COMTUR, 2007). Organizado por (DOMINGOS 2007).	

Notou-se também a falta de conhecimento dos principais agentes públicos sobre as políticas de turismo da esfera federal e estadual e qual o papel do município neste contexto. Não sabiam da existência do Plano Nacional de Turismo e do Programa de Regionalização do Turismo. O que conheciam sobre regionalização é pelo projeto do “trem turístico”, que fazia parte da “Rota do Café”, porque o trem passaria por alguns municípios vizinhos do norte do Paraná, mas não se vê uma relação entre as três esferas, federal, estadual e municipal, o que é um fato preocupante, uma vez que esses níveis têm que seguir uma mesma linha de planejamento para se alcançar um objetivo comum. A esfera estadual, que possuía uma Política Estadual de Turismo e um Programa de Regionalização Estadual do Turismo, seguia na teoria a mesma diretriz do governo federal, mas na prática o entendimento de regionalização ainda não estava esclarecido – considerava-se como regionalização somente a macro divisão administrativa adotada pelo país, como Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, o que não é o caso.

O Programa de Regionalização do Turismo federal considera que a regionalização do turismo deve ser entendida diferentemente da macro divisão administrativa adotada pelo país. Para o Programa, este conceito de regionalização deve ser entendido como um esforço coordenado de ações integradas entre municípios, estados e até países, o que na prática não está acontecendo. Beni (2006) está correto ao afirmar que a “ponta”, ou seja, os agentes públicos municipais, os que estão mais próximos aos turistas e à comunidade, não entenderam o conceito do governo sobre a regionalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Rolândia, no norte do Paraná, foi escolhido para se compreender quais as influências das políticas públicas em um pequeno município. Rolândia foi colonizada por vários imigrantes, como japoneses e italianos, mas os alemães é que deixaram marcas mais expressivas na gastronomia, arquitetura e cultura. Possui atualmente uma Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e contava até 2007 com a participação ativa do COMTUR, hoje não está ativo.

O município possui alguns atrativos turísticos, destacando-se o museu japonês, o museu municipal, o museu do café e o sacro, além do projeto da construção de um museu do rádio. No turismo rural, tem-se a Pousada das Alamandas, o SPA Recanto das Figueiras na estrada de São Rafael com a igreja e o cemitério de mesmo nome. A fazenda Bimini realiza atividades de educação ambiental e é um centro de referência da região nesta área. A festa que mais recebia visitantes é a Oktoberfest. É uma festa alemã realizada sempre no mês de outubro, mas como estava um pouco descaracterizada da tradição germânica e com diminuição considerável de público, desde 2013 não está sendo mais realizada. O hotel Rolândia se reconstruído pode ser considerado um atrativo, pois foi a primeira construção do município, em 1934. O Portal Turístico, que foi objeto de luta por anos, agora construído, está sem função. Durante as entrevistas foi constatado que os dirigentes municipais desconhecem os programas de turismo elaborados pelo governo federal e estadual, assim como a grande maioria dos participantes do COMTUR.

As políticas públicas podem e devem influenciar um município, mas, como visto nesta pesquisa, a base é a que mais sofre com a falta de articulação entre as esferas do governo. Em um pequeno município como Rolândia, que ainda não recebe um fluxo constante de turistas, e cujas atividades para o turismo são recentes e desconexas, as políticas públicas para o turismo estão influenciando muito pouco. O desconhecimento dos planos e programas por parte dos agentes públicos revela a deficiência principalmente do governo federal em atingir seus objetivos para aplicar seus projetos.

REFERÊNCIAS

ADETUNORP, 2007. Via e-mail.

BARROS, A. de J. P. de; LEHFELD, N. A de S. *Projeto de pesquisa: propostas metodológicas*. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

BENI, M. C. *Política e planejamento de turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional do Turismo: Diretrizes, metas e programas 2003-2007*. 2 ed. Brasília, 2003a.

_____. Ministério do Turismo. *Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural*. Brasília, 2003b.

_____. Ministério do Turismo. *Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, Diretrizes Operacionais*. Brasília, 2004.

BRASIL XXI – O BRASIL TURÍSTICO. Disponível em <http://www.painelbrasil.tv/jornal/06_05_10.html>. Acesso em: 12 jun. 2006.

CALVENTE, M. del C. M. H. *Turismo e excursionismo rural: potencialidades, regulação e impactos*. Londrina: Humanidades, 2004.

CASTELLI, G. *Turismo uma atividade marcante do século XX*. 3 ed. Caxias do Sul: ECUCS, 1996.

CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO. *Roteiro Turístico de Rolândia*, 2007.

DOMINGOS, F. de O. *Políticas públicas para o turismo no Brasil e suas influências em Rolândia-PR*. 2007. 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

LICKORISH, L.; CARSON, L. G. *Introdução ao Turismo*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MOURA, M. L. S. de; FERREIRA; M.C.; PAINE, P.A. *Manual de elaboração de projetos de pesquisa*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Turismo. *Política Estadual de Turismo 2003 - 2007*. Curitiba, 2003.

_____. Secretaria de Estado de Turismo. *Programa de Regionalização do Turismo no Paraná*. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/turismo/programaregionalizacao.shtml>> Acesso em: 07 abr. 2007.

_____. Agência de Notícias do Paraná. *Paraná tem mais quatro regiões turísticas*. Disponível em: <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=78594&tit=Parana-tem-mais-quatro-regioes-turisticas>>. Acesso em: 04 maio 2014.

REVISTA EXAME. *Anuário EXAME 2007 – 2008 TURISMO*. São Paulo, ano 41, n.5, Abril, 2007. ROTA do Café. Disponível em: < http://www.rotadocafe.tur.br/pt/atrativos_listagem.php#rolandia>. Acesso em: 04 maio 2014.

ROTA do Café ganha Prêmio em SP. Blog do Caderno de Turismo. Jornal Gazeta do Povo. 04 julho 2011. Disponível em: < <http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/blog-do-caderno-de-turismo/rota-do-cafe-ganha-premio-em-sp/>>. Acesso em: em 04 maio 2014.

SEBRAE. *O QUE É O PNMT?*. Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/ideais/default.asp?vcdtexto=406&%5E%5E=>>>. Acesso em: 01 maio 2014.

SOBRE A ADETUNORP. ADETUNORP, Londrina. Disponível em:<http://www.adetunorp.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=1&Itemid=11>. Acesso em: 07 jul. 2014

VILLANUEVA, O. *Rolândia terra de pioneiros*. Londrina: Ipê, 1974.

A GEOGRAFIA A SERVIÇO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM PACARAIMA, RR

Tácio José Natal RAPOSO

Geógrafo e mestre em Educação. Assessor pedagógico da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto do Estado de Roraima. Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Roraima.

tacior1@yahoo.com.br

<http://lattes.cnpq.br/2884473533793813>

Elói Martins SENHORAS

Doutor em Ciências e post-doc em Ciências Jurídicas. Docente de cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Roraima. Departamento de Relações Internacionais.

eloisenhoras@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/5667363480329882>

O olhar geográfico sobre os assentamentos humanos no espaço tem seu valor reconhecido para as políticas públicas em razão do amplo alcance analítico dos fenômenos e dinâmicas socioespaciais, haja vista que Geografia tem sido categorizada, contemporaneamente, como sendo aberta a novos métodos e novos diálogos, o que a torna em uma das principais áreas para a promoção de pesquisas de natureza complexa e multidisciplinar.

Em um contexto de difusão de novos diálogos e saberes da ciência geográfica, a obra “Pacaraima: Um Olhar Geográfico”, editada pelos professores Antônio Tolrino de Rezende Veras e Elói Martins Senhoras, é o primeiro trabalho de um projeto de mapeamento dos quinze municípios do estado de Roraima e fruto direto de uma pesquisa colaborativa desenvolvida por mestrandos e professores do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

Mais além das contribuições empíricas de múltiplos olhares temáticos sobre a realidade deste pequeno município roraimense, a obra traz importantes contribuições teórico-metodológicas para uma apreensão sistemática dos espaços, fenômenos e atores a partir de uma leitura genuinamente comandada por uma perspectiva geográfica, embora, de clara natureza multidisciplinar com destacado interesse para os formuladores de políticas públicas.

O rico trabalho colaborativo de 16 autores nesta coletânea de discussões é manifestado por uma fluida e acessível linguagem que permite ao leitor fazer uma imersão profunda no município de Pacaraima, por meio de um conjunto de discussões sobre o meio físico e sua geomorfologia, a produção e transformações do tecido urbano, e, sobre temas fronteiriços ligadas ao turismo e a contenciosos territoriais do município, o qual se formou circunscrito a territórios de demarcação de reservas indígenas.

Estruturado em oito capítulos, os quais se articulam complementarmente para uma ampla reflexão do município roraimense de Pacaraima, o livro traz relevantes debates de distintos temas e processos com impacto decisivo, tanto, na dinâmica da paisagem, quanto, na reprodução socioespacial, possibilitando compreender as complexidades e especificidades de localidades amazônicas fronteiriças.

No primeiro capítulo, “Compartimentos geomorfológicos da região de Pacaraima”, os autores desenvolvem uma discussão do contexto geomorfológico que é baseada, tanto, em levantamento de carta topográfica, quanto, em metodologias para a interpretação e mapeamento de paisagem, os quais foram possíveis por meio de trabalho de campo e utilização da técnica de fotointerpretação, possibilitando a produção de mapas geomorfológicos e de relevo.

As imagens produzidas revelam os processos e as formas do sítio da área urbana de Pacaraima, propondo uma análise do relevo local influenciado por três compartimentos geomorfológicos distintos, motivo pelo qual o capítulo é uma importante ferramenta capaz de auxiliar na apreensão da realidade urbana do município além de colaborar com fomentos de políticas públicas por meio da observação da dinâmica socioespacial.

No segundo capítulo, “Pacaraima no contexto regional fronteiriço: Brasil - Venezuela”, o texto contextualiza o projeto geopolítico existente na origem da aglomeração urbana, enquanto, cidade gêmea em relação à cidade gêmea de Santa Elena del Uairén, por meio do embrionário processo de instalação de Pelotão Militar de Fronteira que foi similar a outras cidades fronteiriças da Amazônia, bem como pela construção da rodovia federal e instalação de órgãos públicos.

O resgate da formação histórica do fenômeno urbano serve como pano de fundo para mostrar a estrutural centralidade da dependência de verticalidades do governo federal, a qual se cristalizou crescentemente no tempo e se manifesta conjunturalmente por meio de impasses ao planejamento e o *policymaking* à Administração Pública Municipal em função de Pacaraima estar toda circunscrita em terras indígenas.

No terceiro, “Notas sobre a geografia do turismo em Pacaraima”, a obra analisa a condição fronteira e as potencialidades turísticas da cidade, por meio da identificação das principais variáveis de caracterização da geografia turística de Pacaraima em seu entorno próximo, regional e internacional - que acabam por definir a formação de um sistema de fixos e fluxos de oferta e demanda turística (SISTUR).

A proposta analítica da geografia do turismo do sistema turístico triangular entre Boa Vista (capital do estado de Roraima), e, Santa Elena del Uairén (Venezuela), cidade gêmea de Pacaraima, mostra que o eixo desta região transfronteira tem um elevado potencial turístico em razão das paisagens naturais e do comércio formiga rumo ao país vizinho.

No quarto capítulo, “A reivindicação de um território: o caso de Pacaraima”, as implicações geopolíticas da posição estratégica do território de Pacaraima são analisadas, considerando as diferentes apropriações socioespaciais ao longo do tempo, desde os primeiros habitantes nativos, passando pela colonização de não índios nos séculos XV e XVI, a criação da Fazenda São Marcos no século XIX, a Criação do município no final do século XX, até se chegar ao século XXI, nos contenciosos judiciais de um município cuja cidade está totalmente circunscrita em terras indígenas.

Neste último período há destaque de foco do texto sobre a cristalização de diferentes grupos e interesses na dinâmica da disputa territorial, de maneira a identificar a insegurança jurídica, possíveis implicações e contradições existente de uma lógica vertical de manutenção da integridade e da soberania nacional pelo governo federal *vis-à-vis* a uma lógica horizontal dos governos do município e do estado de Roraima.

No quinto capítulo, “(Re)pensando o espaço territorial de Pacaraima”, os autores desenvolvem um debate de geografia urbana que identifica confluência de forças centrípetas e forças centrífugas que ditam as relações e a dinâmica de espaçamento da malha urbana, demonstrando as contradições e hiatos de uma rede urbana com distintos graus de integração socioespacial.

A dinâmica urbana, as formas, suas funções, e, a inserção da rede urbana de Pacaraima, em um contexto fronteira de integração com Boa Vista e a cidade gêmea de Santa Elena del Uairén, são explorados a fim de mostrar, tanto, a caracterização convergente aos desafios de outras redes urbanas brasileiras, quanto ao seu posicionamento específico em relação ao seu complexo contexto de inserção indígena e fronteira, marcada por diferentes conflitos e interesses.

No sexto capítulo, “As metamorfoses do espaço em Pacaraima”, as relações entre o entorno rural do núcleo urbano e a (re)produção do espaço urbano de Pacaraima são

analisadas de maneira a demonstrar que na ação humana, os fatores econômicos são os principais vetores de dinamização de metamorfoses espaciais, haja vista que há uma lógica dialética de complementaridade e contradições que se manifesta em um padrão socioespacial de continuidades *rurbanas*, quando práticas tidas como rurais, são desenvolvidas, no meio urbano, ou, quando tradições urbanas, passam a ser desenvolvidas no meio rural.

A dinâmica de produção no espaço rural e as suas vinculações com o núcleo urbano municipal revelam que há uma grande influência da ruralidade na própria dinâmica urbana e de urbanidade nos espaços rurais em função da forte mobilidade espacial dos agentes sociais, destacando-se os fluxos da população indígena residente que cumpre uma importante função na impressão agrícola de suas tradições à cidade e de incorporação de dinâmicas urbanas às comunidades indígenas.

No sétimo capítulo, “Áreas de risco identificadas no perímetro urbano de Pacaraima”, os autores abordam a expansão urbana e os problemas decorrentes do avanço em áreas de potencial risco aos habitantes, demonstrando a negatividade da ausência de planejamento socioespacial em um sítio urbano que mesmo pequeno, encontra-se em um relevo acidentado e com um solo pouco consolidado em razão dos impactos sofridos pelos desmatamentos e queimadas.

O estudo demonstra a gravidade da produção socioespacial desorganizada ao apontar áreas de extrema vulnerabilidade, de maneira que suscita a urgência de se estabelecer uma agenda de planejamento urbano por parte do poder público que venha a reconhecer as características do meio físico sobre o qual se expande a cidade além de considerar o grau avançado dos impactos já sofridos.

No oitavo e último capítulo, complementando o estudo anterior, há um estudo de caso no morro do Quiabo a fim de mostrar que a construção de habitações nas encostas não apenas altera a paisagem urbana, mas revela uma característica convergente com grandes centros urbanos que se manifesta pela segregação socioespacial da mancha urbana em uma área periférica e suscetível ao risco de deslizamento.

As discussões sobre a área de risco do morro do Quiabo trazem uma excelente revisão teórica sobre o conceito de risco e demonstram que mesmo em um núcleo urbano pequeno como o de Pacaraima, a Administração Pública tem sido negligente tal como em outros municípios brasileiros, o que potencializa a vulnerabilidade dos habitantes, tornando ainda mais complexa a qualidade de vida.

Observa-se que todos os oito capítulos desenvolvidos pelos pesquisadores trazem relevantes contribuições não apenas para Pacaraima, como primeiro livro a abordá-la, mas

também para o próprio estado de Roraima, justamente por formar uma massa crítica científica comprometida com o papel da geografia na análise descritiva e na proposição normativa de políticas públicas para o desenvolvimento sócio-espacial dos municípios.

Conclui-se que a obra oferece subsídios técnicos, teóricos e empíricos a quem pretende a desvendar a complexidade da dinâmica de municípios fronteiriços na Amazônia, motivo pelo qual é amplamente recomendado para utilização por *policy makers* e em cursos de graduação e pós-graduação de diversas áreas, bem como, leitura indispensável ao público geral interessado ou a pesquisadores dedicados ao estudo da Pan Amazônia.

REFERÊNCIAS

VERAS, Antônio Tolrino de Rezende; SENHORAS, Elói Martins. **Pacaraima:** Um Olhar Geográfico. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012, 214 p.